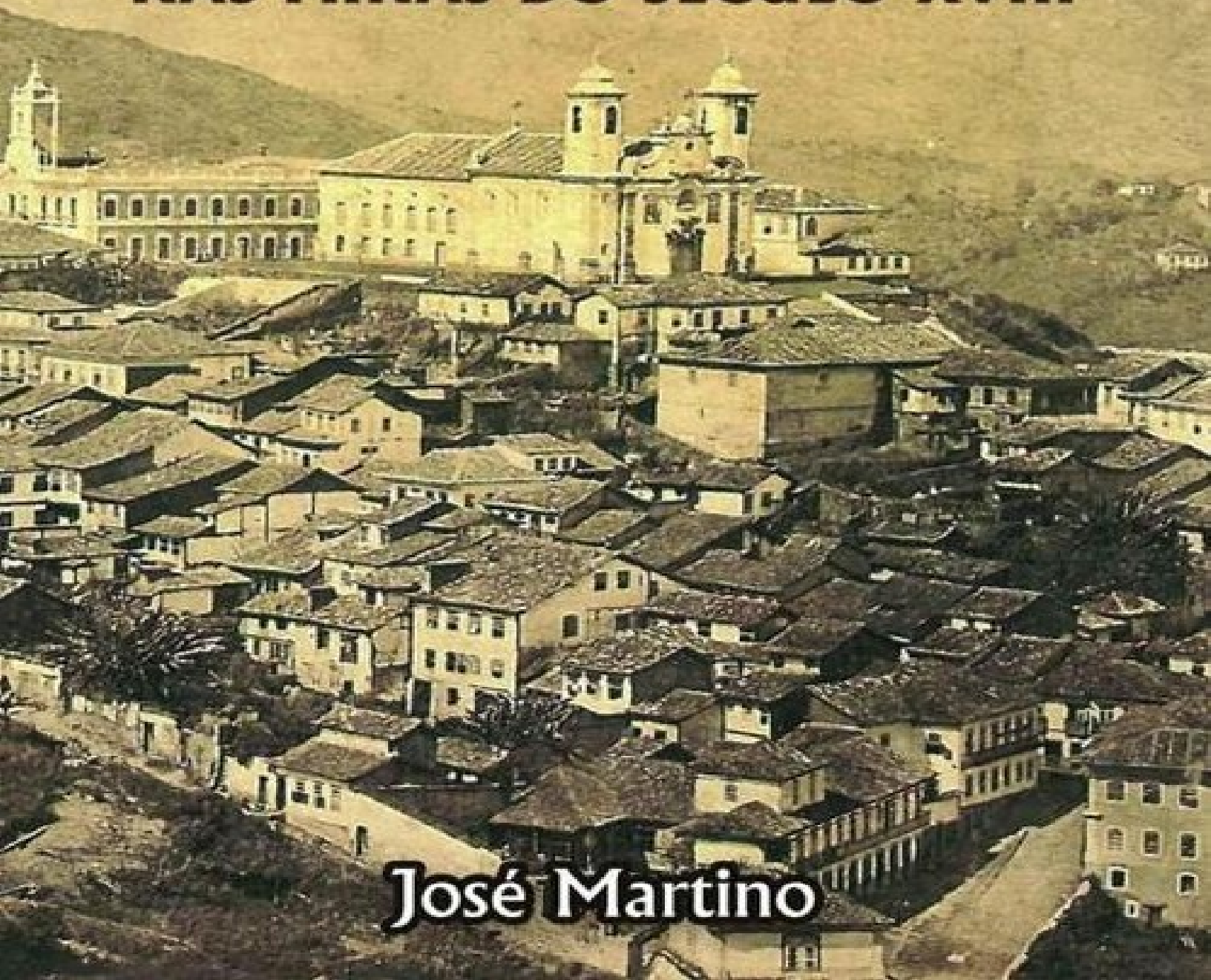


1789

**A INCONFIDÊNCIA MINEIRA
E A VIDA COTIDIANA
NAS MINAS DO SÉCULO XVIII**



José Martino

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



1789

**A INCONFIDÊNCIA MINEIRA
E A VIDA COTIDIANA
NAS MINAS DO SÉCULO XVIII**



José Martino

Publicado por Excalibur Editora 2014

Copyright José Antonio Martino

Todos os direitos reservados

Obra registrada na
Fundação Biblioteca Nacional

**1789 - A INCONFIDÊNCIA MINEIRA
E A VIDA COTIDIANA NAS MINAS
DO SÉCULO XVIII**

Autor: José Martino

Contato com o autor:
zenarede@ig.com.br



ÍNDICE

[A descoberta do ouro](#)

[A Guerra dos Emboabas](#)

[Sistemas de arrecadação de impostos sobre a extração do ouro](#)

[Filipe dos Santos](#)

[Portugal e o século XVIII](#)

[O descontentamento nas Minas](#)

[A missão Vendek](#)

[Tiradentes](#)

[O alferes se encontra no Rio de Janeiro com José Álvares Maciel](#)

[A inconfidência vai tomando forma](#)

[Os inconfidentes e outras pessoas importantes ligadas ao levante](#)

[Alvarenga Peixoto](#)

[Antônio de Oliveira Lopes, o “Pouca Roupa”](#)

[Basílio de Brito Malheiro, o segundo delator](#)

[Cláudio Manuel da Costa](#)

[Domingos de Abreu Vieira](#)

[Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o “Come-lhe os Milhos”](#)

[Inácio Correia Pamplona, o terceiro delator](#)

[João da Costa Rodrigues](#)

[João Rodrigues de Macedo](#)

[Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro delator](#)

[José Aires Gomes](#)

[José de Resende Costa, pai](#)

[José de Resende Costa, filho](#)

[Luís Vaz de Toledo Piza](#)

[Salvador Carvalho do Amaral Gurgel](#)

[Tomás Antônio Gonzaga](#)

[Vicente Vieira da Mota](#)

[Os réus eclesiásticos](#)

[Padre Carlos Correia de Toledo e Melo](#)

Padre José da Silva e Oliveira Rolim

José Lopes de Oliveira

Cônego Luís Vieira da Silva

Padre Manuel Rodrigues da Costa

Reuniões secretas

Começam as denúncias...

Derrama

Tiradentes é preso no Rio de Janeiro

O embuçado

Os outros inconfidentes começam a ser presos

A morte de Cláudio Manuel da Costa

As devassas

Os réus inconfidentes e os depoimentos do alferes

A Alçada

A sentença

O enforcamento

PARTE DOIS

A VIDA COTIDIANA NAS MINAS DO SÉCULO XVIII

Alimentação

Bajulação como forma de ascensão social

Casa colonial e mobiliário

Casamento, amor e sexo

Cidades coloniais

Comércio

Costumes diversos

Dinheiro

Diversões, jogos, bailes

Escravos

Festas públicas e religiosas

Higiene

Justiça

Livros, educação, vida cultural

[Mendigos e vagabundos](#)

[Mais costumes curiosos da sociedade](#)

[Medicina](#)

[Morte](#)

[Mulheres](#)

[Profissões](#)

[Religião](#)

[Transportes e viagens](#)

[Vestuário](#)

Muito já se escreveu sobre a história da Inconfidência Mineira, ou Conjuração Mineira, como preferem alguns historiadores mais nacionalistas. Alegam estes que o termo “conjuração” seria mais apropriado, uma vez que o vocábulo “inconfidência” traz a ideia de infidelidade, deslealdade, ou seja, segundo as leis portuguesas do tempo, os “inconfidentes” haviam cometido um dos crimes mais intoleráveis que um leal súdito poderia cometer, o crime de lesa-majestade.

Enquanto a “História Tradicional” costuma tratar fatos cronológicos concernentes à determinada época e sociedade, a “Nova História” dedica-se à reconstituição da vida cotidiana de um grupo social específico, procurando compreender a maneira como viviam as pessoas em certo tempo e lugar, os seus hábitos, os seus gostos, as suas necessidades. Deste ponto de vista, interessa ao historiador tudo que fez parte do período estudado, desde o vestuário, a alimentação, os costumes, a higiene, a vida cultural, até a maneira como homens e mulheres trabalhavam, amavam, adoeciam e morriam. Neste livro, procurei abordar estes dois campos da historiografia.

Portanto, convido o leitor a fazer uma viagem no tempo. Há quase dois séculos e meio, um grupo seleto de homens extraordinários e corajosos sonhou com um Brasil livre, emancipado dos laços que os uniam a Portugal. O cenário deste drama comovente localiza-se quase no coração do país, em antigas vilas mineiras, que um dia viram a fantástica prosperidade gerada pelo ouro e a sua posterior decadência. Lá iremos, montados no lombo de um cavalo, que era o meio de transporte principal durante o século XVIII. Lá iremos, bisbilhotar a maneira como nossos antepassados viveram aquele momento ímpar na história do Brasil. Lá iremos, para tentarmos descobrir o que motivou um grupo de poetas, alguns grandes proprietários de terras e riquíssimos senhores endividados a sonhar com a liberdade e o estabelecimento de uma República, nos moldes daquela que os ingleses da América haviam construído poucos anos antes em suas colônias. Montemos em nossos cavalos e vamos direto para o final do século XVII, pois é ali que a nossa aventura começa...

A descoberta do ouro

No final do século XVII, reinava em Portugal o pacífico rei Dom Pedro, segundo deste nome na Real Casa de Bragança, que ocupou o trono luso entre os anos de 1683 e 1706, embora já viesse exercendo as funções de regente do reino desde 1668 no lugar de seu irmão demente, Afonso VI. Dom Pedro II^[1] estava convencido de que existiam grandes riquezas minerais em solo brasileiro, esperando para serem descobertas. Suas esperanças não eram infundadas. Ora, se Deus havia sido tão pródigo com os nossos vizinhos espanhóis, provendo suas terras da América com depósitos minerais riquíssimos, por que também não teria posto jazidas de ouro, prata e até mesmo diamantes nas possessões portuguesas do Novo Mundo?

Ao que se consta, desde 1503 já se falava da existência de ouro no Brasil, se dermos crédito às informações que Américo Vespúcio relatou em carta a seu amigo e estadista florentino Pietro Soderini. Ansioso por forrar os cofres reais, Dom Pedro, o pacífico, escreveu algumas cartas aos mais ousados e destemidos súditos da colônia americana, conclamando que eles deixassem seus lares e se metessem pelos matos em busca dos tão sonhados tesouros. Ora, receber uma missiva assinada pelo punho do próprio rei correspondia a uma distinção incomparável e muitos paulistas estavam dispostos a dar a própria vida para atender ao pedido do monarca.

Corria, então, uma lenda extraordinária, que descrevia a existência de uma serra fabulosa, toda feita de prata, que os indígenas chamavam de Sabarabuçu. Fernão Dias Pais, certo de que encontraria esta, como também as lendárias minas de esmeraldas, juntou alguns homens acostumados a se embrenhar pelas terras e a aprisionar bugres, reuniu um bom número de índios mansos, vendeu parte de seus bens para custear a expedição e se pôs a caminho do interior do Brasil.

Tendo partido de São Paulo em meados de 1674, a bandeira de Fernão Dias atravessou o Vale do Paraíba, seguindo pela Serra da Mantiqueira. Após algum tempo de marchas e contramarchas sem obter qualquer sucesso, passando fome, sede e todo tipo de privações, infernizados por milhares de insetos que não os abandonavam nunca, temendo picadas de cobras venenosas, escorpiões e ataque de animais selvagens, aqueles homens rudes perceberam que tal jornada estava fadada ao fracasso. Logo, uma rebelião começou a tomar corpo, pois grande parte deles queria retornar para suas casas. O próprio filho de Fernão Dias, José Dias, havia se incumbido de matar o pai, pois tinha certeza de que nada abalaria o ânimo do altivo bandeirante, que não desistiria enquanto não encontrasse as esmeraldas ou a Serra de Sabarabuçu. E também não permitiria que os demais retornassem.

Porém, o motim foi descoberto por uma índia, que alcaguetou tudo para o bravo sertanista. Enfurecido e sem medir as consequências de seu ato, mandou enforcar seu filho para dar o exemplo. Contudo, certos de que não descobririam nada e que a lendária Sabarabuçu não passava de estórias dos índios, muitos homens abandonaram a bandeira. Sete anos após a partida, tendo caminhado por centenas e centenas de quilômetros pelo interior do Brasil, Fernão Dias acabou encontrando algumas pedras, que acreditava ser esmeraldas, mas que eram simplesmente águas-marinhas. Em meados de outubro do ano de 1681, o que restava de sua bandeira havia regressado ao Arraial do Sumidouro, com o firme propósito de voltar às terras paulistas. Todavia, Fernão Dias apanhou uma febre fortíssima e morreu pelo caminho.

Embora não tenha descoberto nenhuma esmeralda, muito menos a fabulosa Serra de Sabarabuçu, a expedição de Fernão Dias teve o grande mérito de ligar a região de São Paulo aos sertões da Bahia pelo interior do Brasil, traçando os primeiros contornos do território mineiro. Este é o seu verdadeiro legado. Pode-se dizer que a bandeira de Fernão Dias foi a verdadeira fundadora de Minas Gerais.

Evidentemente, deve ter sido grande o número de homens, anônimos para a História, que desbravou a região das minas atrás não apenas de riquezas minerais, mas também de índios. Porém, o

principal nome que ficou nos compêndios escolares foi o de Fernão Dias, ao lado de Raposo Tavares.

A história não registra o nome da primeira pessoa que descobriu ouro na região das minas. Segundo informa Antonil[2], uma bandeira vinda da capitania de São Paulo chegou às margens do rio Tripuí. Esgotado pela longa marcha empreendida, um mulato parou um instante para descansar, apanhou sua gamela e, mergulhando-a na água fresca, pôs-se a bebê-la com sofreguidão. Só então percebeu que no interior da gamela havia algumas pedrinhas escuras. Não fez grande caso delas; porém, como eram curiosas, guardou-as em seus bolsos e seguiu viagem. Algum tempo depois, vendeu as insólitas pedras a um sujeito chamado Miguel de Souza, mas nem o mulato sabia o que estava vendendo e tampouco o outro tinha ideia do que estava comprando. Certo mesmo é que as pedras acabaram sendo levadas para o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses por alguém que estava desconfiado de que elas poderiam ter valor. Imediatamente, o governador constatou que se tratava de ouro e só não haviam percebido antes, porque as pedras achavam-se cobertas com uma camada escura de óxido de ferro[3]. Tão alvissareira notícia foi recebida com grande júbilo pela corte portuguesa. Enfim, após tanto procurar, finalmente haviam encontrado ouro no Brasil! Dom Pedro II deve ter dado cambalhotas de felicidade. O governador ordenou que retornassem ao local, mas o mulato só se lembrava de que nas imediações existia um pico curioso, que os indígenas chamavam de “Ita-Corumi”[4]. Muitas outras expedições saíram atrás deste pico, que mais tarde ficou conhecido como “Itacolomi” e seria encontrado pela expedição de Antônio Dias.

Divulgada a novidade, ou seja, a existência de ouro em abundância no leito dos rios daquela região, aconteceu o inevitável. Uma tremenda multidão de pessoas passou a se dirigir para aqueles territórios ainda selvagens e inóspitos. Gente de todas as partes do Brasil vendia tudo o que possuía a fim de levantar um mínimo capital para custear a viagem. Todos imaginavam que iriam enriquecer depressa, esquecendo-se das dificuldades e perigos que teriam de enfrentar. Nos primeiros anos, cerca de trinta mil pessoas invadiram as terras mineiras e, no auge da produção aurífera, a população de Vila Rica chegou a cem mil habitantes, tornando-se a maior cidade brasileira. Apenas para comparação, a capital do país, Salvador, na mesma época, possuía cerca de cinquenta mil pessoas.

O trabalho na mineração oferecia uma real possibilidade de enriquecimento para os mais pobres, uma vez que as datas distribuídas, ao contrário do que ocorreu no México e Peru, eram pequenas. Por isso, qualquer indivíduo que tivesse apenas um escravo, ou nem isso, minerando ele próprio, poderia ficar milionário.

Mas não foi só de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e outras regiões do Brasil que houve este enorme afluxo de pessoas para os territórios mineiros. Quando a notícia se espalhou por Portugal, foi difícil conter os reinóis, que começaram a se bandear para a colônia feito formigas atrás de açúcar. Durante os primeiros duzentos anos de colonização, os portugueses pouco se interessaram em migrar para esta parte do mundo, repleta de índios e muriçocas. Porém, quando descobriram que poderiam enriquecer da noite para o dia, eles se animaram e passaram a chegar ao porto do Rio de Janeiro aos milhares. O próprio rei afirmou que o reino estava se despovoando. Para conter a enxurrada de portugueses que arribavam ao Brasil, abandonando seus campos e vilas, deixando-as praticamente desertas, a Coroa foi obrigada a baixar uma lei a 20 de março de 1720, proibindo que mais portugueses deixassem o país com destino à colônia, a não ser que fossem ocupar cargos oficiais. Mesmo assim, não poderiam levar mulheres ou criados. Particulares só recebiam autorização para viajar ao Brasil se fosse o caso de resolver assuntos urgentes e com passagem marcada para a volta. Porém, como se pode imaginar, tal lei não era muito obedecida e, a bem dizer, não passava de letra morta. Nos primeiros 60 anos de extração aurífera, estima-se que mais de 600 mil portugueses deixaram a metrópole para se estabelecer no Brasil.

Como não podia deixar de ser, também os estrangeiros botaram olhos grandes nessa bela “galinha dos ovos de ouro” da Coroa portuguesa. Todo mundo sabia que o ouro seguia para o Rio de Janeiro, vindo da região das minas, em comboios bastante inseguros e por caminhos horrorosos, muitas

vezes, não passando de picadas que o mato engolia nas estações das chuvas. A metrópole pouco investia em estradas, pois era mais fácil para controlar os direitos de entradas[5] e passagens[6]. Naquele tempo, cobravam-se impostos sobre tudo, até para financiar os alfinetes da rainha! Porém, por volta de 1700, Garcia Rodrigues Pais, filho primogênito de Fernão Dias, começou a abrir o chamado “Caminho Novo” para o Rio de Janeiro às suas próprias expensas. Isto encurtou muito a viagem, pois já não era mais necessário passar pela capitania de São Paulo, como acontecia com o trajeto do “Caminho Velho”. Até o final do século XVII, a viagem poderia levar dois meses, já que os viajantes costumavam caminhar apenas durante a parte da manhã, quando muito, até as duas horas da tarde. Depois disso, gastavam o tempo para organizar o local do pouso, caçar e pescar.

Qualquer um dos dois caminhos, porém, levava o ouro das minas para o porto do Rio de Janeiro, onde era embarcado até Lisboa. Em pouco tempo, a notícia da descoberta do ouro nos territórios portugueses da América havia corrido o mundo, despertando a cobiça de toda gente.

Em 1710, um corsário francês de nome Jean-François Duclerc, imaginando enriquecer à custa de uma pilhagem fácil naquela região esquecida do mundo civilizado, atracou seus seis navios nas águas da Guanabara, apinhados com cerca de mil piratas ávidos por saquearem tudo que estivessem ao alcance de seus braços, e tentou tomar a cidade numa investida ousada e sensacional. Apanhados de surpresa, os cariocas defenderam-se do jeito que deu, distribuindo tiros de canhão a esmo sobre as embarcações fundeadas na baía. Rechaçados pela artilharia das fortalezas de São João e Santa Cruz, Duclerc ordenou a retirada de seus navios que, aparentemente, haviam desaparecido da vista de todos. Imaginando que os franceses tivessem desistido e fugido para alto-mar, as autoridades portuguesas afrouxaram a defesa. Triste engano! Duclerc ancorara na região de Guaratiba e ordenou o desembarque de seus homens, que seguiram escondidos pelos matos a fim de atacar a cidade pela retaguarda, por onde ninguém esperava. Os piratas invadiram as ruas de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde ocorreram diversos confrontos. Brancos e negros, senhores e escravos, ricos e pobres, todos se uniram para lutar contra o temível inimigo comum. Naquele momento ímpar na vida da pacata cidade, então com cerca de doze mil habitantes, ninguém se ausentou da peleja. Homens, jovens e velhos, armaram-se com pistolas e facas; estudantes do Colégio dos Jesuítas empunhavam espadas ou pedaços de paus e até mesmo mulheres despejavam óleo fervente das janelas. Após terríveis combates, os franceses capitularam e Jean-François Duclerc foi preso. Alguns meses depois, seria misteriosamente assassinado na casa do tenente Tomás Gomes da Costa, onde era mantido preso[7].

Houve festa, e grande festa, para comemorar tamanha vitória. No ano seguinte, porém, outro corsário francês imaginou que poderia de apoderar das imensas riquezas que ele supunha existir na cidade do Rio de Janeiro. Com o frívolo pretexto de se vingar da morte covarde a que Duclerc fora submetido (pois ele era prisioneiro de guerra e, portanto, merecia tratamento especial), René Duguay-Trouin fundeu não seis, mas dezessete navios nas águas cariocas. A cidade começou a ser bombardeada sem piedade e, vendo que mais nada poderia fazer para defender a população, o governador Francisco de Castro Morais fugiu covardemente, deixando a cidade praticamente entregue ao inimigo. Aquela foi a noite mais triste da história do Rio de Janeiro. Não resisto aqui à tentação de colocar uma página do meu romance, onde descrevo parte desta tragédia:

“Ao ler esta resposta[8], Duguay-Trouin decidiu aniquilar a cidade do Rio de Janeiro. Naquele mesmo dia, quando escureceu, mandou que todos seus navios se postassem na orla da praia e ordenou que os canhões não descansassem um minuto, enquanto houvesse pedra sobre pedra. Deu-se, então, a terrível tragédia, que ficaria na memória dos cariocas para sempre. As bombas começaram a rasgar os céus feito uma tempestade de brasas e iam destroçando casas, prédios, armazéns, tudo que encontravam pela frente. Em pouco tempo,

centenas de incêndios espalharam-se pela cidade em polvorosa. As pessoas desesperadas, alucinadas, gritavam, choravam, corriam sem rumo, tentando salvar suas vidas. Em vão, os fortes procuravam conter a fúria dos navios de Duguay-Trouin, que pareciam possuídos por forças satânicas e permaneciam massacrando a cidade impiedosamente.

Para piorar a situação, por volta da meia-noite, desabou sobre o Rio de Janeiro o mais aterrorizante dilúvio que já se teve notícia. A tempestade enfurecida castigava as ruas e casas com rajadas violentíssimas feito chicotadas. Era tanta água despejada, que se tinha a impressão de que estavam entornando o oceano sobre São Sebastião. A cidade adernava naquela implacável tormenta. Os tiros de canhões misturavam-se aos pavorosos estrondos dos relâmpagos, produzindo pânico generalizado entre as pessoas encharcadas de lama. Ninguém tinha lembrança de noite tão negra quanto aquela e muitos acreditavam que realmente havia chegado o fim dos tempos.

Os primeiros a abandonarem seus postos foram os combatentes dos fortes. Vendo que era impossível sustentar o fogo contra tão poderoso inimigo, infinitamente melhores servidos de armas e munições, os soldados debandaram, seguidos pelos capitães e comandantes, deixando a cidade entregue à própria sorte. Já não existia mais qualquer esperança de vitória. Ao ser avisado de que o Rio de Janeiro encontrava-se praticamente sem defesa, o governador Francisco de Castro Morais, que num arroubo de coragem jurara defender os interesses do rei até sua última gota de sangue, tratou de salvar a própria pele e meteu-se pelos matos, no que foi imitado pelos nobres e principais da terra. No desespero da fuga, muitos aristocratas caíram no mundo carregando apenas a roupa do corpo, deixando para trás todos os seus bens. Quando o povo percebeu que não havia mais ninguém que lhes valesse, seguiu o exemplo do governador e todos puseram-se a fugir vergonhosamente. Foi um deus-nos-acuda sem precedentes, um delírio indescritível de covardia coletiva. Não havia pai por filho, nem filho por pai, nem irmão por irmã, nem coisa nenhuma. A desordem foi tamanha que inúmeras pessoas perderam a vida no tumulto. As velhas que tropeçavam eram atropeladas pela multidão e ali ficavam, misturadas à lama, pisoteadas até a morte. Cada um embrenhou-se para onde lhe socorreram as pernas e muitas crianças extraviaram-se de suas mães no meio da escuridão daquela noite negra, de triste lembrança, a mais lamentável da história carioca.”

O resgate exigido por Duguay-Trouin para irem embora foi enorme: doze milhões de cruzados! Essa quantia era impossível de ser paga e os portugueses ofereceram tudo o que puderam amealhar: seiscentos mil cruzados, cem caixas de açúcar e duzentos bois. Era pegar ou largar. O governador ainda acrescentou mais dez mil cruzados de seu próprio bolso. Ou os corsários aceitavam isso, ou poderiam destruir a cidade inteira, incendiando tudo e não deixando pedra sobre pedra. Mais não havia. Duguay-Trouin aceitou o resgate e ele e seus homens deixaram o Rio de Janeiro após terem surrupiado tudo que puderam apanhar não só nas casas dos particulares, mas também em edifícios públicos e nas próprias igrejas, onde foram roubadas até mesmo as alfaias. Por seu comportamento vergonhoso, o governador foi deposto do cargo.

Voltemos às minas de ouro. Este podia ser explorado no leito dos rios por faiscadores que peneiravam o cascalho em bateias ou também encontrado em lavras. Normalmente, os mais pobres eram os faiscadores, que mineravam sozinhos e, quase nunca, pagavam o imposto dos quintos, pois a Coroa não tinha como fiscalizá-los. Grande parte da população trabalhava dessa forma. Já as lavras precisavam de um investimento maior por parte daquele que a explorava, uma vez que este necessitava possuir um número razoável de escravos. Pode-se dizer que até a virada do século XVIII, houve uma confusão generalizada na exploração do ouro. Quem encontrasse um veio passava a explorá-lo imediatamente e,

muitas vezes, nem comunicava a descoberta às autoridades portuguesas. Para pôr ordem nessa bagunça e melhor controlar os impostos sobre o ouro, evitar contrabando e sonegação dos reais quintos, a Coroa passou a regulamentar a extração aurífera. A 19 de abril de 1702, o rei assinou o *Regimento dos Superintendentes, Guarda-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro*. A partir de então, as datas passaram a ser distribuídas de acordo com a quantidade de escravos que o sujeito possuía. Quem tivesse mais braços para o trabalho, ganhava mais áreas para explorar, o que privilegiava os mais abastados.

Após uma lavra ter sido descoberta, o sujeito que a descobrira deveria imediatamente fazer o comunicado às autoridades da Intendência, criada pelo mesmo Regimento de 1702. Caso contrário, poderia ser preso por crime de lesa-majestade. Em seguida, faziam a repartição das datas. A primeira delas caberia ao descobridor, a segunda ficaria com a Fazenda Real, que a leiloaria em hasta pública, e a terceira data também permaneceria à disposição do indivíduo que a descobrira. Todas as outras, se mais houvesse, seriam distribuídas às pessoas que se interessassem por elas, privilegiando-se, sempre, a quantidade de escravos. Quem tinha uma dúzia de escravos ou mais, arrebatava uma data com 30 braças de testada, ou seja, cerca de 66 metros. Quem tivesse menos do que doze escravos, acabava recebendo duas braças e meia por escravo (aproximadamente cinco metros e meio). Para que ninguém reclamasse que alguém poderia estar sendo favorecido com uma data mais rica, procedia-se ao sorteio delas entre os interessados.

Mas nem só de ouro vive o homem. Logo, começaram a faltar braços para a agricultura. Como a primeira ideia era não fincar raízes na região, ou seja, os aventureiros que se dirigiam para o território das minas esperavam retornar para seus lares assim que enriquecessem, ninguém se interessava em cultivar os campos, que ficavam abandonados. Além do mais, os mineradores tinham pouco tempo ou disposição para plantar a própria roça, uma vez que a exploração das minas exigia muito empenho e trabalho árduo. Com isso, começou a faltar comida e o minguido alimento disponível era vendido a um preço exorbitante. Se os próprios indivíduos mais abastados tinham dificuldade para arranjar o que comer, imagine-se, então, como deveria ser as condições alimentares de um escravo. Houve grande fome nos anos de 1698, 1700 e 1713. O desespero chegou a tal ponto, que algumas pessoas mataram seus próprios companheiros por causa de uma cuia de farinha. E também casos de pessoas que morreram de fome, tendo os bolsos repletos de ouro!

Aqueles que se desiludiam com a mineração, aos poucos iam retornando para suas casas. Outros, porém, sem condições financeiras para empreenderem a viagem de volta, acabaram ficando por ali mesmo, dando início ao povoamento da região. Na verdade, o sonho do Eldorado somente se tornou realidade para alguns senhores abonados, que podiam explorar muitos escravos. Para a maior parte dos aventureiros, pessoas humildes do povo que já eram pobres nos locais em que viviam, a pobreza continuou a ser a nota dominante de suas vidas. Naturalmente, foram surgindo os primeiros núcleos urbanos, quase sempre, em torno de uma humilde ermida, erguida para devoção particular de algum santo ou de Nossa Senhora.

Para este estudo, interessa-nos a cidade de Vila Rica, palco principal deste drama soturno que foi a inconfidência mineira. Consta que as primeiras pessoas ali chegaram por volta do final do século XVII, sendo que o primitivo arraial tomou grande impulso entre os anos de 1700 a 1705. Em 1711, os diversos agrupamentos populacionais da região acabaram sendo reunidos num só núcleo, sendo elevado à categoria de “vila” com o nome de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Albuquerque, em homenagem a Antônio de Albuquerque, que ocupava o cargo de governador da recém-fundada capitania de São Paulo e das Minas do Ouro. Dom João V, o magnânimo, que passara a ocupar o trono português a partir do início de 1707 no lugar de seu pai, Dom Pedro II, abreviou-lhe o nome apenas para Vila Rica. Não por magnanimidade, mas porque estava cheio de ciúmes por não ter sido consultado quando resolveram batizar a vila sem o seu consentimento.

Em pouco tempo, Vila Rica cresceu enormemente e, em 1723, já havia se tornado a capital da província. Por volta da metade do século XVIII, haveria de se transformar na maior cidade brasileira e o principal centro econômico da América portuguesa. Os homens mais ricos da colônia faziam da cidade o local de suas residências, bem como os mais destacados intelectuais. Existiam muitas construções de dois andares, as ruas centrais eram pavimentadas com pedras, ao contrário da maior parte das cidades do Brasil, e as igrejas apresentavam altares revestidos com ouro.

A Guerra dos Emboabas

É claro que onde há ouro sem dono definido, há conflito. E as primeiras escaramuças não demoraram muito para acontecer nas terras mineiras.

Os paulistas achavam que tinham mais direitos sobre as lavras de ouro do que as pessoas das outras capitanias. Para eles, quem não havia participado das bandeiras ou contribuído de alguma forma para a descoberta das minas, dando seu sangue ou sua própria vida para a conquista épica daqueles territórios ainda selvagens, não merecia agora repartir o lucro. Queriam privilégios. Afinal, haviam sofrido barbaramente naquelas regiões inóspitas, enfrentando todos os tipos de perigos, desde cobras venenosas a índios comedores de gentes. E tanto sacrifício para aumentar o erário real com a descoberta daquelas minas de ouro fabulosas bem merecia uma recompensa. Por outro lado, os portugueses também alegavam seus direitos, uma vez que se julgavam os donos da terra.

Para agravar a situação, o grande afluxo de pessoas que se dirigiam para as minas, vindas de outras partes do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, acabou incendiando ainda mais a rivalidade entre as duas facções. Todos estes indivíduos desejavam avidamente meterem as suas mãos no ouro, que os paulistas procuravam resguardar apenas para si. Com isso, passaram a lutar por seus direitos ao lado dos portugueses. Assim, formaram-se dois grupos antagônicos bem definidos. De um lado, os paulistas, chamados pelos seus adversários de “bandoleiros sem lei”; do outro lado, portugueses e todas as outras pessoas das mais diversas capitanias, que haviam se dirigido para a região das minas. Os paulistas os chamavam pejorativamente de “emboabas”, que na *Língua Geral Paulista* significava “pata peluda”. Os índios denominavam de emboabas certas aves que possuíam as pernas cobertas com penas. Como os portugueses costumavam usar calças compridas e botas, cobrindo toda a perna, o apelido impôs-se pela analogia. Portanto, na visão dos paulistas, emboabas seriam todos estes forasteiros que se dirigiram para a região das minas em busca de oportunidades.

Embora os paulistas ocupassem postos de destaque na administração das minas, eles começaram a ficar em minoria, diante do enorme afluxo de pessoas vindas para aqueles territórios. Na época, a cidade de São Paulo não passava de uma pequena vila, com cerca de 600 habitantes. Porém, os paulistas eram respeitados pelo seu caráter e temidos pela fama que possuíam de ser gente severa.

Evidentemente, o elevado preço dos alimentos e ferramentas de trabalho contribuiu para aumentar o clima de hostilidade entre as duas facções. O ex-bandeirante Manuel de Borba Gato, que ocupava os altos postos de Superintendente e Guarda-Mor, era o chefe incontestado dos paulistas. Liderava a facção dos emboabas um fazendeiro português que viera da Bahia, Manuel Nunes Viana.

Chegou um momento em que ninguém mais respeitava as terras dos outros e o ódio visceral dos dois grupos acabou resultando num conflito sangrento. O pretexto para o início da guerra foi um incidente trivial. O paulista Jerônimo Pedroso de Barros, passando diante de uma igreja em Caeté, onde morava Manuel Nunes Viana, encontrou um emboaba seu desafeto e tentou lhe tirar a espada à força, alegando que o sujeito lhe devia dinheiro. Estando presente Nunes Viana, julgou este que tal ato era não só arbitrário, como até mesmo uma provocação do atrevido paulista a ele próprio, chefe dos emboabas.

Dirigiu-se aos dois contendores e impediu que Jerônimo levasse a espada do outro. Ao saber do acontecido, Borba Gato encheu-se de cólera e, imediatamente, decretou a expulsão de Manuel Nunes Viana da capitania de Minas. Alegando que o fazendeiro português era contrabandista e agitador, deu-lhe um prazo de 24 horas para desaparecer dali de uma vez por todas. Porém, a população inteira saiu em defesa de Nunes Viana e logo se formou um exército com mais de duas mil pessoas para defendê-lo.

Em pouco tempo, iniciam-se as batalhas em diversos arraiais da capitania, quase sempre com a vitória dos emboabas, que foram tomando o controle político e administrativo. A Guerra dos Emboabas estendeu-se de 1707 a 1709. Em 1708, Manuel Nunes Viana foi aclamado governador pela população, que o adorava. A cerimônia ocorreu na igreja de Cachoeira do Campo e foi celebrada pelo Frei Francisco de Meneses[9]. Dotado de uma inteligência superior, este grande líder emboaba é considerado por muitos como o primeiro homem a ocupar um elevado cargo público na América do Sul por vontade soberana do povo.

É necessário deixar bem claro que, em momento algum, os emboabas pretenderam criar no Brasil um governo independente de Portugal, como seria o desejo dos inconfidentes, oitenta anos depois. Os emboabas queriam apenas tirar o poder das mãos dos paulistas.

Um dos episódios mais sangrentos e trágicos da Guerra dos Emboabas deu-se nos arredores de Cachoeira do Campo, que ficou conhecido na história como “Capão da Traição”. Nesta localidade, os paulistas haviam sido derrotados pelos emboabas, então comandados por Bento do Amaral Coutinho[10]. Vendo-se cercados, os paulistas pediram trégua e foram anistiados pelo chefe emboaba, com a condição de que retornariam imediatamente para São Paulo. Os paulistas, porém, vendo-se livres, traíram a palavra dada a Bento do Amaral e, reorganizando-se como puderam, atraíram novamente o inimigo para uma cilada. Contudo, novamente os emboabas venceram a batalha, embora tivessem apresentado muitas baixas entre os seus homens. Outra vez, os paulistas ergueram bandeiras brancas em busca de trégua. Bento do Amaral Coutinho jurou-lhes em nome da Santíssima Trindade que pouparia a todos, mas não o fez. Após a rendição, o “Calígula” emboaba, como era conhecido pelos paulistas, ordenou cruelmente o massacre de cerca de trezentos homens desarmados.

Durante um ano, Manuel Nunes Viana governou a região. Em 11 de junho de 1709, Antônio de Albuquerque assumiria o governo da Capitania do Rio, São Paulo e Minas no lugar de Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Seguindo para as terras mineiras, com grande empenho e energia, finalmente conseguiu apaziguar os ânimos de todos. Finalizada a guerra, os paulistas haviam sido expulsos do território mineiro pelos emboabas. Muitos regressaram para São Paulo, enquanto que outros se embrenharam ainda mais nos matos, indo descobrir outras jazidas de ouro nas regiões de Mato Grosso e Goiás.

Uma das consequências imediatas da Guerra dos Emboabas foi que a Coroa se viu obrigada a atuar de maneira mais decisiva e presente nas minas, organizando melhor a vida civil, política e administrativa da região. A 9 de novembro de 1709, foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro (separada do Rio de Janeiro). Houve necessidade da coroa fiscalizar mais de perto a sua “galinha dos ovos de ouro”. Minas só seria definitivamente desmembrada de São Paulo através do Alvará de 2 de dezembro de 1720.

Sistemas de arrecadação de impostos sobre a extração do ouro

Paulistas e emboabas podiam discordar de quase tudo; porém, em duas coisas eles concordavam: ambos achavam escorchantes os impostos que incidiam sobre o ouro e, por causa disso, tanto os primeiros, quanto os últimos, sonegavam o que era possível.

Na verdade, toda gente sonegava e a Coroa, de tempos em tempos, procurava mudar o sistema de arrecadação dos impostos sobre o ouro, para ver se conseguia resolver o problema da sonegação. As diversas tentativas foram inúteis. Estima-se que a quantidade de ouro sonegada, que escapava aos cofres reais, era praticamente a mesma do ouro quintado.

Todas as terras do Brasil pertenciam ao Estado português, personificado pela pessoa do rei e isto ninguém contestava. Ora, de acordo com tal raciocínio, era muito natural que tudo o que viesse a ser encontrado debaixo dela, como prata, ouro ou diamantes, também caberia por justiça àquele senhor. Por ser magnânimo e justo, este permitiria a qualquer súdito explorar as suas riquezas, exigindo em troca apenas uma pequena parcela para si, ou seja, o quinto. Até aí, todos concordavam. O grande problema era a forma como se procedia à arrecadação.

Ninguém poderia sair da capitania, levando ouro que não tivesse sido quintado. Aliás, a partir do início do funcionamento das Casas de Fundição, ninguém mais poderia carregar ouro em pó. Esta medida provocou enorme descontentamento na população, pois nem todos tinham ouro suficiente para ser transformados em barras, como os mais pobres, que nunca juntavam o suficiente e, por isso, continuaram vivendo como se a lei não fosse com eles. Além do mais, tal proibição acabou gerando problemas sérios no comércio, uma vez que o ouro em pó constituía-se na principal moeda de troca da época, pois era fácil pesar e fragmentar.

A fim de inibir que as pessoas continuassem andando pela capitania com ouro em pó, a Coroa passou a incentivar os delatores. Se um infeliz fosse apanhado em flagrante, todo o seu ouro seria confiscado, ficando metade para a Fazenda Real e a outra metade para o denunciante. Daí que houve muitas denúncias decorrentes de inveja, ódio ou mesmo por pura canalhice, feitas por indivíduos que apenas desejavam se apoderar da riqueza alheia. A tal ponto chegou a preocupação real com o problema da sonegação e do contrabando, que em 1751 acabou por expulsar da capitania de Minas Gerais todos os ourives!

Um antigo Alvará de 1557 já previa a arrecadação do quinto, caso riquezas minerais como ouro viessem a ser descobertas na colônia. Baseando-se neste documento, a Coroa estabeleceu o regime dos quintos no início do século XVIII e o primeiro sistema adotado, no tempo de Dom Antônio de Albuquerque, foi o sistema de arrecadação por bateia, ou seja, por escravo que trabalhasse na mineração. Tal regime mostrou-se bastante ruim e injusto, pois o imposto acabava recaindo sobre o trabalhador e não sobre a produção. Cada “bateia” na mineração deveria pagar dez oitavas, independente da quantidade de ouro que se descobrisse. Por um lado, existiam lavras muito ricas e, se fossem exploradas por poucos escravos, acabavam gerando uma receita irrisória ao rei; por outro lado, havia minas que produziam pouco, onde era necessário um grande número de mão-de-obra para ela ter alguma rentabilidade. Nestes casos, o proprietário da lavra, muitas vezes, acabava pagando mais do que podia. O próprio governador Antônio de Albuquerque reconheceu que o sistema de arrecadação por bateia era ineficiente e suspendeu a tributação.

Em 1713, o novo governador, Dom Brás Baltasar da Silveira, chegou à capitania disposto a resolver o problema da arrecadação dos quintos. Após tremendas discussões entre a administração e os principais mineradores da região, ficou acertado que os mineiros deveriam pagar a quantia fixa de trinta arrobas de ouro por ano, recolhidas pelas Câmaras Municipais. Dessa vez, quem esperneou foi sua majestade, o rei Dom João V. De maneira alguma poderia aceitar tal acordo, que lhe pareceu muito mesquinho aos cofres reais. Obviamente, nada disso afirmou a seus leais súditos. Antes, explicou a recusa alegando que, dessa forma, toda a população acabaria arcando com o imposto, quando este deveria incidir apenas sobre os mineradores.

Diante da recusa real, a solução foi retornar ao antigo e injusto sistema das bateias; porém, agora com um agravante: não eram mais dez oitavas de ouro que deveriam ser pagas, mas doze oitavas por minerador. Tão logo o sistema foi divulgado, a população revoltou-se, pois todos eram favoráveis a

pagar as trinta arrobas anuais, exceto o rei. Sem condições de continuar no governo, Dom Brás Baltasar foi substituído por Dom Pedro de Almeida, terceiro Conde de Assumar, que terá uma participação decisiva no levante de 1720. Tomando posse em setembro de 1717, o Conde de Assumar chegou a Vila Rica no dia primeiro de dezembro do mesmo ano, trazendo na bagagem instruções para criar as famosas “Casas de Fundição”.

Até a construção delas, os mineradores que pagavam os impostos sobre a extração do ouro recebiam certificados de pagamento. Quem não exibisse este documento, teria todo seu ouro confiscado. A 11 de fevereiro de 1719, Dom João V assina uma lei criando as Casas de Fundição, mudando novamente as regras para a cobrança do imposto. Proibia-se terminantemente a circulação de ouro em pó. Quem fosse apanhado com isso e não estivesse se dirigindo para as Casas de Fundição seria tratado como contrabandista, teria seus bens confiscados e poderia, até mesmo, ser deportado para a África. Era mais uma tentativa que visava acabar com o contrabando e que, evidentemente, não deu certo. Todo o ouro extraído das minas deveria ser levado até as Casas de Fundição, onde seria pesado e transformado em barras, recebendo o selo real. Neste processo, descontavam-se automaticamente não só os vinte por cento referentes ao quinto, como também todas as despesas da própria fundição.

Embora a lei tenha sido assinada em 1719, as Casas de Fundição só entraram em funcionamento seis anos depois, em 1725. Na verdade, não havia local para a instalação física delas e o rei, como era muito sovina, não queria gastar seu rico dinheirinho em prédios localizados assim tão longe, numa terra onde ele nunca haveria de colocar seus régios pés. Preferia esvaziar os cofres na construção do Convento de Mafra e no pagamento das contas apresentadas pelos comerciantes ingleses. Desde 1703, com o Tratado de Methuen, a Inglaterra vinha vestindo, alimentando e entretendo Portugal em troca de vinhos e laranjas, segundo as palavras de Charles Ribeyrolles. Bom negócio! E Dom João V, em sua crassa ingenuidade, imaginava que os mineiros iriam disputar a tapas para ver qual deles seria o súdito mais leal e teria o privilégio de oferecer uma casa para as instalações do fisco. Obviamente, nenhum se habilitou, pois ninguém queria ceder a espada para cortar o próprio pescoço. Como o rei não desejava perder uma oitava de ouro que fosse para as edificações, ou seja, não queria tirar a importância necessária para as construções das referidas Casas de Fundição do próprio ouro arrecadado, decretou que tais edifícios se realizassem com as sobras das verbas do orçamento administrativo e isso se estendeu por longos anos, já que os funcionários corruptos acabavam sempre embolsando as tais sobras.

Porém, tão logo as Casas de Fundição começaram a funcionar, Dom João V teve a grata satisfação de ver a sua receita real aumentar enormemente. Só para se ter uma ideia, em 1724 foram arrecadadas em torno de 36 arrobas de ouro. No ano seguinte, a arrecadação deu um salto extraordinário, subindo para 133 arrobas! E viva o Brasil!

Após a euforia inicial dos primeiros anos, Dom João V, dominado pela sua ganância, voltou a achar que seus leais súditos continuavam sonogando os impostos e lesando a Real Fazenda. Não importava quanto ouro arrecadassem. Para a corte portuguesa, as minas eram infinitas e, se não se alcançava a quantia desejada, era porque os mineradores empalmavam a parte que cabia ao rei por direito. As Casas de Fundição não serviam mais para seus intentos. Então, a Coroa decidiu acabar com elas, substituindo-as por um novo sistema de arrecadação: a capitação.

Da mesma forma que os regimes antecessores, a capitação também se mostrou ser um sistema bastante ineficiente. Agora, cobrava-se “por cabeça”. Era um sistema muito parecido com a arrecadação por “bateia”, com a diferença de que, nesta, pagava-se imposto por escravo que trabalhasse nas lavras; na capitação, o minerador pagava por todo escravo que possuísse, trabalhando nas minas ou não. E para este fim específico, a Coroa entendia como trabalhador das lavras não só negros, mas brancos, índios, mestiços, forros, etc. Na prática, a população pobre foi a mais prejudicada, pois acabou arcando com o ônus da capitação, pois muitas pessoas trabalhavam sozinhas e foram obrigadas a prestarem contas à Real Fazenda. Como não podia deixar de ser, o rei não explicou a seus súditos que estava substituindo as

Casas de Fundição pela capitação, porque desejava obter mais lucros. A desculpa dada foi que era necessário acabar com a “ociosidade dos negros forros e vadios em geral”.

O plano foi colocado em prática após o novo governador, Dom André de Melo e Castro, o Conde de Galveias, tomar posse a 1º de setembro de 1732. Estipulou-se que o valor pago seria da ordem de 17 gramas de ouro por escravo a cada seis meses. Terrível para o minerador que possuísse muitos escravos e minerava uma lavra fraca e também para os trabalhadores avulsos. E todos os escravos precisavam ser registrados. Talvez este tenha sido o sistema que provocou mais revoltas. Começou a ser cobrado a partir de 1735, quando o rei substituiu outra vez o governador da capitania das Minas, dando posse a Gomes Freire de Andrade no dia 26 de março de 1735.

Morto Dom João V a 6 de julho de 1750, o cetro da monarquia portuguesa foi entregue a seu filho, Dom José I, que era um sujeito incapaz e só pensava em duas coisas: dinheiro e mulheres. Contudo, cercou-se de bons ministros, sobretudo, o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Este tomou todo o poder para si e governou praticamente como bem quis.

Uma de suas primeiras maquinações foi arranjar alguma maneira para aumentar ainda mais a arrecadação real, que só em 1749 tinha sido de quase 1800 quilos de ouro e ele ainda achava pouco. Após muito meditar, chegou à conclusão de que deveriam restabelecer o regime dos quintos arrecadados nas Casas de Fundição. Agora, porém, havia um agravante. A nova lei estabelecia uma cota mínima a ser paga por ano: cem arrobas de ouro. Caso este valor não fosse atingido, a Coroa lançava a “derrama”, uma contribuição coletiva, rateada entre todos os moradores da capitania, mineradores ou não, para cobrir os prejuízos do rei. Até 1766, a cota foi sempre atingida. Contudo, com o esgotamento das minas, os mineiros não conseguiram mais pagar o tributo, que foi se acumulando ano a ano. E veio o terremoto de Lisboa a 1º de novembro de 1755, cujas contas da destruição também sobraram para a colônia pagar. A fome começou a grassar pelas cidades e muitos homens são vistos vagando pelos campos e estradas, sem meios de vida. Com as dívidas acumuladas e a pobreza por toda parte, os colonos não têm como saldar os atrasados. Então, por volta de 1788, começa-se a se falar que a derrama será cobrada e todos irão à falência. Neste momento, um grupo de homens extraordinários começa a pensar na possibilidade da existência de um Brasil livre.

Mas voltemos ao ano de 1720, quando ocorreu a primeira tentativa séria de levante contra a metrópole.

Filipe dos Santos

Independente do sistema cobrado pela extração do ouro, seja por bateia, Casas de Fundição ou capitação, o certo é que a Coroa não conseguiu encontrar um mecanismo eficiente para a arrecadação da parte que cabia à Fazenda Real. E os mineradores em particular, junto do povo em geral, evidentemente, mostravam-se insatisfeitos com qualquer tipo de cobrança. Os elevados impostos provocaram no espírito dos habitantes das Minas um profundo descontentamento, não só das pessoas mais humildes, como também dos mais abastados.

Quando a população soube que Dom João V estava decidido a instalar as Casas de Fundição na capitania das Minas, todos ficaram bastante preocupados. Se nestes vinte e cinco anos de extração do ouro a riqueza havia sorrido apenas para alguns grandes mineradores e para um ou outro faiscador mais afortunado, a verdade é que boa parte dos moradores da capitania vivia em extrema pobreza e com enorme dificuldade para sobreviver. Tudo custava caro demais nas Minas, até mesmo a alimentação básica. Com o início da cobrança dos quintos nas Casas de Fundição, a perspectiva de vida dos mineiros mostrava-se ainda mais dramática. Mesmo os principais mineradores da região, como Paschoal da Silva

Guimarães, considerado o homem mais rico do Brasil na época, tinham absoluta certeza de que a nova maneira de cobrança dos impostos iria aumentar terrivelmente a quantidade de ouro que eles deveriam pagar à Coroa. Diante deste problema que tirava o sono de todos, a elite mineira resolveu agir.

Como já ficou dito, em 1719, dois anos após o Conde de Assumar ter sido nomeado governador das Minas, ele publica uma lei criando as tais Casas de Fundição. Em junho de 1720, grandes homens da capitania, que se sentiam prejudicados com o novo sistema de arrecadação de impostos, passaram a se reunir sigilosamente para conspirar contra o governo. Não só Paschoal da Silva Guimarães, que possuía mais de 300 escravos[11], mas também outros nomes importantes, como Tomé Afonso, Frei Vicente Mosqueira, Sebastião da Veiga Cabral, João Ferreira Diniz, José Peixoto da Silva, o ex-ouvidor Manoel Mosqueira Rosa e Frei Francisco de Monte Alverne. A estes, uniu-se um sujeito chamado Filipe dos Santos, de quem quase nada se sabe. Os poucos dados biográficos que se conseguiram levantar sobre ele não chegam, sequer, a esclarecer se Filipe era brasileiro ou português, como querem alguns historiadores revisionistas. Seja como for, Filipe dos Santos acabou emprestando seu nome à História para nomear um motim onde, segundo tudo indica, ele teria sido apenas uma peça menor, servindo para encobrir os verdadeiros líderes da rebelião.

Era noite de São Pedro. Algumas fogueiras ardiam aqui e ali pelas ruas escuras de Vila Rica. Do morro do Ouro Podre, onde Paschoal da Silva possuía suas terras, um grupo de mascarados partiu em direção à casa do ouvidor Martinho Vieira, armados com paus, facas e armas de fogo. O ouvidor era um sujeito rude, arrogante, autoritário, odiado por toda gente e desprezado até mesmo pelo governador. Os insurgentes haviam decidido iniciar a rebelião tomando-lhe a casa, pois imaginavam que tal ato conquistaria a simpatia geral do povo. Contudo, não encontraram o homem em sua residência. Alguns dias antes, um dos próprios filhos de Paschoal da Silva, temendo que a rebelião pudesse ser descoberta e que todos fossem punidos pelo crime de lesa-majestade, resolveu denunciar o levante, escrevendo uma carta ao Conde de Assumar. Este avisou o ouvidor Martinho Vieira, que fugiu o mais rápido que pôde.

Mesmo assim, a casa foi depredada e invadida, sendo capturada a amante do ouvidor, que ali se encontrava. Julgando-se fortalecidos e imaginando contar com o apoio da população, no dia 2 de julho de 1720, os líderes rebeldes, acompanhados por mais de duas mil pessoas, dirigiram-se à vila de Ribeirão do Carmo[12], a fim de cercar o palácio do governador para cobrar dele uma série de exigências, entre elas:

- a) Extinção das Casas de Fundição;
- b) Isenção de se pagar impostos no registro da Borda do Campo[13], pois isto provocava muitos incômodos;
- c) Pagar ao rei a quantia fixa de trinta arrobas de ouro;
- d) Que os soldados da Companhia dos Dragões comessem às suas próprias custas e não à custa do povo;
- e) Abolição dos monopólios do sal, fumo e aguardente.

A lista das exigências era bem mais longa do que estes cinco itens; porém, a principal delas era a extinção das Casas de Fundição. Ao ver tamanha multidão comprimindo-se diante do palácio, o Conde de Assumar apavorou-se, uma vez que os rebelados ameaçavam a sua própria integridade física. Fez o que costumam fazer os governantes canalhas. Pediu que uma comissão, escolhida pelos próprios manifestantes, entrasse no paço para discutir os seus pontos de vistas. Temendo pela própria vida, o governador foi aceitando item por item tudo que lhe era solicitado. Se pedissem para ele entregar o cargo e deixar às minas nas próximas 24 horas, teria concordado plenamente. E ainda proclamou o perdão a todos.

Os revolucionários voltaram para Vila Rica saltitantes de felicidade. Tinha sido mais fácil do que eles imaginavam. Só não se compreende a ingenuidade dos insurgentes. Tendo saído vitoriosos num

primeiro momento, deveriam ter arrancado o Conde do seu posto de governador e o expulsado das Minas. As distâncias eram muito grandes e os transportes e a comunicação bastante precários. Quando a notícia tivesse chegado à metrópole e a reação viesse de lá, já haveria passado muito tempo e eles estariam em melhores condições para negociar a paz com a Coroa. Mas acreditaram piamente na palavra de Assumar, que era um governador tirano, covarde e sanguinário.

Menos de quinze dias depois de ter prometido aceitar todas as condições exigidas pelos rebeldes, o Conde de Assumar reuniu mais de mil e quinhentos homens e deu ordem para se iniciar o massacre. Também decretou que qualquer civil poderia atirar e matar os revoltosos, caso os encontrasse pelas ruas. Ninguém atendeu a esta ordem do governador, o que prova o quanto o movimento tinha de apoio popular. Alguns líderes foram arrancados de suas próprias casas pelos soldados e levados presos para ficarem à disposição da justiça. Os homens incumbidos de prenderem os rebeldes acabaram cometendo tremendos atos de selvageria. O grande líder da rebelião, Paschoal da Silva, perdeu a sua propriedade com todos os trezentos escravos e teve sua casa incendiada criminosamente. O fogo acabou espalhando-se pelo bairro inteiro, que ficou conhecido como “Morro da Queimada”. Os prisioneiros foram despachados para Portugal, com exceção de Filipe dos Santos, que foi condenado à pena de morte para dar o exemplo. A maneira como o executaram tem sido tema para muita discussão entre os historiadores. Segundo alguns, Filipe dos Santos teria sido arrastado pelas ruas de Vila Rica e, quando já se achava todo ensanguentado, mais morto do que vivo, amarraram-no entre dois cavalos e seu corpo foi estraçalhado por meio de potreamento. Outros preferem apenas acreditar na versão de que ele fora enforcado em praça pública, ao lado da Câmara Municipal. Seja como for, a sua cabeça foi decepada, pregada num pau e exposta no pelourinho de Vila Rica durante dias, para que todos testemunhassem a maneira como a justiça portuguesa tratava seus súditos infiéis.

Todos os documentos que chegaram até nós a respeito do motim de 1720 foram escritos ou pelo próprio Conde de Assumar ou pelos seus secretários. Decorre daí, que a visão que temos deste episódio é apresentada através do ponto de vista da Coroa, que nos deu a versão oficial dos acontecimentos, ou seja, a versão que quis. Se algum dia aparecerem documentos redigidos pelos próprios insurgentes, certamente esta trágica página da história do Brasil precisará ser reescrita. De qualquer forma, os rebelados de Vila Rica foram derrotados porque confiaram na palavra pusilânime do governador.

A principal consequência do levante foi que a capitania de São Paulo e das Minas do Ouro acabou sendo desmembrada em duas, criando-se a capitania das Minas Gerais separada da capitania de São Paulo. As Casas de Fundação só passariam a funcionar em 1725. Em 1721, pouco mais de um ano após estes trágicos acontecimentos, o Conde de Assumar passava seu cargo a Dom Lourenço de Almeida.

Portugal e o século XVIII

O século XVIII colocou o mundo de pernas para o ar, abalando as estruturas de instituições que se julgavam representantes da vontade divina na terra, como a igreja, a monarquia absolutista e a própria nobreza. Novas ideias passaram a serem ventiladas não apenas sobre a velha encarquilhada Europa, mas também para os lados do chamado Novo Mundo, arejando as mentes e plantando sementes que iriam produzir frutos até então desconhecidos. Reis seriam chutados de seus tronos pelos súditos raivosos, cansados de esperar pelos *brioques*, que não vinham nunca. Pela primeira vez na história, a vontade do povo prevaleceu. Agora, o conhecido juramento que os aragoneses prestaram a seu rei fazia de fato sentido:

“Nós, que valem tanto quanto vós, e que juntos valem mais do que vós,

vos fazemos rei, se guardais nossos foros e liberdades. E se não, não!”

Durante o Renascimento, após a invenção dos tipos móveis e, conseqüentemente, da imprensa, a retenção do saber passou a não ser mais um privilégio de velhos monges enclausurados em mosteiros e o conhecimento do mundo antigo tornou-se bastante generalizado. Ao se descobrir como os povos da antiguidade clássica viviam, sobretudo os gregos, as pessoas começaram a se questionar por que motivo os indivíduos daquelas sociedades eram mais felizes do que o homem atual. Logo, chegou-se à conclusão de que o poder monárquico, o qual deveria zelar pelo bem-estar de todos, mostrava-se incompetente e um sistema de governo como a monarquia absoluta privilegiava apenas à felicidade do rei e da nobreza parasita. Com o tempo, começa a tomar corpo a ideia de que o rei só deveria ocupar o trono se fosse para servir a seus súditos, zelando pela felicidade geral do reino. Não se acredita mais que o monarca foi escolhido para seu posto por vontade divina. É neste contexto, durante o século XVIII, que o grande pensador e filósofo Montesquieu escreve uma obra que iria influenciar decisivamente o pensamento de todo o século: *O Espírito das Leis*. Neste livro, publicado pela primeira vez em 1748, o autor procura descrever as três formas de governo: a monarquia, a república e o despotismo. Para Montesquieu, a liberdade só pode existir, quando os poderes do Estado são limitados. Em função disso, estes poderes devem ter existência autônoma, separados em funções legislativas, executivas e judiciárias. Tais ideias influenciaram não só a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Revolução Francesa, mas o processo de independência norte-americana e, até mesmo, a Inconfidência Mineira.

Além dos ventos modernos que sopraram da Europa para o Novo Mundo, também da América do Norte se espalhavam ideias de liberdade e igualdade. Quando chegou ao Brasil a notícia de que as treze colônias inglesas haviam se libertado da Inglaterra, mostrando ao mundo que a soberania dos povos era um direito de todos, e não privilégio de alguns, muitos intelectuais que habitavam a região das Minas encheram-se de júbilo. Diversos deles possuíam em suas bibliotecas particulares obras proibidas pela Coroa portuguesa de circular na colônia, sobretudo dos pensadores iluministas. A própria Declaração de Independência dos Estados Unidos, certamente, deveria excitar a mente e o espírito de homens como o cônego Luís Vieira da Silva, por exemplo, uma das maiores inteligências do Brasil na época da inconfidência e um dos principais responsáveis pelo levante. Com lágrimas nos olhos e a voz embargada pela emoção, ele deve ter lido para seus colegas inconfidentes, em alguma das reuniões secretas, trechos como o seguinte:

“Consideramos como verdades evidentes que todos os homens se criaram em plena igualdade. Que receberam do criador certos direitos inalienáveis, tais como a vida, a independência, a busca da felicidade. Que é para assegurar esses direitos que os governos se instituem entre os homens, e que eles não conquistam o seu justo direito senão do consenso unânime dos seus governados. Que todas as vezes que uma forma de governo pretende destruir esses fatos, o povo tem o direito de mudá-la ou aboli-la.”

E tudo isso, porque os compatriotas de Thomas Jefferson haviam se revoltado por causa de um imposto sobre o chá. Declarada a independência em 1776, a guerra da revolução ainda iria durar longos seis anos. Somente em 1782, seriam iniciadas as negociações para que a paz pudesse ser estabelecida e a vida retornasse à sua normalidade. No ano seguinte, um tratado definitivo seria assinado entre os Estados Unidos da América e a Inglaterra, onde esta reconhecia a independência de suas ex-colônias. Portanto, todos estes acontecimentos estavam muito em voga na Europa durante a década de 1780, quando inúmeros estudantes brasileiros, muitos deles vindo da região das Minas, achavam-se matriculados nas universidades europeias.

Em todas as causas libertárias, os jovens sempre se encontram nas fileiras da frente, devido ao

seu entusiasmo natural e à sua ousadia. Os brasileiros que estudavam em Portugal, onde os espíritos de liberdade e igualdade fervilhavam no ambiente universitário, nutriam grandes esperanças de levar para o Brasil os ideais democráticos do iluminismo. Em 1772, a Universidade de Coimbra sofreu uma reforma, quando as ideias iluministas começaram a penetrar em seus corredores. Desde então, mais de trezentos universitários vindos do Brasil passaram por seus bancos. Somente em 1786, segundo afirma Kenneth Maxwell, vinte e sete estudantes brasileiros estudavam na Universidade de Coimbra, sendo doze deles oriundos da capitania das Minas. Na verdade, estes estudantes que regressavam da Europa constituíam-se nos principais agentes multiplicadores das ideias iluministas no Brasil, uma vez que a metrópole procurava manter a colônia na mais completa ignorância. Não erra aquele que afirma que o pensamento de quase todos os estudantes brasileiros era ver a sua pátria livre do jugo português.

Mas e Portugal nisso tudo? Além das paredes da universidade e de um ou outro reduto maçônico onde se discutiam as novas ideias iluministas, o resto do país permanecia aferrado aos antigos pensamentos retrógrados da época de Dom Pedro II. Portugal foi o último país da Europa a acabar com a inquisição e seria o último a abolir a escravidão. Sendo uma das nações mais atrasadas do continente, nem de longe lembrava os áureos tempos das gloriosas descobertas marítimas, quando seus audazes marinheiros se lançaram por mares desconhecidos a fim de estender as fronteiras do mundo.

Como diz o ditado, “o que vem fácil, vai fácil”. E, definitivamente, o Tratado de Methuen não se mostrou dos mais felizes para a nação portuguesa. Na verdade, foi extraordinariamente favorável à Inglaterra. Se por um lado, os vinhos lusitanos tinham recebido certos privilégios para serem vendidos na ilha britânica, os tecidos ingleses chegavam a Lisboa sem pagar qualquer imposto. A relação de dependência de Portugal com relação à Inglaterra ficou tão escandalosa, que o Duque de Choiseul, Secretário de Estado de Luís XV, chegou a declarar que “Portugal tem de ser considerado como uma colônia inglesa”. Evidentemente, para pagar tantos produtos úteis e inúteis, que os portugueses preferiam importar a produzir em seus próprios domínios, foi necessário muito dinheiro. E aí entra o Brasil, com o ouro das Minas, que escoou para a Inglaterra, onde ajudou a financiar a Revolução Industrial. Segundo alguns historiadores, cerca de 1000 e 3000 toneladas de ouro foram baldeadas do Brasil para a Europa. Apesar de tamanha riqueza, os portugueses não se tornaram uma nação próspera.

Como a população portuguesa preferia comprar os tecidos ingleses, naturalmente a sua rudimentar indústria de manufaturas encruou. Aliás, os portugueses viviam de maneira bastante precária, para um povo que poderia ter se constituído em uma das nações mais poderosas daquele tempo. Lisboa possuía um porto movimentado, é verdade, mas não existiam construções notáveis, excetuando-se aquelas de caráter religioso ou palácios reais. Não se pode dizer que era uma cidade das mais limpinhas. Iluminação não havia nas ruas, o que facilitava a frequência de roubos e assassinatos. À noite, os homens costumavam usar grossos capotes, dificultando o seu reconhecimento. Mulheres honradas não saíam de casa, a não ser para ir à missa. Provavelmente, nenhum outro país da Europa vivia mais intensamente o catolicismo do que Portugal. Diversão de toda gente era se dirigir ao Largo do Rossio ou ao Terreiro do Paço para assistir a um auto-de-fé, onde se costumavam assar judeus e outros hereges, a fim de glorificar a Deus lá no alto dos céus. Também as procissões eram muito concorridas, sendo a maior delas a de *Corpus Christi*.

Em 1707, Dom João V ascendeu ao trono e teve tudo para se tornar o mais feliz dos monarcas portugueses. Contava 16 anos e vivia na companhia de padres e mulheres rechonchudas, pois desde a Renascença, o padrão de beleza feminina continuava privilegiando as beldades roliças. Dizem que nutria certa preferência por freiras jovens e, dentre as que frequentaram o leito real, a mais conhecida, certamente, foi Paula Teresa, a “freirinha de Odivelas”, que lhe deu vários filhos. Aliás, filhos os teve às dúzias.

Dentre seus principais passatempos, esteve a construção do monumental convento-palácio de Mafra, onde mais de quarenta e cinco mil pessoas tiveram de ser empregadas na construção. Tendo sido

assentada a pedra fundamental em 1716, as obras somente terminaram em 1750, ano em que faleceu Dom João V, também conhecido como o Magnânimo. Outro fato que marcou o seu reinado foi a promulgação da Lei Extravagante, denominada “Pragmática”, a 24 de maio de 1749. Através dela, em 31 capítulos, proibia-se na colônia o emprego do luxo em vestuários, móveis, imóveis, transportes, etc. Tal medida foi promulgada para tentar deter a sonegação e o contrabando do ouro na região das Minas. Evidentemente, a lei não alcançou o resultado que a Coroa desejava; porém, os habitantes mais abastados do Brasil acabaram não podendo desfrutar, exibir ou ostentar os prazeres que o luxo adquirido pelas riquezas do ouro poderia lhes proporcionar. Tudo foi proibido, desde festas pomposas a gastos excessivos com funerais, até o emprego de ornamentos dourados em carruagens, liteiras ou cadeirinhas. As próprias roupas das senhoras elegantes do tempo não poderiam apresentar qualquer adorno, enfeite ou bordado com fios de ouro ou prata.

Morto Dom João V, sobe ao trono português o seu filho, que passará a história como o nome de Dom José I. Este reinará até 1777, mas reinará “entre aspas”, pois todo o período será dominado pela figura gigantesca do Marquês de Pombal. Chegando ao poder aos cinquenta anos, desde o início do reinado de Dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo impôs-se pelo seu talento e habilidade política. Em 1756, o rei o nomeou Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o mais alto cargo que ele poderia almejar. O seu poder e influência foram enormes, em todos os setores da vida pública portuguesa. No Brasil, ele era visto pela elite como um político de visão, um homem que verdadeiramente poderia trazer progresso para a colônia. Nem todos, porém, compartilhavam tal opinião a respeito de Sebastião José, que em 1759 receberia o título de Conde de Oeiras e, onze anos depois, o de Marquês de Pombal. Segundo o diplomata inglês Benjamin Keene, que foi embaixador em Madrid e também em Lisboa, o Secretário de Estado dos Negócios do Reino era

“A mais apoucada das cabeças coimbrãs que já encontrei. Ser tão teimoso, tão obtuso, geralmente é uma característica asinina...”

Pombal podia ser um tanto taciturno e de temperamento especulativo, mas não possuía nada de burro. Certamente, o inglês não o via com bons olhos, pois sabia que Sebastião José era desfavorável à política submissa com que Portugal se apresentava diante da Inglaterra desde o Tratado de Methuen. Tinha plena consciência de que todo o ouro e diamantes vindos do Brasil estavam indo parar nos cofres dos banqueiros ingleses, ajudando a incrementar a excelente marinha britânica e a promover o desenvolvimento e o progresso de suas indústrias. Para a Inglaterra, interessava que Portugal permanecesse debaixo de sua influência política e econômica, continuasse lhes enviando as boas e bem pesadas arrobas de ouro todos os anos, independente se o povo português – e também o brasileiro – estivesse sofrendo com tal exploração. O futuro Marquês de Pombal deitou um novo olhar sobre a colônia, procurando estabelecer relações mais flexíveis entre Brasil e Portugal. Tentou controlar os impostos, criando no Brasil as Juntas da Fazenda e escolheu os homens mais abastados e de confiança da capitania para recolher os tributos devidos à Coroa, mas o resultado não foi o esperado. Por toda a parte, a sonegação e o contrabando grassavam, incentivados até por sacerdotes que, a bem dizer, eram os maiores contrabandistas, pois não respondiam por seus crimes perante a justiça comum, mas a um tribunal eclesiástico. Sendo Pombal o mais intransigente defensor do Absolutismo e os inicianos seus grandes oponentes, em pouco tempo ele entrou em conflito com os membros da Companhia de Jesus, terminando com a expulsão completa deles das terras portuguesas no ano de 1759. A alegação era de que os jesuítas formavam um poder autônomo dentro do estado português. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive, no Brasil, aonde o número de inicianos não chegava a trezentos indivíduos. No Rio de Janeiro, os jesuítas possuíam grandes propriedades, como as fazendas no Engenho Velho, onde produziam açúcar, no Engenho Novo e em São Cristóvão, dedicadas à pequena lavoura e a fazenda de Santa Cruz, cujas terras serviam de pasto para mais de dez mil cabeças de gado.

Quatro anos antes da expulsão dos jesuítas, Portugal enfrentou o maior terremoto de sua história. Era o dia primeiro de novembro de 1755, dia de todos os santos. Algum tempo após o sol raiar, a população de Lisboa começou a sentir os primeiros tremores. Em breve, a cidade inteira passou a chacoalhar e, em muitos bairros, a terra se abriu. Por toda parte que se lançasse os olhos, só se viam ruínas e destruição. Grande foi o número de mortos e, maior ainda, o de feridos e mutilados, os quais não tinham como receber assistência médica. Existiam cerca de vinte mil residências na cidade; destas, pouco mais de três mil podiam ainda ser habitadas e as pessoas tiveram de se acomodar como deu, retirando-se para o campo ou hospedando-se na casa de parentes e amigos no interior. Das quarenta igrejas existentes na cidade de Lisboa, trinta e cinco desmoronaram com os fortes abalos. O Palácio da Ribeira, sede da moradia real, acabou desabando. Afortunadamente, nem Dom José I, tampouco qualquer membro de sua família, sofreu qualquer dano, uma vez que eles se encontravam em Belém, tomando a fresca, como se dizia na época. Muitos nobres também se achavam fora da capital portuguesa, de maneira que a tragédia incidiu, principalmente, sobre os pobres. O desespero tomou conta de todos e muita gente aproveitou para saquear o que restou do comércio e das casas alheias.

Porém, a cidade não sofreu apenas com o terrível terremoto. Também as águas do mar enfureceram-se e o rio Tejo transbordou, inundando parte de Lisboa e matando inúmeras pessoas que procuravam fugir em pequenas embarcações. Certamente, muitos imaginaram que a velha capital portuguesa estava sendo punida por Deus por conta de seus pecados, como as cidades bíblicas de Sodoma e Gomorra. E mais ainda os malfadados moradores da urbe devem ter se apavorado, deprecando a assistência divina a todos os santos que pudessem lhes valer naquele momento tão nefasto, agarrados às contas dos rosários, quando um pavoroso incêndio tomou conta de Lisboa, durando mais de oito dias. Lisboa possuía cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes e o número de mortos é bastante contraditório. As estimativas mais otimistas falam algo em torno de dez mil pessoas, enquanto que outros historiadores chegaram a afirmar que mais de cem mil habitantes teriam perecido em virtude daquela desgraça sem precedentes. O padre José de Castro achava-se na cidade de Lisboa no dia primeiro de novembro de 1755 e foi testemunha ocular de toda aquela terrível tragédia. Deixou-nos um valioso relato, que vale a pena ser transcrito em alguns trechos:

“Perto das oito horas, um leve tremor. Às nove e três quartos, quando as ruas e igrejas estavam cheias de gente, sentiu-se no ar um fragor como um desfilar de um carro, seguido de um levíssimo tremor de terra que a pouco e pouco foi aumentando durante seis ou sete minutos com força horrível e agitação espantosa de todos os edifícios sagrados e profanos. A terra tremia debaixo dos pés, depois subia e descia, ondeava, oscilava e as casas bailavam como navios no meio das ondas, perdendo o centro da gravidade, enfraquecendo-se nos alicerces, desconjuntando-se, desarticulando-se e caindo fragorosamente. (...) O povo ficou gelado e estúpido de espanto. Julgando uns que o castigo fosse particular da sua pessoa ou da sua família, quedaram-se de joelhos, mãos cruzadas no peito, cabeça inclinada como os réus no patíbulo. Onde o terremoto os apanhou, aí se mantiveram, ou no alto das paredes ou das traves que, agitadas, espantosamente, estalavam ou debaixo dos pavimentos, ou ao lado das paredes a inclinar-se violentamente, esperando da divina justiça o golpe final. Outros procuravam ao largo a segurança; e na fuga, encontravam a morte. Corriam para as igrejas; e lá encontravam a mesma sorte que desejavam evitar. Fulminados uns, pelo primeiro terremoto; e outros pelo segundo e pelo terceiro. Não só nas ruas, não só nas casas. Também nas igrejas, onde padres ficaram soterrados e mortos, quer no púlpito, quer no coro e quer nos confessionários, e onde o povo foi esmagado ou na atitude

de ouvir a palavra de Deus, ou de ouvir missa ou de receber a comunhão. Mortos por toda parte. Improvisavam-se cemitérios. As igrejas ou caídas, ou inclinadas para cair. O Palácio Real, a Patriarcal, a alfândega não existem mais. Em Belém caiu o palácio, e os reis salvaram-se no campo, passaram a viver em tendas, e o rei à noite foi dormir numa carruagem. (...) Por toda parte lágrimas e lamentos. Este procura o pai, aquele o irmão, outro a mulher e muitos os filhos. Não falta quem chore por ter de pedir esmola. As ruas da cidade entulhadas, um ou outro pedaço de parede ergue-se para o alto (...) E o mar, o manso, o lindo mar de Lisboa? Embraveceu, esbravejou e rugiu pela foz do Tejo. Roncava mais e mais à medida que subia; subia para lambar primeiro, abocanhar depois e arrebatou em seguidas árvores, mesas, traves, dando em troca à terra apavorada as barcas que as ondas lá deitavam (...) Primeiro a terra com os abalos, depois o mar com a fúria das ondas, e ainda depois o céu com o fogo, que não deu prejuízo inferior ao terremoto. Em poucos dias, acabou de consumir o bom e o melhor das suas numerosas habitações. Fosse ele subterrâneo, proviesse das chaminés das casas, ou das velas acesas dos altares, ou ateado pelos ladrões, o fato foi que, cessada a maior violência do terremoto e da inundação, viram-se em quinze ou vinte pontos distantes outros tantos incêndios, a fumegar, a arder, a devorar casas e igrejas, serpeando velozes chamas e, ao cair da tarde, quase se uniram todas, fizeram centro na cidade e espalhou-se pelo largo recinto de uma légua de circunferência. Oito dias durou o incêndio, e durante semanas e meses não deixou de arder e fumegar, calcinando, incinerando Lisboa...”

Coube ao Marquês de Pombal reconstruir a cidade com o ouro que arrecadou na capitania das Minas. A notícia da tragédia só chegou ao Rio de Janeiro quase um mês e meio após o desastre e logo foi instituído um imposto denominado *subsídio voluntário*, que de voluntário, obviamente, não havia nada. Todos os habitantes do Brasil tiveram que abrir as suas arcas e embornais para ajudar a pagar os prejuízos da metrópole. A ideia era que o imposto do *subsídio voluntário* seria arrecadado por um prazo de dez anos. Porém, findo este período, a Coroa achou melhor prorrogá-lo por mais uma década...

Outro acontecimento que marcou definitivamente este período foi o *Processo dos Távoras*, uma das páginas mais macabras da história de Portugal. O conhecimento deste episódio é muito importante para uma boa compreensão da inconfidência mineira, pois ele ilustra de maneira clara o modo vergonhoso como era aplicada a justiça portuguesa em crimes contra o Estado ou o rei.

A antiga nobreza lusitana, sempre orgulhosa de suas raízes, composta pelas mais abastadas e insígnias famílias do Reino, como os Távoras, os Aveiros, os Alornas e os Atouguia, não via com bons olhos o imenso poder que o maquiavélico ministro Sebastião José acumulara em suas mãos a partir do reinado de Dom José. Afinal, não podiam aceitar que o filho de um fidalgo de sangue verde – sangue de sapo – como jocosamente diziam pelas costas do futuro Marquês de Pombal, pudesse ser equiparado a eles, a excelente nobreza de sangue azul, fidalgos por merecimento, cujos ancestrais haviam prestado tantos serviços para a glória da pátria lusitana. Para eles, Sebastião José era o próprio demônio encarnado em forma humana, que perseguia os padres da Companhia de Jesus e a nobreza. Evidentemente, os antigos fidalgos, descontentes com as medidas tomadas pelo ministro, fizeram tudo que se encontrava ao alcance deles para desacreditá-lo diante do rei. Um episódio funesto veio pôr fim às tais desavenças e, segundo alguns historiadores amigos de teorias das conspirações, toda a tragédia poderia ter sido engendrada pela mente satânica de Sebastião José. Eis o caso.

Dom José, o magnânimo rei, era casado com uma princesa espanhola, Mariana Vitória de Bourbon, mas toda gente sabia que ele possuía uma amante, Maria Teresa de Távora. Para infelicidade

do monarca, a jovem era a irmã mais nova de Dom Francisco, o Marquês de Távora, e havia se casado com o próprio filho deste, Dom Luís Bernardo. Naquele tempo, não era incomum o casamento de tias com sobrinhos entre os membros da nobreza. Seja como for, tratava-se de uma família da mais alta fidalguia e que vinha sendo prejudicada pelas reformas políticas empreendidas por Sebastião José, que ignorava as bolorentas árvores nobiliárquicas, privilegiando uma nova economia, baseada em ideias iluministas.

Na noite de 3 de setembro de 1758, desejando o rei divertir-se em seus folguedos reais com a dita Teresinha, como carinhosamente ele a chamava na intimidade, resolveu seguir o conselho de um de seus confidentes, um sujeito de nome Pedro Teixeira. De acordo com este, a carruagem real dava muito na vista e não era apropriada para conduzir sua majestade a discretos encontros amorosos. Então, que o rei usasse a carruagem do próprio Pedro, que a cederia de bom coração, pois amigos são para essas coisas. E lá se foi Dom José, todo pimpão e bastante empoado debaixo da ampla cabeleira, encontrar-se com a sua preferida.

Quando retornava para as tendas e barracas onde estava alojada a corte, próximo a uma das entradas da cidade de Lisboa, pois o antigo palácio real havia sido destruído no terremoto de 1755 e Dom José ainda não se decidira a ocupar outro, a carruagem em que ele vinha fora emboscada, vítima de uma terrível cilada. No meio de ruas escuras e perigosas, três homens embuçados dispararam vários tiros na direção dos ocupantes, enquanto o cocheiro instigava os cavalos a correr ao máximo que podiam, tentando salvar a própria vida e a de seu real passageiro. Dom José fora atingido em um dos braços, bem como o seu cocheiro, mas conseguiram chegar vivos às tendas reais.

Dizem que esta tentativa de assassinato não teria sido um regicídio premeditado, ou seja, o alvo não seria o rei, mas o próprio Pedro Teixeira, dono da carruagem. Segundo consta, o Duque de Aveiro, um dos fidalgos mais importantes de Portugal, odiava o tal Pedro, por causa de uns assuntos relativos a mulheres. Se acreditarmos nesta hipótese, os embuçados deveriam imaginar que a carruagem estaria conduzindo o seu legítimo proprietário; e o rei, por uma dessas caçadas do destino, encontrava-se no lugar errado e na hora errada.

Seja como for, Sebastião José aproveitou o episódio para tirar vantagem dele e proibiu Teixeira de contar ao rei que a tentativa de assassinato poderia ser contra ele próprio e não visando a pessoa do rei. Rapidamente e em sigilo, o ministro ordenou que se fizessem buscas pelo reino a fim de encontrar os verdadeiros culpados. Dias depois, dois homens foram presos e, após terem sido barbaramente torturados, confessaram o que Pombal queria ouvir. Os mandantes do regicídio teriam sido os membros das famílias Távoras, com o auxílio dos Aveiros e dos Atouguias, que desejavam colocar no trono o próprio Duque de Aveiro. Para Sebastião José, isto bastava. E a versão que se espalhou pela cidade, de que Luís Bernardo, o marido corno de Maria Teresa de Távora, a amante do rei, teria sido um dos autores dos disparos para lavar a sua honra ultrajada pela real concupiscência, caiu como uma luva.

Nunca a justiça portuguesa foi tão cruel. Sem direito a qualquer julgamento, o Duque de Aveiro, o velho Marquês de Távora, seus dois filhos, dentre eles o marido da Teresinha, e muitos outros membros destas e de outras famílias nobres portuguesas, foram condenados a uma morte bárbara. Para que o castigo servisse de exemplo a outros fidalgos que não aprovavam as ideias de Sebastião José, este obrigou a nobreza inteira estar presente à carnificina, que ocorreu em Belém, num descampado às margens do rio Tejo. Primeiro, todos tiveram os seus ossos das pernas e dos braços quebrados a marretadas. Após este suplício atroz, alguns foram garroteados e suas partes estraçalhadas em diversos pedaços. Outros tiveram seus corpos untados com breu e foram torrados vivos, sofrendo terrivelmente. Acharam bonito isso e resolveram queimar todos os corpos. Dizem que as labaredas iam tão altas, que podiam ser avistadas desde os morros de Almada. E o cheiro de carne humana assada empestou o ar por longas horas. Ainda insatisfeito com o castigo, Sebastião José ordenou que as cinzas de todos fossem lançadas ao mar, os seus nomes fossem riscados da nobreza, as suas casas e palácios destruídos e os

terrenos salgados, para que mais nada brotasse em seu solo. Era assim que a justiça portuguesa tratava os criminosos que atentavam contra o rei e contra o Estado. Era esta mesma justiça, que os conjurados mineiros de 1789 iriam enfrentar.

A 24 de fevereiro de 1777, Dom José I falece e sua filha, Dona Maria I, conhecida em Portugal como *a Piedosa* e no Brasil como *Maria, a Louca*, assume o trono definitivamente, embora já viesse exercendo as funções de regente desde o ano anterior, contra a vontade do até então todo-poderoso Marquês. Após a morte de seu pai, uma das primeiras medidas da rainha foi afastar Pombal de seu cargo. Julgado pelos excessos cometidos ao longo dos anos, sobretudo pela maneira bárbara como tratou o *Caso dos Távoras*, Sebastião José de Carvalho e Melo foi condenado a permanecer a um mínimo de 110km da corte. Morreu leproso em 1782, um ano após ter sido pronunciada a sentença que o bania definitivamente de Lisboa. O ódio que o novo governo nutria a ele era tamanho, que não lhe permitiram, sequer, sem enterrado no túmulo de sua família, que se achava na capital do país.

Segundo o historiador Oliveira Martins, Dona Maria I era “a maior beata que a educação jesuítica criara no decurso de quase três séculos”. Profundamente religiosa, ela não possuía o espírito talhado para ser rainha. Pelo lado espanhol, muitos de seus tios, avós e bisavós eram autênticos psicopatas. O seu próprio pai, embora não chegasse a louco, não deixava de ser uma cavalgada. Em pouco tempo, ficou evidente para os conselheiros da corte que o seu futuro casamento seria um problema para Portugal, pois imaginavam que ela se transformaria num útere nas mãos do marido. Casá-la com um soberano estrangeiro estava fora de cogitação. Então, decidiram casá-la com um tio, o infante Dom Pedro, irmão de Dom José I. Ao que consta, Dona Maria amou apaixonadamente seu marido, que veio a falecer em maio de 1786, deixando-lhe os nervos muito abalados. Em setembro de 1788, ela perde também um filho e, sem poder suportar tamanha dor, o seu espírito nunca mais foi o mesmo. Aos poucos, a loucura passou a lhe dominar completamente.

Durante o reinado de Dona Maria I, Portugal mergulha novamente no atraso. Se ao longo do governo de Dom José I houve certa flexibilidade política com relação ao Brasil, o período em que sua filha ocupou o trono foi marcado por um endurecimento nas relações entre a metrópole e sua colônia, como exigiam as cortes. As próprias medidas de resistência contra a Inglaterra, adotadas pelo Marquês de Pombal, acabaram sendo deixadas de lado. No Palácio de Queluz, que ela tomou como a residência oficial para a realeza lusitana, Dona Maria cercou-se dos inimigos de Sebastião José e interrompeu praticamente todas as obras iniciadas pelo antigo ministro. Este período do seu governo, em que ela tentou anular as reformas pombalinas, ficou conhecido como “a Viradeira”. Os próprios jesuítas que haviam sido expulsos do país em 1759 voltaram a ensinar em seus colégios. Porém, aí daquele que ousasse manifestar ideias simpáticas ao iluminismo, pois cairia em desgraça. A tal ponto chegou esta fixação da rainha que, se algum livreiro fosse apanhado vendendo os livros proibidos dos filósofos franceses, e fosse reincidente, seria exilado por dez anos para Angola.

O homem forte de seu reinado será o ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. Por longos vinte e cinco anos, ele permanecerá à frente do governo, ditando as regras do jogo. Tomando posse no cargo em 1770, só o deixará em 1795, ano de sua morte. No que diz respeito à política externa, sobretudo nas relações com o Brasil, Dom Martinho de Melo e Castro mostrou-se ser tão obtuso quanto os seus antecessores. Embora tenha vivido toda a sua vida no século XVIII, não assimilou nenhuma das ideias iluministas. Para ele, a diminuição da arrecadação do ouro nas Minas devia-se ao contrabando e à sonegação. Exorquiu o quanto pôde os mineiros e foi incapaz de ver o óbvio, ou seja, que as lavras estavam esgotadas.

Enquanto colônia, o Brasil havia sido estruturado apenas para funcionar como um mercado consumidor dos produtos europeus, feito tecidos ingleses ou vinhos de Portugal. Qualquer indústria que pudesse concorrer com as mercadorias da metrópole tinha as suas portas fechadas. As poucas fábricas que existiam aqui não iam além da produção de açúcar, aguardente, curtumes para couro, descaroçamento

de algodão, fabricação de cordas e tecidos grosseiros, quase que exclusivamente empregados para a produção de sacos ou para servir como vestes dos escravos. Mesmo proibidas, havia no Brasil algumas fabricas que produziam tecido fino e isto causava profundo desgosto na Corte. Por causa delas, a 5 de janeiro de 1785, Dona Maria I decretou um alvará proibindo a existência de manufaturas ou teares no território brasileiro. Todas as fábricas foram fechadas e muita gente não teve outra alternativa de trabalho, a não ser retornar para a mineração ou se dedicar a atividades agropecuárias. Certamente, esta era uma das intenções da Coroa. Para a metrópole, outro motivo para a diminuição do ouro arrecadado nas Minas poderia se explicar pelo fato de que as fábricas e manufaturas no Brasil exigiam muitos braços, que poderiam ser melhores empregados nas lavras. Todos os produtos que fossem industrializados deveriam ser importados de Portugal e, obviamente, chegavam aqui com preços exorbitantes. Roupas, calçados, ferramentas para o trabalho, tudo isto aumentou de preço, elevando muito o custo de vida. Era como se os portugueses quisessem arrebatar as últimas migalhas do ouro, que não seguiam para a metrópole através dos quintos. A bem da verdade, o alvará de 5 de janeiro de 1785 colaborou, e muito, para aumentar o descontentamento geral nas Minas, fermentando as ideias de libertação da pátria, que culminariam com a inconfidência mineira.

A 10 de fevereiro de 1792, os médicos reais declararam a rainha biruta, embora ela já desse mostras de ter perdido a razão há muito tempo, ora gritando pelos corredores do Palácio de Queluz, ora tendo visões estranhas, como a de seu pai queimando feito um monte de carvão calcinado no inferno, para punir seus pecados por causa da maneira como ele tratou o Processo dos Távoras. Em 1799, o governo português passou para as mãos do seu filho, o príncipe regente Dom João VI. Como ele era o segundo filho da rainha e não fora educado para ser rei, uma vez que não se tratava do herdeiro natural do trono, acabou se mostrando bastante despreparado para o cargo. Este deveria ser ocupado pelo seu irmão mais velho, Dom José, que morrera de varíola em 1788.

O descontentamento nas Minas

Como não podia deixar de ser, o que descontentava toda gente na colônia, fosse rico, fosse pobre, fosse brasileiro ou fosse português, era a excessiva cobrança de impostos. Não se tratava apenas dos quintos arrecadados com o ouro. A lista dos tributos devidos à Coroa era extensa e pode-se dizer que tudo era taxado. Qualquer produto importado pagava imposto, quer fossem artigos de luxo ou ferramentas para serem utilizadas na própria mineração. Os enormes tentáculos do fisco alcançam o colono por todos os lados. Na capitania das Minas, pagam-se impostos por escravos, por bois e cavalos, por produtos agrícolas, por transações comerciais, por trânsito, por produção, para auxílio de calamidades públicas, por ocasião de nascimento, casamento ou óbito de reis e príncipes e assim por diante. Os tributos são inúmeros: dízima, redízima, capitação, vintena, entradas, passagens, quintos, derrama, avença, finta, foro, etc. Com exceção dos quintos, que já foram estudados, vejamos quais eram os principais impostos que afligiam a vida dos habitantes do território mineiro:

a) Direitos de Entradas – Introduzidos na época de Dom Brás Baltazar, os direitos de entradas incidiam sobre qualquer produto importado que entrasse na capitania das Minas. Eram cobrados em postos fiscais chamados registros. Estes registros localizavam-se em pontos estratégicos de estradas e caminhos e serviam também para controlar o fluxo de pessoas que se dirigiam às áreas mineradoras. A Coroa não arrecadava este imposto diretamente através de seus próprios funcionários reais. Preferia que indivíduos da colônia, que tivessem interesse nisso, pagassem um valor fixo à Fazenda Real para obter

os direitos de explorar tal serviço. Os contratos valiam por três anos e eram arrematados pelos interessados em hasta pública. Aquele que vencia o leilão era chamado de contratador e o seu lucro proviria do saldo que obtivesse após se descontar o valor devido à Coroa. Quase sempre, os contratadores eram homens riquíssimos, mas endividados com a Fazenda Real, pois faziam de tudo para adiar o pagamento do que haviam acordado. O maior exemplo de contratador é João Rodrigues de Macedo, talvez o homem mais rico do Brasil na época da inconfidência, mas certamente também um dos mais endividados. Macedo, uma figura coberta por um véu de mistério, será um dos homens mais importantes do movimento de 1789, embora o seu nome não apareça nos *Autos da Devassa*, pois, é óbvio, comprou muita gente para salvar a própria pele.

b) Direitos de Passagem – Imposto estabelecido em 1711 e cobrado quando era necessário que uma carga atravessasse pontes ou rios. Na prática, não passava de um pedágio, que acabava incidindo sobre todos os produtos.

c) Dízimos – Na região das Minas, começou a ser cobrado em 1714. Como o próprio nome diz, a Coroa se apropriava de dez por cento sobre a produção agrícola e o comércio. A agricultura era taxada por meio de avenças, ou seja, o imposto era pago antecipadamente pelo agricultor, embora a sua safra pudesse não produzir o que se esperava. Problema dele. Os dízimos também eram arrecadados por contratadores.

d) Subsídio Voluntário – Este a população odiava. Sempre que havia uma calamidade pública, como o Terremoto de 1755, casamento de princesas que precisavam ser dotadas, nascimento de príncipes ou qualquer outro pretexto para arrancar ainda mais dinheiro do povo já tão escorchado pelos tributos, a Coroa lançava mão de mais este imposto. Passou a ser cobrado por diversos motivos, como o Subsídio Literário, o qual visava custear a subsistência de professores régios na capitania. Neste caso específico, os rendimentos eram hauridos sobre aguardente e o gado.

O pior de tudo é que, com tantos impostos, o governo português muito pouco fez para melhorar as condições de vida da população na colônia. Em Itu, os vereadores escreveram uma carta comovida ao Rei, dizendo que a cidade era tão pobre que os homens precisarão vender as ferramentas de trabalho e as mulheres os seus próprios vestidos para pagarem os tributos daquele ano. Calçamento de ruas, construção de chafarizes, abertura de estradas, tudo isso competia às Câmaras Municipais, quando não eram realizados pelos próprios particulares, como no caso das irmandades, que foram os grupos responsáveis pela construção das igrejas.

Os governadores também tinham a sua culpa pelo descontentamento geral da população na capitania das Minas. Como estes não vinham para se estabelecer em definitivo no país, mas aqui só permaneciam por alguns anos, pouco se lhes dava em melhorar as precárias condições de vida nos arraiais, vilas e cidades pelas quais deveriam zelar. A bem dizer, a maioria dos governadores, com raríssimas exceções, só pensava em duas coisas: rechear bem os bolsos e regressar o quanto antes para Portugal. Nas cartas que escrevem a familiares e amigos, vivem se queixando de tudo, do clima, dos insetos, da precariedade dos costumes, alegando que estão vivendo em um autêntico “degredo” na América. Por causa disso, os nomeados para os cargos de governador nas Minas quase nunca suportavam ficar no posto por mais de seis anos. A grande exceção foi Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que permaneceu como governador entre 26 de março de 1735 até o dia primeiro de janeiro de 1763. Poucos foram aqueles que se dedicaram a melhorar a infraestrutura dos núcleos urbanos na capitania, como ruas, pontes e fontes, que permaneciam num constante estado de lástima. Já em 1620, dizia Frei Vicente do Salvador:

“Nenhum governante faz melhorias na colônia, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar pelos rios ou se orvalhem nos caminhos, e tudo isso vem de não tratarem do que há de ficar, senão do que hão de levar para o reino”.

Na época da inconfidência, não havia mudado nada. Quando o Conde de Valadares retornou a Portugal, após ter governado a capitania de Minas, o Marquês de Pombal acusou-o de ter regressado extremamente rico.

Contudo, o mais alto favor real era concedido aos vice-reis, a maior autoridade em terras brasileiras. Por se localizar mais próximo do território mineiro, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do país a partir de 27 de janeiro de 1763, sendo eleito como primeiro vice-rei Dom Antônio Álvares da Cunha, conhecido como Conde da Cunha. Governou até 1767, criando o arsenal da marinha e reedificando algumas fortalezas, como a da Conceição. Preocupou-se em proteger o ouro que zarpava para a Europa através do porto da cidade do Rio de Janeiro, construindo depósitos de armas e organizando até mesmo uma fábrica de pólvora.

Após o curto governo do Conde de Azambuja (1767-1769), tomou posse como novo vice-rei, o Marquês do Lavradio, que ocuparia o posto por dez anos. A sua preocupação também foi, sobretudo, com a defesa da capital. Construiu fortalezas e reformou outras, aumentando o número de soldados na cidade. Do ponto de vista das condições urbanas, realizou algumas melhorias, abrindo novas ruas e construindo casas e chafarizes. Foi ele quem transferiu o mercado de negros, que se localizava no centro do Rio de Janeiro, para o Valongo.

Como substituto do Marquês do Lavradio, veio ocupar o cargo de vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790), que será um importante personagem na inconfidência mineira. Ele continuou as melhorias na cidade iniciadas por seu antecessor, construindo o Passeio Público, alargando o Largo do Paço, criando a Casa dos Pássaros, reestruturando a Casa da Alfândega e melhorando a própria iluminação pública, que era muito precária.

O último vice-rei que possui interesse para este estudo é o Conde de Resende, pois ele também teve importante participação no movimento da inconfidência mineira e foi durante o seu governo que ocorreu o enforcamento de Tiradentes. Dom José Luís de Castro, o Conde de Resende, exerceu o cargo de vice-rei do Brasil por cerca de onze anos, governando entre 1790 e 1801. Dentre as suas principais obras de infraestrutura urbana destacam-se o aterro de áreas alagadiças, como o Campo da Lampadosa e o Campo de Santana e o início da iluminação pública das ruas por meio de candeeiro de azeite.

Nas capitanias, a principal autoridade era o governador, que também recebia o título de capitão-general. Já a maior autoridade judiciária era o ouvidor-mor, sempre formado em Coimbra e nomeado pelo próprio rei para o cargo. Cabia às Câmaras Municipais realizar a tarefa dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Não existia o posto de prefeito ou qualquer cargo semelhante. Os vereadores zelavam pelo bem público, enquanto que os juízes ordinários guardavam a justiça. Almotacé era o nome que se dava a uma espécie de fiscal das posturas do município. Vereadores e almotacés precisavam disputar uma eleição para ocuparem seus cargos, que duravam um ano. Os eleitos não recebiam qualquer salário para o desempenho destas funções, mas adquiriam muito prestígio. Somente os “homens bons” podiam se candidatar a estas vagas, ficando excluídos os membros da nobreza e os pobres.

Três governadores da capitania das Minas nos interessam mais perto, exatamente aqueles, cuja administração transcorreu a partir da década de 1780: Dom Rodrigo José de Meneses (1780-1783), Dom Luís da Cunha Meneses (1783-1788) e o Visconde de Barbacena (1788-1797) que, devido ao seu importante papel na inconfidência mineira, será estudado mais adiante.

Sem sombra de dúvida, Dom Rodrigo José de Meneses foi o melhor governador que administrou a capitania mineira no século XVIII. Sobre este ponto, há um consenso entre os historiadores. Ele foi

nomeado para o cargo por Dona Maria I, tendo assumido o governo no dia 20 de fevereiro de 1780 na Matriz de Vila Rica, como era o costume do tempo. Tão logo tomou posse, Dom Rodrigo empreendeu uma longa viagem pelas terras que governava, a fim de conhecê-las melhor e constatar “*in loco*” quais eram os principais problemas da população. Logo percebeu que as estradas que ligavam a cidade de Mariana a Sabará se encontravam em estado muito precário, apresentando-se praticamente intransitáveis. Mandou aplainá-las e procurou melhorar muitos outros caminhos.

Naquele mesmo ano de 1780, após ter estudado os problemas gerais da capitania, Dom Rodrigo enviou à metrópole um plano de reformas econômicas, onde explicava a necessidade da industrialização, tributação indireta, supressão das intendências, criação de fábricas de ferro para baratear o custo das ferramentas, implementação de um fundo para empréstimo aos mineiros e a instituição de um sistema de correios. Curiosamente, alguns anos mais tarde, estas seriam parte das exigências dos inconfidentes. É óbvio que Portugal não aceitou nada disso, excetuando-se os serviços de correios, inaugurados a 19 de maio de 1784, já no governo de Dom Luís da Cunha Meneses. Os conselheiros reais, que possuíam uma visão retrógrada e conservadora com relação a tudo que dizia respeito ao Brasil, impediram que Dom Rodrigo colocasse suas ideias em prática e logo sugeriram ao rei que outro governador o substituísse em seu posto. Numa carta que escreveu ao então todo-poderoso Ministro da Marinha e Ultramar de Dona Maria I, Dom Martinho de Melo e Castro, Dom Rodrigo afirmou que estava disposto a defender a felicidade dos mineiros. Para a Coroa, deveria estar disposto a defender os interesses do rei. O seu governo durou apenas três anos, numa época em que os governadores administravam a capitania por um período um pouco mais longo. Porém, Dom Rodrigo José de Meneses deixou traços de seu empenho de grande estadista. Por esse tempo, Vila Rica achava-se em seu apogeu. Havia muita gente abastada, belas moradias, caminhos bem conservados, ruas e praças calçadas com pedras irregulares, à moda do século XVIII. Foi amigo de poetas e intelectuais, a fina flor do tempo, que reunia em festas familiares no seu palácio. Em 1782, no batizado do filho de Dom Rodrigo, o pequeno José Tomás de Meneses, Alvarenga Peixoto declamou um famoso poema, cuja análise demonstra que o futuro inconfidente já nutria ideias de liberdade e igualdade. Esse poema será muito recitado pelas pessoas das Minas, pois traduzia verdadeiros sentimentos patrióticos, quase um autêntico manifesto em prol da independência:

*“Bárbaros filhos destas brenhas duras,
Nunca mais recordeis os males vossos;
Revolvam-se no horror das sepulturas,
Dos primeiros avós os frios ossos.
Os heróis das mais altas cataduras
Principiam a ser patrícios nossos;
E o vosso sangue que esta terra ensopa
Já produz frutos do melhor da Europa.”*

Se Dom Rodrigo foi considerado o melhor governador que a capitania das Minas teve no século XVIII, é voz quase uníssona que o seu sucessor, Dom Luís da Cunha Meneses, mostrou-se o pior de quantos governadores ocuparam aquele posto^[14].

Tendo tomado posse no dia 10 de outubro de 1783, permaneceu à frente do cargo até 11 de julho de 1788, quando foi substituído pelo Visconde de Barbacena, para felicidade geral da população, que o odiava. Tinha prática em governar de maneira despótica, pois antes havia administrado a capitania de Goiás, onde também deixou péssima impressão.

A sua principal obra em Vila Rica foi ter construído o prédio da Cadeia e Casa da Câmara, que hoje se localiza na atual Praça Tiradentes e serve como instalação do Museu da Inconfidência. As obras iniciaram-se em junho de 1785 e Luís da Cunha Meneses afirmou que o risco, a maneira como se

chamava a planta do projeto, era de sua própria autoria. Para levar a construção adiante, não se pejou em extorquir toda gente o quanto pôde. Ricos e pobres, mineradores, agricultores, tropeiros e comerciantes, todos tiveram que socorrer os cofres públicos que, como nos dias de hoje, arrecadam muito dinheiro e nunca têm verba para coisa alguma. O governador chegou a criar uma loteria e obrigou muita gente a trabalhar na edificação. Os que se recusavam, eram presos. Apesar de seus esforços, não conseguiu completar a sua obra[15], que apenas ficou pronta em 1847.

Para melhor proteger a capitania, o ouro do rei e a si próprio, aumentou o número de regimentos de treze para quarenta, acarretando a falta de braços para o amanho da terra, pois toda gente estava virando soldado. E pôs nos postos de comandos os seus amigos. O sargento-mor José de Vasconcelos Parada e Sousa, que será satirizado nas *Cartas Chilenas* com a alcunha de Pardela, era o seu homem de confiança e encarregado de espancar as pessoas que estivessem criando problemas para a sua administração. Já o capitão de auxiliares, José Pereira Marques, outro que não foi esquecido pela ironia mordaz do autor das *Cartas Chilenas* e ali figura com o nome de Marquésio, era quem representava o governador, quando necessitavam extorquir dinheiro de alguém.

Tremendamente autoritário, de gênio colérico e intolerante, Luís da Cunha Meneses não admitia que lhe contestassem as vontades. Certa feita, em uma das sessões da *Junta Administrativa e Arrecadação da Real Fazenda*, o poeta Tomás Antônio Gonzaga, um dos principais nomes envolvidos na inconfidência mineira e que ocupava o cargo de ouvidor geral de Vila Rica, protestou contra a deliberação ali tomada, pois o governador havia decidido tudo como bem quis, passando por cima dos votos dos deputados. Por sua vontade, o seu amigo e protegido José Pereira Marques, o Marquésio, acabara arrematando o contrato das entradas, embora não possuísse idoneidade ilibada ou potencial econômico condizente com a gerência do cargo.

Autoritário, rude no trato com as pessoas, desonesto e corrupto, para o governador Luís da Cunha Meneses não existia lei ou moral. Passou a sua administração ameaçando os devedores da Coroa e, por isso, era detestado também pelas elites de Minas. Em seus textos, vê-se que ele redigia de maneira horrorosa, maltratando a gramática como maltratava seus subordinados. Homem rústico, ignorante e lascivo, passava as noites nos bordéis, na companhia do coronel de auxiliares José Romão Jeunot, seu amigo inseparável, bebendo e cantando para o escândalo da sociedade mineira. Uma das suas características mais marcantes é que ele adorava ser lisonjeado. E também apresentava uma faceta masoquista bastante pronunciada. Por ocasião do Alvará de 1785, que proibia as fábricas no Brasil, ele mandou espancar muita gente que continuava trabalhando em seus teares. Sabia que alguns deles eram pessoas humildes, que não teriam como ganhar a vida com outra atividade; talvez, até mesmo ignorassem a ordem da rainha.

Luís da Cunha Meneses também desprezava as pessoas que reputava como sendo inferiores a ele. Certa vez, vieram lhe comunicar que um alferes estava propagando a ideia de um levante. Ao saber que era Tiradentes que ia espalhando aqueles boatos, disse de maneira sarcástica:

“Só se for um levante de putas!”

Com tantos predicados negativos, o governador não poderia passar imune à sensibilidade dos poetas satíricos, que aproveitaram para imortalizá-lo nas *Cartas Chilenas* com a alcunha de Fanfarrão Minésio.

Por volta da metade da década de 1780, passaram a circular pelas ruas de Vila Rica, ora na forma de folhetins distribuídos de mão em mão, ora cartazes afixados na fachada de prédios públicos, lojas e igrejas, uma série de poemas manuscritos e anônimos, que em seu conjunto foram intitulados *Cartas Chilenas*. Nelas, retrata-se parte daquele período conturbado, denunciando-se a corrupção, o abuso do poder, a prevaricação do governador e os vícios da administração colonial.

As cartas, escritas em versos por Critilo a seu amigo Doroteu, discorrem sobre os desmandos do Fanfarrão Minésio, governador de Chile. Na introdução das *Cartas Chilenas*, o texto diz o seguinte:

“*Cartas Chilenas em que se contam os sucessos de todo o governo de Fanfarrão Minésio, General de Chile. Escritas na língua castelhana pelo poeta Critilo, traduzidas em português e dedicadas aos grandes de Portugal. Por um anônimo.*”

Portanto, o autor se propõe narrar todos os episódios ocorridos durante a administração deste governante. O livro é composto por uma “dedicatória”, um “prólogo”, “treze cartas” e uma “epístola a Critilo”.

Na dedicatória, explica que duas são as maneiras através das quais as pessoas podem se instruir: imitando os bons exemplos ou repudiando os maus. Tomando por modelo o Fanfarrão Minésio, cuja sonoridade do nome lembra “Meneses”, afirma que todos poderão se instruir pelo segundo método. “Feliz reino” (...) “que não tem em si um modelo destes!”. Assina: “o seu menor criado”...

No prólogo, o tradutor dos versos para a língua portuguesa^[16] explica como teve acesso aos manuscritos. Após um galeão, vindo das Américas espanholas, ter atracado no porto onde ele morava, um jovem muito instruído em humanidades, que viajava naquela embarcação, entregou-lhe os manuscritos das *Cartas Chilenas*. Ao tomar ciência de que a divulgação pública dos desmandos daquele general poderia trazer grande benefício ao povo, resolveu traduzir os versos, adaptando-os ao gosto de “nossa gente”.

Um ponto ainda permanece envolto nas brumas no tocante às *Cartas Chilenas*. Afinal, quem teria sido o seu verdadeiro autor?

Esta questão já foi bastante discutida entre os especialistas do tema e, hoje, após as pesquisas realizadas pelo ilustre filólogo português Manuel Rodrigues Lapa, é quase unanimidade entre os estudiosos atribuir a autoria das *Cartas Chilenas* a Tomás Antônio Gonzaga. Eu, porém, continuo com as minhas dúvidas. O estilo satírico e irônico das *Cartas* me parece muito diferente dos idílicos poemas compostos por Gonzaga, inspirados em sua amada Marília, ou melhor, Maria Doroteia Joaquina de Seixas. Na verdade, a crítica literária sempre tentou atribuir a paternidade dos versos a um dos três poetas mais conhecidos das Minas na época, ou seja, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto. Em minha modesta opinião, nenhum destes possui em suas obras poéticas elementos indiscutíveis que garantam e justifiquem a atribuição das *Cartas Chilenas* para qualquer um deles. O estro poético é outro. Neste ponto, prefiro ficar ao lado de Eduardo Frieiro, o qual acredita que o problema da autoria ainda não está resolvido, embora a sua opinião penda mais para o lado de Cláudio Manuel da Costa. Não é improvável que o verdadeiro autor das *Cartas* seja algum outro poeta, cujo nome não chegou ao nosso tempo.

Em seu excelente livro intitulado *Tiradentes*, Oiliam José afirma que Cláudio fora Secretário de Governo nas administrações de Gomes Freire de Andrade e do Conde de Valadares. Após Luís da Cunha Meneses ter assumido o poder, ele dispensou o poeta, que teria motivos suficientes para dele se vingar, escrevendo as *Cartas Chilenas*. Outros autores, como Sud Menucci, defendem a tese de que Cláudio e Gonzaga teriam escrito a obra a quatro mãos e há quem ainda acrescente aí Alvarenga Peixoto, como Pereira da Silva. O próprio poeta português Antônio Diniz da Cruz e Silva, que também esteve perambulando por Vila Rica em meados da década de 1780, pode ter colaborado com alguns versos, como sugere Augusto de Lima Júnior. Já os partidários de Gonzaga - Manuel Rodrigues Lapa, Afonso Arinos de Melo Franco, Tarquínio José Barbosa de Oliveira, entre outros - afirmam que o principal motivo que levou o poeta a escrever tais versos também foi vingança. O governador estaria se intrometendo nas atribuições do ouvidor Gonzaga, chegando mesmo a ter escrito uma carta ao ministro

Martinho de Melo e Castro, acusando Tomás Antônio Gonzaga de ser um magistrado corrupto.

Seja como for, o que se depreende das *Cartas Chilenas* é que a população achava-se terrivelmente insatisfeita com o seu governante. Durante a nefanda administração de Luís da Cunha Meneses, período dominado pelos desmandos e pela corrupção, passou a aumentar entre o povo um sentimento a favor da independência do Brasil. Por que continuar atrelado aos laços que nos subjugavam ao domínio português?

A verdade era uma só. Em meados do século XVIII, com o natural esgotamento das lavras, a capitania das Minas passou a sentir mais intensamente todas as restrições impostas pela Coroa. Na opinião do rei e de seus conselheiros, o ouro existente nas terras brasileiras haveria de durar para sempre e a sua queda de produção só podia ser explicada por dois motivos: fraude e contrabando. A corte não queria enxergar o óbvio, ou seja, que a produção caíra porque as reservas estavam acabando ou, para usar os termos da época, as minas achavam-se “exaustas e cansadas”. Além disso, durante o tempo em que Martinho de Melo e Castro permaneceu como ministro, gradativamente, as elites mineiras passaram a perder diversos privilégios que haviam conquistado durante o período do Marquês de Pombal. Evidentemente, os homens abonados da terra foram se tornando cada vez mais insatisfeitos. Também a gente pobre estava desgostosa. Com a escassez do ouro, muitos faiscadores precisaram abandonar o trabalho e foram morar em outros locais do país, seguindo inúmeros habitantes da capitania, que estavam partindo para regiões onde não houvesse tantos impostos, como a derrama, que acabava incidindo sobre todos. O elevado preço das ferramentas, a enorme taxa de mortalidade dos escravos, que tinham uma vida útil de trabalho baixa, o alto custo da alimentação, tudo isso somado contribuía para desestimular a atividade mineradora. Enfim, o descontentamento geral do povo estava por toda parte e tudo caminhava para um desfecho inevitável, um movimento rebelde que lutasse pela independência do país. Estava nascendo a inconfidência mineira.

A missão Vendek

A “Missão Vendek^[17]” é o nome pelo qual ficou conhecido um dos episódios mais curiosos ligados à história da inconfidência mineira. Tomamos ciência dele graças ao Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, grande fazendeiro que se envolveu profundamente na rebelião e de quem falaremos mais adiante. Pressionado pela justiça nos interrogatórios a que foi submetido, temendo a violenta punição que a Coroa reservava para os crimes de lesa-majestade, como ocorrera no processo dos Távoras, Francisco Antônio acabou entregando tudo que sabia a respeito do levante. Na realidade, fora convencido pelo escrivão nomeado para a devassa mineira, José Caetano César Manitti, a dizer a verdade, pois, segundo este, ele havia sido traído pelos demais integrantes da conspiração. Depois, nos interrogatórios seguintes, quando já se achava preso nas celas infectas do Rio de Janeiro, negou tudo o que havia dito, caindo em terrível contradição. Tarde demais. Ele era um sujeito um tanto quanto bronco e não demonstrou possuir malícia alguma nos interrogatórios, como fizeram diversos outros inconfidentes, sempre respondendo às perguntas com respostas evasivas, evitando comprometer a si e a seus companheiros. Quem tiver interesse, leia a sua primeira inquirição, tomada na Cadeia Pública de Vila Rica no dia quinze de junho de 1789. Tal depoimento encontra-se nos *Autos da Devassa* e não o reproduzo aqui, devido aos limites deste trabalho.

Certa feita, Francisco Antônio de Oliveira Lopes recebeu em sua fazenda a visita de um de seus cunhados, um jovem que passara alguns anos na Europa, estudando Medicina na Universidade de Montpellier (França), Domingos Vidal de Barbosa. Conversa vai, conversa vem, eis que o obeso fazendeiro (todos os historiadores são unânimes neste ponto) introduz naquele bate-papo familiar o

assunto da independência das colônias inglesas da América. Domingos Vidal de Barbosa, que já fazia parte de um grupo de homens que estava se articulando em segredo para tentar repetir no Brasil os sucessos obtidos pelos nossos vizinhos do norte, pôs-se a discorrer sobre as imensas riquezas da colônia e a insatisfação popular com relação ao domínio português. Então, no meio de sua palestra, disse ao cunhado algo surpreendente, que deixou Francisco Antônio de Oliveira Lopes com o queixo caído. Alguns comerciantes cariocas, membros de sociedades secretas maçônicas, teriam enviado um de seus filhos, José Joaquim da Maia, em uma missão sigilosa a fim de se encontrar na Europa com Thomas Jefferson, objetivando conseguir o apoio dos Estados Unidos no processo de emancipação política brasileira. Ao relatar este segredo a Francisco Antônio, Domingos Vidal de Barbosa procurava cooptá-lo para o movimento, uma vez que o cunhado era um homem muito rico. Antes de seguir em frente, é necessário escrever algumas linhas a respeito dos dois personagens que tiveram contato direto com Thomas Jefferson na Europa: José Joaquim da Maia e Domingos Vidal de Barbosa.

Pouco se sabe sobre José Joaquim da Maia. Ele era da cidade do Rio de Janeiro e, segundo alguns historiadores, filho de um mestre maçom. Outros afirmam que seu pai era um pobre artesão carioca, que o enviou para estudar na Europa a custo de muito sacrifício. Em Portugal, teria levado uma vida de estudante pobre, vestindo-se mal e recebendo ajuda de certo Caria Neto. Seja como for, em 1783, já o encontramos matriculado na Universidade de Coimbra, onde estudava matemática. Três anos depois, ingressa na Faculdade de Medicina de Montpellier. Em 1786, teria sido incumbido por membros da maçonaria do Rio de Janeiro para sondar com Thomas Jefferson quais seriam as reais possibilidades dos Estados Unidos apoiarem um possível movimento de independência do Brasil. Por esse tempo, José Joaquim da Maia já se encontrava gravemente enfermo, vindo a falecer de tuberculose na cidade de Lisboa, provavelmente no ano de 1788, quando se preparava para regressar ao Brasil.

Domingos Vidal de Barbosa era natural de Minas, freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato (Chapéu D'Uvas). Nascido no seio de uma família abastada no ano de 1761, proprietária da fazenda do Juiz de Fora, no caminho para o Rio de Janeiro, tornou-se amigo íntimo de José Joaquim da Maia na cidade de Montpellier, onde cursaram juntos a Faculdade de Medicina. Algum tempo antes de partir para a Europa, chegara a ser preso pelo próprio alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que na época comandava a Patrulha do Mato, pois Domingos Vidal de Barbosa e seus irmãos haviam se negado a entregar um casal de fugitivos, que tinha se refugiado na fazenda deles. Após se transferir para a escola de Bordeaux, outro grande centro de medicina, decidiu retornar para a sua pátria sem se diplomar, no ano de 1788, imbuído em que estava para defender a independência de sua terra. Vivendo mais com os recursos oriundos de sua fazenda do que aqueles que adquiria através da própria clínica, Domingos Vidal de Barbosa contava 28 anos quando foi preso, no dia 19 de junho de 1789, acusado do crime de lesa-majestade por fazer parte da rebelião que se tencionava realizar na região das Minas. Em carta ao Visconde de Barbacena, datada de 9 de julho de 1789, acabou delatando os seus colegas. Condenado pelo tribunal da Alçada no ano de 1792 a morrer na forca, acabou tendo a sua pena comutada para degredo em Cabo Verde, segundo o Acórdão com base na Carta Régia de 15 de outubro de 1790. Tendo embarcado na fragata "Golfinho" junto com os réus eclesiásticos da inconfidência, morreria de maneira ainda não muito bem explicada no ano seguinte à sua chegada ao exílio, vítima de "doença da terra", segundo informam os documentos oficiais.

Apresentados os dois estudantes de medicina, retornemos, pois, à Missão Vendek. Três anos antes da inconfidência mineira, alguns maçons da cidade do Rio de Janeiro, orientados pelos maçons mineiros, conseguiram marcar um encontro entre os dois estudantes brasileiros e Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França e principal autor da *Declaração da Independência* norte-americana. Escondido por trás do pseudônimo Vendek, José Joaquim da Maia escreveu uma carta ao futuro presidente dos Estados Unidos, datada de 2 de outubro de 1786, onde afirma que precisa lhe comunicar algo muito importante, mas que ainda não o pôde procurar em Paris por causa do seu estado

de saúde. Pede desculpas por ter tomado tamanha liberdade e lhe roga que enderece sua resposta a Mr. Vigaron, Conselheiro do Rei e professor da Faculdade de Medicina de Montpellier. Fia-se na autoridade que o nome de um conselheiro real emprestaria à sua carta, sem dizer que todos, provavelmente, seriam irmãos maçônicos, o que daria mais confiança a Jefferson para responder a um desconhecido.

Duas semanas depois, Thomas Jefferson escreveu um bilhete, datado de 16 de outubro de 1786, ao jovem brasileiro. Já bastante adoentado, José Joaquim da Maia não o pôde receber imediatamente, pois se encontrava no campo em busca de melhores ares. Assim que conseguiu retornar à faculdade, Mr. Vigaron chamou-lhe de lado e lhe entregou um envelope discreto. Qual não foi o estado de euforia que deve ter dominado o estudante, quando ele se certificou de que, em suas mãos, achava-se a resposta do embaixador norte-americano na França! Talvez tenha imaginado que o destino de sua própria pátria também estivesse em suas mãos. Ansioso, leu e releu o bilhete com o coração batendo descompassado dentro do peito e, em seguida, tomando da pena, escreveu uma nova carta para Jefferson, que foi datada a 21 de outubro de 1786:

“Senhor,

Há pouco, tive a honra de receber a vossa carta datada de 16 de outubro e estou bastante contrariado, porque não a pude receber mais cedo, uma vez que estive no campo até o presente em virtude de meus problemas de saúde; e, vendo que minhas informações chegaram às vossas mãos, tenho a honra de apresentar-me. Eu sou brasileiro e vós bem sabeis que a minha desgraçada pátria sofre em terrível escravidão, que a cada dia torna-se mais insuportável, desde a época de vossa gloriosa independência, pois os bárbaros portugueses nada poupam para a nossa infelicidade, temendo que sigamos os vossos passos. E como sabemos que tais usurpadores, contra a lei da natureza e da humanidade, vivem apenas para nos oprimir, nós decidimos seguir o extraordinário exemplo que acabais de nos dar e, conseqüentemente, a quebrar os nossos grilhões e a fazer reviver a nossa liberdade, que se acha completamente morta e oprimida pela força, que é o único direito que os europeus têm sobre a América.

Trata-se de conseguir uma potência que se una aos brasileiros, pois, certamente, a Espanha se juntará a Portugal e, apesar de todas as vantagens de que dispomos para a nossa defesa, não o seria prudente levar adiante tal empreitada, sem a certeza da vitória. Dito isto, senhor, é a vossa nação que julgamos ser a mais indicada para vir em nosso auxílio; não só porque vós nos destes o exemplo, mas também porque a natureza nos fez habitar o mesmo continente e, em consequência, de alguma forma somos compatriotas. De nossa parte, estamos dispostos a pagar por tudo o que for preciso e, por todo o tempo, vosso país será reconhecido como nosso benfeitor.

Senhor, estas são, mais ou menos, as minhas intenções e foi para me desincumbir desta tarefa que vim à França, uma vez que eu não poderia me dirigir à América sem provocar grandes desconfianças entre todos que soubessem. Agora, cabe a vós julgar se elas são pertinentes; caso quiserdes consultar a vossa nação, estarei pronto para vos dar todas as informações de que julgardes necessárias. Tenho a honra de ser, com a mais perfeita consideração, vosso humilde e obediente servidor.

Vendek”

Thomas Jefferson escreveu para José Joaquim da Maia ainda mais uma vez, concordando em marcar um encontro com o jovem estudante, para que os dois pudessem conversar pessoalmente a

respeito de tão delicado assunto. Não se conhece a data exata da reunião, a qual o próprio Domingos Vidal de Barbosa pode ter participado, tamanho são os detalhes relatados por ele em seus depoimentos, mas ela deve ter acontecido entre outubro de 1786 e março de 1787. Sabe-se que o local escolhido por Jefferson foi um hotel da cidade de Nîmes, sobre as ruínas romanas.

Bem industriado pelos maçons do Rio de Janeiro, José Joaquim da Maia explicou detalhadamente para o embaixador norte-americano quais eram as intenções e as necessidades dos brasileiros. Jefferson procura deixar bem claro ao estudante que ele não tem autoridade para decidir coisa alguma em nome de seu país, o qual não se encontrava em condições de se comprometer em uma guerra. Contudo, mostra-se interessado no caso, acreditando que os Estados Unidos dariam apoio ao Brasil, caso a colônia viesse romper com a metrópole. No mais, afirma que os brasileiros não devem temer a Espanha, que ele reputava como sendo uma “nação lerda”.

Através de uma carta datada de 4 de maio de 1787 que Thomas Jefferson escreveu a John Jay, Secretário de Estado norte-americano, ficamos sabendo qual teria sido o teor da conversa. José Joaquim da Maia informou ao futuro terceiro presidente dos Estados Unidos que o Brasil possui quase o mesmo número de habitantes que Portugal, população composta por portugueses, brancos naturais da colônia, negros, pardos e índios selvagens ou civilizados. Quase todos os portugueses do Brasil casaram-se na América e já não possuem lembrança ou desejo de retornar à pátria, de maneira que não irão se opor à independência. O número de escravos é igual ao de homens livres e os índios não tomarão qualquer partido. Vinte mil homens fazem parte da tropa regular, sendo que muitos são brasileiros e pode-se contar com eles. Os oficiais são em parte portugueses e em parte brasileiros. De qualquer forma, o valor deles na guerra é duvidoso, pois não conhecem manobras ou ciência bélica. Sacerdotes não devem tomar parte no movimento, ao passo que os homens de letras são os que mais desejam a revolução. Muitos indivíduos sabem ler, escrever e possuem armas, com as quais costumam caçar. Em suma, todos desejam a independência, mas ninguém se habilita a liderar o movimento, enquanto não houver o apoio garantido de uma nação poderosa. Não existe imprensa no Brasil e os brasileiros consideram a revolução da América do Norte precursora da que eles desejam, esperando todo o apoio possível dos Estados Unidos. As principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Vila Rica são partidárias do movimento pela independência e trarão consigo as demais vilas. Os revolucionários pretendem pagar as despesas da guerra com o ouro e os diamantes que abundam nas regiões centrais do país. Eles estão dispostos a comprar armas, munições, navios e outros produtos necessários dos Estados Unidos. A carne é farta, mas precisarão sempre comprar trigo e peixe salgado, que lhes vêm de Portugal. A Coroa, que não possui nem esquadra, nem exército, só poderá enviar suas forças bélicas no prazo de um ano e, ainda assim, sem grande êxito. Cortada a principal fonte de sua riqueza, que é o ouro brasileiro, os portugueses terão poucos cabedais para financiar a guerra. Se a Espanha invadir o Brasil pelo sul, encontrarão muita dificuldade para chegar à região das minas, que se localizam na parte central do país. E o porto do Rio de Janeiro é tido como o segundo mais seguro do mundo, depois de Gibraltar. Tendo sido bem sucedida a revolução, o Brasil adotará um governo republicano, nos moldes dos Estados Unidos.

Certamente, Thomas Jefferson e os Estados Unidos preferiam aguardar os resultados, pois não desejavam se comprometer com Portugal, com quem eles tinham assinado um vantajoso contrato comercial. Em suma, após este encontro, o embaixador norte-americano prometeu ajudar o Brasil, mas apenas depois de que os brasileiros tivessem conquistado a independência. Evidentemente, José Joaquim da Maia saiu desapontado do encontro, pois ele imaginava que os Estados Unidos iriam se prontificar a ajudar o Brasil em seu esforço de guerra. O próprio Domingos Vidal de Barbosa confessou que o amigo teria ficado profundamente decepcionado com esta atitude de Thomas Jefferson, que aconselhara o Brasil a conquistar sua liberdade através das próprias forças. Na verdade, José Joaquim da Maia disse que o embaixador norte-americano havia o julgado “pela casca”, ou seja, por sua aparência e pelas suas roupas.

Quase tudo que sabemos sobre a misteriosa Missão Vendek nos foi transmitida através dos depoimentos de Domingos Vidal de Barbosa, testemunha dos fatos *in loco* e, possivelmente, um dos presentes ao encontro com Thomas Jefferson. É certo que, antes dele, Francisco Antônio de Oliveira Lopes havia relatado nos inquéritos da devassa mineira tudo o que ouvira de seu cunhado. Contudo, apenas repetia as informações que Domingos Vidal de Barbosa lhe quisera comunicar. Mesmo nos depoimentos dos *Autos da Devassa*, boa parte do que ali permanece registrado a respeito do assunto pode não ter ocorrido da maneira narrada pelo jovem estudante de medicina.

Em seus depoimentos, Domingos Vidal de Barbosa descreve o amigo José Joaquim da Maia como sendo um impostor miserável, um pobre coitado sem poder algum, um megalomaniaco delirante que se julgava um autêntico salvador da pátria. Ninguém havia lhe incumbido qualquer missão, ele que se autointitulava emissário dos interesses brasileiros na Europa e decidira marcar um encontro com Thomas Jefferson de acordo com a sua própria vontade. Na verdade, segundo Domingos Vidal de Barbosa, o futuro presidente dos Estados Unidos julgara que José Joaquim da Maia não passava de uma figura ridícula e vulgar. E prossegue, difamando o amigo:

“Sendo um pobre miserável sem tratamento algum, e tão mal trajado que nem uma consideração infundia, por cujo motivo foi desprezado pelo dito ministro (Jefferson).”

Por que motivo Domingos Vidal de Barbosa pôs-se a caluniar seu colega? A resposta é simples, ou seja, para proteger a si próprio e aos demais inconfidentes. Segundo a historiadora Isolde Helena Brans Venturelli, ele era muito sagaz e um dos maiores ativistas da conjuração. Durante os interrogatórios, o estudante negou a sua participação no encontro com Thomas Jefferson, preferindo lançar toda a culpa sobre José Joaquim da Maia. Ora, este já se encontrava morto, levado pela tuberculose e, desde que partira para estudar na Europa, jamais tornaria a colocar os pés outra vez em sua terra. Habilmente, Domingos Vidal de Barbosa adotou a estratégia de delatar um companheiro morto para preservar os vivos, passíveis de punição. Em seu íntimo, sabia que ele e o Maia haviam prestado um enorme serviço à pátria.

Já que citei a historiadora Isolde Helena, aproveito para mencionar outra tese da autora a respeito de Tiradentes. Tendo passado tantos anos após a sua morte, a figura deste notável patriota ainda se encontra deturpada pela paixão de seus biógrafos. De um lado, seguindo a esteira de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, enfileiram-se aqueles para quem o alferes não passa de uma besta quadrada, um louco falastrão, saliente e bêbado, desencaminhador de donzelinhas pubescentes, que pôs o movimento inconfidente a perder, uma vez que ia espalhando o que ouvia nas reuniões secretas aos quatro ventos, quer estivesse nas ruas, numa estalagem ou num prostíbulo. Até se compreende que para Joaquim Norberto, monarquista convicto que viveu no século XIX e a quem devemos o primeiro livro que trata factualmente os episódios da inconfidência mineira[18], a figura do alferes, ao encarnar os ideais republicanos, fosse vista de maneira negativa. O que não se entende é a posição de muitos historiadores contemporâneos, que procuram vilipendiar Joaquim José da Silva Xavier. Do outro lado, encontram-se aqueles biógrafos para quem Tiradentes corresponde ao herói máximo da pátria. Em minha opinião, o alferes não deve ser interpretado nem como Deus, nem como o diabo. Foi homem como qualquer outro, apresentando virtudes e defeitos inerentes a todos os seres humanos.

Seja como for, estudos recentes apontam novas descobertas para a biografia de Tiradentes, como é o caso de uma tese defendida pela historiadora Isolde Helena Brans Venturelli. Após muitas pesquisas, ela acabou descobrindo em Portugal documentos que provam, de maneira definitiva e irrefutável, que Tiradentes viajara para a Europa. Segundo consta, após a morte de José Joaquim da Maia, o alferes teria se encontrado com Thomas Jefferson, ao lado de Domingos Vidal de Barbosa, José Álvares Maciel e o

padre Rolim. Evidentemente, nada disso consta nos *Autos da Devassa*. Empolgado com o provável apoio norte-americano, Tiradentes retorna ao Brasil e passa a divulgar as ideias da revolução por toda parte. De qualquer forma, é sempre bom não perder de vista que os brasileiros já se movimentavam a favor da independência muito tempo antes de 1788, quando José Álvares Maciel retornou da Europa, trazendo na bagagem os ideais revolucionários. Pelo menos, até pouco tempo, era assim que rezava a historiografia tradicional.

Tiradentes

Ninguém contesta que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é o personagem principal desta página apaixonante e dramática da história do Brasil. Faz-se mister, portanto, estudar a sua vida um pouco mais de perto, para tentarmos reconstruir, ainda que de maneira bastante imperfeita, a sua figura de herói nacional, amado por uns e desprezado por outros.

Na margem direita do Rio das Mortes, localizava-se a Fazenda do Pombal, que pertencia à jurisdição de São João Del Rei, embora o governo, em 1889, tenha dado o nome de Tiradentes para a cidade de São José Del Rei. Nesta fazenda, foi morar um casal de agricultores brancos, cristãos velhos, o português Domingos da Silva Santos e sua esposa brasileira, dona Antônia da Encarnação Xavier. Após muito trabalho no amanho da terra, o agricultor prosperou, passando a se dedicar também à mineração. Em pouco tempo, já possuía 35 escravos, embora não chegasse a ser rico. Com a conseqüente melhora de vida, Domingos resolveu se aventurar na política, tendo sido eleito para o cargo de vereador da Câmara de São José Del Rei entre 1755 e 1757. Também ocupou o cargo de almotacé, um importante posto de fiscal na época do Brasil colônia, função só exercida por pessoas de total confiança pelos membros do Senado da Câmara. Aos almotacés cabia fixar e taxar os preços dos gêneros alimentícios, cuidar da distribuição dos mantimentos e zelar pela exatidão de pesos e medidas. Portanto, a família de Tiradentes não só possuía certo prestígio, como alguns bens, dentre eles, a própria Fazenda do Pombal.

Sabemos que Joaquim José da Silva Xavier nasceu no ano de 1746, mas a sua família não teve o cuidado de anotar a data exata do nascimento. Certo mesmo, é que Joaquim José foi batizado pelo padre João Gonçalves Chaves no dia 12 de novembro de 1746 na capela de São Sebastião do Rio Abaixo, que ficava na própria fazenda, filial da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei. No assento de batismo, consta que o seu padrinho foi o senhor Sebastião Ferreira Leitão e não teve madrinha, que ficou sendo Nossa Senhora da Ajuda. Desconhece-se o motivo pelo qual o batizaram com o nome de Joaquim e pouco se sabe a respeito de sua infância. Seus avós eram portugueses, com exceção de sua avó materna, natural da cidade de São Paulo. Era o quarto filho dos sete que tiveram o casal Domingos da Silva Santos e dona Antônia da Encarnação Xavier. Dentre eles, Domingos e Antônio se ordenaram padres, José chegou à patente de capitão, além de três moças, Maria, Eufrásia e Antônia.

Muito cedo, o pequeno Joaquim José ficou órfão dos pais. Por volta de 1751, dona Antônia da Encarnação adoeceu gravemente e o casal resolveu fazer um testamento em favor dos filhos. A mulher não melhorava e foi piorando dia a dia, até que veio a falecer em dezembro de 1755, quando Tiradentes contava apenas nove anos de idade. Domingos da Silva Santos precisou se desdobrar para cuidar dos sete filhos, sendo que o mais velho estava com dezessete anos e a mais nova contava apenas dois. Os bens da mãe, que constavam do inventário, foram avaliados em mais de dez contos, uma importância bastante considerável, e divididos entre os herdeiros. O pai não teria muito tempo de vida. Em dois anos, também adoeceria, vindo a falecer em dezembro de 1757, conforme se lê no livro dos “Termos de Profissões” da Ordem Terceira de São Francisco de São João Del Rei, irmandade a que pertencia.

Os irmãos se separaram e cada um foi para um canto, ficando aos cuidados de algum parente. Joaquim José da Silva Xavier, agora com onze anos, acabou sendo recolhido à casa de seu padrinho, que morava na vila de São José Del Rei. Sebastião Ferreira Leitão era dentista e, vendo que o menino se mostrava bastante interessado na profissão, aos poucos passou a lhe ensinar os rudimentos do ofício. Dizem que ele se dedicou com tal afinco a este trabalho, que logo já era capaz de arrancar dentes com bastante ligeireza e fazia próteses muito semelhantes a dentes verdadeiros. Foi uma atividade que desempenhou ao longo de toda a sua vida, mesmo quando exercia as funções de alferes na Companhia dos Dragões. Muitas vezes, tratava seus pacientes sem nada lhes cobrar, bastando para si apenas a certeza de que estava levando alívio e conforto aos seus semelhantes.

Se atentarmos para os escritos de Tiradentes que chegaram até nós, vemos que ele possuía uma bela caligrafia, muito firme e bastante legível. Além do mais, Joaquim José escrevia de maneira elegante, sem erros ortográficos ou sintáticos, indicando que teve uma educação acima da média das crianças de seu tempo. É provável que aprendera a ler e escrever com seus irmãos mais velhos, os quais estudavam para se ordenar padres.

Quais seriam as características físicas de Tiradentes? Infelizmente, nenhum pintor contemporâneo da época da inconfidência achou que ele merecia ser retratado em suas telas e as pessoas que o conheceram em vida deixaram descrições muito imprecisas a respeito do seu tipo físico. Para moldarmos a sua fisionomia e o seu porte, precisamos nos valer das poucas citações esparsas que encontramos aqui e ali e, ainda assim, com a restrição de que se trata de informações bastante inseguras. O conhecido quadro do pintor José Wasth Rodrigues, que retrata Tiradentes pouco antes dele ser preso, com traços europeus e um olhar perdido no horizonte, como se sonhasse com a pátria livre, é um trabalho do século XX e só presta para dar uma boa ideia do fardamento de alferes.

Por ser militar, acredita-se que ele possuía estatura superior à média dos homens, corpo sólido e forte. Certamente, tinha a pele tostada pelo sol, embora fosse branco em virtude de sua ascendência portuguesa. Durante certa época de nossa história, houve uma tentativa de aproximar a sua fisionomia com o rosto que a tradição artística empresta a Cristo, barbudo e com cabelos compridos. Como se sabe, os militares eram proibidos de usar barba, podendo, no máximo, ostentar um discreto bigode. Segundo o poeta inconfidente Alvarenga Peixoto, ele era um homem feio e vivia “espantado”. Por causa disso, alguns historiadores afirmaram, erroneamente, que Tiradentes era vesgo. Andava sempre com dois livros debaixo do braço. Um era um dicionário de francês e o outro uma tradução francesa da *Constituição dos Estados Unidos*, que ele estava tentando ler como podia. Na verdade, havia se entusiasmado tanto pelo liberalismo norte-americano, que costumava dar vivas à república em tabernas e prostíbulos. Daí, outros de seus dois apelidos, “o República” e “o Gramaticão”. Era bem falante, mas as pessoas não o levavam muito a sério e seus próprios companheiros de inconfidência temiam-lhe as indiscrições e imprudências.

É certo que, na época da inconfidência, ele tinha cabelos brancos ou, pelo menos, grisalhos. Esta informação nos é dada por seu contemporâneo, o segundo denunciante da conjuração, Basílio de Brito Malheiro. Após ter alcaguetado o movimento, ele foi incumbido pelo próprio governador da capitania das Minas, o Visconde de Barbacena, para espionar os conjurados. Dirigindo-se à estalagem de João da

Costa Rodrigues para descobrir o que ele sabia a respeito da inconfidência, perguntou ao estalajadeiro se o alferes era jovem. A resposta foi imediata: era um homem que já trazia cabelos brancos.

A maioria das pessoas gostava dele não só porque era um excelente camarada para conversas, como também costumava ser bondoso e generoso, embora historiadores feito Joaquim Norberto afirmem que Tiradentes apresentava uma figura lamentável, que mais inspirava piedade do que admiração. Muitos indivíduos criticavam o alferes, chamando-o de louco, rústico e endemoninhado, que não saía das casas das meretrizes. Por sua vez, Capistrano de Abreu nem sequer o citou em sua obra clássica *Capítulos de História Colonial*.

Em 1966, o governo militar do Brasil decretou que a imagem oficial de Joaquim José da Silva Xavier seria aquela representada pela estátua esculpida por Francisco Andrade, localizada defronte ao Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro, que apresenta o alferes como sendo um homem barbudo e com cabelos compridos. Porém, dez anos depois, tal decreto foi revogado.

Teria Tiradentes sido o “primo pobre” da inconfidência, como afirmam alguns historiadores, que quiseram ver no movimento pela libertação da pátria apenas um enorme calote que senhores abonados da colônia quiseram aplicar na Real Fazenda, quando souberam que teriam parte de suas fortunas confiscadas pela decretação da derrama? Senão, vejamos.

É verdade que o alferes morava em uma residência alugada, pertencente a um padre chamado Joaquim Pereira de Magalhães, o qual chegou a pedir indenização à Coroa, quando a sua casa foi demolida e o terreno salgado, de acordo com a sentença da Alçada. Quando se procedeu ao sequestro dos bens de Tiradentes, no dia 25 de maio de 1789, encontraram-se os seguintes bens em sua casa: duas canastras de couro preto, cinco pratos, duas tigelas com tampas, quatro pires com cinco tigelas de Castela, sete pratos de estanho pequenos e três grandes, dois frascos de vidros grandes, uma palmatória de latão, uma escumadeira, um caldeirão pequeno de cobre com sua tampa, um candeeiro de latão, um almofariz de bronze, uma espada, três barris, um capacete de couro, uma carteira com duas fivelas de prata, uma cana com seus aros de prata, uma peneira de seda, quatro livros, uma rede de algodão, um chairel, três fardas de pano azul, uma cama, uma gamela grande, dois coldres de couro, cinco colheres de metal, muitas roupas, pois Tiradentes era vaidoso, navalhas para barba, fronhas da Bretanha, bolsa de guardar ouro, fivela de prata. Não era muita coisa. Além disso, foi sequestrado o seu sítio, localizado na Rocinha da Negra. Teria ainda um relógio inglês da marca S. Elliot, que trazia elegantemente pendurado no bolso das calças em datas especiais. No Museu da Inconfidência, existe um relógio, que pode ser este do alferes, embora não haja cem por cento de certeza quanto a isso. O senhor Flávio Dias de Carvalho, junto de uma comissão de especialistas encabeçada pelo historiador Augusto de Lima Júnior, analisaram o relógio, mas não chegaram a uma conclusão definitiva se ele pertencera de fato a Tiradentes. De acordo com os Autos de sequestro, tratava-se de “um relógio inglês, com duas caixas de prata, uma de tartaruga e mostrador de esmalte, do autor S. Elliot, de nº 5503”. O relógio que se encontra no Museu da Inconfidência tem o número 6515, não consta o nome do autor e parece ser francês, em virtude das palavras “avance” e “retard” no mecanismo. Todavia, estão gravadas as iniciais “J. J. S. X.”, além da data “23 – 2 – 1780” e um nome, “D. Anna Fran.ca”. Quem teria sido dona Ana Francisca é um mistério completo. Outro historiador bastante conceituado, Oíliam José, não acredita que este relógio tenha pertencido a Tiradentes.

Se somarmos todos os seus bens, chegaremos à conclusão de que Joaquim José da Silva Xavier não era tão pobre assim como apregoam. Além do dinheiro que conseguia trabalhando eventualmente como dentista, recebia 24\$000 (vinte e quatro mil réis) de soldo pelo seu posto de alferes. Possuía um sítio grande, com cerca de oito sesmarias de terras[19], situado num local conhecido como Rocinha da Negra. Nesta propriedade existiam casas, monjolo, senzala, matos virgens, capoeiras, águas minerais, tendo sido avaliada em 700\$000 (setecentos mil réis). Além disso, tinha um crédito de 200\$000 (duzentos mil réis) com certo João Pereira de Almeida Beltrão, sem dizer que era proprietário de três

escravos (Francisco Caetano, Bangelas e João Camundongo) e uma escrava (Maria Angola), com seu filho de dois anos. Ao todo, os seus bens foram avaliados judicialmente em 797\$979 (setecentos e noventa e sete mil, novecentos e setenta e nove réis), um valor bem acima do patrimônio de Tomás Antônio Gonzaga, por exemplo. Se Tiradentes não chegava a ser rico, também não era tão desprovido de bens como a historiografia tradicional costuma pintá-lo, alegando que ele foi o único inconfidente que morreu na forca porque era pobre.

Com a morte de seu pai em 1757, o jovem rapazinho viu-se obrigado a ir atrás de trabalho para ajudar a família. Pouco tempo se dedicou a cultivar a terra, pois não lhe agradava ser lavrador. Decidiu, portanto, morar com o seu padrinho, Sebastião Ferreira Leitão, que passou a lhe ensinar o ofício de arrancar dentes, como já ficou dito. Na verdade, a profissão de dentista foi uma atividade secundária de Joaquim José da Silva Xavier que, mesmo depois de ter ingressado para a Companhia dos Dragões, continuou a exercê-la sempre que podia. Através dela, conseguia entrar na casa de senhores abastados, tendo acesso a muitas residências onde seus colegas inconfidentes não podiam penetrar. Graças a isso, pôde conhecer muita gente importante e sondar os seus reais interesses quanto ao movimento de libertação da pátria.

Além de dentista, Tiradentes também conhecia muitos remédios vegetais, sabia fazer curativos e exercia algumas funções de médico prático, chegando, inclusive, a realizar pequenas intervenções cirúrgicas. Do Rio de Janeiro, levava para as Minas águas milagrosas, que curavam ferimentos e outros achaques. Tinha prática na manipulação de ervas e emplastos, tanto que a tradição historiográfica afirma que ele chegou a ser sócio de um padre^[20] numa botica em Vila Rica, embora não haja qualquer prova documentada a respeito disso.

Por volta dos quatorze anos, cansado de permanecer na casa do padrinho, resolve conhecer o país e decide ser tropeiro. Logo, emprega-se em tropas que percorrem regiões como o Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Minas e Bahia. Durante as estações chuvosas, quando não ocorriam viagens, o rapaz retornava para a casa de seu padrinho, ajudando-o no ofício de dentista. É quase unanimidade entre os historiadores afirmar que Tiradentes desincumbia-se desta tarefa com grande habilidade. Segundo frei Raimundo de Penaforte, presente ao enforcamento, Joaquim José tirava dentes “com a mais sutil ligeireza e ornava a boca de novos dentes, feitos por ele mesmo, que pareciam naturais”.

Como era um rapaz ambicioso, cansou-se de trabalhar para os tropeiros veteranos e resolveu se arriscar por conta própria, transportando e vendendo mercadorias pelas estradas do Rio de Janeiro, Minas e Bahia. Com a sua pequena tropa de burros de carga, efetuava compras por encomendas para diversas pessoas. Assim procedeu até os 23 anos e este período foi muito importante para a sua formação, pois teve oportunidade de conhecer os costumes de diversas regiões do país e observar de perto os seus problemas.

Segundo Joaquim Felício dos Santos, durante estas viagens, Tiradentes teria se tornado maçom na Bahia; porém, esta hipótese também é muito contestada por seus biógrafos, uma vez que não se achou qualquer documento que prove tal afirmativa e, nos próprios *Autos da Devassa*, não consta uma palavra sequer a respeito dessa possibilidade.

Fato mesmo, é que Tiradentes acabou sendo preso ainda bastante moço, por ter se metido numa briga na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas. Certa feita, deparou-se com um português cobrindo de chicotadas seu escravo. Por mais que o infeliz miserável suplicasse piedade a seu senhor, este parecia estar possuído por um furor diabólico e continuava açoitando cruelmente o pobre negro. Joaquim José apiedou-se do escravo amarrado no pelourinho da praça e que urrava de dor, tendo as costas nuas já talhadas por cortes horríveis, de onde jorrava o sangue abundante. Imediatamente, partiu para cima do proprietário desalmado, tomando-lhe o chicote e o derrubando ao chão. Não se sabe ao certo se chegou a dar uma boa sova no sujeito; contudo, acabou sendo preso, foi processado e teve todos os seus pertences confiscados para pagar a pesada multa e as despesas do processo. Com isso, perdeu os

seus animais e os poucos bens que possuía. Quando saiu da prisão, sem dinheiro, crédito e nutrindo um profundo ódio contra os portugueses que praticavam desmandos no Brasil, resolveu definitivamente mudar de vida.

Regressando para Vila Rica, ainda tentou voltar ao comércio, mas não obteve êxito. Sem muitas alternativas, decidiu ingressar na 6ª Companhia dos Dragões. O posto que ele ocupou logo após o seu ingresso também é outro problema biográfico bastante contraditório. Parte dos historiadores bate-se pela tese de que Tiradentes teria passado antes por cargos inferiores, como cabo, furriel e sargento até ser promovido a alferes em 1776, quando foi criado o Regimento de Cavalaria Regular, pela junção das antigas Companhias de Dragões. Outros historiadores alegam que ele entrou para a carreira militar já no posto de alferes e nisto parou, sem jamais ter sido promovido.

De qualquer forma, ao longo de todo o tempo em que permaneceu no regimento, continuou a arrancar dentes e exercer ofício de médico ocasional, trazendo sempre consigo a sua caixa com instrumentos cirúrgicos e emplastos misteriosos para curar os doentes. Chegou mesmo a tentar a sorte como minerador, pois possuía oito sesmarias de terra nas barrancas do rio Paraibuna, numa localidade chamada Rocinha da Negra, Caminho Novo para o Rio de Janeiro. Para dizer a verdade, embora grande, o sítio não se mostrou propício à mineração e todo o seu esforço resultou nulo, uma vez que não conseguiu minerar coisa alguma. Faltavam-lhe ferramentas e braços para a tarefa, pois contava apenas com três escravos e uma escrava. O resultado foi que acabou se endividando e teve bens penhorados.

Por ser destemido e determinado, destacou-se como alferes, tornando-se um soldado exemplar. Era ele quem sempre acabava sendo escolhido para ficar com as tarefas mais arriscadas e difíceis. Mesmo assim, em quatorze anos que serviu como alferes, jamais foi promovido, enquanto que outros iam galgando os postos, ainda que tivessem ingressado na carreira militar bem depois dele. É provável que Tiradentes não tenha subido de cargo por ser mazombo^[21], porque os portugueses não apreciavam a ideia de serem comandados por brasileiros.

Cabia aos Dragões patrulhar as estradas, combater o contrabando e proteger os emissários e as propriedades da Coroa. Curiosamente, por várias oportunidades, Joaquim José da Silva Xavier foi destacado para seguir nos comboios que protegiam os quintos levados até o Rio de Janeiro. Durante o governo de Dom Rodrigo José de Meneses, o alferes foi destacado inúmeras vezes para acompanhar o governador em suas andanças pelos sertões. Em abril de 1784, Luís da Cunha Meneses convocou-o para a missão de estudar as terras da parte leste da capitania das Minas, ainda bastante despovoadas, alegando que Joaquim José possuía uma “inteligência mineralógica”.

Três anos antes, em 1781, a rainha de Portugal, Dona Maria I, nomeara Tiradentes para o cargo de “Comandante da Patrulha do Caminho Novo”, ligando o território das Minas ao Rio de Janeiro. Durante dois anos, dedicou-se a patrulhar a estrada, garantindo a segurança das tropas que iam e vinham. Foi nessa época que enfrentou a terrível quadrilha da Mantiqueira, chefiada pelo célebre Joaquim de Oliveira, o Montanha.

O Caminho Novo havia encurtado bastante a distância entre o território mineiro e a capital do país. Mesmo assim, os intervalos eram enormes e as cargas levavam quinze dias para serem transportadas no lombo de mulas de Vila Rica até o Rio de Janeiro. Muitas áreas ainda permaneciam em meio a florestas ou brenhas perigosas e enormes eram os espaços em que não se via qualquer vestígio de civilização. De vez em quando, aparecia uma casinhola perdida no mato ou algum rancho, que servia de abrigo para os animais e os tropeiros, os quais fincavam varas no chão para estender panos por cima a fim de não passar a noite ao relento.

Curiosamente, até o governo do Conde de Valadares, o Caminho Novo não foi palco para grandes crimes ou roubos, ao contrário do que se poderia imaginar. Tanto é verdade, que os reais quintos seguiam tranquilamente para o Rio de Janeiro em pequenas tropas, sem que ninguém fizesse o menor caso disso. Muitas vezes, apenas três ou quatro soldados eram incumbidos de levar e escoltar dezenas de quilos de

ouro, sem qualquer segurança. E nem se pode dizer que seguiam em sigilo, pois toda gente sabia quando o ouro estava sendo transportado, uma vez que se publicavam portarias, avisando a população para dar pasto aos animais e pouso aos soldados incumbidos da tarefa. Isto sem mencionar o fato de que se confiava grande riqueza a uns soldados quase sempre sem recursos financeiros. Naquele tempo, era inconcebível sequer imaginar que eles pudessem fugir com o ouro.

Porém, no governo de Dom Rodrigo José de Meneses, organizou-se uma quadrilha que ficou célebre por sua ousadia e crueldade. De início, os bandidos comandados pelo Montanha, um sujeito barbaçudo e que se escondia nuns matos de onde só saía para praticar seus crimes, atacavam apenas contrabandistas de ouro e diamantes, gente que pouca falta fazia se fosse assassinada. Com o tempo, porém, alguns fazendeiros notáveis foram assaltados, desaparecendo nas mãos dos facínoras. A partir do sumiço de certo José Antônio de Andrade, vulgo “o Açucreira”, o governador Dom Rodrigo resolveu tomar providências e passou a fazer tudo que estivesse a seu alcance para desbaratar a quadrilha. O corpo do “Açucreira” foi encontrado próximo onde morava o Coronel José Aires Gomes, um rico fazendeiro, que será arrolado como inconfidente nos *Autos da Devassa*. Como José Aires Gomes era a autoridade local a quem cabia o policiamento naquela região, Dom Rodrigo pediu-lhe que se dedicasse com toda atenção ao caso. Além do mais, incumbiu a “Patrulha do Caminho Novo” a policiar a região e, como já ficou dito, ela era chefiada por Tiradentes. Certamente, o alferes ficava observando toda aquela riqueza indo embora de sua terra, de maneira que este período deve ter lhe servido como aprendizado a respeito da espoliação de Portugal sobre o Brasil.

De qualquer forma, Joaquim José da Silva Xavier e o Coronel José Aires Gomes uniram suas forças para combater os criminosos. Após ter sido descoberto mais três cadáveres enterrados numa mesma cova, reuniram algumas pessoas e saíram a bater mato, à procura de outros defuntos. O povo, aterrorizado, evitava viajar e só o fazia em caso de urgência e em grandes grupos. Finalmente, o alferes prendeu um sujeito suspeito, que denunciou o local onde o Montanha se aquartelava. A quadrilha foi encontrada e os membros do bando acabaram sendo presos, sentenciados e enforcados para dar o exemplo.

E como teria sido a vida amorosa de Tiradentes?

Até onde se sabe, o alferes não foi muito feliz no amor. Ele era bastante mulherengo e teve várias mulheres, mas todos os seus casos foram efêmeros. Gostava das mocinhas trigueiras, sobretudo se fossem novas. Porém, não se casou na igreja, permanecendo solteiro por toda a vida. De acordo com o cônego Luís Vieira da Silva, um dos personagens mais importantes da inconfidência mineira, Joaquim José adorava frequentar prostíbulos e vivia prometendo prêmios futuros para as meretrizes, tão logo a república se formasse no Brasil, talvez para conseguir favores sexuais sem precisar pagar.

Nos *Autos da Devassa*, o Padre Rolim, outro sacerdote envolvido no levante até a medula e personagem dos mais curiosos neste drama da História, revelou que Tiradentes teria se apaixonado por uma sobrinha sua, chamada Ana. A garota contava apenas quinze anos, era filha de um irmão do padre, o sargento-mor Alberto da Silva e Oliveira Rolim, e morava em Minas Novas. É provável que o alferes a tenha visto pela primeira vez em uma missa, único local que os pais permitiam as filhas frequentarem sem qualquer restrição e, por isso, as igrejas eram os ambientes preferidos para o namoro dos mancebos e donzelinhas.

Dizem que ela foi o grande amor de Tiradentes. Por esta época, ele já passava dos 35 anos e a menina talvez não o visse como um grande partido. O alferes procurou o padre Rolim e lhe pediu que interferisse a seu favor junto ao pai da moça. Contudo, ele já havia prometido a filha a certo José Teodoro de Sá, capitão residente em Rio Pardo. Segundo consta, a decepção de Joaquim José foi tão grande, que ele não mais pensou em se casar.

Em seu excelente livro[22], Márcio Jardim revela que o suposto romance entre Tiradentes e a sobrinha do padre Rolim não passou de invencionice deste. Na verdade, ele teria inventado todo o caso,

apenas para tentar explicar alguns pontos contraditórios em seu depoimento.

Certo mesmo é que, tempos depois, ele engravidaria uma menina de dezesseis anos. A jovem chamava-se Antônia Maria do Espírito Santo e morava com a sua mãe viúva, Maria Josefa, nos arredores de Vila Rica. É provável que, em algum dia ensolarado, Joaquim José da Silva Xavier saiu para andar a cavalo e deparou-se com a garota na porta de casa. Gostou da menina e passou a assediá-la com propostas de casamento. Logo, Antônia Maria engravidou e, para reparar o mal, Tiradentes prometeu lhe dar a sua escrava, Maria Angola. O namoro entre o casal deve ter ocorrido entre os últimos meses de 1785 e março de 1787, quando o alferes parte em viagem para o Rio de Janeiro. Tão logo se soube da gravidez, a moça mudou-se para a casa de Tiradentes, situada na Rua de São José. Em meados de 1786 nasceu-lhe a filha, que foi batizada a 31 de agosto daquele ano na igreja Matriz de Vila Rica, recebendo o nome de Joaquina da Silva Xavier. A pequena teve por padrinho o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, um dos personagens importantes da inconfidência mineira. A verdade é que Tiradentes mal teve tempo de ficar com a filha, pois viajou ao Rio de Janeiro quando ela era ainda muito pequena e lá permaneceu por quase um ano e meio. Ao retornar, teve uma surpresa bastante desagradável. A jovem Antônia Maria, durante a ausência do marido, começou a se sentir demasiadamente sozinha e acabou não se comportando como convinha a uma mulher honrada, deitando-se com outros homens. Portanto, fica-se registrado que Tiradentes também teve os seus dias de corno. Evidentemente, assim que descobriu a traição, enfureceu-se a tal ponto que devolveu a jovem para a mãe, tomando-lhe de volta a escrava que havia lhe dado de presente. Quando o alferes foi preso em 1789, todos os seus escravos acabaram sendo confiscados pela Coroa, inclusive a própria Maria Angola. Antônia Maria do Espírito Santo, aproveitando o momento de confusão que reinava em Vila Rica, entrou na justiça para reaver a escrava, procurando provar que Tiradentes lhe dera a negra de presente em troca de sua pudicícia. Contudo, a promotoria não aceitou a alegação da moça, anulando a doação, porque esta só fora feita “por motivos torpes”.

De acordo com alguns historiadores, Tiradentes ainda teria tido outro filho, um menino chamado João de Almeida Beltrão. Segundo a tradição oral, após a morte do alferes, esta criança foi criada por um amigo de Joaquim José, o comerciante Luiz de Almeida Beltrão. Para que sobre o pequeno não recaísse a infâmia do pai que fora enforcado pelo crime de lesa-majestade, Luiz resolveu dar ao menino o seu sobrenome. Ainda hoje, existem muitas pessoas que se dizem descendentes de Joaquim José da Silva Xavier por se entroncarem em linha direta na árvore genealógica de João de Almeida Beltrão.

A mãe deste garoto teria sido uma jovem muito bonita, de pele clara e grandes olhos azuis bastante expressivos. Seu nome é Eugênia Maria de Jesus e dizem que ela acabou falecendo com idade extremamente avançada, acima de cento e vinte anos. Alguns chegam mesmo a afirmar que ela era a irmã mais velha de Antônia Maria do Espírito Santo, mas não existe qualquer prova com respeito a isso.

O alferes se encontra no Rio de Janeiro com José Álvares Maciel

Em 1787, Tiradentes já havia desistido do seu sonho de ser minerador, pois não conseguiu encontrar ouro em suas terras na Rocinha da Negra. Também se achava profundamente desiludido com a sua carreira militar. Afinal, dedicara-se tanto à profissão e nunca lembravam o seu nome para ser promovido. Há mais de doze anos permanecia no cargo de alferes, enquanto que muitos de seus subordinados já ocupavam postos superiores. Decide, pois, arriscar-se em campos que não possui estudo algum, valendo-se apenas de suas ideias e de seu bom senso.

A falta d'água era um problema crônico na cidade do Rio de Janeiro. As pessoas com quem ele conversava em suas diversas viagens à capital sempre lhe diziam isso, de maneira que o alferes se pôs a

caraminholar. Com tantas águas à disposição, como pode ser a escassez possível? A questão parecia-lhe simples, ou seja, bastava encontrar uma maneira prática para levar às águas dos rios próximos aos chafarizes da cidade. Até então, o Rio de Janeiro era abastecido pelo rio Carioca, que estava se mostrando insuficiente para o consumo da população. Embora não tivesse qualquer estudo no campo da engenharia, Tiradentes elaborou um projeto, certo de que daria resultado. Através de um intrincado sistema de manilhas, as águas seriam captadas nos rios Andaraí e Maracanã e distribuídas aos chafarizes, estrategicamente espalhados pela urbe.

No dia dois de março de 1787, Tiradentes aparelhou seu cavalo, despediu-se de Antônia Maria com um beijo e pôs-se em viagem para a capital do país, onde pretendia expor suas ideias às autoridades. Ele havia conseguido uma licença de dois meses em seu regimento para ir ao Rio de Janeiro, mas o prazo expirou, mesmo tendo obtido uma prorrogação, e o alferes acabou ficando por lá de maneira irregular.

Instalado na Rua de São Pedro, pôs-se a falar de seus planos para toda gente que encontrava pelos caminhos e, de tanto insistir, acabou conseguindo marcar uma audiência com o próprio vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa. Vestindo-se com seus melhores trajes, pois era bastante vaidoso, Joaquim José dirigiu-se ao palácio, onde foi recebido pela maior autoridade portuguesa na colônia, que lhe ouviu pacientemente. Depois disso, os projetos foram enviados para a Câmara Municipal e ali ficaram por longos meses. Finalmente, os vereadores votaram as propostas apresentadas e nenhum dos projetos de Tiradentes foi aprovado, alegando que eles não possuíam qualquer viabilidade. Estava equivocada a Câmara. Alguns anos mais tarde, quase todas as suas ideias com respeito à captação das águas dos rios Andaraí e Maracanã foram colocadas em prática, sob as ordens de Dom João VI.

Além deste projeto de captação das águas dos rios Andaraí e Maracanã, Tiradentes também apresentou um plano para a construção de armazéns comerciais no cais do porto. Naquela época, não existiam armazéns para o depósito das mercadorias que chegavam ao Rio de Janeiro pelo mar. Os produtos eram desembarcados e permaneciam a céu aberto, expostos ao sol e à chuva, estragando com o tempo. A Câmara Municipal também não aprovou esta sua proposta.

E eis que chegamos ao encontro fundamental para a sequência dos acontecimentos que resultarão na inconfidência mineira, o encontro entre o alferes do 6º Regimento de Cavalaria Regular de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier e um jovem estudante de filosofia, José Álvares Maciel.

Tendo nascido em Vila Rica no ano de 1760, José Álvares Maciel pertencia a uma das famílias mais ricas e importantes da cidade. Seu pai era o capitão-mor José Álvares Maciel, homônimo do filho, e sua mãe Dona Juliana Francisca de Oliveira Leite. Em 1782, embarca para a Europa com o objetivo de estudar na Universidade de Coimbra. Muitos historiadores afirmam que ele se formou em Ciências Naturais, mas o seu diploma, que se encontra hoje no Museu da Inconfidência, patenteia que o rapaz recebeu o “grau de Bacharel da Faculdade de Filosofia” no mês de julho de 1785, obtendo nota máxima de seus mestres, ou seja, “*nemine discrepante*”[\[23\]](#). Depois disso, à custa do pai, que lhe dava uma mesada de 10\$000 (dez mil réis), decidiu aprofundar seus conhecimentos na França e na Inglaterra. Por um ano e meio, dedicou-se ao estudo de química, mineralogia e técnicas manufatureiras. É quase certo que, durante o período em que esteve em Londres, entrou em contato com lojas maçônicas, buscando apoio para o movimento da independência. Também se acredita que ele tenha sido um dos emissários enviados para sondar o apoio inglês, enquanto José Joaquim da Maia se encontrava com Thomas Jefferson, tentando conquistar a simpatia dos norte-americanos para a causa dos brasileiros. Sendo o mais jovem dos conspiradores, porém muito bem informado da situação internacional, defendia a industrialização do território mineiro após o processo de separação. Em 1789, contava 29 anos e era cunhado do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante da 6ª Companhia dos Dragões, o mais importante cargo militar de Vila Rica, o que fazia dele o segundo homem mais poderoso das Minas, atrás apenas do governador.

Não se acredita que a ideia da inconfidência tenha sido de José Álvares Maciel uma vez que, quando ele retornou ao Brasil no início de 1788, as ações já estavam avançadas. Contudo, aqui chegou convencido de que a sua pátria possuía todas as condições de se tornar uma república. Ainda no Rio de Janeiro, irá se encontrar com Tiradentes, presenteando-lhe com o livro *Les Loix Constitutives des États Unis*. Fala-lhe da maneira como os europeus achavam estranho que um país tão grande quanto o Brasil ainda permanecesse debaixo do jugo de uma nação feito Portugal.

Na verdade, todos os inconfidentes tinham um ou outro motivo pessoal para participar do levante. O dele seria o receio de perder o patrimônio da família. Sabe-se que os bens de seu pai estavam sendo confiscados pela Coroa, a fim de cobrir impostos devidos.

Parece que José Álvares Maciel e o novo governador das Minas, o Visconde de Barbacena, já eram amigos desde o tempo em que o rapaz estudara na Universidade de Coimbra. Ambos gostavam de botânica e mineralogia e talvez estes estudos tenham alicerçado a amizade. Fato é que, já em Vila Rica, o governador escolheu Maciel para ser tutor de seus filhos, de maneira que o rapaz precisou se mudar para o Palácio da Cachoeira, onde vivia Barbacena. Isto foi um lance de sorte tremendo para os conspiradores, porque José Álvares Maciel podia espionar os passos do governador, valendo-se de sua valiosa posição dentro do palácio. Dizem, inclusive, que ele teria tentado aliciar o próprio visconde para entrar no levante, prometendo-lhe o cargo de presidente da futura nação.

Maciel era inteligente, polido e possuía grande facilidade para argumentar. Sofria de uma obstrução intestinal crônica, que lhe provocava certa dificuldade para defecar. Preso a 28 de junho de 1789, foi encarcerado em uma das prisões da Fortaleza da Ilha de Villegaignon. Em seus depoimentos, lançou toda a culpa da conjura sobre Tiradentes, que teria lhe falado sobre o levante no Rio de Janeiro. Condenado a morrer na forca, a sua pena foi comutada para degredo a Angola. Seguiu com destino à África a 5 de maio de 1792, vindo a falecer no primeiro decênio do século XIX, com quarenta e poucos anos de idade, vítima de escorbuto e tendo o corpo coberto de feridas em virtude da lepra.

É provável que Maciel e Tiradentes já fossem amigos em Vila Rica, cidade onde moravam ou, pelo menos, conhecidos de vista. Seja como for, um dia qualquer em meados do primeiro semestre de 1788, eles se encontraram no Rio de Janeiro. Talvez tivessem ido almoçar juntos em uma taberna e, durante a conversa, descobriram que tinham muito mais em comum do que apenas residirem na mesma cidade.

José Álvares Maciel passou a lhe narrar tudo o que vira e ouvira na Europa, durante o tempo em que permaneceu estudando na Universidade de Coimbra, a respeito das novas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade. O assunto do momento era a Revolução Americana e os europeus se diziam muito surpresos pelo fato do Brasil ainda não ter seguido o exemplo das ex-colônias inglesas e quebrado de uma vez por todas os grilhões que o prendiam a Portugal. Vendo que seu interlocutor se mostrava bastante interessado no assunto, José Álvares Maciel procurou não se esquecer de nenhum detalhe, enaltecendo as vantagens da república. Se os Estados Unidos haviam conseguido a sua liberdade, lutando contra uma potência muito mais forte do que Portugal, por que o Brasil também não haveria de conseguir a sua independência?

Maciel deve ter colocado mais um pouco de vinho no copo do amigo e disse:

- Afinal, dinheiro para mantermos a guerra não nos falta. Basta que surja um líder carismático para levantar o povo...

- Concordo!

E olhando fixamente dentro dos olhos de Tiradentes:

- Por que você não se incumba desta tarefa? É bem falante, desembaraçado...

- Meu amigo, o que valho eu? Sou apenas um pobre soldado, sem estudos...

- Mas tem a energia e a disposição de um comandante como George Washington. E é o quanto basta para incitar na população a ideia de uma nação livre. Mesmo porque, as pessoas não suportam mais

o jugo português e os abusos da metrópole, sem dizer nos impostos escorchantes, sobretudo, estes quintos infernais. Toda riqueza da terra vai parar na Europa...

A partir daí, a questão da independência tornou-se uma ideia fixa na mente de Joaquim José da Silva Xavier, embora ele já meditasse com frequência sobre o assunto anteriormente. Encontra-se outras vezes com José Álvares Maciel no Rio de Janeiro. Numa delas, o alferes leva o amigo para ver os rios Andaraí e Maracanã, de onde pretende fazer a captação das águas para o abastecimento da cidade. Maciel o anima, afirmando que se trata de uma obra imprescindível.

Enquanto a decisão da Câmara Municipal não sai, Tiradentes permanece no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, aproveita para sondar os interesses dos cariocas no que diz respeito a um possível levante. Alguns são a favor, mas muitos são contra, pois temem a justiça portuguesa. Ainda permanecem bem gravados na mente dos colonos os horrores com que a Coroa tratou os acusados no *Processo dos Távoras* pelo crime de lesa-majestade. Aos poucos, por ser muito falastrão, Tiradentes passa a ser conhecido pelas pessoas do Rio de Janeiro e também pelas autoridades, o que não é muito conveniente para um conspirador. Por toda parte, o alferes afirmava que a sua intenção era fazer a cidade feliz, mas a população já havia compreendido que ele não estava se referindo apenas a questão das águas, mas à independência do Brasil. Chega mesmo a irritar-se ao ver como o povo da cidade parece não se interessar pela liberdade, dizendo dos cariocas:

- Patifes, vis! É bem feito terem de suportar o jugo da metrópole, pois nada fazem para se livrar desta opressão.

Por causa de tal ofensa, certa feita em que Tiradentes foi assistir a um espetáculo na Casa da Ópera, tomou uma sonora vaia dos espectadores, quando ali entrou. Não levou isto a sério. O seu ideal é grande e está acima das pequenas vaidades humanas. Porém, ainda precisa se alimentar e, para sobreviver na corte, trabalha como dentista e exerce o pouco da medicina que aprendeu na prática.

Quando soube que os seus projetos foram recusados, deve ter ficado ainda com mais ódio dos portugueses e a ideia do levante cresceu de forma definitiva em seu cérebro. Já não tinha mais o que fazer na capital do país. Em agosto de 1788, ele regressa para Minas, tendo sido solicitado a acompanhar e dar proteção à família de Barbacena, o qual fora nomeado governador. Nesta comitiva, seguiu também Pedro José Araújo de Saldanha, futuro juiz da devassa mineira. De tanto andar de um lado ao outro no Rio de Janeiro, Tiradentes chegou a Vila Rica com um dos pés machucados. Por causa disso, permaneceu três meses de repouso em casa, sem poder trabalhar e, conseqüentemente, não recebendo seu soldo. Sem dinheiro, com seus planos frustrados, chifrado pela mulher, Joaquim José da Silva Xavier tinha bons motivos para se revoltar. Passa, então, a pregar por toda parte o seu assunto predileto.

A inconfidência vai tomando forma

Após a segunda metade do século XVIII, a capitania de Minas Gerais havia se tornado a região mais próspera do país. Mesmo assim, a pobreza alcançava boa parcela da população, uma vez que a riqueza gerada pelo ouro acabava ficando nas mãos de ricos mineradores e da metrópole, onde também não permanecia, pois os portugueses importavam todas as coisas de que necessitavam da Inglaterra, pagando os ingleses com o ouro do Brasil. Na colônia inexistiam indústrias, de maneira que era necessário importar tudo.

Com suas dívidas aumentando ano a ano e a produção do ouro declinando, Portugal passou a extorquir ainda mais os mineradores, muitos dos quais foram obrigados a abandonar suas lavras para tentar a vida em outras partes do país. Para a Coroa, a decréscimo da produção do ouro só se explicava pela fraude e contrabando. Evidentemente, por ser a capitania mais rica do Brasil, Minas sentia de um

modo mais forte a exploração da metrópole. Em fins da década de 1780, os brasileiros começaram a cogitar algumas hipóteses nunca antes aventadas na colônia e a idéia de se cortar definitivamente os laços com Portugal passou a ser levada a sério. Inúmeras reuniões sigilosas ocorreram nas casas dos principais interessados, onde se planejava e discutia a viabilidade do projeto. Pela primeira vez na história do país, falava-se claramente na independência da pátria, ao contrário das diversas revoltas e motins ocorridos anteriormente. E acima de tudo, os conspiradores desejavam a independência de todo o Brasil e não apenas do território mineiro.

Muitas pessoas que tomaram parte no movimento da inconfidência eram homens importantes na capitania de Minas, gente instruída e abastada. Se decidiram se aventurar em empresa tão arriscada, pois o crime de lesa-majestade era o mais grave que um súdito poderia cometer, é porque estavam desesperados. Embora ricos, quase todos deviam altas somas à Coroa, em virtude dos quintos e outros impostos. Se a independência fosse proclamada, eles imaginavam que suas dívidas seriam perdoadas pela nova república e, por isso, alegavam:

“Queremos a pátria independente, a cultura livre, a exploração livre, a abolição dos impostos, que são o cativo e o roubo, a Universidade, e conosco a Justiça, a Administração e o Governo”.

Por causa disso, muitos historiadores quiseram ver na conspiração mineira apenas um movimento de oligarcas e maus pagadores, que desejavam dar um calote na Real Fazenda, disfarçando seus interesses pessoais por trás do que seria um levante popular. Para esses magnatas, o mais importante era proteger os seus patrimônios, que corriam sério risco de serem confiscados, caso o Visconde de Barbacena decretasse a derrama. Neste ponto, os conspiradores agiram com grande sagacidade. Sabendo que muitos homens ricos e de prestígio se achavam endividados, os inconfidentes haviam decidido perdoar a dívida de todos, caso a república saísse vitoriosa, pois, assim, sabiam que conquistariam a simpatia e o apoio deles para o movimento.

No dia 11 de julho de 1788, Dom Luís Antônio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, assume o cargo de governador da capitania de Minas Gerais, substituindo o odioso Luís da Cunha Meneses, que já ia tarde. Logo após a sua posse, começou a correr o boato pelas ruas de Vila Rica de que o novo governador vinha instruído pela Coroa para cobrar os impostos atrasados, os quais eram muitos. Na verdade, Barbacena trazia em sua bagagem as famosas “instruções secretas” da corte, ordens expressas do Ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para que a derrama fosse aplicada. Esta correspondia a um dispositivo da lei, estabelecido no ano de 1750, que permitia a cobrança de impostos atrasados. Sempre que o valor dos quintos não alcançasse a quantia de cem arrobas anuais, a diferença deveria ser paga pelo povo. A partir de 1763, com a decadência da extração aurífera, os mineiros não conseguiram mais alcançar tais cifras e a dívida foi se acumulando ano a ano. Houve duas tentativas de cobrança da derrama nos anos de 1769 e 1772, mas elas não foram levadas adiante, porque se temiam revoltas da população. Com o advento do novo governador, a Coroa exigiu a liquidação da gigantesca dívida que chegava a 596 arrobas de ouro, uma importância impossível de ser paga. O boato de que a derrama seria aplicada desgostou profundamente os moradores da capitania, desde os mais pobres até os mais ricos, pois o imposto acabaria incidindo sobre todos. Os grandes devedores da Real Fazenda, como os contratadores, ficaram ainda mais preocupados, pois temiam perder as suas fortunas, acumuladas ao longo de toda uma vida. A derrama tornou-se o assunto principal nas conversas e, como os sucessos da revolução norte-americana ainda estavam vivos na mente de todos, em breve surgiram as primeiras ideias separatistas. Tão logo o Visconde pôs-se a par da verdadeira situação das minas, vendo que o povo se encontrava exaurido, escreveu uma carta à metrópole, explicando que seria impossível se lançar a derrama. Não enxergava dessa forma o obtuso ministro Martinho de Melo e

Castro, exigindo que a lei fosse aplicada, ignorando os conselhos do governador, que conhecia muito melhor do que ele a realidade mineira.

Seu nome completo era Luís Antônio Furtado de Castro do Rio Mendonça e Faro, mas passaria à História como o Visconde de Barbacena. Nascido em Lisboa no dia sete de setembro de 1754, o novo governador da capitania das Minas teria 35 anos, quando ocorreu o movimento da inconfidência mineira. Estudou na Universidade de Coimbra, formando-se em Filosofia e Leis. Por possuir uma inteligência extraordinária, destacou-se imediatamente no mundo acadêmico, sendo convidado para ocupar a cadeira de História Natural e Matemáticas na mesma universidade, substituindo o célebre professor Domingos Vandelli, introdutor da maçonaria em Portugal. Também era um notável cientista, tendo sido um dos membros fundadores da Academia de Ciências de Lisboa.

Barbacena era casado com Dona Rosa de Melo Sabugosa e já possuía três filhos, quando chegou ao Brasil em 1788, a fim de assumir o cargo de governador da capitania das Minas Gerais. Dois anos antes, quando o seu nome foi indicado para ocupar o posto, houve grande alívio por parte das pessoas ilustradas das principais cidades, vilas e arraiais mineiros, pois viam nele um homem culto e plenamente capacitado. Ninguém suportava mais os desmandos de Dom Luís da Cunha Meneses e todos em Vila Rica encheram-se de grandes esperanças.

Tendo chegado ao Brasil acompanhado por sua família durante o primeiro semestre de 1788, permaneceu no Rio de Janeiro até meados de maio, seguindo sozinho para Vila Rica. Sua mulher e filhos preferiram ficar descansando na corte por mais algum tempo, para se recuperarem da longa viagem marítima. Depois, ela seguiria para Minas em um comboio, protegida por Tiradentes, como já ficou dito.

Instalado no Palácio do Governo, Barbacena tomou posse do cargo no dia 11 de junho de 1788, ocorrendo uma concorrida missa na matriz de Vila Rica. Por ser um homem culto e de espírito ilustrado, logo se integrou com a elite intelectual de Vila Rica, sobretudo com os poetas inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. É óbvio que, por causa destas amizades, o governador tinha plena ciência do movimento inconfidente e mais de um historiador afirma que os três poetas citados tentaram arrastá-lo para fazer parte do levante.

Em vez de morar em Vila Rica, o Visconde de Barbacena escolheu para a sua residência um palacete construído por Dom Martinho de Mendonça e reformado por Dom Rodrigo José de Meneses, palácio que se localizava na cidade de Cachoeira do Campo. Era um casarão assobradado, com jardins e lago, distante quatro léguas de Vila Rica[24]. Com o tempo, este edifício acabou ficando imprestável e precisou ser demolido. Ali, Barbacena criava cabras, porcos e galinhas, buscando a tranquilidade necessária para tomar as decisões cabíveis a um governador. Alguns dizem que ele era tímido e outros, que o Visconde não passava de um sujeito dissimulado. Com certeza, Barbacena era bastante desconfiado. Sabendo da conspiração pela boca de seus próprios amigos inconfidentes, viu-se impedido de agir imediatamente por um compromisso de honra. Preferiu esquivar-se à convivência deles, refugiando-se em seu Palácio da Cachoeira. Barbacena só tomou providências, quando foi comunicado oficialmente a respeito do levante. Governou a capitania das Minas até 1797.

Durante o seu retorno da cidade do Rio de Janeiro para Vila Rica, após as conversas com José Álvares Maciel, Tiradentes já não tinha mais dúvidas de que poderia se tornar o líder do movimento, pois possuía todas as qualidades de um agitador nato: era corajoso, carismático, popular e linguarudo. Nunca é demais lembrar que, além de suas sinceras convicções libertárias, a sua fracassada vida pessoal aumentava ainda mais o ódio que nutria pelos portugueses. Sem ter dado certo como tropeiro, preso por ter tentado ajudar um escravo, frustrado como minerador, sem nunca ter conseguido qualquer promoção nas milícias, ridicularizado por seus projetos de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro e, até mesmo, pelo fato de ter sido traído pela companheira, Joaquim José já não mais suportava o governo português. Acresce a isso que ele havia perdido também certos “privilégios”, digamos assim. Era natural que os soldados das patrulhas das estradas fizessem “vistas grossas” aos contrabandistas de ouro em

troca de algum agrado. Dizem que o alferes levava a sua parte nestes negócios escusos, constando ter recebido suborno até mesmo de grandes contratadores como João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis. Diante de tais acusações, Tiradentes perdeu o seu posto de “Comandante da Patrulha do Caminho Novo”, cargo rentável, pois sempre obtinha gratificações por parte dos contrabandistas. Acresce a isso que, com a chegada do governador Dom Luís da Cunha Meneses, o grupo deste entrou no negócio, desalojando as antigas pessoas que lucravam com o contrabando. Muitos soldados dos Dragões ficaram descontentes e também passaram a falar em liberdade. Aos poucos, Joaquim José foi se tornando um revoltado, vendo no estabelecimento de uma nova república a solução de seus problemas particulares.

Em suas andanças, Tiradentes passou a espalhar que o Visconde de Barbacena tinha vindo com instruções do ministro Martinho de Melo e Castro, segundo as quais ninguém poderia ter mais de dez mil cruzados. Obviamente, ele imaginava que, através deste discurso, poderia cooptar os ricos e poderosos para a sua causa. A fim de convencer as pessoas, o alferes não media as consequências de suas palavras e ia espalhando aos quatro ventos que os portugueses só estavam aqui para explorar o país, que os governadores apenas ocupavam seus cargos para enriquecer, que o Brasil possuía inúmeras riquezas minerais para viver sem a opressão da metrópole. O seu entusiasmo pela liberdade tornava-se cada vez mais imprudente. Chegara mesmo a inventar mentiras escandalosas, alegando que o movimento pela independência já contava com pessoas muito importantes na capitania, homens de grande prestígio social, embora não pudesse revelar os nomes destes conjurados misteriosos. Dessa forma, tentava convencer seu interlocutor a aderir à sedição. Não se há de censurar o alferes por empregar tais estratégias, mesmo porque, são táticas comuns aos revolucionários e ele não foi o único a empregá-las em nome da independência do Brasil. O próprio padre Toledo, um dos mais importantes sacerdotes inconfidentes, confessou em seus interrogatórios nos *Autos da Devassa* que pregou em diversos lugares que o ouvidor-geral de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, fazia parte da conjura, muito tempo antes dele saber se Gonzaga havia mesmo entrado no levante. Assim procedia para ver se, citando o nome do poeta, conseguia convencer as pessoas que ainda permaneciam com dúvidas para participar do movimento.

Dominado por sua ideia fixa, Tiradentes pôs-se a falar da rebelião por toda parte. Aliás, como ele próprio gostava de frisar, não se tratava de um levante, mas de “restaurar a nossa terra”. Mesmo sem possuir estudos acadêmicos – quase tudo que Joaquim José aprendeu foi de forma autodidata – o alferes tinha boas informações a respeito do que estava acontecendo nos Estados Unidos e na Europa, de maneira que reunia em si conhecimento suficiente para convencer qualquer pessoa que lhe cruzasse o caminho. Vivía criticando o governo em público, maldizendo os governadores e vice-reis, pregando a independência do país, a constituição de uma república autossuficiente e soberana. Para alguns de seus colegas, Joaquim José não passava de um falastrão irresponsável, uma vez que mal escolhia seus interlocutores, falando abertamente do movimento e de liberdade em tabernas, hospedarias e até mesmo bordéis, que ele frequentava. Fato curioso de se notar é que, embora muita gente soubesse que as Minas estavam para se levantar contra Portugal, ninguém delatou o alferes às autoridades antes de Joaquim Silvério dos Reis tê-lo feito ao Visconde de Barbacena no dia 15 de março de 1789. Isto só vem provar ainda mais o quanto a população estava ao lado dos conjurados, pois os “sabedores e consentidores”, como se diz nos *Autos da Devassa*, incorriam no mesmo crime de lesa-majestade dos conspiradores.

Em seu quarto depoimento aos juízes da devassa, quando finalmente o alferes confessou toda a verdade, uma vez que nos três primeiros interrogatórios ele negou de maneira peremptória saber qualquer coisa a respeito de existir um levante na capitania das Minas, Joaquim José da Silva Xavier admitiu ter falado sobre o movimento a inúmeras pessoas; porém, sabendo que também estas poderiam ser punidas, ele sempre teve a cautela de procurar inocentar os seus interlocutores, afirmando que ninguém se interessou pela rebelião e todos procuravam dissuadi-lo daquela ideia maluca. Este exemplo mostra o quanto Tiradentes era generoso e magnânimo.

Embora se mostrasse bastante ativo e nunca desanimasse, Joaquim José deve ter se sentido como um agricultor que cultivava sementes no mar. Ele próprio confessou a Alvarenga Peixoto, seu colega inconfidente, que procurou aliciar muitas pessoas, mas ninguém tomava qualquer atitude prática. Os únicos que se mostravam mais empolgados eram os sacerdotes, o padre Carlos Correia de Toledo e o padre José da Silva e Oliveira Rolim. Por causa disso, era seu desejo que a rebelião se iniciasse pelo Rio de Janeiro, para Minas lhe seguir o exemplo, pois os mineiros, segundo o alferes, eram uns “bacamartes faltos de espíritos e de dinheiro”. É provável que as cabeças pensantes da inconfidência nunca tenham colocado Tiradentes a par do que se planejava após a vitória e a sua participação no movimento talvez tenha se limitado apenas a divulgar as ideias de independência e a cooptação dos indivíduos. Todavia, engana-se aquele que acredita que o fracasso do levante se deu apenas por causa de suas indiscrições.

Provavelmente, só os conjurados imaginavam que a conspiração permanecia em segredo. O próprio Barbacena já tinha plena notícia dela, anteriormente à delação de Joaquim Silvério dos Reis. Aliás, as ideias de independência do país surgiram muito antes de 1788. Como prova, basta-nos lembrar o encontro de José Joaquim da Maia com Thomas Jefferson em 1786. Sem dizer que o cônego Luís Vieira da Silva, um dos homens mais inteligentes do século XVIII no Brasil, já falava da pátria livre e soberana para os seus alunos no seminário desde 1781.

A quem interessava a independência? Certamente, quem mais teria a ganhar com a pátria livre eram os homens mais ricos da capitania, porque se achavam mais endividados com a Coroa e aproveitariam a revolução para zerar suas dívidas. Havia muitas pessoas como Domingos de Abreu Vieira, João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis, grandes devedores da Fazenda Real e que estavam verdadeiramente ameaçados de perderem seus patrimônios, caso a derrama fosse aplicada. Na verdade, o grupo que dirigia o movimento era formado por pessoas poderosas, que só discordaram da estrutura vigente, porque sentiram os seus direitos ameaçados e poderiam ir à falência. Portanto, estes magnatas aderiram à causa revolucionária por motivos pessoais. Porém, nem todos os inconfidentes agiram com o fim de dar um calote no fisco. O principal objetivo dos conjurados era constituir uma república no Brasil. Dentre as propostas que foram discutidas nas reuniões secretas e ficaram acertadas, destacam-se as seguintes:

- 1) A nova capital do Brasil seria transferida para São João Del Rei, pois se tratava de uma área favorável para a agricultura e pecuária;
- 2) Criação de uma Casa da Moeda para resolver o problema da falta de dinheiro, que pouco circulava;
- 3) Estabelecimento de fábricas de ferro e pólvora;
- 4) Estabelecimento de indústria têxtil;
- 5) Criação de uma universidade em Vila Rica;
- 6) Manutenção da escravidão, pois quase todos os inconfidentes eram escravocratas. Segundo José Álvares Maciel, a abolição da escravatura prejudicaria a agricultura e a mineração, uma vez que não teriam quem trabalhasse nestes ofícios;
- 7) Eliminação de todas as dívidas com a metrópole;
- 8) O governo da república seria entregue a Tomás Antônio Gonzaga, que exerceria um mandato por três anos. Ao cabo desse período, seriam marcadas eleições.
- 9) Todos os cartórios seriam queimados, para se começar tudo do zero.
- 10) Separação entre Igreja e Estado.

No geral, eram ideias baseadas nos princípios iluministas. Alguns discordaram quanto ao sistema de governo escolhido. Dentre os inconfidentes, existiam muitos monarquistas e a escolha pela república

acabou dividindo um pouco o grupo. Assim que o levante tivesse início, uma das primeiras medidas dos revolucionários seria tomar a Caixa Real, onde os portugueses guardavam todo o ouro e os diamantes que esperavam para serem embarcados à Europa. Este tesouro localizava-se nos escritórios da Junta da Real Fazenda, instalada no prédio da Câmara Municipal. Com este dinheiro, eles imaginavam que poderiam custear os primeiros meses de uma possível guerra contra Portugal. Certamente, os conspiradores deviam estar sentindo que o movimento se achava bastante forte e que eles, de fato, poderiam sair vencedores. Homens como o velho e experiente advogado Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, ambos conservadores, não entrariam num barco furado, caso não lhes parecesse que o Brasil pudesse se emancipar de Portugal.

Tiradentes já havia falado com inúmeras pessoas que nenhuma importância tinham na capitania das Minas, uma vez que não ocupavam cargos relevantes ou de prestígio. Além do mais, ninguém parecia se interessar muito pelas suas ideias em favor da independência do Brasil. Cansado de arar o deserto, decidiu tomar uma atitude mais drástica e falar com quem, de fato, pudesse vir a ser um elemento decisivo no levante. Após meditar por algum tempo, chegou à conclusão de que a pessoa mais indicada era o seu comandante, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade.

Embora já se conhecessem há anos, não tinham grande intimidade. Mesmo assim, com o pretexto de resolver o problema de uns soldos atrasados, Joaquim José da Silva Xavier resolveu procurá-lo em sua casa na Rua Direita. Era um grande casarão de dois andares, com uma enorme porta no centro e diversas janelas dando para a rua. Após anunciar a sua visita, um escravo o conduziu ao segundo pavimento, pedindo que aguardasse ali na sala de estar, pois seu patrão logo o receberia. Francisco de Paula não se fez esperar por muito tempo e logo apareceu para receber aquele sujeito, cuja fama de ser falastrão ele bem já conhecia. Que não tomasse muito o seu tempo, pois se encontrava adoentado e precisava repousar.

Naturalmente, o alferes apresentou-se, utilizando-se como assunto introdutório o problema dos seus soldos atrasados. Depois, passou a falar de sua viagem ao Rio de Janeiro e como a população mostrava-se insatisfeita com os desmandos dos portugueses. Lá, a conversa de todas as rodas era sobre a independência das colônias inglesas na América. Lembrou-se das palavras que José Álvares Maciel havia lhe dito a respeito da maneira como os europeus andavam perplexos pelo fato do Brasil ainda se sujeitar ao jugo de Portugal. Evidentemente, aproveitou para citar tal frase, bem como seu encontro com Maciel. Neste ponto o tenente-coronel o interrompeu:

- É meu cunhado, um excelente rapaz!

Tiradentes bem o sabia e aproveitou tal momento para lhe dizer o verdadeiro motivo que o havia levado até ali. Era tudo ou nada.

- Não sei se você já sabe, mas aqui nas Minas estão planejando um levante para separar o Brasil de Portugal...

Bastante surpreso pela introdução de um assunto tão delicado, Francisco de Paula respondeu de maneira enfática:

- Você tem coragem de me falar nisso?

- Perdoe-me a indiscrição, pensei que já soubesse...

- Na verdade, outra pessoa já havia me falado a respeito.

O alferes exultou. Certamente, o seu comandante já deveria ter sido sondado pelo cunhado, José Álvares Maciel. Tiradentes caminhou até uma das janelas, contemplou a rua quase vazia e continuou:

- As conversas já vão muito avançadas e há pessoas deveras importantes envolvidas. Como lhe disse, no Rio de Janeiro todos estão dispostos a abraçar a causa. Só estão aguardando a posição de vossa excelência, como chefe das tropas, para decidirem o que fazer. Dizem, aliás, que já está acertado o apoio de países estrangeiros.

Joaquim José havia lhe tocado no ponto fraco, a vaidade.

- Estão aguardando a minha posição?

- Claro! Afinal, você é a segunda pessoa mais importante das Minas, atrás apenas do governador...

O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade contava 32 anos em 1788, quando Tiradentes o procurou em sua residência. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1756, era filho natural[25] de José Antônio Gomes de Andrade, irmão do Conde de Bobadela, e de dona Maria Correia de Sá e Benevides, senhora de uma das mais ilustres e tradicionais famílias da colônia. Pouco depois de ter se mudado para Vila Rica, casou-se com Isabel Querubina de Oliveira Maciel, irmã de José Álvares Maciel. Ele que já era rico, acabou levando como dote grande fortuna, o que fez de Francisco de Paula um homem de muitas posses. Além de sua ampla residência, uma das mais belas da cidade, exibindo paredes ornadas com numerosos quadros, ele possuía mais duas propriedades, a famosa Chácara do Cruzeiro, que se localizava no perímetro urbano de Vila Rica e serviu como palco para várias reuniões secretas dos inconfidentes, e a Fazenda dos Caldeirões, situada entre Cachoeira do Campo e Ouro Branco.

Culto, possuindo uma respeitável biblioteca para a época, Francisco de Paula Freire de Andrade apresentava uma candura natural que cativava de imediato a todos com quem ele tratava. Estimado e respeitado pelos soldados, bastava a sua participação no movimento inconfidente para garantir a adesão de toda a tropa. Acabou aceitando fazer parte do levante não tanto por seus ideais libertários, mas, sobretudo, pelo acolhimento lisonjeiro que mereceu por parte dos conjurados, os quais encareciam o importante posto que ele ocupava.

Com a ajuda de seu pai, obteve o posto de comandante da 6ª Companhia de Dragões[26] da Capitania de Minas Gerais. Particularmente, também possuía um motivo para tomar parte no levante. Francisco de Paula temia perder o seu posto na reestruturação da tropa que acabara de ser anunciada por Barbacena. Na verdade, os Dragões eram acusados de extorsões e muitos outros abusos e o próprio tenente-coronel havia sido denunciado por receber subornos. Além disso, responsabilizavam-no por manter na folha de pagamento oficiais que já não mais prestavam serviços em seu regimento, ou seja, alegavam que ele embolsava o salário de soldados inexistentes.

Tão logo cedeu às instâncias dos amigos que o aliciavam para entrar no motim, generosamente ofereceu a Chácara do Cruzeiro e sua própria residência para sediar as reuniões do grupo. Em seu sobrado da Rua Direita, em dezembro de 1788, ocorreram as principais reuniões secretas da inconfidência.

Na corte, possuía amigos poderosos, que muito fizeram para livrá-lo da condenação, sem obterem sucesso. Há, inclusive, um célebre episódio ligado a Francisco de Paula, que ficou conhecido como o “episódio da maçã”. Quem nos conta é o romancista Joaquim Manuel de Macedo e, embora não haja qualquer prova histórica do relato, que bem pode ter saído de sua fecunda imaginação, o caso é bastante verossímil.

Após ter sido preso, o tenente-coronel foi levado para o Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado em uma das fétidas prisões da Ilha da Cobras. Na capital, ele possuía uma irmã, casada com um negociante. Por uma dessas coincidências do destino, esta sua irmã costumava se confessar com o mesmo frade que sempre visitava a cadeia para também ouvir as confissões dos inconfidentes. Certa feita, no ano de 1791, a irmã de Francisco de Paula recebeu uma notícia extremamente secreta de seus parentes que viviam em Portugal. Segundo a Carta Régia de 15 de outubro de 1790, os conjurados, que haviam sido condenados à pena de morte, teriam suas penas comutadas para o exílio. A fim de transmitir a novidade consoladora ao irmão, a boa mulher lançou mão de um stratagem. Escreveu um pequeno bilhete com as seguintes palavras: “Com certeza comutação da pena de morte na última hora”. Em seguida, camuflou o minúsculo pedaço de papel dentro de uma maçã, que ela escavara com todo o cuidado. O frade ficou incumbido de levar a fruta; porém, desconhecendo o seu conteúdo, mandou

entregá-la ao padre Carlos Correia de Toledo. Este descobriu o segredo, mas Francisco de Paula permaneceu ignorando-o até a data em que a comutação das penas foi revelada aos inconfidentes.

Quando Joaquim Silvério dos Reis levou a sua denúncia ao governador e correu pela cidade o boato de que a derrama seria suspensa, Francisco de Paula pediu licença por três meses do seu cargo, despediu-se apressadamente de todos os seus conhecidos e se pôs a dizer às pessoas que estava de partida para Portugal. O tenente-coronel desejava simular uma viagem de negócios, temendo sofrer represálias por parte do Visconde. Montou em seu cavalo e, rapidamente, foi se esconder na sua Fazenda dos Caldeirões. Após a prisão de Tiradentes, que achava o seu comandante um “banana”, julgou melhor se apresentar a Barbacena e lhe entregou uma carta, datada de 17 de maio de 1789, denunciando o movimento inconfidente. Tarde demais para um conjurado arrependido. De maneira até bastante ingênua, confessou que sabia do levante e que algumas reuniões haviam acontecido na sua casa. Mas alegava que nunca tomou parte em tais conventículos e a sua culpa limitava-se apenas ao fato de não ter feito antes a sua denúncia.

Obviamente, acabou sendo preso no início de setembro e foi levado para o Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado na Ilha das Cobras até a sentença dos inconfidentes ter sido proferida em abril de 1792. Condenado à pena de morte por enforcamento, a sua pena foi comutada no dia seguinte para degredo em Pedras de Angoche (Angola). No dia 25 de junho, embarca na corveta Santa Rita com destino à África, ao lado de outros inconfidentes, como Domingos de Abreu Vieira. Em Angola, associou-se a José Álvares Maciel, tornando-se proprietário de uma fundição de ferro. Faleceu em São Paulo de Luanda no ano de 1809, dezessete anos após o seu degredo, quando se preparava para regressar ao Brasil. Curiosamente, a sentença da Alçada diz que a casa de Francisco de Paula, onde ocorreram os “infames conventículos”, deveria ser arrasada e o terreno salgado, para que mais nada nascesse no local. Mas o velho sobrado permanece ainda de pé em Ouro Preto.

Os inconfidentes e outras pessoas importantes ligadas ao levante

Para uma boa compreensão da inconfidência mineira, é necessário conhecer melhor os homens que estiveram por trás deste movimento extraordinário da história do Brasil. Já tive oportunidade de falar a respeito de alguns deles e creio ser o momento apropriado para apresentar os demais. Afinal, daqui para frente, eles começarão se reunir de maneira sigilosa a fim de conspirar contra o governo português e os seus nomes devem estar claros nas mentes dos leitores.

A lista seria por demais extensa, se fôssemos citar todos os nomes que aparecem nos *Autos da Devassa*. Por questões práticas e devido aos próprios limites deste trabalho, irei me restringir apenas aos personagens que tiveram participação efetiva no movimento ou que a sua inclusão nesta obra se justifique por algum interesse. Por questões didáticas, prefiro fazer a ordenação dos envolvidos na conjuração em ordem alfabética.

Alvarenga Peixoto

Inácio José de Alvarenga Peixoto nasceu na cidade do Rio de Janeiro, ignorando-se a data exata em que veio ao mundo. Em um de seus depoimentos nos interrogatórios da devassa, afirmou que possuía 45 anos quando fora preso. Portanto, deve ter nascido entre 1743 e 1744. Seu pai era português e faleceu pouco tempo após o seu nascimento, deixando-lhe uma enorme fortuna, que acabou sendo objeto de

disputa judicial contra o seu tutor. Tão logo completou os estudos preparatórios no Colégio dos Jesuítas na corte, seguiu para Portugal a fim de se matricular na Universidade de Coimbra. Em 1761, um ano depois de ter iniciado seu curso, regressa ao Brasil para resolver um problema de terras (Lavras da Boa Vista) em Minas. Acredita-se que foi neste período que ele conheceu Cláudio Manuel da Costa. Em outubro de 1763, já o encontramos novamente matriculado na universidade, vindo a se formar em fevereiro de 1767, recebendo o grau de doutor em Leis.

Certamente, desde o tempo em que estudara com os jesuítas no Rio de Janeiro já havia tomado gosto pela literatura e compunha versos. Em seus poemas, costumava fazer muitos elogios às autoridades e aos poderosos. Escreveu uma poesia louvando o Marquês de Pombal, que lhe valeu a simpatia deste. Em consequência, acabou sendo indicado para ocupar o posto de juiz de fora na vila de Sintra em fins de 1768 ou início de 1769, exercendo aí a magistratura até o ano de 1772.

Por essa época, adorava participar de saraus literários e passou a ser conhecido com o pseudônimo árcade de Eureste Fenício. Sua casa era o ponto de encontro de portugueses e brasileiros saudosos da pátria, como Basílio da Gama, de quem se tornou muito amigo. Também dedicou poemas para uma jovem viuvinha de 26 anos, dona Joana Isabel de Lencastre Forjaz, lisboeta da gema e que também escrevia seus versinhos com o pseudônimo de Jônia. Esta ilustre dama abria os seus salões aos poetas e pode ter sido mais do que uma simples musa inspiradora de Alvarenga Peixoto.

Em 1776, já não suportando mais viver longe da pátria, ou por outro motivo menos nobre, como veremos, Alvarenga retorna ao Brasil. Por indicação de Pombal, o Marquês do Lavradio o nomeou ouvidor da comarca do Rio das Mortes, cuja sede se localizava em São João Del Rei. Tomou posse do cargo no dia 17 de agosto daquele ano.

Já estabelecido em Minas, passou a se dedicar à agricultura e à mineração, acumulando enorme fortuna em terras e bens, mas não tanto em liquidez, pois Alvarenga vivia endividado. Comprou fazendas com engenhos de açúcar e lavras e se tornou um dos maiores proprietários de escravos do tempo, possuindo mais de 200 cativos. Como era um grande gastador e *bon vivant*, vivia pedindo dinheiro emprestado a todo mundo, sem se importar com o pagamento das dívidas. Antes de regressar ao Brasil, Alvarenga Peixoto dirigiu-se a um sujeito chamado Dionísio Chevalier e o convenceu a lhe emprestar a generosa quantia de 9:199\$681 (nove contos, cento e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e um réis). Além deste, conseguiu também um empréstimo de quatro mil cruzados com certo Bento Roiz. Raspou-se para Minas o mais rápido que pôde e deu um belo calote nos dois homens.

Mas também era um sujeito generoso. Costumava ajudar os amigos com o que podia, dava presentes a todos e fez grandes doações à igreja. De acordo com a devassa do Rio de Janeiro, Alvarenga era gastador e nunca pagava ninguém. Mesmo assim, o seu amigo João Rodrigues de Macedo continuava a lhe emprestar dinheiro, como se não se importasse com a possibilidade do calote. Os dois costumavam jogar cartas e gamão juntos e foi Macedo quem ajudou a família do poeta, após este ter sido condenado ao degredo para a África.

Alvarenga já havia passado dos trinta e dois anos de idade, quando conheceu a jovem Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, que viria a ser sua esposa. A moça contava então 18 anos e era filha do advogado José da Silveira e Sousa, conhecido por todos como “o doutor surdo”. Com certeza, Alvarenga ficou encantado ao conhecer aquela garota tão bonita, prendada, descendente de uma tradicional família paulista e ainda por cima poetisa. Em 1778, quando já namoravam há mais de um ano, Barbara Heliadora engravida e dá à luz uma menina, Maria Ifigênia. Os dois não eram casados e aquela gravidez inesperada deve ter causado enorme escândalo na tradicional sociedade mineira daquele tempo. Bárbara e Alvarenga só se uniriam através dos sagrados laços do matrimônio em 1781 e teriam quatro filhos. Além de Maria Ifigênia, a quem chamavam “princesa do Brasil”, o casal possuía mais três meninos: José Eleutério, João Damasceno e Tristão.

Bárbara Heliadora apresentava um temperamento altivo e um caráter decidido. Graças a ela,

Alvarenga escapou de ter o seu nome manchado pela ignomínia da traição. Quando ele percebeu que o movimento inconfidente se achava irremediavelmente perdido, decidiu delatar os seus companheiros ao Visconde de Barbacena, imaginando que, dessa forma, pudesse livrar a própria pele. Foi Bárbara Heliadora quem lhe impediu de seguir adiante em seu intento. Após a prisão do marido, ela entrou com um pedido na justiça para que os bens de Alvarenga fossem sequestrados depois de se realizar a meação a que teria direito. Foi atendida e cuidou dos negócios da família por mais alguns anos, até que enlouqueceu, vindo a falecer em 1819 na cidade de São Gonçalo do Sapucaí.

Em junho de 1785, quando já não mais ocupava o cargo de ouvidor, o capitão-general Luís da Cunha Meneses nomeou-o coronel do 1º Regimento de Cavalaria da Campanha do Rio Verde, comarca do Rio das Mortes. A partir de então, o poeta ficou conhecido como coronel Alvarenga. Passou a zelar pelo seu regimento, adquirindo às próprias custas fardas, instrumentos e o mais de que necessitavam os soldados.

Também ele possuía bons motivos para participar do movimento inconfidente. Endividado até o pescoço, Alvarenga via na independência do Brasil uma boa maneira para se livrar definitivamente de seus credores impertinentes. As suas lavras não iam bem, pois a extração aurífera tinha diminuído em toda a região, mas ele continuava tomando dinheiro emprestado a fim de aprimorá-las, sem obter qualquer resultado satisfatório. Havia conseguido um grande empréstimo para construir um sistema hidráulico em suas minas, mas que não deu certo, de maneira que ele ficou impossibilitado de honrar até mesmo os juros dessa dívida. Para piorar a sua situação, nesse ano de 1788, corria contra ele uma ação em Lisboa da ordem de 11:193\$507 (onze contos, cento e noventa e três mil, quinhentos e sete réis), uma verdadeira fortuna. Estava falido e desesperado.

Os dois principais amigos de Alvarenga eram Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, a quem ele chamava de primo. Quando ia para Vila Rica, hospedava-se na casa deste último e os três poetas passavam largas horas no doce convívio das musas, lendo poemas e conversando de maneira amena sobre artes. Uma de suas poesias, que ele escrevera em homenagem ao filho do governador Dom Rodrigo José de Meneses, tornou-se célebre e era recitada nas reuniões secretas dos inconfidentes.

No dia 8 de outubro de 1788, aconteceu na casa de Alvarenga Peixoto o batizado de dois de seus filhos, José Eleutério e João Damasceno. O ofício foi celebrado pelo padre Carlos Correia de Toledo e muitos conjurados se achavam presentes, inclusive Gonzaga, que apadrinhou um dos meninos. A festa foi tremenda e dizem que diversos homens saíram bêbados da casa para fazerem arruaças pela cidade e abraçar mulheres da vida pelas ruas. Consta que o próprio Alvarenga participou da baderna, uma vez que ele era dado à bebida e farra. Falou-se mal do governo e houve inúmeros brindes, como o de Alvarenga à sua esposa, afirmando que ela seria rainha. Parece que foi deste batizado que surgiu a senha dos inconfidentes para se dar início ao levante.

Ao que tudo indica, Joaquim José da Silva Xavier foi o único dentre os principais personagens envolvidos na conjura que não se achava presente neste batizado. Se dermos crédito aos depoimentos de Alvarenga, os dois ainda nem se conheciam em outubro de 1788. Segundo ele afirmou em um de seus interrogatórios, ao fazer uma visita a Francisco de Paula Freire de Andrade, este lhe comunicou que o iria apresentar a um alferes, o qual falava de maneira tão inflamada a respeito do levante, que chegava mesmo a chorar. O encontro teria se dado na casa do contratador João Rodrigues de Macedo, poucos dias antes da principal reunião ocorrida entre os inconfidentes, a 26 de dezembro de 1788 no sobrado de Francisco de Paula. Tiradentes parecera a Alvarenga “um oficial feio e espantado”.

Foi Alvarenga quem sugeriu a frase “*Libertas quae sera tamen*” para figurar como dístico da nova bandeira revolucionária e que hoje se encontra na bandeira do estado de Minas Gerais. Outra de suas sugestões, mas que não parece ter contado com o apoio de muitos inconfidentes, foi que se expulsassem do Brasil todos os estrangeiros contrários à revolução.

Em março de 1789, o cônego Luís Vieira da Silva vai até a cidade de Vila Rica, pois havia sido incumbido para proferir o sermão na solene missa de exéquias do príncipe Dom José, realizada na Matriz do Pilar. No dia seguinte, jantou na casa de Cláudio Manuel da Costa, junto com outros conjurados, inclusive Alvarenga Peixoto. Evidentemente, falou-se muito na revolução americana, que era a paixão do cônego. Como também se achava neste jantar o intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, que não era entrado no movimento, os conjurados precisaram ser discretos nos comentários a respeito do levante. Durante uma conversa sigilosa na varanda da casa, longe dos ouvidos de Pires Bandeira, Alvarenga ficou sabendo que o movimento da inconfidência achava-se periclitante. Antes de regressar para São João Del Rei, onde morava, Alvarenga decidiu passar pela casa do governador em Cachoeira, a fim de sondar discretamente se Barbacena já sabia de toda a verdade. No palácio, é recebido pelo Visconde, que lhe fala muito sobre as diferenças entre os dois sistemas de governo, a monarquia e a república. Intrigado com as palavras ouvidas do governador, Alvarenga dirige-se à fazenda dos Caldeirões, onde se encontrava Francisco de Paula Freire de Andrade. Conta ao amigo tudo que ouvira de Barbacena e Francisco de Paula chega à conclusão de que o Visconde já se acha inteirado de tudo. Dias depois, reúne-se com o padre Carlos Correia de Toledo, o qual lhe confirma que Joaquim Silvério dos Reis seguiu para o Rio de Janeiro e desconfia de que ele delatou o movimento ao governador. Pouco tempo depois, também bastante desesperado, Francisco Antônio de Oliveira Lopes procura Alvarenga e lhe comunica a mesma suspeita. Foi quando o poeta resolveu delatar o levante, imaginando que, dessa forma, obteria o perdão real por sua lealdade, mas foi impedido de praticar tamanha infâmia por sua esposa, Bárbara Heliadora.

Sob ordens de Barbacena, o tenente Antônio José Dias Coelho dirigiu-se à residência do poeta no final de maio de 1789 e lhe comunicou que estava preso pelo crime de lesa-majestade. Alvarenga Peixoto despediu-se de Bárbara Heliadora, sabendo que os dois nunca mais se veriam nesta vida. Dias depois, seguiria acorrentado para o Rio de Janeiro, onde permaneceria aguardando seu julgamento numa cela úmida e repleta de baratas na Fortaleza da Ilha das Cobras. O abuso dos soldados foi tamanho que, após a sua prisão, invadiram a casa de seu sogro e violentaram uma das irmãs de Bárbara Heliadora.

No cárcere, escreveu algumas poesias sem valor, diferentemente de Gonzaga, que aproveitou para retirar da solidão e do sofrimento passado na cadeia inspiração a seus versos. Enquanto Tiradentes procurou assumir toda a culpa do movimento inconfidente, em seus depoimentos, Alvarenga acabou denunciando os seus colegas conjurados, o que desonra o seu nome.

Condenado à morte na forca, teve a sua pena comutada para exílio em Dande, um porto africano de mar aberto aos navios de todos os países. Ao saber disso, ficou feliz, pois imaginava que poderia facilmente escapar dali e se pôs a se gabar feito um imbecil, que teria recebido este favor dos ministros da Alçada em virtude de sua amizade com Antônio Diniz da Cruz e Silva. De fato, este seu amigo e antigo colega da Universidade de Coimbra havia conseguido para Alvarenga um tratamento especial na prisão. Porém, quando os juízes da Alçada souberam das palavras de Alvarenga, anularam a sua sentença e o enviaram para Ambaca (Angola).

Dentre os degredados para a África, Alvarenga Peixoto foi dos primeiros a partir, no dia 5 de maio de 1792, tendo chegado ao seu presídio em Ambaca no dia 16 de agosto daquele ano. Ali, adoeceu de uma enfermidade misteriosa que grassava na região e morreu poucos dias depois de ter alcançado o exílio, bastante envelhecido, embora contasse menos de cinquenta anos de idade.

Curiosamente, nos interrogatórios da devassa, ele afirma que seu nome é Inácio José de Alvarenga e assim o assina, sem o Peixoto. Porém, pesquisas mais recentes encontraram documentos em que ele escreveu o seu nome completo.

Este entrou na inconfidência por se encontrar no lugar errado e na hora errada. Não tinha qualquer interesse no movimento e foi colhido pelas malhas da justiça portuguesa por uma frase infeliz que disse.

Pouco se sabe sobre ele. De acordo com os *Autos da Devassa*, o português Antônio de Oliveira Lopes teria nascido em 1726, tendo, portanto, 63 anos de idade em 1789. Era um sujeito alegre e simpático, que gostava de bater papo com os amigos e conhecidos. Morava em Itajubá e era carpinteiro, além de piloto, ou seja, medidor de sesmarias, profissão importante na capitania das Minas. Possuía o estranho apelido de “Pouca Roupa” ou “Fraca Roupa”, como lhe chamava Tiradentes. Por causa disso, alguns historiadores já disseram que ele deve ter sido o mais pobre dos inconfidentes, pois nem roupas tinha para se vestir.

Pouco antes de fazer sua última viagem para o Rio de Janeiro, Tiradentes recebeu um conselho de seu comandante, Francisco de Paula Freire de Andrade, para não sair falando abertamente sobre o levante a qualquer um. O mais prudente é que o alferes deveria ser tão discreto quanto fosse possível, pois a derrama poderia ser cancelada por Barbacena, o que prejudicaria os planos dos conjurados. Foi o mesmo que falar com as paredes. Joaquim José não se intimidava diante de ninguém e imaginava que qualquer pessoa poderia ser um elemento importante no motim. Retornando de São João Del Rei para Vila Rica, montado em seu cavalo rosilho, encontrou-se no caminho com diversas pessoas. Obviamente, o alferes não deixava de introduzir nas conversas o seu assunto preferido, ou seja, a exploração da colônia pela metrópole e a necessidade de se criar uma pátria independente nos moldes da recém-fundada república dos norte-americanos.

Na noite de 23 de dezembro de 1788, chegando à estalagem de João da Costa Rodrigues, que se situava na Varginha de São Lourenço, caminho para Vila Rica, Tiradentes resolveu jantar e ali se encontrou com o Pouca Roupa. Os dois começaram a conversar animadamente. João da Costa Rodrigues, que gostava de se meter na conversa alheia e, por causa de sua curiosidade, acabou pagando um preço extremamente caro, pois também foi arrastado para o banco dos réus pelo processo da devassa, bradou:

- Quais são as novidades?

Tiradentes ergueu um copo e disse:

- Estamos brindando à saúde dos novos governadores para o ano de mil setecentos e oitenta e nove.

Picado ainda mais pela curiosidade, quis saber o estalajadeiro:

- Mas como novos governadores, se ainda agora chegou o senhor Visconde?

Ao que respondeu o alferes:

- Eu é que sei... Pois já são onze os revolucionários...

Antônio de Oliveira Lopes, que por essa altura bem deveria ter tomado umas e outras, aproveitou para proferir aquela frase infeliz, que o incriminou irremediavelmente perante o tribunal da Alçada:

- Pois se são onze, comigo farão a dúzia.

Pronto, havia entrado de bobo na história.

No dia seguinte, Tiradentes e o Pouca Roupa se separaram. Preso, Antônio de Oliveira Lopes foi conduzido para o Rio de Janeiro, tendo sido condenado a degredo por dez anos para Moçambique, em virtude de uma única frase mal dita. Embarcou na nau “Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal” no dia 22 de maio de 1792, vindo a falecer antes do início do século XIX.

Basilio de Brito Malheiro, o segundo delator

Nascido na Vila da Ponte do Lima, comarca de Viana, Portugal, Basílio de Brito Malheiro era casado e tinha 46 anos em 1789. Entrou para a história por ter sido o segundo delator da inconfidência mineira. Morava na Fazenda Palmital, grande propriedade localizada na comarca do Serro do Frio, onde ele possuía lavras de ouro e muitos escravos. Também havia recebido a patente de tenente-coronel do Primeiro Regimento de Cavalaria Auxiliar de Paracatu.

Grande sonegador de impostos e mercador de negros, Basílio de Brito Malheiro possuía um comportamento altamente censurável. Chegara mesmo a ser preso em virtude de uma carta precatória e, pela época da inconfidência mineira, já fazia mais de seis meses que ele se achava em Vila Rica, tentando resolver problemas com seus negócios. Ele havia enriquecido como contrabandista de diamantes e era sócio do sargento-mor José Vasconcelos Parada e Sousa em suas maracutaias.

Tratava-se de um sujeito bastante dissimulado e dizia-se amigo de Cláudio Manuel da Costa, que deveria tolerá-lo apenas por educação. Tomás Antônio Gonzaga afirmou que ele era um “homem de má conduta” e, talvez por isso mesmo, Basílio votava-lhe um ódio mortal. Aliás, odiava todos os brasileiros. Pouco antes de morrer, deixou registrado em seu testamento um conselho para que seu filho retornasse o quanto antes a Portugal, dizendo muito mal dos moradores das Minas e também do restante do país.

Em sua denúncia de 15 de abril de 1789, Basílio de Brito Malheiro afirmou ao governador que somente não alertara anteriormente às autoridades, pois imaginava que o Visconde já soubesse de tudo. Enquanto Joaquim Silvério dos Reis preferiu atacar em sua delação, sobretudo, Tomás Antônio Gonzaga, o principal inconfidente acusado por Basílio é Tiradentes, que age pela capitania sem a menor cautela. Trata-se de um depoimento mais longo e minucioso do que o de Silvério, embora tão mal redigido quanto o primeiro. Afirma que todas as pessoas nas Minas já sabiam do levante, até mesmo indivíduos da mais baixa condição social, como os escravos. Tão logo Barbacena ouviu as suas palavras, pediu-lhe duas coisas. Primeiro, que fizesse a sua denúncia por escrito e, segundo, solicitou ao delator que ele fosse espionar seu “amigo” Cláudio Manuel da Costa e o cônego Luís Vieira da Silva, para ver se algum deles lhe revelasse maiores informações sobre os planos dos conjurados.

Basílio de Brito Malheiro morreu bastante idoso, já no século XIX, em sua Fazenda do Palmital, profundamente odiado pelos brasileiros. Ninguém lhe dirigia a palavra e, diz a lenda, que ele faleceu vítima de um cancro na língua.

Cláudio Manuel da Costa

Houve muita controvérsia por parte dos seus biógrafos e historiadores para determinar a data exata do nascimento do poeta. Hoje, aceita-se que Cláudio Manuel da Costa nasceu a 5 de junho de 1729, na fazenda da Vargem do Itacolomi, localizada na antiga Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo[27]. Seus pais, o português João Gonçalves da Costa e a paulista dona Teresa Ribeiro de Alvarenga eram proprietários do sítio do Fundão, uma propriedade com mais de trinta alqueires. Nesta fazenda, nasceram todos os seis filhos do casal. Dois dos irmãos de Cláudio ordenaram-se padres, um deles morreu no tempo em que ainda era estudante em Coimbra e os outros dois tornaram-se mineradores em Vila Rica. Tratava-se de uma família abastada.

Segundo o próprio poeta confessou, ele recebeu as primeiras lições de seu tio, o frade Francisco Vieira de Jesus Maria. Em 1744, quando contava menos de quinze anos, seus pais enviam-no para o Rio de Janeiro a fim de estudar no colégio dos jesuítas. Aí permanece até 1749, quando parte para Portugal, decidido a se ordenar padre; porém, desiste da ideia e ingressa na Universidade de Coimbra, onde segue o curso de Cânones. Existe ainda um documento, datado de 1º de outubro de 1749, que comprova o

ingresso de Cláudio Manuel da Costa na vida acadêmica. Na faculdade, as aulas duravam seis horas por dia e lá foi colega de outro poeta talentoso, o português Antônio Diniz da Cruz e Silva. Enquanto residia em Portugal, ele foi testemunha da morte do rei Dom João V e do coroamento de seu filho, Dom José I, e a consequente ascensão ao poder de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Tendo obtido graduação em Cânones no ano de 1753, decide regressar ao Brasil para iniciar sua vida de advogado.

Consta que ele viajara pela Itália, onde aprendera o idioma e teria sido admitido como membro da arcádia romana com o pseudônimo pastoril de Glauceste Satúrnio. Em Portugal, deixou renome de grande poeta, tendo publicado seu primeiro livro, *Culto Métrico*, logo em 1749, durante o primeiro ano de seu curso na Universidade de Coimbra. Dois anos depois, publicaria o volume intitulado *Munúsculo Métrico* e, em 1753, antes de retornar ao Brasil, saiu dos prelos portugueses o seu terceiro livreto, *Epicédio*. Mas nem todos gostavam de seus versos quase sempre melancólicos. De acordo com a Marquesa de Alorna, Cláudio Manuel da Costa não passava de um “pobre rapsodista” que parecia ter bebido e vomitado “algumas passagens de Metastásio e do Guarino”.

Chegando ao Brasil, Cláudio trabalhou com o governador Gomes Freire de Andrade, que muito estimava o poeta. Entre novembro de dezembro de 1754 ocupou o cargo de almotacé da Câmara Municipal de Mariana. Tratava-se de um posto sem remuneração, mas de certo prestígio. Cabiam aos almotacés fiscalizar pesos e medidas, vigiar as posturas municipais, zelar pela limpeza das ruas, cuidar para que não faltasse alimento à população, etc. Em 1758, muda-se definitivamente para Vila Rica, onde não só passa a exercer a advocacia, tornando-se um dos mais brilhantes advogados do seu tempo, bem como é seduzido ainda mais pela política. Neste ano, assume o cargo de vereador em Vila Rica. O mandato durava três anos e também não se tratava de um cargo remunerado. As eleições eram indiretas: os tais “homens bons”, gente de prestígio e de dinheiro, escolhiam seis sufragistas, os quais indicavam os vereadores. A eleição ocorria sempre na véspera do Natal, de maneira que os eleitos tomavam posse no dia primeiro de janeiro. Também foi secretário de governo. Entre 1762 e 1765, serviu a Gomes Freire de Andrade e a Luís Diogo Lobo da Silva. Com este último, empreendeu uma longa viagem pelos sertões das Minas a fim de fazer um reconhecimento da região, visando diminuir o extravio do ouro. Tal expedição ficou conhecida como “o giro”. Além disso, secretariou o governo do Conde de Valadares, a quem o poeta considerava um verdadeiro mecenas e amigo das artes. Em abril de 1769, o Conde nomeou Cláudio como juiz das demarcações de sesmarias do termo de Vila Rica. Durante a administração de Dom Rodrigo José de Meneses, o poeta também esteve a serviço do governo.

Algumas informações biográficas a respeito de Cláudio Manuel da Costa nos foram legadas pelo próprio poeta. Em 1759, ele recebeu uma carta da Bahia, convidando-o para ingressar na recém-fundada Academia Brasílica dos Renascidos. Evidentemente, Cláudio ficou muito lisonjeado com a distinção e escreveu uma pequena biografia para ser utilizada por aquela entidade. Embora tal academia tenha tido uma duração efêmera, muitos de seus membros continuaram estampando em seus livros as palavras “acadêmicos renascidos”.

Apesar de não ter se casado, viveu por mais de trinta anos com uma companheira chamada Francisca Arcângela de Sousa, uma escrava negra, que pertencia a terceiros e foi alforriada por Cláudio, após tê-la adquirido. Foi o grande amor de sua vida, a *Eulina* de seus versos, com quem se viu impossibilitado de casar em virtude dos preconceitos sociais do tempo. O casal teve cinco filhos: Francisca, Feliciano, Maria, Ana e Fabiana. Francisca Arcângela e os filhos não moravam com o poeta, mas deviam visitá-lo com frequência na Fazenda do Fundão.

Consta que Cláudio Manuel da Costa era um sujeito de elevada estatura, usava óculos e gostava de aspirar rapé, que assoava num lenço, como era o costume da época. Por se tratar do advogado mais requisitado de Vila Rica e também porque minerava ouro com sucesso em suas imensas propriedades, logo fez fortuna e passou a exercer as funções de um banqueiro privado, emprestando dinheiro a juros.

Tinha o costume de fundir o seu ouro em barras, misturando-o com areia para tentar camuflar o metal precioso. Curiosamente, após a sua prisão, toda esta riqueza desapareceu, tornando-se objeto de inúmeras suposições por parte dos historiadores. Onde teria ido parar o ouro de Cláudio Manuel da Costa, o ouro que dizem iria financiar a inconfidência mineira?

O poeta tinha o temperamento jovial e gracejador, sendo querido por todos, devido ao seu gênio brincalhão. A sua conversa era extremamente agradável, repleta de ditos espirituosos e frases inteligentes. Dizem que, além de escrever versos, também possuía talento para pintura e escultura. Vivia bem-humorado e, embora fosse um pouco tímido, adorava a companhia das pessoas. Nos *Autos da Devassa*, consta que a casa do poeta possuía um quintal com árvores de espinhos, ou seja, de frutas cítricas, como laranjeiras e limoeiros. Esta casa, localizada na Ladeira do Gibu, como então era conhecida a rua, ainda pode ser vista hoje em Vila Rica. Cláudio tinha uma ótima biblioteca para os padrões da época. De acordo com o auto de sequestro de seus bens, foram encontrados 388 volumes em sua casa, figurando entre eles muitas obras proibidas. Curiosamente, não havia nesta biblioteca nenhum dos seus próprios livros que ele publicara em Portugal.

Costumava se reunir com outros poetas em sua casa, sobretudo, com Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Cláudio era um sujeito um tanto quanto achacadiço. Sofria de furúnculos crônicos e, na época da inconfidência, vinha padecendo de reumatismo, motivo pelo qual o seu nome não aparece em muitas das reuniões secretas dos inconfidentes. Dominando várias línguas como latim, francês, grego, espanhol e italiano, dizem que traduziu a obra *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, embora não haja qualquer prova que ateste tal hipótese. Como jurista, ajudou a elaborar as leis para a futura república.

Mesmo sendo um homem muito rico, proprietário de fazendas[28], lavras e muitos escravos, chegando mesmo a emprestar dinheiro a juros, Cláudio Manuel da Costa sempre pertenceu a irmandades modestas e nunca se arriscou a procurar fazer parte daquelas em que as pessoas mais abonadas da capitania se irmanavam, como a de Nossa Senhora do Carmo ou a de São Francisco de Assis. Na verdade, receava não ser aceito por elas em virtude de sua união fora da igreja com Francisca Ancângela.

Era um homem vaidoso. Quando andava por volta dos trinta e cinco anos, julgou que já estava mais do que na hora de ser agraciado com o hábito de Cristo. Tais mercês não eram distribuídas assim a mancheias pela Coroa portuguesa. O requerente precisava provar, entre outras coisas, que trazia nas veias sangue limpo, ou seja, que não apresentava a menor sombra de ancestrais negros, índios, mouros, judeus ou mesmo pessoas que tivessem trabalhado em ofícios manuais. E isto não bastava. Para enobrecer, Cláudio Manuel da Costa desembolsou a extraordinária quantia de 120 quilos de ouro, entregando tal fortuna aos cofres reais. Por dez anos esperou pela honraria, que foi negada. Um de seus avôs havia trabalhado como vendedor de óleo de oliva, o que lhe inabilitava a candidatura. Inconformado, o poeta apelou até que seu pedido foi aceito e ele recebeu não só o hábito de Cristo, mas também a respectiva tença, que era uma espécie de pensão anual.

O seu verdadeiro papel na conjuração mineira ainda não está completamente definido. Alguns historiadores alegam que ele apenas sabia do movimento, mas não participara, enquanto outros afirmam que Cláudio teria sido um dos líderes da inconfidência, tendo ajudado a escrever, como já ficou dito, a própria constituição da república nascente, embora não haja qualquer documento que prove isto.

Avisado por um embuçado que Tiradentes fora preso no Rio de Janeiro e que o movimento degradingolara, Cláudio não procurou fugir, limitando-se, quando muito, a queimar os papéis que talvez o incriminassem. Certamente, fiava-se no seu nome e na sua reputação de grande advogado para evitar a cadeia. Enganara-se redondamente, como se verá. Preso na madrugada do dia 25 de junho de 1789, mal podendo erguer-se da cama em virtude de uma grave crise reumática, foi arrastado até a Casa dos Contos, onde permaneceu preso por alguns dias, até que apareceu misteriosamente morto. Lamentavelmente, Cláudio Manuel da Costa entregou todos os seus companheiros no interrogatório que

sofreu na prisão. Afirmou que só havia falado com Tiradentes uma ou duas vezes em toda a vida e que o julgou como sendo um homem de fraco talento e fanático.

Domingos de Abreu Vieira

Domingos de Abreu Vieira era português, tendo nascido no ano de 1724 na aldeia de Coucieiro, concelho de Vila Verde, distrito de Braga, Portugal. Portanto, na época da inconfidência mineira, ele contava 65 anos de idade, sendo o mais velho dos conjurados. Cedo veio para o Brasil, passando pela Bahia e se estabelecendo em Minas Novas, onde ocupou o cargo de Juiz Ordinário da Câmara. Ingressando no comércio, obteve grande êxito e enriqueceu. Logo, conseguiu a patente de tenente-coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Minas Novas. Muda-se para Vila Rica, quando arrematou o contrato dos dízimos no triênio de 1784 a 1786, sucedendo a João Rodrigues de Macedo.

Homem franco e de palestra agradável, tornou-se compadre de Tiradentes ao lhe batizar a filha, Joaquina. Domingos de Abreu Vieira permaneceu solteiro e sua casa estava sempre aberta aos viajantes que ali procuravam pouso. Morava na rua de São José, vizinho ao Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos, onde o misterioso embuçado foi bater naquela mesma noite em que também esteve na residência de Cláudio Manuel da Costa. Aliás, este era seu advogado e, todo ano, Domingos entregava-lhe 40 oitavas de ouro para subornar quem fosse necessário. Consta que era um homem gordo e se encontrava enfermo quando foi preso em 1789.

Foi convencido a participar do movimento inconfidente não só porque possuía enorme dívida junto à Coroa, mais de seis mil cruzados, como também por vaidade. Tiradentes já havia lhe enchido a cabeça com aquela história do levante, quando o padre Rolim mais o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade tentaram cooptá-lo para o motim, alegando que ele possuía experiência de velho e ânimo de moço. Domingos de Abreu Vieira caiu nessa conversa. Além do mais, disseram-lhe que, na nova república, ele não iria precisar pagar a sua dívida.

O padre Rolim, que morava no arraial do Tejuco, achava-se em Vila Rica no final de 1788 para resolver negócios particulares e havia se hospedado na casa de Domingos de Abreu Vieira. Sabendo disso, Francisco de Paula Freire de Andrade pede ao sacerdote que aproveite a sua estada naquela residência e tente convencer o velho Domingos a participar do levante. Afinal, tratava-se de um homem muito rico, que poderia ser um elemento importante no movimento. Tiradentes, que também demonstrava ser grande amigo do padre Rolim, fez-lhe inúmeras visitas neste período em que ele permaneceu como hóspede de Abreu Vieira. Certa feita, vendo os dois conversando empolgados em um dos quartos de sua residência, Domingos de Abreu Vieira quis saber o que havia de novo. Foi quando o alferes mais o padre tentaram convencê-lo a ingressar naquele motim. Imediatamente, como bom súdito da Coroa portuguesa, tentou dissuadir os dois, explicando-lhes as graves consequências que tais ideias poderiam causar. Tendo passado mais alguns dias, lá foi Joaquim José da Silva Xavier visitar outra vez o padre Rolim. Domingos de Abreu Vieira afirmou em um de seus depoimentos que, numa tarde, ouviu Tiradentes dizer ao sacerdote que ele era da opinião que deveriam matar o governador: “Quanto a Barbacena, cabecinha fora!”. O alferes chegou a aconselhar seu compadre a parar as obras de uma nova casa que ele estava construindo em Vila Rica, pois o melhor era edificá-la em São João Del Rei, para onde seria transferida a capital da república. Convencido a participar do movimento após ter sido muito pressionado por Francisco de Paula, o qual alegava que ele perderia boa parte de sua fortuna com a derrama, Domingos de Abreu Vieira comprometeu-se em arranjar toda a pólvora que pudesse no dia combinado para o início do motim. Não deve ter sido um inconfidente dos mais convictos e associou-se ao grupo porque temia perder seu dinheiro. Para ilustrar isso, bastam as suas próprias palavras: “Com algumas pataquinhas que

tinha, livre da dívida da Fazenda Real, ficava muito bem”.

Sempre que se viam em dificuldades financeiras, seus amigos recorriam a ele. Quando Tiradentes decidiu ir ao Rio de Janeiro pela última vez, pediu-lhe emprestado cem mil réis para custear as despesas da viagem, que Domingos de Abreu Vieira lhe concedeu prontamente. Alvarenga Peixoto que, embora rico, adorava pedir dinheiro aos outros, conseguiu dele um empréstimo equivalente a cinquenta oitavas de ouro.

Após Joaquim Silvério dos Reis ter feito a sua denúncia, o Visconde de Barbacena mandou prender os implicados. Domingos de Abreu Vieira foi dos primeiros a ser preso, logo após a prisão de Tomás Antônio Gonzaga. Na manhã de 23 de maio de 1789, sábado, o ajudante de ordens Antônio Xavier de Resende, também conhecido pelo simpático apelido de “cabeça de escova”, arrancou o velho Domingos de sua cama, arrastando-o até a cadeia pública de Vila Rica. Tinha 65 anos e, embora alegasse ser inocente, foram encontradas inúmeras provas em sua casa, que o denunciavam como inconfidente, inclusive duas cartas comprometedoras remetidas pelo padre Rolim. Desesperado, ainda tentou uma última cartada para se ver livre do processo, escrevendo uma carta-denúncia ao Visconde de Barbacena, a 28 de maio, delatando a conspiração. De nada adiantou esta sua derradeira tentativa de escapar à temível justiça portuguesa. No dia 10 de outubro de 1789, junto do cônego Luís Vieira da Silva e do sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, irmão do padre Carlos Correia de Toledo, segue para o Rio de Janeiro sob a escolta do tenente Miguel Nunes Vidigal^[29], sendo encarcerado em uma das prisões da Fortaleza da Ilha das Cobras a 27 de outubro de 1789. Condenado a morrer na forca de acordo com a sentença de 19 de abril de 1792, sua pena foi comutada no dia seguinte para degredo perpétuo em Muxima, Angola. Viria a falecer neste mesmo ano, logo após ter desembarcado.

A nota mais tocante em todo este drama fica por conta do seu escravo Nicolau e que bem atesta o caráter de Domingos de Abreu Vieira. Logo após a sentença da alçada ter sido proferida, este escravo foi vendido em hasta pública para ajudar a pagar as custas do processo. Um bom amigo do velho Abreu Vieira arrematou o negro, alforriando-o logo em seguida. Fiel ao antigo dono, Nicolau preferiu seguir voluntariamente o seu amo no exílio para Angola a gozar a própria liberdade.

Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o “Come-lhe os Milhos”

Francisco Antônio de Oliveira Lopes nasceu em 1750 na Fazenda da Cachoeira, localizada nas imediações da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (futura cidade de Barbacena). Casou-se com dona Hipólita Jacinta Teixeira, mulher muito mais instruída do que ele. Como não tiveram filhos, resolveram adotar um exposto, filho de uma irmã solteira de Bárbara Heliadora. Homem rico, possuía mais de oitenta escravos em duas fazendas, onde criava animais e minerava ouro. Obteve a patente de coronel do regimento da cavalaria de auxiliares de São João Del Rei. Dizem que era muito gordo e ele próprio chegou a afirmar que na inconfidência valia por quatro. Em 1789, achava-se com 39 anos e morava em sua fazenda na Ponta do Morro, comarca do Rio das Mortes. Francisco Antônio de Oliveira Lopes possuía um irmão padre, José Lopes de Oliveira, que também acabou sendo envolvido na conjuração, e era primo de outro inconfidente, Domingos Vidal de Barbosa.

Tinha o estranho e curioso apelido de “Come-lhe os milhos”. Na verdade, não passava de um eufemismo para “burro”, uma vez que seus amigos e conhecidos não o tinham como um homem de grande inteligência. Isto pode ser comprovado através dos seus depoimentos nos *Autos da Devassa*, onde ele acaba entrando em muitas contradições, como veremos. De qualquer forma, Francisco Antônio de Oliveira Lopes foi um importante ativista do movimento inconfidente.

Quem oteria aliciado para entrar na rebelião? Os historiadores são muito contraditórios neste

ponto. Alguns afirmam que a primeira pessoa que lhe falou em motim teria sido o seu primo, Domingos Vidal de Barbosa, o que seria muito natural. Outros dizem que Francisco Antônio teria aderido ao levante no final daquele ano de 1788, convencido pelo padre Carlos Correia de Toledo ou mesmo pelo irmão deste, Luís Vaz de Toledo Piza. Há ainda quem acredite que foi Tiradentes quem teve a primazia de lhe fazer o convite. Dizem que ele só aceitou participar do movimento, quando ficou sabendo que Joaquim Silvério dos Reis também fazia parte do grupo, pois ele admirava muito o seu prestígio. Seja como for, o que importa saber é que Francisco Antônio de Oliveira Lopes (não confundir com Antônio de Oliveira Lopes, o Pouca Roupas) foi um inconfidente convicto, tendo participado ativamente para o estabelecimento de um Brasil livre.

Chegou-se mesmo a afirmar que seria ele o misterioso embaçado que percorrera as ruas de Vila Rica para avisar os inconfidentes sobre a prisão de Joaquim José da Silva Xavier no Rio de Janeiro e que tudo estava perdido. Quem defende esta tese baseia-se, unicamente, na informação de que Francisco Antônio estaria na cidade por aqueles dias. Não me parece existir qualquer fundamento em tal afirmativa. Todas as testemunhas que entraram em contato direto com este embaçado alegam que ele poderia ser confundido com uma mulher, não só em virtude de uma voz feminina, mas também por possuir o porte de uma pessoa pequena. Ora, Francisco Antônio era gordíssimo, valia por quatro, como ele próprio confessara. Além do mais, se o embaçado fosse ele, seus companheiros certamente o reconheceriam.

Quando ficou sabendo da delação que Joaquim Silvério dos Reis apresentara ao governador, Francisco Antônio entrara em desespero. Que fazer? Tiradentes achava-se no Rio de Janeiro e os outros inconfidentes estavam dispersos. Montou em seu cavalo e parte para Vila Rica com a finalidade de convencer Francisco de Paula Freire de Andrade a iniciar a rebelião de qualquer maneira. Caso não conseguisse o seu intento, estava convencido de que o melhor a fazer seria dirigir-se ao palácio de Barbacena a fim de lhe apresentar uma contradenúncia, acusando Silvério de conspirador. Não obteve sucesso com Francisco de Paula e, a 19 de maio de 1789, denunciou Silvério ao Visconde. Graças a esta sua atitude, não foi preso de imediato.

Por ser um sujeito sem muita malícia e de inteligência discreta, Francisco Antônio de Oliveira Lopes acabou comprometendo muita gente em seus interrogatórios e, graças a ele, ficamos sabendo diversas informações a respeito do movimento inconfidente. Pressionado pelo escrivão da devassa mineira, José Caetano César Manitti, ele acabou confessando tudo o que a justiça portuguesa desejava ouvir. Num de seus depoimentos, declarou que, após a prisão do alferes Joaquim José, a sua intenção era delatar imediatamente o levante a fim de se livrar do castigo. Porém, recebeu um recado do padre Toledo, para ir encontrá-lo, à noite, “abaixo da Serra de São José”. Convenceu o seu irmão padre, José Lopes de Oliveira, a lhe acompanhar naquele insólito encontro e lá foram os dois para ver o que ainda poderia ser feito. Contudo, o padre Toledo não apareceu no local combinado, despachando em seu lugar o seu irmão, Luís Vaz de Toledo Piza. Este trazia um único recado do padre, que era o seguinte: “Mais vale morrer de espada na mão do que esmagados, como carrapato na lama”. A mensagem era clara. Deviam levar seus planos adiante e lutar até o fim.

Confirmada a prisão de Tiradentes, Francisco Antônio de Oliveira Lopes decide escrever um bilhete para Francisco de Paula Freire de Andrade, alertando-o que tudo estava perdido, que ele deveria fugir para o Serro e avisar o padre Rolim. Como não sabia escrever, pediu para Francisco José de Melo, parente de sua esposa, redigir uma pequena missiva em seu nome. Foi o suficiente para este infeliz ter sido arrastado no rol dos inconfidentes pela justiça portuguesa. Por ter escrito um bilhete de três linhas, acabou sendo preso em Vila Rica, permanecendo na cadeia municipal até falecer em junho de 1790, vítima de uma “hidropsia do peito”. A sentença da Alçada declarou Francisco José de Melo “inocente” em 1792.

Francisco José de Melo não foi o único que o “Come-lhe os Milhos” prejudicou com esta imprudência. Também Vitoriano Gonçalves Veloso acabou sendo indiciado pelas devassas como réu

inconfidente por causa deste bilhete. Vitoriano era mulato e foi o único homem de cor envolvido na conjura. Nascido em Minas, era alferes do Regimento de Auxiliares da Vila de São João Del Rei, embora também exercesse a profissão de alfaiate no Arraial do Bichinho. Morava no sítio do Gritador, termo da vila de São José e era compadre de Francisco Antônio. Em seu interrogatório, afirmou que Francisco José de Melo foi chamá-lo a pedido de seu compadre, pois tinha uma missão muito importante para ele. Mal o sol havia raiado no dia 23 de maio, Francisco Antônio confiou-lhe um bilhete, que deveria ser entregue em Vila Rica para o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Se não o encontrasse em seu sobrado, que fosse até a Fazenda dos Caldeirões. Ignorando o risco que corria, Vitoriano aceitou a encargo, montou seu cavalo e se pôs a caminho. À noite, pernitoou na casa do padre José Maria Fajardo de Assis. Tão logo este tomou conhecimento do teor do bilhete, mandou rasgá-lo imediatamente e retornar, mas Vitoriano não deu ouvidos ao padre e seguiu viagem na manhã seguinte. Não encontrando Francisco de Paula em Vila Rica e tampouco na fazenda, regressou sem cumprir a missão que Francisco Antônio lhe incumbira. Dali a pouco mais de dez dias, foi preso em Vila Rica, onde permaneceu na cadeia municipal até janeiro de 1791, quando resolveram levá-lo para o Rio de Janeiro. Na Fortaleza da Conceição, agrediu um soldado que lhe chamou de “maroto”, uma das maiores ofensas que se poderia fazer a um homem naquele tempo. Por tal atitude, ou por ser negro, condenaram-no a levar chibatadas pelas ruas da cidade. Além disso, Vitoriano Gonçalves Veloso foi declarado culpado por crime de lesa-majestade, sofrendo pena de dez anos de exílio em Moçambique, onde acabou falecendo.

Ao saber que Vitoriano havia fracassado em sua missão, Francisco Antônio convenceu-se de que o melhor a fazer seria fugir, metendo-se pelos matos. Porém, ao ver de longe o padre Carlos Correia de Toledo sendo preso, decidiu se entregar à justiça. Na prisão, foi interrogado diversas vezes e suas respostas demonstram que ele era um homem com pouca instrução. Fato curioso é que, nos depoimentos do Rio de Janeiro, acabou se contradizendo com o que afirmara nos interrogatórios em Vila Rica. Perguntado a este respeito, simplesmente alegou com a cara mais deslavada do mundo que havia mentido propositalmente “sem fim nem razão, unicamente por querer mentir, porque quem não mente não é de boa gente”.

Condenado a morrer na forca, sua pena foi comutada para degredo perpétuo em Bié, Angola, tendo falecido no ano de 1800.

Inácio Correia Pamplona, o terceiro delator

Pouco se sabe sobre a vida de Inácio Correia Pamplona, o terceiro delator da inconfidência mineira. Que é português da Ilha Terceira não há dúvida, mas se ignora quando ele resolveu embarcar para o Brasil. Teria mais de 50 anos ao fazer a sua delação ao Visconde de Barbacena em 1789 e morava no arraial de Nossa Senhora da Conceição dos Prados[30], comarca do Rio das Mortes. Proprietário de uma enorme fazenda, era mestre-de-campo e vivia das rendas que auferia com as suas terras.

A sua carta-denúncia leva a data de vinte de abril de 1789, mas só foi entregue nas mãos do governador no dia cinco de maio. Segundo ele próprio afirmou, soube do levante pela boca do padre Carlos Correia de Toledo, de quem se dizia grande amigo. Trata-se de uma denúncia frágil, pois se baseia, unicamente, em boatos que ele “ouviu dizer”, uma vez que Pamplona não apresentou qualquer prova.

Certa feita, Inácio Correia Pamplona dirigiu-se à vila de São José Del Rei e aproveitou para fazer uma visitinha ao padre Carlos Correia de Toledo. No meio da conversa, o padre disse-lhe que não deixasse de passar a Semana Santa em Vila Rica, porque “coisas notáveis” iriam acontecer. Depois, comunicou-lhe que ocorreria um levante contra a Coroa e aproveitou para convidá-lo a participar, uma vez que se tratava de um sujeito rico e influente. Aliás, toda gente já sabia da conspiração, que não era segredo para ninguém. O próprio Inácio Correia Pamplona afirmou que até um mendigo, que lhe pediu uma ajuda, veio lhe falar em levante.

Não se pode dizer que Pamplona foi traidor, uma vez que ele não participou do movimento inconfidente como conjurado. Não passou mesmo de um dedo-duro, embora o historiador Augusto de Lima Júnior tenha afirmado que ele também chegara a conspirar.

O mais curioso é que, dentre todos os delatores e mesmo pessoas envolvidas com as prisões dos réus, como os soldados que os prenderam, Inácio Correia Pamplona foi o único que não recebeu qualquer recompensa. Isto é estranho e leva as pessoas a refletirem a respeito. O Ministro da Marinha e Ultramar de Dona Maria I, Dom Martinho de Melo e Castro, o homem mais poderoso de Portugal naquele tempo, chegou mesmo a recriminar Pamplona, dizendo para ele se dar por satisfeito por não ter sido preso e ficar com a própria vida. Alguma coisa havia...

Em seu sempre citado livro *A Devassa da Devassa*, Kenneth Maxwell deixou sugerido nas entrelinhas que ele pode ter sido o assassino de Cláudio Manuel da Costa. No dia 5 de julho, um dia após aquela misteriosa morte, que veremos adiante, Inácio Correia Pamplona deixou Vila Rica de maneira bastante apressada. A devassa de Minas, curiosamente, não se interessou por ele, mas a devassa carioca o intimou a depor. Porém, ele recusou-se a responder o interrogatório, alegando que o Visconde de Barbacena o tinha impedido de falar. O que Barbacena desejava encobrir? Seja como for, sabe-se que Pamplona, depois disso, levou uma vida apagada até a sua morte.

João da Costa Rodrigues

Da mesma forma que Antônio de Oliveira Lopes, João da Costa Rodrigues foi outro que entrou de bobo na história. Não tinha a menor vocação para conspirador e, com certeza, apenas concordou com os brindes de Tiradentes, quando este esteve em sua estalagem acompanhado pelo “Pouca Roupá”, para parecer um sujeito agradável.

Nascera na cidade de Vila Rica em 1748, tendo, portanto, 41 anos na época da inconfidência. Casado, pai de dez filhos, era um caboclão humilde, proprietário de uma pequena estalagem que se situava num local chamado Varginha do Lourenço, freguesia de Carijós, na estrada que ligava Vila Rica ao Rio de Janeiro. Joaquim José da Silva Xavier era seu cliente habitual, pois sempre se hospedava ali, durante as suas inúmeras viagens. Certamente, não cairá em erro quem supor que o alferes costumasse espalhar suas pregações a respeito de um Brasil independente aos frequentadores desta estalagem.

João da Costa Rodrigues, que era amigo de boas histórias e costumava aumentá-las ao fazer as suas narrativas, contou a Basílio de Brito Malheiro que ouvira a conversa entre Tiradentes e o “Pouca Roupá” sobre um levante a se realizar na capitania das Minas. Basílio não se fez de rogado e denunciou todo mundo, inclusive o pobre João da Costa Rodrigues.

Preso, foi levado ao Rio de Janeiro pelo tenente Simão da Silva Pereira, ali permanecendo nas fétidas prisões até ser proferida a sentença da Alçada. Por esta diminuta participação na inconfidência, foi condenado a degredo perpétuo para Angola, mas teve a sua pena reduzida para dez anos de exílio em Mossuril. Acabou falecendo na África. Diante de sua estalagem, ficou exposto, fincado num pau e apodrecendo aos rigores do tempo, um dos quartos de Tiradentes, para servir de exemplo a todos que

passassem por aquela estrada. Assim era a bárbara justiça portuguesa dá época.

João Rodrigues de Macedo

Em seu tempo, João Rodrigues de Macedo era considerado um dos homens mais ricos do Brasil e, provavelmente, o mais apatacado da capitania das Minas Gerais. Nasceu na cidade de Coimbra e deve ter vindo para o Brasil ainda muito cedo, acompanhando um de seus tios. Por volta dos 30 anos, já havia se tornado um próspero comerciante na cidade do Rio de Janeiro. Em 1775, pouco mais ou menos, muda-se para Vila Rica, onde arremata por dois períodos consecutivos os Contratos das Entradas (1776 a 1778 e 1779 a 1781). Sem sombra de dúvida, este era o imposto que trazia mais lucro para seus arrematantes, pois tudo que entrava na capitania era taxado. João Rodrigues de Macedo também foi o responsável pela administração dos Contratos dos Dízimos.

Dizem que era um homem generoso e parece que foi muito querido pelas pessoas de Vila Rica, o que é estranho para um cobrador de impostos. Consta que ele ajudou diversos estudantes mineiros pobres, pagando-lhes as despesas da viagem e custeando-lhes os estudos em Coimbra. Além de atuar em atividades ligadas ao comércio, João Rodrigues de Macedo exercia também as funções de agiota, emprestando dinheiro a juros. Solteiro, sem filhos, tinha cerca de 50 anos em 1759.

Como norma geral nas Minas do século XVIII, as pessoas que mais tinham dinheiro eram justamente aquelas que mais deviam à Coroa. O seu guarda-livros^[31], Vicente Vieira da Mota, outro indivíduo envolvido na conspiração, já havia lhe alertado que, se o governo exigisse o pagamento de todas as contas atrasadas, ele se encontraria em sérias dificuldades. Com receio de perder o seu patrimônio, João Rodrigues de Macedo abraçou a causa dos inconfidentes, chegando, inclusive, a custear-lhes algumas despesas. Aliás, muitos conjurados eram seus amigos, como Alvarenga Peixoto, com quem jogava partidas de gamão em sua própria residência e o cônego Luís Vieira da Silva, que costumava se hospedar na casa dele, quando visitava Vila Rica.

Possuía uma mansão belíssima, considerada por toda gente como a melhor habitação das Minas. Construída por volta de 1787, a Casa dos Contos, como ficou conhecida, ou Casa dos Reais Contratos, localizava-se na rua de São José e possuía dois pavimentos, ostentando nove janelas no andar superior e várias salas e saletas no térreo, que serviam como escritório para as suas atividades financeiras. Durante certo período, esta parte da casa foi requerida pela devassa de minas para ser utilizada como prisão aos réus que possuíssem alguma espécie de privilégio. Pessoas com curso superior, sacerdotes e outros indivíduos que apresentassem distinções, como o Hábito da Ordem de Cristo, por exemplo, não deviam se misturar aos prisioneiros comuns. Após a inconfidência, como João Rodrigues de Macedo não conseguiu pagar a sua dívida gigantesca, a Coroa apropriou-se deste imóvel e ele foi à falência.

Apesar de ter se envolvido na conspiração, ele jamais foi convocado a fim de dar depoimentos em nenhuma das duas devassas, a de Minas e a do Rio de Janeiro, que foram abertas para investigar o movimento inconfidente. Estranha-se muito esta ausência, uma vez que o seu guarda-livros, Vicente Vieira da Mota, não escapou. Não estava longe da verdade o juiz devassante, José Pedro Machado Coelho Torres, quando disse que ele, muito provavelmente, “patrocinava o projeto”. Em última instância, a devassa mineira tinha provas de que, pelo menos, ele sabia da conspiração e não a delatou. Apenas isto já bastava para igualá-lo aos conspiradores no crime de lesa-majestade. Por que não foi arrolado entre os inconfidentes?

Muito simples: João Rodrigues de Macedo comprou a sua liberdade. Pagou não só ao governador Barbacena, como também ao escrivão da devassa mineira, José Caetano César Manitti. Segundo o historiador Kenneth Maxwell, Barbacena falsificou os resultados da devassa para proteger o

seu amigo contratador. Foi uma proteção escandalosa, pois ocorreram até reuniões secretas em sua residência.

Temos provas da participação de João Rodrigues de Macedo através dos depoimentos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Como se disse, este não era um dos sujeitos mais inteligentes da capitania e, temendo a punição severa que lhe aguardava, abriu a boca em seus interrogatórios, entregando os seus companheiros conjurados e relatando como se colocaria em prática os planos. Macaco velho que era, o escrivão Manitti, desejando proteger Macedo, alegou que ele era muito seu amigo e que, se o réu não citasse o seu nome, ofereceria a ele toda proteção que estivesse a seu alcance. É obvio que Francisco Antônio aceitou aquela negociação e não falou uma palavra a respeito do contratador, enquanto esteve preso em Vila Rica. Porém, ao ser transferido para as prisões do Rio de Janeiro, temendo ser torturado e sentindo-se traído por Manitti, que não cumprira a sua palavra, resolveu abrir a boca para os juízes da devassa carioca. Assim que pôde, contou-lhes que João Rodrigues de Macedo era entrado, sim, no movimento e aceitara o convite para se livrar das “facadas que lhe dava o intendente e procurador da Coroa de Vila Rica para pagar a grande dívida em que está com a Fazenda Real”. Tal acusação era muito grave e não poderia deixar de ser investigada pela devassa carioca. Um novo interrogatório foi marcado, dessa vez com a presença de Manitti. Francisco Antônio não teve dúvidas e, voltando atrás em tudo que afirmara no depoimento anterior, disse aquela sua célebre frase, já citada: havia mentido “sem fim nem razão, unicamente por querer mentir, porque quem não mente não é de boa gente”.

João Rodrigues de Macedo passou os últimos anos de sua vida sendo chantageado. Falido, morreu no dia 8 de outubro de 1807, após todos os seus bens terem sido confiscados para pagar as suas dívidas com a Fazenda Real.

Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro delator

Joaquim Silvério dos Reis nasceu na freguesia de Monte Real, distrito de Leiria, Portugal, no ano de 1756. Tinha, portanto, 33 anos ao fazer a sua denúncia ao Visconde de Barbacena. Entrou para a história do Brasil por ter sido o primeiro delator da inconfidência mineira, ou melhor, traidor, pois ele também tomou parte nas reuniões secretas, sendo um dos conjurados a quem a nova república muito interessava. Em 1792, por causa das perseguições que veio a sofrer por parte de pessoas do povo simpáticas à conjuração, ele decidiu mudar seu nome e passou a assinar Joaquim Silvério dos Reis Leiria Guites. Dois anos depois, resolveu trocar de nome mais uma vez, sendo chamado a partir de então de Joaquim Silvério dos Reis Montenegro.

Em Portugal, não deve ter recebido qualquer instrução ou, quando muito, os rudimentos das primeiras letras. Através de sua carta-denúncia, vê-se que ele devia ser semianalfabeto. Seu pai era o capitão José Antônio dos Reis Montenegro e sua mãe, dona Theresa Jerônima de Almeida. Não se sabe se tinham posses. O fato é que, ainda moço, ele resolveu embarcar para o Brasil a fim de tentar enriquecer. Após algum tempo trabalhando na agricultura, no comércio e com criação de gado, tornou-se um homem riquíssimo, comprando fazendas e possuindo inúmeros escravos. Em 1784, arrematou os contratos de direitos de entradas, cujo triênio findava em 1786. Não foi um bom administrador, de maneira que acabou se endividando até o pescoço. Chegara a dever à Coroa a extraordinária cifra de 220 contos de réis e foi porque desejava dar um calote na Real Fazenda que ele se infiltrou no movimento inconfidente.

Evidentemente, o governador já sabia da conjuração muito antes da denúncia de Silvério; porém, o seu nome passou à história como sinônimo de traição porque ele foi o primeiro delator, embora outros

tivessem lhe seguido os passos. Seja como for, os seus contemporâneos não faziam um bom juízo dele, tendo fama de contrabandista e de subornar os Dragões para conseguir passar os seus diamantes. Consta que o próprio Tiradentes teria recebido muita propina indireta dele. Nos processos que instauraram para julgar a sua dívida, Joaquim Silvério dos Reis recebeu os epítetos de “fraudulento” e “falsificador”.

Morava na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (futura cidade de Barbacena) e recebera a patente de coronel de regimento de cavalaria auxiliar. Dentre suas atribuições como militar, cabia a ele prover as fardas do seu regimento. Também, exercia a agiotagem, emprestando dinheiro a juros para muita gente. Após a inconfidência, casou-se com dona Bernardina Quitéria dos Reis.

Joaquim Silvério dos Reis era baixo, gorducho, arrogante e brusco em suas maneiras. Barbacena o reputava como sendo um homem orgulhoso e de mau coração. Tinha a fala fina e era untuoso no trato com as pessoas. Para onde quer que fosse, levava sempre junto de si um psaltério[32], com o qual acompanhava as suas cantorias para disfarçar um pouco a voz irritante, uma vez que se imaginava um artista talentoso. Por causa disso, era conhecido por toda gente como Joaquim Saltério. Tinha também um irmão no Brasil, certo João Damasceno, que, como Silvério, também não gozava da simpatia popular. Segundo Francisco Antônio de Oliveira Lopes, esse João Damasceno, mais conhecido por “João das Maçadas”, junto de Silvério, eram os dois maiores maganões que tinham vindo de Portugal para as Américas.

De acordo com o historiador Orestes Rosólia, Silvério teria sido um dos pretendentes à mão de Maria Doroteia Joaquina de Seixas, que Gonzaga iria immortalizar em seus versos como a “Marília” de “Dirceu”. Talvez por isso o poeta fosse seu inimigo declarado. Aliás, a fama de arrogante e mau que acompanhava Joaquim Silvério dos Reis chegou a atravessar o oceano, pois o próprio vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, assim se refere a ele em carta escrita ao ministro Martinho de Melo e Castro: trata-se de “um dos mais descontentes daquela Capitania, pela grande soma que deve à Fazenda Real, procedida no tempo em que foi Contratador das Entradas, pela qual se via muito apertado, da qual só por alguma indústria pode livrar os seus bens, que mesmo todos não chegarão a pagar a mesma soma e tendo um caráter disposto para qualquer maldade, que o conduzisse àquele fim, é bem de presumir que fosse talvez a origem daqueles mesmos horrorosos projetos de que agora ele se fez denunciante”.

Curiosamente, Joaquim José da Silva Xavier confiava nele. Na verdade, parece que foram amigos, sobretudo nos momentos cruciais que antecederam à delação. Encontravam-se nas reuniões secretas e, no Rio de Janeiro, durante a última viagem de Tiradentes, frequentaram-se amiúde. Tanto que, quando o alferes ficou sabendo que o traidor da conjuração havia sido Joaquim Silvério dos Reis, ele ficou bastante surpreso, pois jamais esperava tamanha vileza daquele companheiro que demonstrava tanto interesse pela formação da nova pátria.

Silvério muito ganharia com a independência do Brasil, pois imaginava que a sua enorme dívida com os cofres reais seria perdoada. Joaquim Silvério dos Reis tinha plena consciência de que, se a Coroa resolvesse lhe cobrar os atrasados, ele estaria arruinado. Pouco antes da Semana Santa de 1789, o seu pesadelo tornou-se realidade. No dia 3 de março, ele recebeu uma intimação para prestar contas do seu contrato junto à Fazenda. Que fazer? Por um lado, se fosse obrigado a pagar as suas dívidas, certamente iria à falência. Por outro lado, o movimento inconfidente, que era a sua tábua de salvação, parecia-lhe que não estava caminhando e apenas Tiradentes se esforçava para convencer as pessoas da necessidade de uma pátria livre. Durante alguns dias, não pensou em outra coisa, a não ser em buscar uma solução salvadora para os seus problemas. Sabia que possuía um trunfo na mão. Se denunciasse a conjura, acreditava que seria visto pela rainha como um súdito fiel e poderia ter a sua dívida perdoada. Desesperado, Silvério resolveu não arriscar e decidiu alcaguetar seus companheiros, julgando ser melhor ficar com o certo e não com o duvidoso. Doze dias depois de ser intimado, correu ao palácio da Cachoeira do Campo e fez a sua denúncia ao governador.

Acredita-se que tenha sido o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, irmão do padre Toledo, quem convencera Joaquim Silvério dos Reis a participar do levante. Ele estava muito aborrecido e chateado com a rainha, dona Maria I, pois corriam boatos de que ela iria extinguir o seu regimento. Em outras palavras, Silvério perderia a sua patente de coronel. Retornando de uma revista às suas tropas no mês de fevereiro, Silvério encontrou-se com Luís Vaz e aproveitou para se queixar do governo, que o estava traindo, ameaçando dissolver o seu regimento, logo agora que ele havia tido tantos gastos com seu fardamento e outras tantas despesas com os soldados. Vendo que seu interlocutor se mostrava magoado com a metrópole, Luís Vaz aproveitou para colocá-lo a par do movimento inconfidente, o que fez na casa do capitão José de Resende Costa, onde os dois foram pernoitar. Conta-lhe todos os planos e Silvério agradece a Deus por ter tomado conhecimento daquele motim.

- Cláudio e Gonzaga já estão escrevendo a nova constituição. Veja que, há algum tempo, Gonzaga não é mais ouvidor e já foi nomeado desembargador na Bahia. Contudo, permanece em Vila Rica, a pretexto de seu casamento, pois é um dos cabeças da rebelião. Você também terá muitas vantagens na nova república, por exemplo, o perdão de suas dívidas...

Convencem Silvério a fornecer pólvora para o levante e o ameaçam de morte, caso denunciasse o segredo às autoridades. Ele ficou muito satisfeito por ter sido colocado a par de todas aquelas informações a respeito do levante. Tão logo pôde, correu à casa do Padre Carlos Correia de Toledo, localizada na Vila de São José, a fim de confirmar com o sacerdote tudo o que tinha ouvido pela boca de seu irmão. É provável que o pároco não tenha ficado muito feliz por Luís Vaz ter dado com a língua nos dentes, tentando aliciar para o levante uma pessoa que não possuía fama de ser das mais honestas e confiáveis. Todavia, confirmou-lhe tudo e ainda acrescentou outras informações. Conversaram sobre a partida de Tiradentes para o Rio de Janeiro, onde ele planejava entrar em contato com pessoas importantes da capital, pois seria imprescindível o apoio dos cariocas ao movimento revolucionário. Talvez, o alferes tivesse partido de Vila Rica com a resolução tomada de matar o próprio vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa. Em reuniões anteriores, haviam discutido muito sobre o assassinato das autoridades, como a necessidade ou não de se matar o Visconde de Barbacena. O padre Carlos Correia de Toledo era contra esta ideia, mas Gonzaga defendia a tese de que o interesse público deveria sempre prevalecer sobre o particular, de maneira que algumas mortes eram inevitáveis para fazer com que certas pessoas, que ainda não haviam tomado uma posição, aderissem ao motim.

Feliz da vida, Joaquim Silvério dos Reis retorna para Vila Rica, encontrando-se com Tiradentes, que seguia para o Rio de Janeiro. Reúne-se com mais alguns inconfidentes e participa de algumas reuniões secretas, procurando obter o maior número de informação possível. Até este momento, é provável que ainda não tivesse se decidido pela traição. Porém, no dia 14 de março, sabendo dos boatos que corriam pela cidade a respeito do levante, Barbacena decide suspender a derrama. Isto foi o tiro de misericórdia no movimento inconfidente. Os conjurados contavam com a decretação da cobrança de mais este imposto, que recairia sobre toda a população, para levantar o povo descontente. Na verdade, foi uma jogada de mestre de Barbacena. E os inconfidentes ficaram sem saída. Aflito, Joaquim Silvério dos Reis deve ter passado aquela madrugada em claro, caraminholando o que deveria fazer. Se precisasse pagar as suas dívidas, como a Coroa exigia, estaria arruinado e perderia todos os seus bens. A sua esperança era que o Brasil se separasse de Portugal, mas todos os sonhos da pátria livre naufragavam com a suspensão da derrama. Não havia tempo a perder. Precisava salvar a própria pele e resolveu usar o trunfo que possuía.

No dia seguinte, 15 de março de 1789, dirigiu-se ao Palácio da Cachoeira e delatou tudo ao governador de maneira oral. Somente a 19 de abril, colocaria as suas denúncias todas por escrito, a pedido do próprio Barbacena. Aliás, este pediu-lhe mais. Conhecendo o caráter de Silvério, encorajou-o a se converter em espião, despachando-o ao Rio de Janeiro para ajudar na captura de Tiradentes. Enviado ao Rio de Janeiro, aonde chegou no dia primeiro de maio de 1789, Silvério dirigiu-se

imediatamente ao Palácio do vice-rei, a fim de lhe entregar uma carta escrita pelo Visconde de Barbacena. Ao colocar Dom Luís de Vasconcelos e Sousa a par da situação, deixou-o tremendamente assustado, pois a sua própria vida poderia estar correndo perigo. Dom Luís pediu-lhe que vigiasse os passos do “amigo” e, para melhor fazê-lo, Silvério alugou uma casa defronte à residência onde Joaquim José se achava domiciliado. Ingenuamente, o alferes não desconfiou de nada. Todo dia, ele corria aos ouvidos do vice-rei para lhe informar sobre os passos de Tiradentes.

Após a prisão de Joaquim José da Silva Xavier, Silvério também acabou sendo preso, permanecendo na Ilha das Cobras; afinal, ele participara das reuniões secretas e tudo precisava ser averiguado. Somente em fevereiro do ano seguinte, depois da confissão de Tiradentes, em janeiro de 1790, é que o delator foi solto, embora não tivesse obtido permissão para se afastar da cidade do Rio de Janeiro, enquanto durasse a devassa. A bem dizer, perdera grande parcela de seus bens. Seus escravos tinham debandado e parte de suas terras havia sido tomada pelos seus inimigos. Além do mais, passou a ser hostilizado por uma fatia da população que simpatizava com o movimento inconfidente. Certa feita, estando diante da porta de sua casa, chegou a ser alvejado com tiros. Em outra oportunidade, espancaram um sujeito defronte à sua residência, porque o confundiram com ele, uma vez que a noite estava escura e o infeliz usava um casaco parecido com o seu. Chegaram mesmo a incendiar um armazém que funcionava no piso térreo do sobrado onde ele morava, de maneira que Silvério só não sofreu maiores danos, pois conseguiram dominar o fogo. Sem amigos, sem ter com quem desabafar e destratado nas ruas por onde quer que ele fosse, Joaquim Silvério dos Reis precisou se mudar para Portugal em 1794 a fim de fugir ao inferno que estava vivendo.

Lá, começa a receber as recompensas pelas quais tanto ansiara. Recebe das mãos do monarca o Hábito de Cristo e também o título de “Fidalgo da Casa Real”. Todas as suas terras, confiscadas na época de sua prisão, foram-lhe devolvidas. Também passou a receber uma tença de 200\$000 (duzentos mil réis) pelos seus bons serviços prestados à Coroa. Retornando ao Brasil em 1795, foi nomeado tesoureiro-mor da Bula de Minas, Goiás e Rio de Janeiro. Em 1801, encontra-se novamente no reino, retornando em definitivo para o Brasil em 1808, nos barcos que trouxeram para cá a Família Real. Como continuava sendo hostilizado pelo povo, o que demonstra o quanto o movimento inconfidente tinha conquistado da simpatia popular, Silvério trocou de nome e fugiu para o Maranhão, vindo a falecer na cidade de São Luís a 17 de fevereiro de 1818. Jamais ousou pôr os pés novamente em território mineiro.

José Aires Gomes

José Aires Gomes era considerado o fazendeiro que mais possuía terras na capitania das Minas Gerais. Nascera em 1734 na freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato, comarca de São João Del Rei. Portanto, teria por volta de 55 anos, quando ocorreu o movimento inconfidente. Como muitos homens abastados de seu tempo, obteve da Coroa a patente de coronel de cavalaria auxiliar da comarca do Rio das Mortes. Tendo se casado com dona Maria Ignácia de Oliveira, recebeu muitas terras como dote de casamento e herança da família de sua esposa. Somadas às propriedades que já possuía, o seu patrimônio totalizava seis fazendas enormes, tanto que José Aires Gomes se gabava de que os seus domínios no Brasil eram maiores do que muitos príncipes europeus. Ao todo, ele era proprietário de quarenta sesmarias de terra, sendo que as mais importantes eram a fazenda da Borda do Campo e a Fazenda da Mantiqueira. Como não lidava com mineração, preferindo trabalhar com a agricultura e a criação de gado, José Aires Gomes não temia a derrama. Possuía 114 escravos e morava na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (futura cidade de Barbacena).

Embora fosse um tanto bronco e, possivelmente, possuísse apenas estudos primários, zelava

muito pela educação dos filhos, chegando a manter um professor em sua fazenda. Alvarenga dizia que ele não tinha “luzes nem instrução”. Apesar de tudo, era uma pessoa bastante querida pelos moradores da Borda do Campo, reconhecido por toda gente pela sua probidade.

Retornando do Rio de Janeiro, após o encontro que lá tivera com José Álvares Maciel, Tiradentes hospedou-se na Fazenda de José Aires Gomes, o qual era seu amigo, pelo menos, desde o início da década de 1780, quando os dois se uniram para limpar a Serra da Mantiqueira de uma quadrilha de bandidos, chefiada pelo célebre Montanha. O alferes vinha pela estrada meditando nas palavras que Maciel havia lhe relatado ter ouvido na Europa, sobretudo, a maneira como os Europeus achavam-se surpresos pelo fato dos brasileiros ainda se submeterem aos grilhões que os atavam a Portugal. Para conquistar a independência da pátria, era necessário, antes, conquistar pessoas de confiança para a causa. E, naquele 20 de agosto de 1788 em que Joaquim José hospedou-se na casa do velho amigo, não havia ninguém melhor do que ele para tomar parte no movimento. Afinal, José Aires Gomes era não só um fazendeiro rico e importante na região, como também odiava os portugueses. Além do mais, Tiradentes sabia que ele tinha muito a perder, caso a derrama fosse decretada, mesmo não sendo minerador. Na verdade, podia perder boa parte de seu patrimônio, se João Rodrigues de Macedo fosse obrigado a pagar sua fabulosa dívida de quase 280 contos de réis. Isto porque, quando Macedo adquiriu o direito de explorar os contratos de entradas, tomou como fiador seu amigo José Aires Gomes. Ou seja, se o contratador não tivesse como pagar seus débitos, havia uma boa possibilidade do fazendeiro perder seus bens por tabela. Certamente, este foi o principal motivo para ele ter aceitado participar do movimento, quando Tiradentes dele lhe falou.

Na noite em que o alferes lá pernoitou, durante a conversa, introduziu o nome de Barbacena, o novo governador que viria para Vila Rica assumir o lugar de Luís da Cunha Meneses, de péssima lembrança para a população. Como José Aires Gomes se pôs a lhe fazer grandes elogios, por ouvir falar de sua reputação como sendo um homem íntegro, justo e capaz, Tiradentes lhe respondeu que antes fosse o próprio diabo, tão ruim quanto o seu antecessor, porque assim a população ficaria mais desgostosa. Então, contou-lhe que as Minas não precisariam mais de governadores, pois, em breve, estas terras e todo o Brasil iriam se tornar uma república independente de Portugal.

Alguns historiadores afirmam que José Aires Gomes, após ser cooptado por Tiradentes para participar do movimento, teria trabalhado em prol da inconfidência com grande empenho. Outros alegam que a sua participação teria sido mínima e fora condenado por causa de uns versinhos banais que ele escrevera. A meu ver, ele não deveria ser nem simpatizante do movimento. Mas num instante de revolta contra os portugueses, deitara no papel oito versinhos medíocres, que foram parar nas mãos de Barbacena e, posteriormente, juntados aos Autos. Em seus interrogatórios, ele negou de pés juntos que havia escrito tal poema. Contudo, trouxeram-lhe papel, pena, tinta e pediram ao réu para escrever os referidos versos, que lhe foram ditados. Quando compararam os dois manuscritos, os juízes chegaram à conclusão de que a letra era a mesma. Aires ainda tentou argumentar que a poesia fora escrita no Rio de Janeiro por um sujeito apelidado de “Maçarico” e nem sabia por que motivo guardava tal folha entre os seus papéis. Não colou. A título de ilustração, seguem abaixo os versos que condenaram José Aires Gomes. Neles, critica duramente os portugueses, que vinham para o Brasil apenas com a finalidade de enriquecer:

*“Marotos, cães, labregos, malcriados, porcos,
baixos, patifes presumidos, piratas no furtar
enfurecidos, piolhentos, sebosos, cusbriados.*

*Atende que do reino vens perdido
a chorar no Brasil os teus pecados.*

*E tanto que da sabugem o cu cá limpam,
começam a largar com mãos largas,
sem se lembrar dos seus antigos estados vis.”*

Quando percebeu que o movimento inconfidente naufragara, também ele dirigiu-se ao palácio do governador, a 7 de agosto de 1789, para levar ao Visconde a sua delação por escrito. Foi uma inútil tentativa para se salvar. Possivelmente graças a sua amizade com Joaquim Rodrigues de Macedo, permaneceu em liberdade até o dia 18 de maio de 1791, quando resolveram prendê-lo. Por causa de seus versos, foi condenado a oito anos de degredo para Inhambane, Moçambique, onde morreu em 1796. Sua sentença também confiscou metade dos bens que ele possuía. A fazenda da Borda do Campo foi sequestrada, mas acabou sendo arrematada em leilão por sua própria esposa. Até o final de sua vida, José Aires Gomes preocupou-se com a sua honra. Anotou em um caderninho o nome de todas as pessoas a quem devia, bem como as respectivas quantias, e pediu para sua esposa pagar a todos, mesmo que seus herdeiros ficassem sem nada. Mortificava-lhe a possibilidade de morrer em terra estranha, deixando aberto os seus débitos.

José de Resende Costa, pai

Segundo o seu depoimento na primeira inquirição a que foi submetido - cadeia da Relação no Rio de Janeiro a 25 de junho de 1791 - José de Resende Costa, pai, alegou ter 61 anos de idade. Portanto, nascera no ano de 1730 e não em 1728, como afirmam erroneamente muitos historiadores da inconfidência mineira. Sendo natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, era casado com dona Ana Alves Bretas, com quem tivera um filho, também arrolado pelos juízes das devassas como réu inconfidente e que possuía o mesmo nome de seu pai.

Oriundo de uma família abonada, José de Resende Costa era proprietário de uma grande fazenda no Arraial da Laje, comarca de São João Del Rei, onde morava. Hoje, a cidade chama-se Resende Costa, em homenagem a ele e a seu filho. Viviam da lavoura, possuindo 24 escravos e havia recebido a patente de capitão do regimento de auxiliares da vila de São José Del Rei.

Era um homem de poucos estudos, mas desejava dar a seu filho a educação superior que ele não possuía. Havia decidido enviar o rapaz para estudar em Coimbra e, tendo ouvido que o vigário da vila de São José, Carlos Correia de Toledo, achava-se de partida para Portugal, resolveu pedir ao pároco se poderia mandar o filho na sua companhia. Num primeiro momento, o padre aceitou de bom grado; porém, como não tocara mais no assunto, José de Resende Costa tornou a falar com o vigário, o qual lhe sugeriu para desistir da ideia. A princípio, afirmou que seria melhor para o rapaz ficar no Brasil, uma vez que os portugueses estavam prendendo muita gente para servir como soldado. Mas esta não era a verdade. Duas semanas depois, José de Resende recebeu em sua casa a visita de Luís Vaz de Toledo Piza, irmão do padre Carlos Correia de Toledo. No meio da conversa, disse-lhe que seu irmão já não ia mais para Portugal, porque se achava metido em um movimento que iria separar a colônia da metrópole. Citou-lhe o nome de várias pessoas importantes que estavam participando da conjura, como o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, o doutor Cláudio Manuel da Costa, o coronel Inácio José de Alvarenga, o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o padre Rolim, Domingos de Abreu Vieira e o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade.

Luís Vaz contou-lhe ainda que pretendiam fundar em Vila Rica uma universidade semelhante à de Coimbra, de maneira que ele não precisaria mais mandar seu filho estudar no exterior. José de Resende

Costa gostou de ouvir aquela novidade; afinal, custear os estudos de um filho na Europa não saía barato e, além de tudo, o rapaz permaneceria perto da família. Portanto, decidiu não o enviar mais para Portugal e abraçou a causa do movimento inconfidente.

A sua participação no levante deve ter se limitado a isso e ele foi condenado porque sabia de tudo e não delatou o movimento, quando este ainda permanecia sob certo sigilo. Na verdade, José de Resende Costa não era republicano, mas monarquista. O seu filho, inclusive, chegou a fazer carreira no império. Quando percebeu que o levante fracassara e muitos já haviam delatado tudo ao governador, resolveu também levar ao Visconde uma carta-denúncia, datando-a de 30 de junho de 1789. Talvez, por causa, disso, os dois Resendes não foram presos logo que se iniciaram as prisões, mas apenas em 1791. Durante os interrogatórios, pai e filho entraram em contradição um com o outro. De maneira perversa, a Alçada não se pejou de colocá-los frente a frente numa acareação. Condenado à morte na forca, sua sentença foi comutada para degredo por dez anos na África. Faleceu em Cabo Verde no ano de 1798.

José de Resende Costa, filho

José de Resende Costa, filho, nasceu em 1765 no Arraial da Laje, comarca de São João Del Rei. Tinha, portanto, 24 anos na época da inconfidência. Solteiro, consta que ele fora um dos jovens mais bonitos de seu tempo. O desejo de seu pai era fazê-lo estudar na Europa; porém, como ficou dito, ele foi dissuadido desta ideia pelas palavras do sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. Quando moço, era amigo de Domingos Vidal de Barbosa, a quem jamais perdoaria, por acreditar que ele fora o culpado por incriminar o seu pai. Através dele, ficou sabendo da missão que, muito provavelmente, a maçonaria carioca confiara ao filho de um de seus membros, José Joaquim da Maia, para se encontrar com Thomas Jefferson.

Em seu primeiro depoimento, realizado na cadeia da Relação no Rio de Janeiro, dois dias após seu pai ter sido interrogado, alegou que tomara conhecimento do levante através do padre Carlos Correia de Toledo e não fizera a sua denúncia imediatamente, por receio de que o matassem; depois, como os conjurados não tomavam qualquer atitude para dar início ao motim e como a derrama fora suspensa, imaginou que o reino já não corresse mais qualquer perigo.

Mas não pararam por aí as informações que ele deu em seus depoimentos. Acrescentou que, além da universidade que pretendiam criar em Vila Rica, os conjurados desejavam matar o governador na ocasião em que se lançasse a derrama. A nova capital do país teria sede em São João Del Rei e já haviam conseguido muito apoio para a guerra. O sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza arregimentara seiscentos índios armados para defender o caminho que ligava as Minas ao Rio de Janeiro e impedir o avanço de tropas leais ao governo; o padre Toledo oferecera cento e vinte cavalos gordos, que mantinha em seus pastos e, na corte, já existiam mais de cinquenta comissários trabalhando pelo movimento. Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Gonzaga já estavam escrevendo as novas leis da república, enquanto que o doutor José Álvares Maciel havia sido destacado para lecionar matemática na universidade.

José de Resende Costa, filho, declarou também que desistira da viagem para a Europa, porque seu pai não teria recursos para mantê-lo em Portugal. Quando se certificou de que tudo se achava perdido, ele e seu pai escreveram uma carta-denúncia e correram ao palácio do governador para entregá-la a Barbacena, procurando demonstrar que eram súditos leais à Coroa.

Preso junto de seu pai em 1791, ele foi levado para o Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado, aguardando que a sentença dos conjurados fosse proferida. Na cadeia, foi acareado diversas vezes, inclusive com seu pai e com seu amigo Domingos Vidal de Barbosa, pois estavam se

contradizendo. A partir daí, José de Resende Costa, filho, passou a sentir um ódio violento pelo seu antigo camarada e nunca mais o perdoou. Esquecendo-se de que ele próprio havia feito uma delação ao Visconde, não relevou a denúncia feita por Domingos Vidal de Barbosa, que ele acreditava ter sido o responsável pela sua prisão e a de seu pai. Muitos anos depois, já durante o império, ele viria a afirmar que Vidal de Barbosa esperou até o último instante de sua vida para receber uma tença de 200\$000 réis e o Hábito de Cristo como prêmio de sua traição.

Tendo sido condenado à morte na forca, a sua sentença foi comutada para degredo de dez anos na África. Estabelecendo-se em Cabo Verde, tornou-se secretário do governo e escrevente de contratos. Quatro anos depois, obteve o cargo de escrivão da Real Fazenda. Passado o período de seu degredo, em 1803 muda-se para Portugal, onde ocupou o cargo de escriturário do Erário Real. Retorna ao Brasil logo após Dom João VI ter fugido para cá com toda a sua corte, obtendo o posto de contador do Tesouro. Entrando para a política, é escolhido para representar Minas junto às Cortes de Lisboa em 1821, mas não retornou ao reino. Em 1823, elege-se deputado, bem como em 1826. No ano anterior, receberia o tão cobiçado Hábito da Ordem de Cristo.

Em 1839, tendo passado cinquenta anos daqueles acontecimentos extraordinários na capitania das Minas Gerais, o conselheiro José de Resende Costa foi convidado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como membro efetivo daquela entidade, para escrever sobre o que havia testemunhado naqueles dias excepcionais da história pátria. Excetuando-se o padre Manuel Rodrigues da Costa, todos os outros conjurados já se encontravam mortos e ali se achava uma oportunidade ímpar para que a posteridade tomasse conhecimento dos episódios que realmente teriam ocorrido na inconfidência mineira, relatados por uma pessoa que os havia vivido. Poderia ter esclarecido diversos pontos obscuros do levante, mas preferiu não mexer naquelas antigas cicatrizes. Aos 74 anos, já velho e cansado, limitou-se apenas a traduzir o capítulo sobre a conjuração mineira que Robert Southey havia escrito em seu livro *História do Brasil*, publicado em Londres entre 1810 e 1819, acrescentando-lhe algumas notas e pequenas correções.

José de Resende Costa viria a falecer pouco tempo depois, a 17 de junho de 1841, tendo 76 anos de idade.

Luís Vaz de Toledo Piza

Luís Vaz de Toledo Piza, irmão do padre Carlos Correia de Toledo, nasceu em agosto de 1739 na cidade de Taubaté. Tinha, portanto, cinquenta anos incompletos, quando foi preso em 1789, e era oito anos mais novo que seu irmão vigário. Seu pai chamava-se Timóteo Correia de Toledo e sua mãe era dona Úrsula Isabel de Melo. Fazendeiro de prestígio na região, Luís Vaz era casado com dona Gertrudes Maria Lopes de Camargo e possuía sete filhos. Entre 1788 e 1790, ocupou o posto de juiz de órfãos da cidade de São José Del Rei, embora a sua fazenda se localizasse nas proximidades de São João Del Rei.

Tratava-se de um homem de pouca instrução e, conforme afirmou em seu primeiro interrogatório, tomado a 30 de junho de 1789 na cadeia pública de Vila Rica, era sargento-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar da comarca de São João Del Rei, submetendo-se, na hierarquia militar, ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Vivia de suas roças, tendo cerca de 40 escravos em sua fazenda.

Em seu interrogatório de 3 de julho de 1789, confessou que foi seu irmão, o padre Carlos Correia de Toledo, quem primeiro veio lhe falar a respeito de um levante que se planejava realizar na capitania das Minas. O vigário estaria de viagem marcada para a Europa; porém, após retornar de Vila Rica no início de janeiro de 1789, onde se encontrara com pessoas importantes, disse a Luís Vaz que ele mudada de planos e não mais faria a viagem. Além disso, o padre Toledo alegou que os conjurados iriam atrás

dele e o matariam, caso persistisse em seu propósito de viajar para Portugal, agora que se achava a par de todos os planos do movimento inconfidente.

O padre Carlos Correia de Toledo mantinha grande domínio sobre seus irmãos e, naquele mesmo mês de janeiro de 1789, convenceu Luís Vaz a tomar parte do levante, que aceitou e não fez qualquer denúncia por temer o mano mais velho. Parece que se empolgou pelo movimento, tentando cooptar o seu coronel, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Joaquim Silvério dos Reis e José de Resende Costa, pai. Comprometeu-se a arranjar seiscentos índios armados com arcos e flechas para defender a estrada que seguia de Vila Rica para o Rio de Janeiro, obstruindo o acesso da região mineira nas proximidades do Registro de Paraibuna, fronteira entre Minas e o Rio de Janeiro, para que tropas leais à Coroa tivessem dificuldade para entrar na região. Junto do padre Toledo, pretendia garantir a adesão de cidades como São José Del Rei, Borda do Campo e Tamanduá.

Luís Vaz de Toledo Piza disse aos juizes da devassa que aceitou participar do levante, uma vez que “a liberdade é amável” e porque dele faziam parte pessoas de prestígio. Em seu segundo interrogatório, afirmou que o padre Toledo lhe dissera que muita gente importante já havia entrado no movimento, como o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, o doutor José Álvares Maciel, o doutor Cláudio Manuel da Costa, embora este se opusesse, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que era o “primeiro motor” do motim e o coronel Inácio José de Alvarenga, embora fosse o mais temeroso de todos e “não era capaz de coisa alguma”.

Consta, porém, que Luís Vaz de Toledo Piza já sabia do levante algum tempo antes do mês de janeiro de 1789. Em outubro de 1788, Alvarenga Peixoto havia dado uma festa no dia do batizado de seus filhos, João Damasceno e José Eleutério. Muitos conjurados estiveram presentes nesta reunião festiva e vários brindes foram levantados. No auge da empolgação, talvez porque já tivesse bebido além da conta, dizem que Luís Vaz ergueu seu copo e brindou, afirmando que ele próprio se encarregaria de cortar a cabeça de Barbacena com a sua espada.

Conforme já ficou dito, foi Luís Vaz de Toledo Piza quem convenceu Joaquim Silvério dos Reis a tomar parte no movimento, em casa de José de Resende Costa, numa noite de fevereiro de 1789, quando ambos ali foram pernoitar. Silvério vinha desolado do Arraial da Laje, pois soubera que a rainha nutria a intenção de extinguir alguns regimentos, inclusive aquele em que era o coronel. Ele havia gasto muito dinheiro para fardar a sua tropa e agora o governo queria lhe passar a perna! Vendo que Silvério mostrava-se descontente com a Coroa, o irmão do padre Toledo aproveitou para lhe contar tudo o que sabia a respeito do levante. Evidentemente, Joaquim Silvério dos Reis ficou bastante satisfeito em conhecer os detalhes da conjuração, chegando mesmo a oferecer doze mil cruzados a fim de que Luís Vaz conquistasse o apoio dos paulistas para a causa inconfidente.

Quando percebeu que tudo se achava perdido, manteve a sua opinião de que o levante deveria ser realizado de qualquer maneira, “desse no que desse”, pois, como dizia o seu irmão, preferia morrer com a espada na mão a ser esmagado feito um carrapato na lama. Mas não foi o que fez. Colocou todos os seus negócios em ordem e preparou-se para fugir. Ao tomar ciência de que o padre Toledo havia sido preso, entrou em completo desespero e imaginou que ainda poderia fugir para alguma parte das possessões da Espanha na América, descendo o rio das Mortes de canoa. Contudo, chegou à conclusão de que não seria uma ideia muito boa e, confiando na justiça portuguesa, resolveu se entregar de maneira espontânea. Despediu-se da esposa com lágrimas nos olhos e deu um beijo em cada um dos sete filhos que não mais tornaria a ver.

Permaneceu preso em Vila Rica, primeiro na cadeia municipal e, depois, na Casa dos Reais Contratos, para onde foi transferido, embora não tivesse qualquer privilégio que justificasse tal mudança. Conduzido ao Rio de Janeiro, mantiveram-no no cárcere até o julgamento dos inconfidentes. Condenado à morte na forca e a ter a sua cabeça decepada, a sua pena foi convertida em degredo perpétuo para Cambembe, Angola. Faleceu em Luanda, mas não se conhece a data exata da sua morte. Sabe-se que foi

antes de 1810, mas após setembro de 1803, pois, por volta deste período, Luís Vaz teria sido padrinho em um batizado.

Salvador Carvalho do Amaral Gurgel

Salvador Carvalho do Amaral Gurgel nasceu na cidade de Parati em 1762. Portanto, tinha 27 anos na época da inconfidência. Exercia a medicina como licenciado e não como médico diplomado. Após ter vivido alguns anos no Rio de Janeiro, mudou-se para a capitania das Minas, porque passou a ser perseguido pelo ouvidor Francisco Luís Alves da Rocha, que mais tarde seria incumbido para o cargo de escrivão da Alçada. Talvez, por causa disso, a sua pena tenha sido tão exagerada. Na verdade, a sua participação no movimento inconfidente foi mínima, como se verá. Morando em Vila Rica, parece que não possuía uma clientela muito grande, tanto que procurou se tornar cirurgião da tropa regular daquela cidade. Consta que vivia de favor na casa de certo Antônio José Soares de Castro.

Um dia qualquer em fevereiro de 1789, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel foi visitar Tiradentes e aproveitou para lhe pedir emprestado um dicionário de francês. Joaquim José da Silva Xavier disse-lhe que emprestava de bom grado, mas com a condição de que o amigo lhe devolvesse o livro num prazo de quinze dias, pois ele o vendera ao padre Francisco Ferreira da Cunha, seu sócio na botica do Rosário, que ficara de vir buscá-lo em breve.

Evidentemente, o alferes aproveitou para lhe falar de seu assunto predileto, relatando-lhe os planos da conjuração que estava para ser realizada em Minas. Como se achava de partida para o Rio de Janeiro e, sabendo que Amaral Gurgel morara naquela cidade por algum tempo, pediu-lhe cartas de recomendação, a fim de ser apresentado para pessoas importantes na corte. Sobretudo, Tiradentes desejava uma carta de recomendação para o tenente do regimento de artilharia, Francisco Manoel da Silva Melo. Meio sem graça, o amigo desconversou, dizendo que iria ver o que conseguiria e despediu-se, levando o dicionário. Em seus depoimentos, Amaral Gurgel afirmou que só havia prometido as cartas para se livrar do “incansável alferes”, que não parava de lhe aborrecer a respeito daquele assunto. Embora Salvador Carvalho do Amaral Gurgel não tenha dado carta alguma a Joaquim José, este pequeno envolvimento foi o bastante para ele ser arrolado entre os inconfidentes.

Preso na cadeia pública de Vila Rica, seguiu para o Rio de Janeiro debaixo da escolta do tenente Simão da Silva Pereira. Para surpresa geral, por ter sido considerado “ajudador e aprovador” do movimento inconfidente, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel recebeu do tribunal da Alçada a sentença de pena de morte, posteriormente comutada para degredo perpétuo em Inhambane, Moçambique. Outros conjurados, que tiveram participação muito mais efetiva, pegaram apenas dez anos de degredo...

Na África, constituiu família e fez uma brilhante carreira política, ocupando diversos cargos públicos. Faleceu em 1813.

Tomás Antônio Gonzaga

Por muito tempo, historiadores e biógrafos de Tomás Antônio Gonzaga discutiram qual teria sido a data correta de seu nascimento. Hoje, já não há mais qualquer dúvida, graças às pesquisas de Antônio Borges do Canto Moniz, que descobriu o registro de seu assento de batismo. Portanto, ficamos sabendo que o poeta nasceu no dia 11 de agosto de 1744, na cidade do Porto. Seu pai, João Bernardo Gonzaga, era brasileiro e chegou a ocupar o posto de desembargador na relação do Porto, enquanto que a sua mãe,

dona Tomásia Isabel, era portuguesa. O casal unira-se pelos laços sagrados do matrimônio em Portugal, mas a esposa morreu quando o pequeno Tomás contava pouco menos de um ano. Criado por uma de suas tias até os sete anos de idade, em 1751, a família veio para o Brasil, pois João Bernardo fora nomeado ouvidor em Pernambuco. Algum tempo depois, mudaram-se para a Bahia e Gonzaga passa a estudar no colégio dos jesuítas até 1759. Concluído seus estudos preparatórios, segue para Coimbra, onde cursa Leis na universidade. Pouco se sabe a respeito de sua vida durante esta época de estudante. Contemporâneo de Alvarenga Peixoto, a quem chamava de “primo”, graduou-se em 1768, um ano após ele ter se formado. Alguns estudiosos de sua vida afirmam que, nesta fase da juventude em Portugal, ele teria tido um caso com uma portuguesinha, provavelmente chamada Marília, a quem dedicara inúmeros poemas, que depois iria trazer em sua bagagem para o Brasil. Outros chegam mesmo a alegar que Gonzaga teria tido um filho com esta jovem, mas não existe qualquer prova que testemunhe tal caso amoroso.

Tentou lecionar na universidade de Coimbra, candidatando-se a uma vaga com a tese *Tratado de Direito Natural*, porém, não há notícia se ele foi efetivado ou não no cargo. Certo mesmo é que, em 1779, Gonzaga irá se dedicar à magistratura, exercendo as funções de juiz de fora na cidade de Beja. Durante este tempo, teve oportunidade para fazer inúmeras amizades importantes, inclusive, com o Visconde de Barbacena, futuro governador da capitania das Minas Gerais. Em 1781, deixa a magistratura, com a intenção de regressar ao Brasil. Não conseguiu juntar fortuna em Portugal, tanto que foi obrigado a pedir dinheiro emprestado a fim de custear a sua passagem de volta.

De acordo com o decreto de 23 de fevereiro de 1782, que dona Maria I ratificou em carta-régia a 15 de março do mesmo ano, Tomás Antônio Gonzaga foi nomeado para o cobiçado posto de ouvidor da cidade de Vila Rica. Contudo, só viria tomar posse do cargo no final do ano. Antes disso, também seria designado para as funções de provedor dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos na comarca de Vila Rica.

Cabia ao ouvidor não somente exercer as funções de juiz, mas também as tarefas de chefe de polícia da comarca (corregedor). Portanto, aos 38 anos, Gonzaga tornara-se um dos homens mais importantes da capitania das Minas. Sempre procurou pautar as suas decisões em sólidos princípios morais de honestidade e justiça. Todos aqueles que tentavam lesar a Real Fazenda eram tratados por ele com rigidez e severidade, de maneira que acabou fazendo muitas inimizades, como o próprio governador Luís da Cunha Meneses, o Fanfarrão Minésio das *Cartas Chilenas*.

Segundo Almir de Oliveira, a inimizade entre o governador e Gonzaga teria se iniciado com um episódio de cunho político. Como era costume, a cada três anos, a Coroa realizava um leilão para que fosse arrematado o contrato de entradas. Quem desse o maior lance teria o direito de explorar a cobrança do imposto, pagando a quantia acordada com a Real Fazenda e retirando o seu lucro do montante excedente. Surgiram dois candidatos interessados. O primeiro era afilhado do governador Luís da Cunha Meneses e já devia enorme soma para os cofres reais. O segundo era um sujeito de excelente reputação e com créditos junto à Coroa. Como não podia deixar de ser, todos os vogais incumbidos de julgarem as duas propostas apresentadas votaram neste último; porém, o governador, de maneira autoritária, decidiu pelo seu afilhado. Gonzaga ficou tremendamente irritado com mais este desmando do Fanfarrão Minésio e lavrou um protesto contra a arbitrariedade imoral de Luís da Cunha Meneses. Evidentemente, o sujeito não gostou e se pôs a espernear, acusando o poeta de improbidade, de receber subornos, de extorsões, etc. Todavia, nunca apresentou qualquer prova de suas acusações. Aliás, para defender os interesses do reino, Gonzaga acabou fazendo muitos outros desafetos, como Basílio de Brito Malheiro, Joaquim Silvério dos Reis e o sargento-mor José de Vasconcelos Parada. O próprio Tiradentes declarou em seus interrogatórios que era seu inimigo. Em 1783, Gonzaga foi acusado pelo governador Luís da Cunha Meneses de estar recebendo subornos dos devedores da Coroa. Cabia ao alferes Joaquim José fazer as diligências e pressionar o ouvidor, de maneira que, a partir deste episódio, nasceu a inimizade entre os

dois. No mais, Gonzaga foi acusado como um dos chefes dos inconfidentes por quase todos os delatores, pois muitos deles eram seus desafetos declarados e quase todos o odiavam.

Não existe nenhum retrato de Tomás Antônio Gonzaga, pintado por seus contemporâneos, de maneira que não lhe conhecemos a fisionomia. A sua imagem que costuma aparecer nos livros foi realizada muito tempo depois da sua morte pelo pintor J. M. Mafra. Trata-se de um quadro a óleo que serviu para ilustrar a edição de 1845 da *Marília de Dirceu*, publicada pelos irmãos Laemmert. Apesar de Mafra tê-lo retratado no cárcere como um sujeito moreno, com a tradicional camisa de babados aberta no peito, sabe-se que o poeta era loiro e tinha os olhos azuis. Ao chegar a Vila Rica, era ainda um jovem elegante e formoso, com um nariz bem feito e um belo sorriso sempre a lhe estampar o rosto de pele clara. Embora não fosse alto e apresentasse o corpo um tanto quanto nutrido, as suas maneiras delicadas e cavalheirescas, o seu modo requintado de se vestir, a sua conversa alegre e jovial, a sua invejável cultura clássica e a sua reputação de excelente poeta, faziam dele um dos melhores partidos da cidade e mais de uma mocinha casadoira deve ter lançado seus olhos compridos sobre aquele moço solteiro. Segundo Richard F. Burton, um viajante que esteve em Vila Rica poucos anos após a conjuração (portanto, não conheceu o poeta pessoalmente, mas apenas recolheu informações de pessoas que teriam se relacionado com ele), descreveu Gonzaga como sendo um homem baixo, gordo e louro, um autêntico dândi, ou, como se dizia no tempo, um peralta. Quem tiver a curiosidade de passar os olhos sobre a lista dos seus bens sequestrados constatará que ele era um homem bastante vaidoso, pois muitas são as roupas que ele possuía.

Ao chegar de Portugal, Tomás Antônio Gonzaga foi morar em uma grande residência na Ladeira de Antônio Dias, diante do Largo em que se estava construindo a capela de São Francisco de Assis. Esta residência pertencia ao governo e era cedida, com toda a mobília, para a moradia dos ouvidores da cidade. Possuía um vasto quintal nos fundos, com inúmeras plantas e uma fonte romana em cantaria. Nesta casa, costumava hospedar os amigos, inclusive, o padre Carlos Correia de Toledo, que sempre ficava na residência do poeta, quando viajava para Vila Rica.

Ao lado de sua casa, vivia certo Luís Antônio Saião, casado com dona Antônia Cláudia. O casal possuía algumas filhas, que eram sempre visitadas pela prima de dezesseis anos, uma bela moreninha de olhos negros chamada Maria Doroteia. Quando o poeta pôs suas retinas sobre a garota, enamorou-se à primeira vista. Passava horas observando as meninas brincando no jardim, mas não encontrava uma oportunidade para dirigir a palavra àquela jovem que havia mexido tanto com o seu coração. Um incidente, porém, veio dar uma mão ao destino. Diz a lenda que, enquanto elas se divertiam no quintal, Maria Doroteia acabou se ferindo com o espinho de uma rosa. Imediatamente, Gonzaga aproveitou aquela ocasião para demonstrar os seus dotes cavalheirescos. Pedindo licença, entrou no jardim para socorrer a menina, que segurava um dos dedos lavados em sangue. O poeta tomou um lenço de cambraia e envolveu a ferida, demonstrando alguma habilidade de médico licenciado. Ao tocar-lhe a pequenina mão delicada, sentiu um calor doce lhe inundando os poros e talvez o próprio coração de Maria Doroteia pulsando na ponta de seus dedos. Tinha quase quarenta anos e, a partir daquele momento, sabia-se irremediavelmente apaixonado por aquela menina de dezesseis.

Passou a lhe escrever versos e distribuí-los por toda Vila Rica. O seu amor já não era mais segredo para ninguém, embora algumas más línguas diziam que o poeta visava apenas à fortuna da moça, que vinha de uma família importante e abastada.

Maria Doroteia Joaquina de Seixas, que ficaria conhecida na história da literatura brasileira como a “Marília de Dirceu”, era filha de Baltazar Mairinque, capitão da 6ª Companhia do Regimento de Dragões de Vila Rica, a mesma unidade em que Tiradentes servia como alferes. Além disso, também ocupava o posto de tesoureiro da Junta da Fazenda. Tendo perdido a mãe, Maria Doroteia foi enviada para morar com duas tias solteironas, dona Teresa e dona Catarina, que habitavam um enorme casarão junto de outros dois irmãos, também solteiros, o doutor Bernardo da Silva Ferrão e o tenente-coronel

João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Este velho solar tinha apenas um pavimento e apresentava aspecto simples e grave, tendo na fachada oito amplas janelas envidraçadas. Para entrar na casa, era necessário subir alguns degraus e alcançar um patamar diante da porta pesada. Havia muitos quartos e até uma pequena capela. Esta residência localizava-se diante da ponte que, um dia, viria se chamar “Ponte de Marília”.

Dizem que Maria Doroteia era uma morena muito bonita, apresentando olhos negros e cabelos compridos, também escuros. Em 1789, deveria ter pouco mais de vinte anos de idade. Sabia tocar cravo, executando as mais belas melodias do tempo com muita graça e encanto, para o deleite de quem a ouvia. Costumava frequentar a missa aos domingos na igreja de São Francisco de Assis e também na matriz de Antônio Dias. Nestas ocasiões, era acompanhada por uma mucama, pois mulheres de família não saíam sozinhas para a rua. Vestia a melhor roupa que tinha, com direito a um elegante chapéu, e lá se ia para a igreja, levando uma pequenina almofada para poder se ajoelhar. Quantas vezes Tomás Antônio Gonzaga não deve ter sentido o seu coração batendo mais forte, apenas por ver de longe a sua amada de joelhos, deixando à mostra um pedacinho de seu tornozelo?

Tomás Antônio Gonzaga continuava escrevendo muitos versos dedicados à bela Marília, que corriam de mão em mão pelas ruas de Vila Rica. Apesar de sua insistência, a moça demorou para corresponder ao sentimento amoroso do poeta. Se dependesse apenas dela, teria aceitado a corte de Gonzaga muito antes, pois se sentia atraída por aquele homem tão especial, fino, delicado, com enorme prestígio na cidade e, além de tudo, que diziam ser um dos maiores poetas da língua. Porém, a família da garota não via com bons olhos aquele romance e dificultou o namoro dos dois. Afinal, o pretendente era quase vinte e cinco anos mais velho do que Maria Doroteia e corria à boca pequena que ele já fora casado em Portugal. Após mais de dois anos insistindo, finalmente a família da jovem capitulou. Agora, o poeta podia visitar sua amada no antigo solar, permanecendo em sua companhia até as nove horas da noite, quando os sinos tocavam, convidando as pessoas que ainda estivessem pelas ruas para se recolherem às suas casas. Acompanhado por um escravo, que trazia uma lanterna a fim de iluminar a escuridão dos caminhos, Gonzaga regressava para sua residência ou ia dar dois dedos de prosa com o amigo Cláudio Manuel da Costa, que morava ali próximo, e os dois ficavam conversando sobre poesia e política até altas horas da madrugada.

O noivado oficial aconteceu numa noite festiva de julho de 1786, no solar dos Ferrões, quando Tomás Antônio Gonzaga pediu oficialmente a mão de Maria Doroteia em casamento. Neste ano, ele fora nomeado para ocupar o cargo de desembargador na relação da Bahia, sendo afastado do seu cargo de ouvidor de Vila Rica, que tanto incomodava o governador Luís da Cunha Meneses. Contudo, por mais de dois anos, ele protelou a sua viagem, alegando que estava esperando vir de Portugal a licença para o seu casamento. Este fora marcado para o dia 30 de maio de 1789 e nenhuma pessoa de certa posição social na colônia podia se casar sem a permissão da metrópole.

Em um de seus interrogatórios, Gonzaga alegou que, enquanto aguardava chegar a licença para se casar, ele ia bordando o vestido de casamento. Alguns historiadores viram nestas palavras que o poeta estaria confeccionando o vestido de noiva de Maria Doroteia. Parece uma interpretação forçada e pouco verossímil. Quem primeiro caiu em erro ao afirmar isso foi Joaquim Norberto no século XIX. Em seu depoimento, Gonzaga diz de modo bastante claro apenas “vestido de casamento”; Norberto, por sua conta, acrescentou “vestido de noiva”, que muitos historiadores posteriores simplesmente repetiram. Ora, quando o poeta diz que estava bordando um vestido para o seu casamento, não quer dizer que se tratava de um vestido de noiva. Na época, como ainda hoje, a palavra vestido também significa “vestes”. Com tal acepção, ela é de uso frequente em Portugal, onde Gonzaga viveu por tantos anos. Apenas para ilustrar, tomo uma frase de Ramalho Ortigão, citada no dicionário Aurélio: “Sabe-se a que extraordinário requinte levaram o cuidado de suas pessoas e o esmero de seus *vestidos* Edgar Poe, Charles Baudelaire, Alexandre Dumas...”. Portanto, o vestido em questão eram as próprias vestes de Gonzaga, que ele usaria

no dia de seu casamento.

Maria Doroteia Joaquina de Seixas e Tomás Antônio Gonzaga não se casaram, pois o poeta foi preso sete dias antes da data do matrimônio. Ao saber da prisão do seu amado, a moça desesperou-se e mandou lhe dizer na cadeia que lhe seria fiel por toda a vida. Inconsolável, ela foi morar em Itaverava, na fazenda “Fundão das Goiabas”, onde chorava noite e dia com saudades de Gonzaga, degredado para a África. Após alguns anos, levaram-lhe um volume da *Marília de Dirceu*, que havia sido impresso em Portugal. Ler e reler aqueles versos, beijar aquelas páginas, foi a maneira encontrada para ter um pouco do amado junto de si, uma vez que ninguém trazia notícias dele. Quando o tempo do degredo já havia terminado, Maria Doroteia decidiu ir ao encontro do poeta em Lisboa, pois imaginava que ele se retirara para Portugal. Contudo, só então lhe disseram toda a verdade. Gonzaga se casara em Moçambique com uma moça chamada Juliana! Aquele derradeiro golpe fora forte demais, mas ela procurou fingir indiferença. Em 1815, seu pai veio a falecer e Maria Doroteia voltou a residir no solar dos Ferrões. Todos os seus parentes, tios e tias, foram morrendo e ela continuava solitária, arrastando a sua imensa dor dentro daquele velho casarão, que o tempo também ia devorando aos poucos. Dizem que Maria Doroteia permaneceu bela por muito tempo e vivia recebendo propostas de casamento, sempre recusadas. Todos que visitavam a cidade de Vila Rica queriam conhecer a célebre “Marília” dos poemas de Gonzaga. No dia 10 de fevereiro de 1853, aos 85 anos, Maria Doroteia faleceu em sua casa, sendo enterrada no chão da matriz de Antônio Dias. Anos depois, os seus despojos foram recolhidos ao Panteão da Inconfidência em Ouro Preto, onde permanecem ao lado dos restos de Tomás Antônio Gonzaga.

Um dos pontos mais controversos da inconfidência mineira é saber se Gonzaga participou ou não do movimento, ou seja, se ele foi ou não conjurado. Nisto, os historiadores se dividem e não existe um consenso. A meu modo de ver, ele não só participou do levante, como foi uma das principais figuras, um de seus líderes intelectuais. Curiosamente, quase todos os seus colegas inocentaram-no em seus depoimentos. Tiradentes era seu inimigo; mesmo assim, não acusou o ouvidor, alegando que só citava o seu nome em suas prédicas por pura publicidade, para convencer mais facilmente as pessoas a aderirem ao movimento. Mas Joaquim José não acusou nenhum de seus companheiros, chamando para si toda a responsabilidade do motim. Joaquim Silvério dos Reis, outro inimigo de Gonzaga, fez questão de denunciá-lo como o chefe dos inconfidentes. Também é dessa opinião o vice-rei, que escreveu uma carta a Martinho de Melo e Castro, datada de julho de 1789, onde descreve Gonzaga como sendo o “principal cabeça” da rebelião.

Alguns historiadores, como Almir de Oliveira, procuram demonstrar que Tomás Antônio Gonzaga não foi inconfidente; no máximo, ele sabia do movimento e não o denunciou. Dentre seus companheiros, apenas Cláudio Manuel da Costa o acusou como conjurado. Outros afirmam que o poeta poderia ter sido um simpatizante ou mesmo um oportunista. Talvez ele estivesse aguardando o sucesso da revolução para aderir à nova república. Há ainda quem diga, como Mário Behring, que o juiz do processo, Antônio Diniz da Cruz e Silva, poeta de certo renome na época, tanto no Brasil, quanto em Portugal, autor do poema épico *O Hissope*, teria agravado as acusações sobre Gonzaga por ciúmes literários.

Enquanto esteve preso, Tomás Antônio Gonzaga foi interrogado quatro vezes pelos juízes da devassa, negando sempre a sua participação na inconfidência. Além disso, foi acareado com diversos amigos, como Alvarenga Peixoto, cônego Luís Vieira da Silva e o padre Carlos Correia de Toledo, mas nunca acusou qualquer um de seus companheiros. Em um de seus depoimentos, confessou que soube do motim através de Basílio de Brito Malheiro, seu desafeto, e também pelo sargento-mor José de Vasconcelos Parada, outro inimigo, que jurou persegui-lo “até as portas da morte”. Gonzaga sabia que a farsa estava armada para punir os inconfidentes. Se escapassem da pena de morte, certamente, pegariam degredo perpétuo para a África. Por isso, ele tentou, de todas as formas, defender-se da melhor maneira que pôde. A sua intenção era conseguir que os juízes o degredassem para Angola e não para

Moçambique, considerado uma terra muito pior. Além do mais, também tentou abater dos anos de degredo o tempo em que permaneceu preso no Rio de Janeiro. Quiseram saber dele por que motivo permanecia em Vila Rica, se desde 1786 não ocupava mais o cargo de ouvidor e, há muito tempo, já tinha sido nomeado para o posto de desembargador na Bahia. Realmente, este era um fato que depunha contra ele, pois os juízes podiam imaginar que Gonzaga permanecia na capitania das Minas por ser um dos líderes do movimento inconfidente. A sua resposta foi bastante objetiva, mas não deve ter convencido ninguém. Afirmou que estava de casamento marcado e não era conveniente viajar para a Bahia, deixando a sua noiva em Vila Rica, para vir buscá-la depois, quando estivessem casados, pois isto causaria muitas despesas e incômodos.

Tomás Antônio Gonzaga defendeu-se das acusações que lhe imputavam, alegando o seguinte:

1) Não era brasileiro e, sim, português. Seu pai era desembargador em Portugal. Também possuía alguns bens no reino. Portanto, não seria inteligente lutar contra a sua pátria, onde mantinha tantas ligações;

2) Como todos sabiam, havia sido nomeado desembargador na relação da Bahia, um posto de muito prestígio. Obviamente, não iria trocar o certo pelo duvidoso;

3) Todos os parentes de sua noiva eram militares, que ficariam do lado da Coroa. Evidentemente, não iria se meter numa guerra contra eles;

4) Como era português, nenhum brasileiro o convidaria para participar de um levante contra a metrópole;

5) Pedira a Barbacena para interceder por ele, junto à Corte, a fim de apressar a licença para o seu casamento, que estava demorando a sair. Se fosse conjurado, não teria pressa em se mudar para a Bahia, como este pedido demonstra;

6) Tão logo soube que a derrama seria cobrada, correu até o intendente de Vila Rica para lhe comunicar que talvez este procedimento pudesse causar uma rebelião popular, pois o povo das Minas se achava muito empobrecido e seria melhor perdoar a dívida das pessoas.

Todos os seus argumentos foram insuficientes para livrá-lo da pena de degredo. Quando Gonzaga descobriu que o governador já estava sabendo de tudo e havia suspenso a derrama, o poeta resolveu fazer uma visitinha ao Visconde para sondar as suas verdadeiras intenções. Foi recebido por Barbacena, mas não conseguiu descobrir nada, além daquilo que estava evidente. Uma semana antes do seu casamento, com a festa já preparada e os anúncios já feitos, Tomás Antônio Gonzaga foi preso. Era ainda madrugada do dia 23 de maio de 1789, quando o ajudante de ordens Francisco Antônio Rabelo, acompanhado de alguns militares montados a cavalo, cercou a residência onde Gonzaga estava morando[33] e a invadiu, a fim de arrancar o poeta do leito em que dormia. De todos os inconfidentes, Gonzaga foi o primeiro a ser preso, o que prova a sua importância no levante. Entregou-se sem resistência e, no mesmo dia, foi conduzido em ferros para o Rio de Janeiro, sob a escolta do capitão Antônio José de Araújo, sendo encarcerado na Ilha das Cobras. Ainda pediu para dar uma palavra com a sua noiva, Maria Doroteia, mas nem isso lhe permitiram. Jamais tornaria a Vila Rica.

Ao passar por Cachoeira, o poeta implorou para falar com Barbacena, que era seu amigo e poderia lhe valer naquele momento terrível de sua vida. O governador o recebeu, conversaram por algum tempo, mas ninguém nunca soube o teor da conversa. Talvez Gonzaga estivesse ameaçando o próprio Visconde, que também poderia ser alcançado pelas garras da justiça portuguesa. Parece que o poeta saiu do palácio um tanto aliviado, pois, curiosamente, escreveu um poema louvando Barbacena pouco depois deste episódio.

A partir do dia 8 de junho de 1789, Gonzaga foi lançado nas masmorras da Ilha das Cobras. Não era um local dos mais agradáveis para viver. As prisões eram celas abafadas, quentes e úmidas, escavadas nos subsolos de pedra. As grossas paredes de quase um metro de espessura se achavam enegrecidas pela fumaça dos candeeiros de azeite, acesos à noite, e o ar era pestilento, quase

irrespirável. De dia, a luz do sol mal conseguia penetrar naquele recinto apertado, através de uma pequena janela gradeada, posta junto ao teto. Ratos, baratas e outros insetos infestavam a cela, correndo de um lado para o outro sobre o chão de pedra, emporcalhado de terra e lama. Evidentemente, não havia cama e o preso que se ajeitasse sobre algumas tábuas de madeira, se assim quisesse. Alguns improvisavam um travesseiro, enrolando palha úmida e fedorenta dentro de pano velho ou de uma camisa puída. Se o preso tivesse sorte e fossem com a sua cara, davam-lhe um banco e uma pequena mesa.

Havia uma missa celebrada especialmente para os presidiários. Era o único momento em que eles podiam deixar as celas, esticar as pernas e respirar um pouco de ar fresco. Conduzidos em fila com uma bola de ferro atada aos tornozelos, para dificultar os passos no caso de uma tentativa de fuga, eles seguiam até a capela em silêncio, pedindo a Deus que lhes aliviasse tanto sofrimento. O próprio Gonzaga confessou em seus versos, escritos na prisão, muitos deles rabiscados nas paredes do cárcere com o fumo das candeias, como quer a lenda, que seus cabelos começaram a rair e embranquecer. Durante o tempo em que permaneceu preso, Gonzaga emagreceu bastante, vivia sujo e com as roupas esfarrapadas.

Em agosto de 1791, ele foi transferido para um dos cárceres existentes no enorme edifício da Ordem Terceira de São Francisco, no morro de Santo Antônio. Tratava-se de uma prisão muito mais humana do que aquela em que ele permanecera por mais de dois anos na Ilha das Cobras. De sua cela, era possível ver o céu, as montanhas, e o sol iluminava o ambiente interior. Também lhe deram papel e tinta e ele pôde escrever muitos poemas e bilhetes para Maria Doroteia, que o poeta entregava a seu carcereiro para que este os fizesse chegar às mãos de sua amada. Algumas vezes, como nas missas, encontrava-se com outros companheiros inconfidentes, também transferidos para aquele presídio, como Alvarenga Peixoto, Francisco de Paula Freire de Andrade e o próprio Tiradentes.

Após a prisão de Gonzaga, os tios de Maria Doroteia resolveram levá-la para a fazenda do “Fundão das Goiabas” em Itaverava. Procuraram dificultar a correspondência dos dois apaixonados, julgando que o tempo haveria de solucionar a questão, de maneira que um logo se esqueceria do outro. Não foi o caso. A garota quase não saía de casa e passava as noites e os dias com lágrimas nos olhos.

Numa das cartas que lhe remeteu, Tomás Antônio Gonzaga pediu à noiva que se casassem assim mesmo e seguissem juntos para o degredo. Por azar, esta carta caiu nas mãos dos tios de Maria Doroteia. O mensageiro foi entregá-la no solar dos Ferrões, pois ignorava que a moça se achava em Itaverava. Não a encontrando, deixou a missiva com seus familiares. Por muito tempo, eles meditaram se deveriam entregar a carta para a sobrinha ou não. Na prisão, a cada dia que se passava, o poeta ficava mais angustiado, pois temia que seu navio zarpasse sem uma resposta definitiva. Finalmente, os tios da jovem resolveram lhe entregar a mensagem, que ela deve ter lido com o coração apertado. Com certeza, Maria Doroteia estava disposta a seguir seu amado para o degredo na África, mas o governo português havia proibido que os familiares dos réus os acompanhassem para o desterro, sob pena de prisão. Bárbara Heliadora, por exemplo, era uma das que mais desejava partir com Alvarenga Peixoto, mas foi impedida. Sem alternativa, Maria Doroteia decide escrever a Gonzaga uma carta de rompimento, despedindo-se definitivamente. Que ele seguisse a sua vida, pois ela guardaria as lembranças dele para sempre dentro do coração. Não alegou que a proibição era da justiça portuguesa, que fora proibida de partir pelas autoridades, mas afirmou apenas que não suportaria os rigores do clima. Este foi o seu erro. Tal carta chegou às mãos do poeta poucos dias antes dele seguir para o exílio. Na certa, imaginou que a sua “Marília” estava o abandonando, justamente naquele momento de sua vida em que ele mais precisava dela. Foi o golpe derradeiro e Gonzaga deve ter partido para a África com o peito estraçalhado pela dor.

Os seus poemas foram reunidos com o título *Marília de Dirceu* e entregues ao doutor Antônio Ferreira França, um velho amigo de Gonzaga, para que ele os enviasse a Lisboa a fim de serem publicados. Além disso, o poeta recomendou que despachassem muitos exemplares para Vila Rica e não se esquecessem de entregar um deles para Maria Doroteia.

De acordo com a sentença de 19 de abril de 1792, Tomás Antônio Gonzaga foi condenado a

degrede perpétuo para o território de Pedras de Angoche, uma localidade bastante miserável e temida pelos degredados; contudo, a 2 de maio, a Alçada comutou a sua pena para dez anos de exílio em Moçambique. Tendo embarcado para a África em maio daquele ano, de acordo com as instruções do governo, ficou hospedado na casa de Alexandre Roberto Mascarenhas, um abastado comerciante de escravos. Parece que chegou doente a Moçambique ou adoeceu pouco depois de desembarcar. Seja como for, permaneceu aos cuidados da filha daquele negociante, Juliana de Sousa Mascarenhas, uma jovem com menos de vinte anos e com quem viria a se casar em maio de 1793. Nunca mais se interessou por escrever versos e tampouco teve qualquer notícia a respeito de sua “Marília”. Juliana era herdeira de uma das maiores fortunas de Moçambique, de maneira que Gonzaga aproveitou para dar o golpe do baú. Não só conseguiu o cargo de juiz da alfândega, como se associara a seu sogro em seus negócios, tornando-se um magnata. Terminado seu período de degredo, o poeta não se interessou em regressar ao Brasil, preferindo ficar em Moçambique. Não se sabe a data exata de sua morte, mas se acredita que foi por volta de 1810, quando ele teria 66 anos de idade.

Vicente Vieira da Mota

No dia 22 de junho de 1789, Vicente Vieira da Mota foi convocado pela devassa mineira para depor como testemunha e não ainda como réu. Nesta ocasião, declarou que era português, nascido na cidade do Porto e estava com cinquenta e quatro anos. Portanto, embora não se tenha certeza, uma vez que não se encontrou o seu assento de batismo, ele deve ter nascido em 1735. É provável que tenha vindo muito jovem para o Brasil, para tentar ganhar a vida na colônia. Tinha a patente de capitão de auxiliares e exercia a função de guarda-livros do contratador dos direitos de entradas, João Rodrigues de Macedo. Consta que possuía uma excelente caligrafia, predicado bastante estimado entre os contadores do tempo, incumbidos de registrar toda movimentação financeira dos patrões. Vicente Vieira da Mota era solteiro, fumava bastante e usava óculos. João Rodrigues de Macedo o estimava muito e tinha plena confiança nele.

A sua fama de grande gastador era notória e dizem que ele não gostava muito dos brasileiros. Curiosamente, acabou passando para a nossa história como um dos mártires da inconfidência. Também se dizia amigo íntimo do cônego Luís Vieira da Silva, apesar de ter alegado que via nele “umas tantas coisas que, se fosse rei, mandava lhe cortar a cabeça”. Tinha estes rompantes de violência. Certa feita, chegara mesmo a ameaçar meter uma faca no peito do próprio Tiradentes. Vicente Vieira da Mota já o conhecia há algum tempo, pois Joaquim José lhe tratava dos dentes. Em seu depoimento, ele declarou que o alferes vivia falando a respeito do motim pelos quartéis e tabernas, exagerando “a beleza, formosura e riqueza deste país de Minas Gerais, asseverando que era o melhor do mundo, porque tinha em si ouro e diamantes, acrescentando que bem podia ser uma república livre e florente”, como a América do Norte. Tendo Tiradentes lhe dito isso, Vicente Vieira da Mota respondeu-lhe de modo ríspido que ele era louco. Mas Joaquim José insistiu e quis saber que partido o guarda-livros tomaria, caso o levante viesse a acontecer. Sem hesitar, respondeu que ficaria ao lado do rei. Tiradentes esbravejou, afirmando que não havia homens na capitania, que todos eram “uns vis”. Em seguida, acrescentou: porém, “hei de armar uma meada que, em cem anos, se não há de desembaraçar. Depois, como o maior interesse do alferes não era propriamente cooptar apenas Vicente Vieira da Mota, mas o seu patrão, perguntou se o guarda-livros não poderia sondar a opinião de João Rodrigues de Macedo neste assunto. Foi o bastante para o homem enfurecer-se. Com os olhos cravados em Joaquim José feito duas farpas, bradou: “Não seja insolente em ir com semelhantes destemperos ao senhor João Rodrigues de Macedo. E, se for atrevido e insistir, hei de cravar-lhe uma faca no coração”.

Preso em 1791, foi levado para o Rio de Janeiro e entregue na cadeia da Relação a 3 de junho daquele ano, sofrendo dois interrogatórios. Num deles, confessou que ocorreram reuniões secretas na residência do contratador João Rodrigues de Macedo.

Certamente, Vicente Vieira da Mota imaginava que o seu rico e poderoso patrão conseguiria livrá-lo da terrível sentença que o aguardava. Porém, João Rodrigues de Macedo estava mais preocupado em salvar a própria pele, de maneira que não se interessou, ou não pôde ajudar seu empregado. Ao saber de sua condenação, ficou profundamente ressentido com o contratador, que não mexeu uma palha para o socorrer. Talvez tenha pensado em delatá-lo, mas não o fez, ou porque era tarde, ou porque era um homem de brios. De qualquer forma, antes de embarcar para o degredo, escreveu uma carta dolorosa a seu antigo patrão: “Nove meses completos (perfeito parto) estive nas impuras entranhas destas madrastas da liberdade, nutrido com a impaciência, onde quase cego, surdo e mudo, aprendi a virtude do silêncio. Boa diligência fiz por lavar a venial com embargos à sentença, mas como me faltou o padrinho, ou a madrinha, e a atestação que tanto se solicitou, fiquei pagão. Falemos sério. Adeus, Sr. João Rodrigues de Macedo. Até o dia do Juízo. Lá nos veremos e ajustaremos as nossas contas, já que me não dão lugar a fazê-lo, à vista do que as damos por justas. Comi, bebi e vesti na sua casa. Verdade é que saí mais pobre do que nela entrei, mas vossa mercê não tem culpa”.

Condenado a degredo perpétuo para o território de Pedras de Angoche, Angola, sua pena foi comutada para dez anos de exílio em Moçambique. Partiu para a África no dia 25 de maio de 1792, no mesmo barco que levou Tomás Antônio Gonzaga, a nau Princesa de Portugal. Faleceu em 1798, aos 63 anos de idade.

Os réus eclesiásticos

Cinco sacerdotes foram condenados pelo tribunal da Alçada por sua participação no movimento da inconfidência mineira: padre Carlos Correia de Toledo, padre José da Silva e Oliveira Rolim, cônego Luís Vieira da Silva, padre Antônio Lopes de Oliveira e padre Manuel Rodrigues da Costa. O padre Inácio Nogueira, que era um jovem de 27 anos em 1789 e ajudou acobertar Tiradentes, enquanto este procurou se manter escondido no Rio de Janeiro, embora tenha sido torturado na cadeia, foi considerado inocente e posto em liberdade.

De acordo com a sentença de 18 de abril de 1792, os primeiros destes cinco réus eclesiásticos foram condenados, embora em sigilo, mas também tiveram as suas penas comutadas para degredo em Portugal. A condenação recebida pelo padre Toledo, padre Rolim e padre José Lopes de Oliveira foi à morte na forca, além de terem todos os seus bens sequestrados pela Real Fazenda. O cônego Vieira, cuja participação no levante foi bem mais efetiva do que a do padre José Lopes de Oliveira, por exemplo, acabou recebendo a pena de degredo perpétuo para a Ilha de São Tomé, além do confisco de seus bens. Já o padre Manuel Rodrigues da Costa teve apenas metade de seus bens sequestrados, sendo também condenado ao degredo perpétuo para a Ilha do Príncipe. Enviados para Portugal a 24 de junho de 1792, ficaram quatro anos presos na Fortaleza de São Julião da Barra, sendo transferidos posteriormente para alguns conventos.

Padre Carlos Correia de Toledo e Melo

Com relação à data do seu nascimento, ainda existe uma dúvida, pois alguns historiadores

afirmam que ele nasceu em 1730, enquanto que outros dizem que a data correta seria 1731. No seu primeiro interrogatório, realizado na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1789, o padre Carlos Correia de Toledo alegou que possuía 58 anos, era paulista da vila de Taubaté e nunca havia se casado. A sua família tinha longa tradição em São Paulo e se tratava de pessoas muito religiosas. Tanto é verdade que o seu pai, Timóteo Correia de Toledo, tendo ficado viúvo, ordenou-se padre. Além disso, outros dois irmãos do padre Toledo, padre Bento Cortez de Toledo e frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, também eram sacerdotes. Como já ficou dito, era irmão do Luiz Vaz de Toledo Piza, sobre quem exercia certo domínio, por ser o primogênito.

Em 1776, encontra-se em Lisboa, sendo nomeado vigário colado da igreja de Santo Antônio, na vila de São José Del Rei. Na época da inconfidência morava num palacete nesta mesma cidade, comarca do Rio das Mortes. Havia se tornado um homem muito rico, possuindo fazendas, áreas minerais e até mesmo teares e manufaturas clandestinas, uma vez que as fábricas tinham sido proibidas no Brasil por decreto de Dona Maria I. Além disso, possuía mais de trinta escravos que mineravam ouro em suas terras. A sua casa localizava-se na Rua do Sol e era uma das melhores, senão a melhor, da vila de São José. Construída com apenas um andar, possuía extraordinária mobília de cabiúna, como canapés e cadeiras de espaldar. Em sua biblioteca particular, tinha mais de cem volumes, sendo considerado um acervo grande para os padrões do tempo. Foi nesta casa que ocorreu o célebre batizado dos filhos de Alvarenga Peixoto, cerimônia celebrada pelo próprio padre Toledo. Gostava de jogar dados, mas tinha fama de não pagar a quem devia, inclusive à Real Fazenda.

Sabia persuadir os seus interlocutores e foi um dos que mais trabalhou em prol do movimento inconfidente, depois de Joaquim José da Silva Xavier. Quando ia para Vila Rica, sempre se hospedava na casa do seu amigo Tomás Antônio Gonzaga, como ocorreu no final de dezembro de 1788, por volta do Natal, época em que ocorreram as reuniões secretas decisivas. Era um homem muito influente e andava com a cabeça tonsurada. Neste mês, havia se dirigido ao bispo de Mariana, frei Domingos da Encarnação Pontevel, para apresentar a licença que ele conseguira junto à Mesa de Consciência a fim de realizar uma viagem para Portugal, onde pretendia resolver assuntos particulares. Pede ao bispo que, em sua ausência, ele nomeie o seu irmão, padre Bento Cortez de Toledo, para ocupar o seu posto na igreja.

Como todos os demais conjurados, também o padre Toledo possuía seus motivos particulares para fazer parte do movimento inconfidente. Temia o resultado de um processo, que corria em Lisboa contra ele, ou seja, a disputa das ricas terras de São Bento do Tamanduá. Uma derrota nos tribunais seria desastrosa para o sacerdote, que perderia muito dinheiro. Além disso, também se encontrava em débito com a Coroa. Uniu-se aos inconfidentes em dezembro de 1788, através de um convite feito pelo cônego Luís Vieira da Silva. Contudo, é certo que já sabia do levante muito antes disso, uma vez que no famoso batizado, fizeram até um brinde para ele, que em breve se tornaria bispo.

Em fins de 1788, esteve presente em algumas reuniões secretas que se organizaram em Vila Rica, sobretudo, na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Nestas reuniões, mostrou-se muito ativo e, dentre os clérigos, foi aquele que mais se entusiasmou pela possibilidade do Brasil se tornar independente de Portugal. Tinha algumas atitudes radicais. Em seu depoimento nos *Autos da Devassa*, ele afirmou que, na reunião principal, Tiradentes havia sugerido que se cortassem o pescoço de Barbacena. Ficou horrorizado com esta atitude tão intempestiva do alferes, que havia se prontificado, ele mesmo, a realizar tal tarefa. Quando puseram este tópico em votação, o padre Toledo foi contra, afirmando que o melhor seria apenas despachá-lo para fora da capitania. Todavia, esta sua tocante demonstração de piedade para com o próximo ficou nisso. Curiosamente, na mesma reunião, quando passaram a discutir que fim dariam aos portugueses residentes no Brasil, contrários à causa, o padre Toledo sugeriu que se matassem a todos! Alvarenga Peixoto julgou esta ideia brutal e propôs que apenas os expulsassem.

Leitor do abade Raynal, o padre Toledo não se cansava de citar aos seus companheiros de

conjuração as ideias pregadas por ele em sua obra *História da América Inglesa*. Este autor dizia que era justo os súditos se revoltarem contra os seus soberanos e, inclusive, dava dicas de como se fazer uma revolução. Entusiasmado com o movimento, o padre Carlos Correia de Toledo comprometeu-se em armar cem homens na sua cidade e buscar ajuda em São Paulo para o levante. Estava convencido de que o motim teria sucesso. Certa feita, dissera ao seu colega de batina, o padre José Lopes de Oliveira: “Os americanos-ingleses tinham menos recursos que nós, quando sacudiram o jugo”.

Após as reuniões do mês de dezembro de 1788, retornou para a vila de São José e se pôs a convidar algumas pessoas para fazer parte do movimento, como o seu irmão Luís Vaz de Toledo Piza e o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Tão logo percebeu que o sonho de uma pátria independente estava naufragando, pediu para seu irmão levar a Francisco de Paula Freire de Andrade a mensagem de que ele deveria iniciar o motim, “fosse como fosse”. É dele a célebre frase: “Mais vale morrer de espada na mão do que esmagados, como carrapato na lama”.

Regressando de Cachoeira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes trouxe-lhe a trágica notícia de que tudo estava irremediavelmente perdido. Assim que ouviu isso, imaginou que nada mais podia ser feito, a não ser fugir. Desesperado, destruiu todos os papéis que pudessem lhe comprometer e resolveu partir imediatamente para São Paulo, deixando a sua casa toda revirada, com os móveis revolvidos e documentos espalhados pelo chão. Era mais de meia-noite, quando montou em seu cavalo e se dirigiu à fazenda de Francisco Antônio, onde os dois passaram a madrugada em claro, discutindo que solução deveriam tomar. Na manhã do dia 24 de maio, após muito conversarem, separaram-se, cada qual decidido a fugir como pudesse. Contudo, o padre Toledo foi reconhecido na estrada pelo tenente Antônio José Dias Coelho, que havia se dirigido para aquela região com a sua patrulha a fim de prender Alvarenga Peixoto e, aproveitando o feliz acaso, prendeu também o padre Toledo. Em seu interrogatório, ele alegou que não estava fugindo, apenas partindo para São Paulo, onde pretendia comprar uma fazenda para o seu cunhado.

No primeiro depoimento que deu, procurou negar qualquer envolvimento com o levante, como os inconfidentes tinham combinado fazer, caso viessem a ser apanhados. Porém, em seu segundo interrogatório, a 27 de novembro de 1789, revelou tudo o que sabia, procurando salvar apenas Tomás Antônio Gonzaga. Perguntado a respeito, disse que só introduzia o nome do poeta para cooptar as pessoas, pois imaginava que assim seria mais fácil para as convencer. Descreveu não só quem participava do motim, bem como as reuniões secretas e muitos detalhes que os conjurados discutiam, quando estavam reunidos.

Como os demais réus eclesiásticos, a decisão de seu julgamento foi secreta e ele seguiu para Portugal sem saber que destino o aguardava. Condenado à morte na forca, a sua pena foi comutada para degredo. O padre Toledo permaneceu enclausurado na Fortaleza de São Julião da Barra até ser transferido para um convento. Por ordem de Dom João VI, que por esse tempo já ocupava o lugar de sua mãe, que enlouquecera, foi-se obrigado a fazer um “silêncio perpétuo” sobre o julgamento dos sacerdotes. O padre Toledo faleceu em 1803, sem ter retornado ao Brasil.

Padre José da Silva e Oliveira Rolim

O padre José da Silva e Oliveira Rolim nasceu no arraial do Tejuco^[34], comarca do Serro do Frio no ano de 1747. Portanto, ele tinha por volta de 42 anos em 1789. Por este tempo, vivia na casa de seu pai, o sargento-mor homônimo ao padre e que ocupava o importante posto de caixa da Real Administração dos Diamantes do Distrito Diamantino. Possuía três irmãos, Carlos, Plácido e Alberto.

Tratava-se de uma família muito abastada e o padre Rolim, certamente, era o conjurado mais rico se levarmos em conta apenas a liquidez e não os bens de raiz, como terras. Grande parte de sua fortuna originou-se da extração de diamantes e, ao que parece, de uma forma não muito honesta, pois ele era um notório contrabandista de pedras preciosas e grande traficante de escravos. Consta que o padre costumava “presentear” algumas autoridades para fazer vistas grossas às suas maracutaias. Também emprestava dinheiro a quem precisasse, cobrando juros escorchantes, e acabou sendo denunciado como um dos maiores corruptos de sua época.

Segundo o depoimento de Joaquim Silvério dos Reis, o padre Rolim somente se ordenou sacerdote para não ser punido pelo crime de ter deflorado a filha do tenente-coronel Simão Pires Sardinha, uma vez que os réus eclesiásticos tinham os seus crimes julgados por uma justiça à parte. Outros de seus detratores alegam que ele tomou ordens para escapar ao crime de assassinato, embora não haja qualquer prova a este respeito. Estudou no seminário de Mariana, onde conheceu o cônego Luís Vieira da Silva, seu professor e futuro colega inconfidente. Depois, transferiu-se para São Paulo, onde fez o Seminário Maior, mas não deve ter sido o melhor dos seminaristas. O historiador Joaquim Norberto afirmou que ele não nascera para a vida pacata dos religiosos, mas tinha o espírito talhado para grandes aventuras arriscadas. Por causa de seu comportamento pouco conveniente e conduta escandalosa com mulheres, foi acusado pelo governador dos paulistas, Lobo de Saldanha, de levar uma “vida dissoluta”. Tentou expulsá-lo da capitania, mas não conseguiu, pois Rolim foi protegido pelos clérigos e pelo próprio bispo.

Embora não haja qualquer retrato seu pintado por contemporâneos, temos uma boa descrição do padre Rolim feita pelo Visconde de Barbacena em uma carta que ele escreveu ao ministro Martinho de Melo e Castro. Segundo o governador, o padre Rolim era um sujeito magro e alto, pelo menos, mais alto do que a média ordinária dos homens. O seu rosto era comprido e claro, meio chupado e com uma cicatriz em uma das faces, prova de que ele vivia metido em pelejas. Tinha a testa grande, os olhos castanhos com as sobrancelhas um tanto arqueadas, nariz mediano, levemente arrebitado, beiços grossos, boca comprida a emoldurar dentes amarelos e encavalados uns sobre os outros. Andava com a cabeça tonsurada, tendo cabelo castanho, mais para escuro, embora já com alguns fios brancos, da mesma forma que a barba. Apresentava canelas finas e pés pequenos. Em resumo, era um homem feio. À falta de beleza devia ser compensada por outras virtudes. O padre Rolim era inteligente, muito esperto, valente e voluntarioso. Talvez fossem estes predicados que encantavam as mulheres que passaram pela sua vida. Teve diversos casos amorosos e o mais conhecido foi com a mulata Quitéria Rita, filha da célebre Chica da Silva, que havia sido escrava de seu pai. Naquele tempo, era comum os padres ocultarem as amantes sob o título de “afilhadas” ou mesmo “escravas”. Com esta jovem, o padre Rolim teve quatro filhos.

Em 1786, novamente o padre Rolim e seus irmãos viram-se metidos em encrenca. A Coroa portuguesa havia decidido abrir uma devassa na comarca do Serro para averiguar quais eram os reais motivos que estavam causando uma administração tão ruim na região diamantina. Rolim e seu irmão Plácido foram acusados de contrabando de diamantes, além de cometerem outros abusos. A tal ponto chegou a ousadia dos dois, que eles invadiram às ocultas a casa de Antônio Diniz da Cruz e Silva, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, a fim de roubar os documentos que os incriminavam. Por causa disso, o governador Luís da Cunha Meneses os expulsou da capitania das Minas Gerais, de modo que eles foram se refugiar na Bahia por algum tempo. Com a chegada do novo governador, o Visconde de Barbacena, Rolim e seu irmão começaram a aparecer publicamente, como se a expulsão deles tivesse sido revogada. O padre Rolim foi para o Rio de Janeiro, onde se encontrou com Tiradentes e José Álvares Maciel, no primeiro semestre de 1788. Evidentemente, conversaram muito sobre a possibilidade do levante. Pouco depois de Barbacena seguir para Vila Rica, o sacerdote também se dirigiu para lá, hospedando-se na casa de Domingos de Abreu Vieira. Nesse meio tempo, contratou o advogado Cláudio Manuel da Costa para pleitear a revogação do seu caso. Como o governador não deu resposta ao seu

pedido, o padre Rolim imaginou que ele o aceitara e não fez mais questão de se esconder.

Como os demais inconfidentes, também ele possuía motivos pessoais para participar da revolta. Como vimos, o padre Rolim vinha sendo perseguido pelas autoridades e impedido de continuar explorando o negócio dos diamantes e o tráfico de escravos. Em Vila Rica, participou de algumas reuniões, inclusive, da principal delas, ocorrida após o Natal de 1788 na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Em seu segundo depoimento no Rio de Janeiro, a 17 de abril de 1790, tomado na Fortaleza da Ilha das Cobras, alegou que, estando passando pela rua em que morava Francisco de Paula, resolveu entrar em sua casa e ali já encontrou reunidos o padre Toledo, Tiradentes e o próprio dono da residência. Pouco depois, teria chegado José Álvares Maciel e mandaram chamar Alvarenga Peixoto, que se achava na casa de João Rodrigues de Macedo. Então começaram a tramar um levante contra a Coroa.

Na verdade, ele era um elemento muito atuante na inconfidência mineira, embora quisesse ter dado a ideia a seus interrogadores, que teria entrado na casa de Francisco de Paula por acaso. Coube ao padre Rolim organizar duzentos homens, armados com espingardas, facas e até mesmo foices, para tomarem a região do Serro, considerada um território estratégico pelos inconfidentes. Estava convencido de que dominariam todo o Distrito Diamantino, marchando, posteriormente, para Minas Novas. Além do mais, o padre Rolim oferecera contribuir com cerca de 800\$000 (oitocentos mil réis), para comprar armas e pólvora secretamente no Rio de Janeiro. Contudo, sabia que isto não era suficiente. Enquanto esteve hospedado em Vila Rica na casa de seu amigo Domingos de Abreu Vieira, conseguiu convencê-lo a abrir os cofres para ajudar financeiramente com as despesas da munição, que os conjurados utilizariam num primeiro momento das batalhas.

Ao contrário de alguns outros conjurados, como Luís Vaz de Toledo Piza e Alvarenga Peixoto, que se entregaram sem resistência para a justiça, a prisão do padre Rolim apresentou lances formidáveis de perseguição, com direito a tiroteio e tudo mais. O bravo sacerdote resistiu o quanto pôde, ao lado do seu fiel escravo Alexandre, que tudo fez para defender a vida de seu senhor.

O capitão Manuel da Silva Brandão era o comandante do destacamento do Tejuco e, a 21 de maio de 1789, ordenaram-lhe que prendesse o padre Rolim. Como não conseguiu, foi substituído pelo tenente Antônio José Dias Coelho, conhecido por todos pela sua violência e crueldade. Ajudado por seus irmãos, Plácido e Alberto, o sacerdote refugiou-se na fazenda de seu pai, localizada no Arraial do Itambé. Com o auxílio de seu escravo Alexandre, eles construíram uma cabana no meio de um matagal cerrado e ali passaram a se esconder, certos de que não seriam incomodados pelos soldados. A intenção do padre Rolim era refugiar-se na Bahia, onde possuía alguns conhecidos que poderiam acoitá-lo; porém, não desejava se arriscar pelas estradas policiadas, principalmente agora que Barbacena havia divulgado o seu “retrato falado”, concitando à população para ajudar a prender aquele perigoso inconfidente. Antes de seguir para o norte do país, achou melhor deixar o cabelo e a barba crescer, pois seria mais difícil de ser reconhecido. Contudo, o seu esconderijo acabou sendo descoberto e o padre Rolim e seu escravo Alexandre foram obrigados a fugir pelo meio dos matos, indo buscar abrigo na choupana de um velhote quase cego, chamado João Francisco das Chagas, por alcunha, o “Conversa”. Ali permaneceram escondidos até outubro de 1789, sem terem notícias do que se passava no Arraial do Tejuco ou em Vila Rica. O sacerdote só saía de seu refúgio à noite, para caminhar pelos arredores da choupana, sempre com muita cautela, pois qualquer um poderia reconhecê-lo e denunciá-lo às autoridades. Enfim, os soldados descobriram o seu paradeiro, cercaram o casebre do velho “Conversa” e deram ordens para que o padre se rendesse. Este, porém, era brioso e não se entregou. Houve forte tiroteio, com balas zunindo sobre as cabeças, as espingardas deitando fumaça e cheiro de pólvora por toda parte. O escravo Alexandre foi ferido e precisou ser carregado pelos soldados ao ser preso. Mas o padre Rolim, miraculosamente, conseguiu fugir mais uma vez. Sem muita alternativa, refugiou-se na fazenda das Almas e, dois dias depois, quando estava prestes para seguir à Bahia, a 5 de outubro de 1789, acabou sendo preso debaixo

de novo tiroteio e remetido amarrado para Vila Rica.

O padre Rolim sofreu quinze interrogatórios, enquanto esteve preso em Vila Rica e no Rio de Janeiro. Só nesta última cidade, passou por três cárceres, inclusive, na Ilha das Cobras. Ele próprio confessou que mentiu em seus depoimentos e, indagado pelas autoridades por que havia procedido desta maneira, o sacerdote alegou que a sua vontade era prejudicar o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Rolim ficara sabendo que Francisco de Paula o havia denunciado em um de seus interrogatórios e, daí, a má vontade para com o colega inconfidente. Era vingativo o padre...

Num de seus depoimentos, ele afirmou que ficara sabendo do levante no dia 21 de dezembro de 1788, na casa de Francisco de Paula. Nesta data, o padre fora visitar o tenente-coronel e, queixando-se de que fizera um requerimento ao Visconde a fim de pedir permissão para poder regressar à capitania das Minas, pois ainda estava em vigência a ordem de expulsão expedida pelo antigo governador, Luís da Cunha Meneses, ouviu da boca de seu interlocutor a seguinte frase:

- Deixe estar, pois em breve o povo irá se levantar contra o governador.

Em seguida, Francisco de Paula teria pedido ao padre para convencer Domingos de Abreu Vieira, em cuja casa Rolim se achava hospedado, para ele entrar na conjura. Dias depois, o tenente-coronel foi visitar o sacerdote e lhe disse que já havia falado com o velho Domingos e ele aceitara.

Em outro interrogatório, o padre Rolim afirmou que mentira, quando disse que teria ouvido falar pela primeira vez no levante no dia 21 de dezembro. Na verdade, Francisco de Paula não lhe comunicara nada nesta ocasião. Apenas teria tomado conhecimento do motim no dia 26 de dezembro, data da reunião decisiva, quando fora visitar o tenente-coronel e ali já encontrara outros inconfidentes reunidos.

Como os demais sacerdotes, o padre Rolim foi condenado em sigilo e conduzido para Lisboa na fragata Golfinho a 24 de junho de 1792. Por quatro anos, permaneceu preso na Fortaleza de São Julião da Barra, sendo posteriormente transferido para o Convento de São Bento da Saúde. Em agosto de 1804, conseguiu autorização para retornar ao Brasil, onde viu o sonho dos inconfidentes se tornar realidade em 1822, embora não tenha tido qualquer participação no processo de independência do país. Faleceu a 21 de setembro de 1835, com a idade de 88 anos, na cidade de Diamantina.

José Lopes de Oliveira

De acordo com a primeira inquirição que o padre José Lopes de Oliveira sofreu no Rio de Janeiro, tomado na Fortaleza da Ilha das Cobras a 17 de junho de 1790, ele era natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (atual Barbacena). Neste depoimento, o padre confessou que possuía cinquenta anos de idade, ou seja, teria nascido por volta de 1740. Era filho de José Lopes de Oliveira, homônimo de seu pai, e de dona Bernardina Caetana do Sacramento. Tinha vários irmãos, dentre eles, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que também participara do movimento inconfidente. Consta que estudou em Coimbra, formando-se em Direito Canônico, embora tenha se ordenado padre no Brasil, antes de estudar em Portugal. Morava na Fazenda de Alberto Dias, onde passou a exercer o sacerdócio como capelão a partir de 1763, quando estava com pouco mais de 23 anos.

A sua participação no levante não foi grande e ele afirmou ter tomado conhecimento deste através de Joaquim Silvério dos Reis na segunda semana da quaresma de 1789. Silvério teria lhe informado a novidade, alegando que já se encontravam entrados no movimento muitas pessoas importantes, como Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Porém, sabe-se que, muito antes disso, ele já havia sido convencido a participar da conjura por instâncias de seu irmão, Francisco Antônio e do padre Carlos Correia de Toledo. Na verdade, o padre mentira em seu primeiro depoimento. Acareado com José Aires Gomes a 30 de outubro de 1789, no Quartel da Infantaria, o padre José Lopes de Oliveira confessou que

a primeira vez que ouvira falar em levante fora no mês de setembro de 1788, pela boca do coronel José Aires Gomes, que era casado com uma irmã do sacerdote, portanto, seu cunhado. O rico fazendeiro, que fora a primeira pessoa cooptada por Tiradentes, quando este se hospedara em sua fazenda ao regressar do Rio de Janeiro, onde conversara muito com José Álvares Maciel, dissera ao padre que se aguardava na corte uma armada francesa e que muitos moradores daquela cidade já estavam prontos para seguirem o partido francês. Na certa, José Aires Gomes repetia as palavras que ouvira do alferes. Acareado com o padre, afirmou que aquele encontro não havia se passado daquela forma e que José Lopes de Oliveira estaria mentindo. De acordo com a sua versão da história, a “verdade sólida” era a seguinte. Certa ocasião, viajando na companhia do padre José Lopes de Oliveira para uma de suas fazendas, ouviu deste a pergunta: “Ora, meu compadre, se o Rio de Janeiro fosse invadido pelos franceses e mandassem tropas cá de Minas, e você fosse como coronel, e lá vencessem os franceses, de qual lado você ficaria?” José Aires Gomes disse que respondeu sem pestanejar que ficaria sempre do lado dos portugueses, defendendo firmemente o seu rei. A acareação entre os dois foi longa e um acusou o outro de estar mentindo.

Condenado à morte pela Alçada e sequestro de todos os seus bens, a sua pena também foi comutada para exílio e manteve-se em sigilo, como a dos demais padres. Enviado para a Fortaleza de São Julião da Barra, acabou falecendo em 1796, quatro anos após a sua chegada a Portugal.

Cônego Luís Vieira da Silva

O cônego Luís Vieira da Silva nasceu no arraial de Soledade (atual Lobo Leite), capela filial a Congonhas do Campo, no ano de 1735. Tinha, portanto, 54 anos quando se iniciaram as prisões dos inconfidentes em 1789. Seus pais eram portugueses, que haviam se casado no Brasil. Em 1750, quando tinha quinze para dezesseis anos, entrou no seminário menor de Mariana, onde estudou até 1752, seguindo para completar seus estudos (seminário maior) em São Paulo no colégio jesuíta, graduando-se em Filosofia e Teologia Moral. Aí permaneceu até 1757, quando retornou para Mariana, onde passou a lecionar Filosofia no Seminário Episcopal, posto que ocupou até a data em que foi preso.

Ordenou-se sacerdote a 21 de março de 1759 pelo bispo da diocese, Dom Frei Manuel da Cruz. Durante algum tempo, ocupou o cargo de vigário interino na vila de São José Del Rei, transmitindo a função efetiva para o padre Carlos Correia de Toledo. Morava na cidade de Mariana na companhia de sua mãe e de duas irmãs solteiras. Consta que o cônego Luís Vieira da Silva possuía uma amante, cujo nome se ignora, e sabe-se que ele tinha uma filha, dona Joaquina Angélica da Silva, que fora casada com um médico em Vila Rica, abandonando-a posteriormente. Nunca foi um homem rico, como alguns de seus colegas eclesiásticos que participaram da inconfidência. Gostava de fumar, vivia sempre bem barbeado e tinha o costume de andar carregando armas.

No mês de julho de 1780, abriu-se uma vaga ao cargo de canonicato e Luís Vieira da Silva resolve se candidatar ao posto. Através de uma Carta Régia datada de 20 de setembro de 1781, ele foi provido naquela função, mas só receberia a distinção algum tempo depois. Na verdade, ele possuía alguns inimigos e um deles, o cônego Santa Apolônia, talvez movido por ciúmes de sua inteligência superior, talvez pela vida uma tanto fora dos padrões que o colega levava, tendo mulher e filha, acusou-o de simonia e de corrupção e favorecimentos ilícitos como examinador em concursos paroquiais. Isto foi o suficiente para impedir a posse de Luís Vieira da Silva ao canonicato. Apresentando recurso à Coroa contra a devassa que fora aberta, ele foi defendido de maneira brilhante por Tomás Antônio Gonzaga e nomeado definitivamente como cônego da Sé de Mariana, tornando-se secretário do cabido.

O cônego Luís Vieira da Silva possuía uma inteligência excepcional e era, certamente, um dos

homens mais bem informados do Brasil naquele tempo. Muitos, inclusive, consideram-no a maior figura intelectual das Minas no século XVIII. Sabe-se que foi um excelente orador, pois, nas principais ocasiões solenes, ele era sempre escolhido para falar ao público. Ignora-se se tinha um bom caráter e como procedia em sua vida, cuja biografia demonstra algumas falhas de conduta. Certo mesmo, é que o cônego apresentava o temperamento bastante firme, conforme se pode ler em sua defesa nos *Autos da Devassa*.

Embora não fosse rico, o cônego Luís Vieira da Silva possuía uma extraordinária biblioteca. Praticamente todo dinheiro que conseguia, ele ia investindo em livros, formando o maior acervo que se tem notícia no Brasil daquele tempo. Ao todo, eram mais de oitocentos volumes, um número verdadeiramente assombroso para os padrões da época. Só para se comparar, o filósofo Kant possuía cerca de trezentas obras e Spinoza, algo em torno de cento e sessenta. Muitos de seus livros entraram clandestinamente no país, pois se tratavam de obras proibidas nos domínios portugueses. Quase metade delas estava escrita em latim, cerca de noventa em francês, trinta em português, vinte e quatro em inglês e algumas em italiano e espanhol, o que demonstra que o cônego também era poliglota. Contudo, o valor de sua biblioteca não reside apenas na quantidade das obras, mas na qualidade. Trata-se de livros escolhidos a dedo por uma pessoa que conhecia o que havia de melhor no mercado editorial do tempo.

Até hoje, discute-se qual teria sido o verdadeiro papel do cônego Luís Vieira da Silva no movimento inconfidente. O historiador Oíliam José o coloca como sendo o segundo conjurado mais importante, atrás apenas de Tiradentes. Márcio Jardim vai mais longe e acredita que o sacerdote teria sido o principal líder da inconfidência, ao lado de Gonzaga, sendo não apenas o criador do movimento, mas o seu principal intelectual e estrategista. Outros estudiosos do tema colocam-no como tendo uma participação apenas discreta no levante, o que me parece um ponto de vista errôneo. Seja como for, o cônego Luís Vieira da Silva foi, certamente, um dos primeiros articuladores do movimento. Há informações de que, desde 1781, ele já cogitava na rebelião. De acordo com o depoimento de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, ele havia idealizado tal projeto, pelo menos, há uns oito anos, falando a respeito destes planos a seus alunos de Filosofia. Na sua maneira de entender, Portugal não teria direitos sobre o Brasil, pois nada gastara com a conquista do país. Quando precisaram defender a terra, foram os próprios brasileiros quem libertaram a colônia dos holandeses e também dos franceses. Sempre que possível, discorria em suas palestras sobre a independência dos Estados Unidos. Era apaixonado pela história americana e admirava profundamente os colonos ingleses da América, que haviam conseguido levar a bom termo o seu ideal de pátria livre.

Há quem diga que ele também era maçom e pertenceria a uma loja maçônica existente em Vila Rica em 1788 e 1789, embora não haja qualquer prova a respeito disso. Sempre que viajava para aquela cidade, ficava hospedado na casa de João Rodrigues de Macedo, como ocorrera entre os dias 22 e 24 de dezembro de 1788, quando o cônego teria aproveitado para participar de algumas reuniões secretas entre os inconfidentes.

Em março de 1789, o cônego Luís Vieira da Silva esteve em Vila Rica por ocasião das exéquias do príncipe Dom José, a fim de pronunciar, na Matriz do Pilar, a oração fúnebre do falecido. No dia seguinte, aproveitou para jantar na casa do poeta e amigo Cláudio Manuel da Costa, onde também estavam presentes Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, o intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, entre outros. Em certo momento que o intendente estava à janela, pois não se falava sobre a conjura na sua frente, os demais inconfidentes foram à varanda para falar do levante e foi então que o cônego soube da denúncia feita por Joaquim Silvério dos Reis e que a ocasião para o motim havia se perdido com a suspensão da derrama.

O cônego Luís Vieira da Silva foi preso a 23 de junho de 1789 pelo ajudante de ordens Antônio Xavier de Resende na cidade de Mariana e conduzido para a Casa dos Reais Contratos, uma vez que os sacerdotes possuíam o privilégio de não permanecerem presos em cadeias com criminosos comuns. Curiosamente, foi vizinho de cela de Cláudio Manuel da Costa e, a 3 de julho, permitiram que o cônego

prestasse assistência religiosa ao amigo. No dia seguinte, este seria encontrado morto, pendurado pelo pescoço. Transferido ao Rio de Janeiro em setembro, primeiro encarcerado na Ilha das Cobras e, depois, levado para uma cela no Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, o cônego insistiu em negar a sua participação no movimento inconfidente em todos os seus depoimentos. Talvez por isso mesmo, não tenha sido condenado à morte, mas a sua sentença sigilosa apenas o condenava a degredo perpétuo para as ilhas de Santiago e Príncipe, além de ter todos os seus bens sequestrados, incluindo a biblioteca. Como os demais réus eclesiásticos, seguiu para Portugal, onde permaneceu por quatro anos na Fortaleza de São Julião da Barra, sendo, posteriormente, transferido para o Convento de São Francisco da Cidade, onde se manteve até o ano de 1802. Parece que lá também fez alguns inimigos no clero e se envolveu em outros tantos escândalos. Em 1804, recebe permissão para regressar ao Brasil, tendo desembarcado no Rio de Janeiro somente em 1805, aos 70 anos de idade. Até hoje, ignora-se a data e o local de seu falecimento, sendo que alguns autores acreditam que ele teria morrido por volta de 1809 na cidade de Angra dos Reis.

Padre Manuel Rodrigues da Costa

O padre Manuel Rodrigues da Costa nasceu no arraial de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós[35], comarca do Rio das Mortes, em 1754. Tinha, portanto, 35 anos na época da inconfidência. Ordenou-se na cidade de Mariana e morava com sua mãe idosa, dona Joana Teresa de Jesus, na fazenda do Registro Velho, caminho entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, próximo à freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, e posto quase obrigatório de parada para os viajantes. Vivía de suas ordens, conforme declarou em seus interrogatórios.

A sua participação no movimento da inconfidência foi muito diminuta e ele deve ter sido condenado, principalmente, por possuir notícias do levante e não ter feito a denúncia, como era a sua obrigação de súdito leal. Não se sabe se o padre Manuel Rodrigues da Costa participou de alguma das reuniões secretas, ocorridas, sobretudo, na segunda quinzena de dezembro de 1788. Tomou conhecimento da conjuração através de Tiradentes, quando este retornava de sua viagem ao Rio de Janeiro, onde havia se encontrado com José Álvares Maciel. O alferes voltou da corte entusiasmado com o que ouvira do jovem estudante e, onde quer que parasse, tentava convencer um ou outro a aderir ao motim que faria do Brasil uma pátria livre. Tendo se hospedado em sua fazenda do Registro Velho, Joaquim José logo colocou o bom sacerdote a par de tudo. A princípio, pôs-se a se queixar do governo e dos governadores, que vinham a esta terra apenas para enriquecer e voltavam sempre mais gordos para a metrópole. Depois, passou a exaltar as riquezas do país, afirmando que, na Europa, as pessoas estavam mesmo muito surpresas pelo fato do Brasil ainda não ter se levantado contra Portugal, como ocorrera com os ingleses na América. Por fim, Tiradentes concluiu dizendo que, se tivesse apoio, haveria de colocar as Minas livre. Ao ouvir o alferes pronunciando tamanhos disparates, falando sobre assunto tão delicado com tamanha “soltura”, o padre Manuel Rodrigues da Costa tentou dissuadir o hóspede daquela ideia maluca, que haveria de perdê-lo.

Dias depois, o sacerdote resolveu procurar seu vizinho, o coronel José Aires Gomes e lhe perguntou se ele já sabia o que o alferes Joaquim José da Silva Xavier andava espalhando por toda parte. Respondeu o fazendeiro que Tiradentes já havia lhe dito tudo aquilo e que o próprio governador já tinha conhecimento da causa. Surpreso, o padre Manuel Rodrigues da Costa indagou:

- E por que não toma nenhuma providência?
- Tomará a seu tempo. – respondeu o amigo.

Alguns meses depois, o alferes partiu em outra viagem para o Rio de Janeiro. Seria a última vez que passaria por aquele caminho e se dirigiu novamente à fazenda do Registro Velho. Disse ao padre que

iria à corte a fim de tratar do projeto de canalização dos rios Andaraí e Maracanã e aproveitou para lhe mostrar alguns papéis a respeito disso. Depois, entrou a falar sobre o seu assunto predileto, a liberdade do Brasil, e confiou ao sacerdote que iria procurar alguns contatos importantes para dar andamento ao plano. Assustado, o padre Manuel Rodrigues da Costa retrucou:

- O demônio anda lhe tentando a fazer alguma desordem e por causa disso ainda irão lhe cortar a sua cabeça!

Tiradentes sorriu, imaginando que se tratasse de uma pilhéria do amigo.

De acordo com a sentença dada em sigilo aos réus eclesiásticos, o padre Manuel Rodrigues da Costa foi condenado ao degredo perpétuo para as Ilhas de Santiago e Príncipe, mas sua pena foi comutada e ele seguiu com outros sacerdotes para Lisboa, onde permaneceu por quatro anos preso na Fortaleza de São Julião da Barra. Após este período, foi transferido para outros conventos em Portugal. Perdoado pelo seu crime de lesa-majestade, chega ao Brasil em janeiro de 1805. Entra para a política, obtendo uma cadeira de deputado eleito por Minas na Assembleia Constituinte de 1823 e também em 1826, embora não tenha tomado posse nesta última, devido à idade avançada. Faleceu bastante idoso, com quase 90 anos, a 19 de janeiro de 1844 na cidade de Barbacena, sendo o último inconfidente a morrer. Como testemunha ocular dos fatos, deixou textos importantes sobre a conjuração, afirmando que Gonzaga não teria participado do movimento e que Tiradentes era a alma da revolução. A presença do alferes era sempre agradável e ele era um sujeito muito simpático.

Reuniões secretas

Quando Tiradentes retornou de sua viagem ao Rio de Janeiro no segundo semestre de 1788, encontrou o movimento pela libertação do país bem mais adiantado do que quando partira. O Visconde de Barbacena já havia assumido a administração da capitania no lugar do terrível Luís da Cunha Meneses e corria o boato de que o novo governador vinha com as famosas “instruções” do Ministro da Marinha e Ultramar, Dom Martinho de Melo e Castro, para aplicar a derrama. Tão logo assumiu o governo, Barbacena reuniu os membros da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda a fim de realizar um balanço geral. Isto deixou toda a capitania assustada, pois as pessoas sabiam que as minas se achavam cada vez mais exauridas e a população não teria como pagar os quintos atrasados, que vinham se acumulando ano a ano. Sobretudo, muitos dos homens mais importantes e abonados do território mineiro, que eram justamente os indivíduos mais endividados, começaram a temer pela sua sorte. Afinal, se a derrama fosse cobrada, inúmeros deles iriam à falência.

Foi este contexto favorável, que Tiradentes encontrou em Vila Rica, quando regressou do Rio de Janeiro. José Álvares Maciel e o alferes já haviam cooptado Francisco de Paula Freire de Andrade e, em pouco tempo, uniram-se a eles o padre Carlos Correia de Toledo, o padre Rolim, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto. Muitas conversas sigilosas devem ter ocorrido durante o mês de dezembro e, como precisavam decidir inúmeras questões relativas ao levante, os inconfidentes passaram a se reunir secretamente na calada das noites. Francisco de Paula cedeu a sua residência para que os conjurados pudessem discutir estes assuntos tão delicados e é provável que também tenham ocorrido tais conventículos nas casas de Cláudio, Gonzaga e até mesmo no palacete de João Rodrigues de Macedo.

Certas mesmo foram as reuniões secretas na casa de Francisco de Paula. Não se sabe quantas vezes os inconfidentes se reuniram no mês de dezembro, mas devem ter se encontrado em inúmeras oportunidades. O padre Toledo e o padre Rolim vieram a Vila Rica exatamente para isso. A desculpa dada pelo primeiro foi que ele se dirigia à cidade de Mariana, onde iria solicitar do bispo licença para

viajar a Portugal, enquanto que o segundo alegava ter vindo para a capital mineira a fim de revogar uma ordem de banimento da capitania, decretada contra ele por Luís da Cunha Meneses.

Em um de seus depoimentos, o padre Toledo alegou que a primeira reunião decisiva ocorrera pelas “oitavas do Natal”, enquanto que o padre Rolim afirmou que ela teria se verificado a 21 de dezembro de 1788. Após esta, seguiram-se outras, sendo que a mais importante de todas aconteceu no dia 26 de dezembro.

Logo, alguém sugeriu que seria necessária a presença de um líder, um chefe incontestado que unisse o grupo. Evidentemente, todos sabiam que o cabeça natural do movimento, o membro mais ativo e corajoso, era o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Porém, a vaidade daqueles homens, quase todos possuindo mais estudos, patentes elevadas, e ocupando cargos de maior prestígio dentro da sociedade mineira, impediu que eles se subordinassem a um homem como Tiradentes. Alvarenga Peixoto declarou imediatamente que não precisavam de líderes, mas todos seriam “cabeças num mesmo corpo”. Isto foi o que ficou decidido, enquanto os conjurados tramavam os planos da inconfidência mineira. Curiosamente, quando todos foram presos e se iniciaram os interrogatórios, nenhum deles se lembrou disso, e passaram a acusar Tiradentes como sendo o principal chefe da conjuração. Naqueles encontros sigilosos reuniam-se a nata da intelectualidade mineira do final do século XVIII e, com certeza, em virtude de seus escassos estudos, Joaquim José deve ter se sentido humilhado em inúmeras oportunidades por muitos de seus companheiros de levante, alguns dos quais não gostavam dele, como Tomás Antônio Gonzaga, que era seu inimigo declarado. Cláudio Manuel da Costa o achava uma “pessoa de fraco talento”, tendo alegado em seu depoimento que “nunca serviria para se tentar com ele facção alguma”. Teria mesmo chamado o alferes de “tapado” em certa oportunidade, de acordo com o depoimento de Alvarenga Peixoto. Gonzaga dizia que Tiradentes era “um homem que podia fazer muito mal à gente pelo seu fanatismo” e Vicente Vieira da Mota, o guarda-livros de João Rodrigues de Macedo, julgava-o “um homem perigoso”.

Dentre todas as reuniões, a mais importante e a que possuímos maiores informações aconteceu no dia 26 de dezembro de 1788, ou seja, a noite seguinte após o Natal. Ocorrera na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e estiveram presentes seis conspiradores: Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, padre José da Silva e Oliveira Rolim, padre Carlos Correia de Toledo, Joaquim José da Silva Xavier e o próprio anfitrião. Todos tinham motivos pessoais para empunharem armas contra a metrópole e lutarem pela liberdade da pátria. Maciel estava para perder o patrimônio de sua família, Tiradentes indignava-se por nunca ter sido promovido como militar, Francisco de Paula sabia que estava para perder o seu posto, caso Barbacena efetivasse a reestruturação das tropas, conforme se comentava. Alvarenga Peixoto, sempre endividado, enxergava no levante uma boa oportunidade para dar um calote em seus credores, o padre Rolim continuava sendo perseguido pelas autoridades, impedido de dar sequência aos seus lucrativos negócios de contrabando de diamantes e tráfico de escravos, enquanto que o padre Toledo temia perder parte de seus bens em virtude de um processo que corria contra ele em Portugal. Dentre os principais inconfidentes que se achavam em Vila Rica, estranham-se as ausências de Cláudio Manuel da Costa, que foi convidado, mas não compareceu e de Tomás Antônio Gonzaga, que parece ter chegado tarde, quando tudo já estava decidido e muitos já teriam ido embora.

Os inconfidentes esperaram escurecer, pois assim seria mais fácil se dirigir à casa de Francisco de Paula sem chamar muita atenção. Era uma noite chuvosa, o que ajudou a espantar os curiosos das ruas. Em meio à quase completa escuridão, os conjurados foram chegando ao local da reunião, encobertos por casacos de golas altas e enfiados debaixo de amplos chapelões. Os primeiros a aparecer foram Tiradentes e o padre Toledo. Pouco depois, surgiu o padre Rolim que, em seu depoimento, disse que ali entrara apenas porque vira luz na janela e desejava falar com Francisco de Paula a respeito da questão do seu banimento da capitania. Logo após, adentrou à sala José Álvares Maciel e o anfitrião pediu para que ele se sentasse junto aos outros. Todos se achavam entusiasmados e discutiam as possibilidades de

sucesso do levante, posto que o povo estava por demais descontente em virtude do boato que corria pela cidade de que o Visconde iria aplicar a derrama.

Estavam prontos para dar início à reunião, quando alguém se lembrou de que Alvarenga Peixoto se achava na cidade, em casa de João Rodrigues de Macedo. Não o haviam avisado? Evidentemente que sim. Talvez ele ainda não tivesse terminado a ceia ou não queria se aventurar debaixo de toda aquela chuva. O padre Toledo pediu uma pena, papel e tinta para Francisco de Paula e escreveu um bilhete curto, que mandou um escravo da casa entregar no palacete do antigo contratador.

Alvarenga Peixoto encontrava-se jogando gamão com João Rodrigues de Macedo e recebeu o bilhete das mãos de Vicente Vieira da Mota. Eram duas linhas e dizia o seguinte: “Alvarenga, estamos juntos e venha você já. Amigo Toledo”. O poeta respondeu ao próprio portador que iria tão logo a chuva diminuísse.

Quando Alvarenga Peixoto chegou, Tiradentes já havia exposto as ideias de seu plano, de modo que lhe resumiram tudo o que ficara definido. O primeiro ponto acertado foi a data para se dar início ao levante. Não marcaram um dia específico, mas decidiram que o momento certo para a rebelião começar seria logo após Barbacena ter decretado a cobrança da derrama, pois sabiam que, dessa forma, teriam o apoio da população insatisfeita com mais este tributo. Segundo os boatos que corriam por Vila Rica, o Visconde pretendia decretar a derrama no mês de fevereiro de 1789. Ninguém melhor do que José Álvares Maciel para descobrir isso, pois morava no próprio palácio da Cachoeira, residência oficial do governador, ocupando a função de tutor dos filhos de Barbacena. Tão logo tivesse certeza da data, avisaria os demais inconfidentes e a senha combinada era a seguinte: “Tal dia é o batizado”.

Houve alguma hesitação se a revolta deveria ter início na cidade do Rio de Janeiro ou em Vila Rica. Na verdade, surgiu um impasse. A vontade de Francisco de Paula era que a rebelião tivesse início na corte, confiante nas palavras de Tiradentes de que havia muita gente ali trabalhando pela liberdade da pátria. Porém, o alferes sabia que isto não era exatamente a verdade e batia-se pela tese de que o motim deveria começar nas Minas, por serem os povos que mais sofriam com os impostos. Com a chegada de Alvarenga, fizeram uma votação e a proposta de Joaquim José saiu vitoriosa.

Na noite em que o povo tivesse tomado conhecimento da derrama, Tiradentes e mais alguns homens, com armas escondidas debaixo dos casacos, começariam a bradar pelas ruas de Vila Rica palavras de ordem como “viva a liberdade” e “viva a república”. Naturalmente, a curiosidade popular atrairia às pessoas para as ruas a fim de ver o que estaria provocando tamanha baderna. Para pôr fim às arruaças, os Dragões seriam convocados, mas o tenente-coronel Francisco de Paula deixaria a confusão se estender por algum tempo, para que Tiradentes pudesse ir à Cachoeira decapitar o governador. Assim que ele retornasse, Francisco de Paula indagaria à multidão qual era a sua vontade. No meio do povo, Joaquim José ergueria a cabeça decapitada de Barbacena e gritaria: “liberdade!”. O tenente-coronel responderia que se tratava de uma reivindicação justa. Após a cidade ter sido tomada pelos conjurados, seria proclamada a república e lida a declaração de independência. Nesta primeira parte das ações, o único ponto que não houve unanimidade por parte dos inconfidentes foi aquele que dizia respeito ao destino de Barbacena. O padre Toledo era contra matar o homem. Em sua opinião, seria melhor apenas expulsá-lo do país, depois dele ter escrito uma carta a Portugal, explicando que, na capitania de Minas, já não se precisava de governadores.

Durante a reunião, alguém lembrou que o novo país necessitaria de uma bandeira. Alvarenga Peixoto sugeriu que se utilizasse a imagem de um índio arrebrandando grilhões, mas parece que a sua proposta não foi muito levada a sério. Os inconfidentes preferiram a ideia de Tiradentes, que propôs um triângulo vermelho, simbolizando a Santíssima Trindade, sobre um fundo branco. Alvarenga Peixoto recomendou então que se utilizasse a frase “Libertas Quae Sera Tamem”, liberdade ainda que tardia, cuja sugestão foi aprovada por todos. Embora houvesse entre os conjurados indivíduos simpáticos à monarquia, eles decidiram que o novo país seria uma república nos moldes dos Estados Unidos da

América. Concordaram que o Brasil precisaria de fábricas de tecidos, de pólvora e de ferro. A capital da república seria em São João Del Rei e, em Vila Rica, haveriam de construir uma universidade. O ouro teria cotação de 1\$500 a oitava e a exploração dos diamantes seria livre a quem se interessasse. Chegaram mesmo a propor que se queimassem todos os documentos dos cartórios, para dar início à vida nova.

Em seguida, cada inconfidente ficou incumbido de uma tarefa. Por ser muito querido por todos os seus soldados, Francisco de Paula tinha as tropas em suas mãos. Disse que iria falar com Domingos de Abreu Vieira, para que ele se encarregasse de comprar duzentos barris de pólvora. O padre Rolim alegou que também poderia arrumar alguma pólvora e se comprometeu a conseguir apoio não só do arraial do Tejuco, mas de toda a região do Serro. José Álvares Maciel afirmou que o melhor mesmo seria construir uma fábrica de pólvora para o abastecimento dos exércitos durante a guerra e se colocou à disposição para tal empreitada. Afinal, a luta contra a Coroa não seria fácil e ele estimava que as batalhas pudessem durar dois ou três anos. Alvarenga Peixoto declarou que possuía na região do Vale do Rio Verde cerca de quatrocentos ou seiscentos “pés-rapados”, que poderiam servir para o início dos combates, enquanto que o padre Toledo encarregou-se de arranjar outros tantos cem homens que, certamente, atenderiam a um pedido seu. Também sugeriu que se cortassem as cabeças de todos os portugueses que não aderissem ao movimento, o que não parece uma atitude muito piedosa e digna de um sacerdote, embora ele tivesse opinado, pouco antes, que não deveriam decepar o Visconde de Barbacena. Tiradentes queria para si as tarefas mais difíceis e arriscadas, como prender ou matar o governador, e continuaria pregando a ideia da revolução a quantas pessoas pudesse.

Outro ponto discutido foi o problema da escravidão. O que deveria ser feito com os negros escravos? Quanto a este tema, os inconfidentes estavam divididos. Tal divisão não se deu porque uma parcela dos conjurados se sentisse tocada por questões humanitárias e desejaria libertá-los, da mesma forma que se libertaria a pátria. Longe disso. Na verdade, os inconfidentes temiam que os escravos, os quais formavam a maior parte da população mineira, ficassem do lado dos portugueses. Para evitar o perigo desta oposição, alguém sugeriu que todos deveriam ser libertados. Porém, José Álvares Maciel foi radicalmente contra, alegando que a economia das Minas não se sustentaria sem o trabalho da mão-de-obra escrava. Além do mais, dar liberdade aos negros equivaleria a prejudicar financeiramente pessoas que estavam apoiando a revolução, como os fazendeiros, mineradores e todos mais que possuíssem escravos, um bem relativamente caro no tempo. Chegou-se a cogitar a libertação apenas dos mulatos, mas esta solução também não foi a ideal. Por fim, resolveram deixar para decidir este problema após o levante ter obtido sucesso.

A certa altura da reunião, Tiradentes perguntou a José Álvares Maciel se seria possível se fabricar ferro na capitania das Minas. O jovem respondeu afirmativamente, deixando o alferes bastante animado. Já na rua, quando retornavam para suas casas, Joaquim José da Silva Xavier perguntou ao amigo:

- E também temos condições de fabricar pólvora?

- Sim, mas como não temos salitre, o produto final ficará muito caro.

Os olhos de Tiradentes refulgiram. Com o coração acelerado, exclamou:

- Mas nós temos salitre em Minas Novas!

José Álvares Maciel disse-lhe que não era verdade e continuaram pelo caminho escuro, conversando sobre o levante. Alguns dias depois, o alferes encontrou-se novamente com ele e lhe mostrou um pedaço de tijolo que trazia consigo, coberto de bolor. O jovem sorriu, afirmando que aquilo não era salitre.

Entre os últimos dias de dezembro e o primeiro trimestre de 1789, ocorreram muitas reuniões secretas nas casas de Gonzaga, Cláudio e Francisco de Paula. A 11 de setembro de 1788, falecera o infante Dom José, Príncipe do Brasil. As cerimônias fúnebres só ocorreram em Vila Rica no mês de

março do ano seguinte e o cônego Luís Vieira da Silva veio à cidade para pregar um sermão, uma vez que era considerado um dos maiores oradores sacros da capitania. Tomás Antônio Gonzaga o recebeu em sua casa, ao lado de outros inconfidentes. Foi nesta ocasião que o cônego perguntou ao poeta como andava o movimento e ele lhe deu aquela célebre resposta:

- A ocasião para o levante perdera-se.

Gonzaga sabia que Barbacena tinha suspendido a derrama e já se encontrava oficialmente na posse das informações da conjura, delatadas por Joaquim Silvério dos Reis. É possível que Cláudio Manuel da Costa não estivesse presente nesta reunião; porém, desejando dar seu abraço ao amigo cônego, convidou-o para jantar em sua residência na ladeira do Gibu no dia seguinte. E outra vez, os conjurados aproveitaram para se reunir e falar da rebelião. Dentre os convidados, encontrava-se o intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, o qual não fazia parte do movimento e, portanto, não se falava nada do levante na sua frente. Nesta ocasião, Tomás Antônio Gonzaga teve uma forte crise de cólica biliar e precisou sentar-se nas escadas para descansar, embrulhado em seu capote de baeta cor de vinho. Enquanto Pires Monteiro permanecia dentro da casa, alguns inconfidentes dirigiram-se à varanda para tratar da conjuração.

Uma das últimas reuniões secretas aconteceu na Chácara do Cruzeiro, propriedade de Francisco de Paula Freire de Andrade, quando este ofereceu um almoço dominical. Dentre os convidados, achavam-se presentes Joaquim José da Silva Xavier, o padre Toledo, o padre Rolim, José Álvares Maciel e outros conjurados. Tiradentes dizia a todos que, no Rio de Janeiro, o desejo de ver o Brasil livre do jugo português era tão grande quanto em Minas. Além disso, afirmava que já havia muitas pessoas preparadas para pegar em armas, apenas esperando a ordem de Francisco de Paula. Este sugeriu ao alferes que se dirigisse à corte e de lá trouxesse o reforço necessário a fim de darem início ao motim. Joaquim José não concordou, alegando que a presença de tropas de fora poderia dar ideia aos mineiros mal informados da revolução, que esta gente teria vindo lutar a favor do governo contra os rebeldes. No fundo, o alferes sabia que não existia praticamente apoio algum na corte e tentava persuadir o seu tenente-coronel do contrário. Alvarenga Peixoto, que chegara no meio do almoço, apoiou a ideia de Tiradentes, declarando que a honra do início do levante deveria caber às Minas. É possível que Francisco de Paula tenha condicionado iniciar a rebelião, somente depois de ter confirmado o apoio dos cariocas. Talvez por isso, sem alternativa, o alferes tenha partido para o Rio de Janeiro naqueles momentos cruciais, justamente quando Joaquim Silvério dos Reis se aprontava para fazer a sua denúncia ao Visconde de Barbacena.

Começam as denúncias...

O mês de fevereiro de 1789 chegou e passou, sem que a tão temida derrama fosse decretada pelo governador, como se especulava. Isto deixou os inconfidentes com a pulga atrás da orelha. Será que Barbacena já estaria sabendo de tudo e resolvera adiar a cobrança daquele imposto por causa disso? Nenhum dos conjurados conseguia mais dormir tranquilo, pois eles temiam a severa punição que os aguardava, caso o Visconde viesse a descobrir tudo. Agora era tarde e não havia mais como voltar atrás. Sem saber que atitude tomar, pois Francisco de Paula parecia não querer assumir mais riscos, enquanto não tivesse a certeza de que o apoio revolucionário viria do Rio de Janeiro, Tiradentes decide partir para a capital do país, a fim de tentar conseguir auxílio de seus colegas de farda para a causa. Espalhou que iria fazer uma viagem até a corte, dando uma vaga desculpa de que precisava resolver assuntos particulares. No entanto, desejava sondar qual seria o real estado de ânimo dos cariocas no que dizia respeito à conjuração e procurar fazer alguns contatos importantes, tentando arregimentar não só homens,

mas também armas e munição.

Como já ficou dito, Joaquim Silvério dos Reis andava muito desgostoso com a Coroa, pois ficara sabendo que a rainha, Dona Maria I, estava pensando em extinguir o seu regimento. Ora, ele havia tido enormes despesas para fardar a sua tropa, sem contar outros gastos, e agora ela seria suprimida, de maneira que Silvério perderia a sua patente de coronel de regimento de cavalaria auxiliar. Tendo se queixado com Luís Vaz de Toledo Piza sobre isso, este lhe confiou os planos dos inconfidentes e Silvério agradeceu a Deus por ter tomado conhecimento de tudo. Quando teve a certeza de que seria obrigado a pagar a sua enorme dívida com a Real Fazenda, decidiu trair seus companheiros, pois ele também fora conjurado, e só então resolveu fazer a sua delação.

Certamente, Joaquim Silvério dos Reis não pregou o olho ao longo da madrugada de 14 para 15 de março de 1789. Que deveria fazer? Permanecer fiel aos companheiros inconfidentes e aguardar por um sucesso duvidoso do motim ou usar o único trunfo que possuía no momento, ou seja, contar tudo o que sabia ao Visconde? Tal gesto provaria a sua fidelidade de súdito leal e era bem possível que ele recebesse o perdão de suas dívidas por sua dedicação à Rainha.

Seja como for, na manhã de 15 de março de 1789, dirigiu-se resoluto ao palácio de Cachoeira, onde Barbacena residia com a sua família e lhe narrou não só todos os detalhes da conspiração, como também citou o nome de inúmeros conjurados. É provável que o governador já soubesse de tudo, mas agora ele possuía um documento oficial, pois fizera Silvério deixar por escrito a sua denúncia, embora este fosse praticamente analfabeto. Ele voltara ao palácio no dia 19 de abril, trazendo a delação posta no papel, datada do dia 11. Neste texto, Joaquim Silvério dos Reis chega mesmo a declarar que os inconfidentes tinham-no ameaçado de morte, caso ele não entrasse para a conjura. Como prêmio para sua demonstração de fidelidade a Portugal, pedia apenas uma coisa: que nenhum dos inconfidentes se perdesse por causa de sua denúncia. Era muita hipocrisia...

Ao ver Joaquim Silvério dos Reis no palácio, José Álvares Maciel, que ali também residia, pois exercia a função de tutor dos filhos de Barbacena, procurou descobrir quais eram as suas verdadeiras intenções. Embora o delator tenha avisado o Visconde de que aquele moço de aparência tão inofensiva também era um dos conjurados – e talvez tivesse sido colocado no palácio pelos líderes do movimento para espionar os passos do governador – este continuou tratando Maciel como um amigo, que de fato o era. Mas teve o cuidado de impedir que ele ouvisse a conversa, quando Silvério retornou com a sua denúncia escrita. Contudo, José Álvares Maciel deve ter desconfiado de alguma coisa e alertou seus companheiros, quanto a uma possível delação. A verdade, porém, é que a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis não foi a responsável pelo fato do movimento inconfidente ter fracassado.

O que prova que Barbacena já sabia da conspiração é que ele suspendeu a derrama no dia 14 de março, um dia antes da denúncia de Silvério, conforme afirma o historiador Kenneth Maxwell. Nesta data, o governador enviou um ofício à Câmara, que registrou em ata a 17 de março. A população festejou a decisão tomada pelo Visconde, mas os conjurados ficaram desesperados, pois não teriam mais justificativa para o motim.

Vários indícios apontam para o fato de que o próprio Barbacena não só sabia do levante, como também fora conjurado. Durante muito tempo, acreditou-se que ele conspirava, vindo a se arrepender posteriormente. Dizem, inclusive, que o Visconde fora convidado para assumir a presidência do novo país, mas nada se conseguiu provar a este respeito. Não só era amigo íntimo dos principais inconfidentes, como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, João Rodrigues de Macedo, como o próprio José Álvares Maciel morava em sua casa.

Depois da denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, outros delatores resolveram levar até o Visconde de Barbacena a sua delação. Basílio de Brito Malheiro foi o segundo denunciante e alegou que só não o fizera antes, porque imaginava que o governador já soubesse de tudo. Para ele, o principal inconfidente era Joaquim José da Silva Xavier, que ia espalhando as notícias do levante pela capitania de

Minas e pelo próprio Rio de Janeiro sem muita cautela. Também aproveitou para atacar bastante Tomás Antônio Gonzaga, seu inimigo declarado. Segundo ele afirmou ao Visconde em seu depoimento, mais longo do que aquele feito por Silvério, todos os “nacionais da terra” desejavam a independência da pátria. Conforme já havia ocorrido com Silvério, também Basílio de Brito Malheiro foi incumbido por Barbacena para espionar os conjurados.

O mestre-de-campo Inácio Correia Pamplona foi o terceiro delator a fazer a sua denúncia. Soube do movimento através do padre Carlos Correia de Toledo e o depoimento que deu ao governador não é sólido, pois se baseia apenas em boatos ouvidos aqui e ali. Dentre os inconfidentes, Francisco de Paula Freire de Andrade foi o primeiro a denunciar o movimento, após ter sido avisado por José Álvares Maciel que Barbacena já sabia de tudo. A carta que ele escreveu ao governador consta a data de 2 de abril de 1789 e, no dia seguinte, achou melhor levar a sua denúncia pessoalmente. O Visconde exigiu que ele a fizesse por escrito, pedido que Francisco de Paula cumpriu a 17 de maio. Outro conjurado que escreveu uma carta-denúncia a Barbacena foi o fazendeiro José Aires Gomes. Temendo ser preso, delatou os companheiros tão logo ficou sabendo das primeiras prisões em Vila Rica. José de Resende Costa pai e seu filho homônimo também fizeram a sua denúncia, para ficarmos apenas nestes.

Derrama

A derrama nada mais era do que um dispositivo da lei que permitia a cobrança de todos os quinto atrasados. No ano de 1750, ficara estabelecido que, quando os quintos não alcançassem cem arrobas, os mineiros deveriam completar a diferença restante, para que a Real Fazenda não ficasse no prejuízo. Ora, houve um tempo em que as minas produziram muito e tal valor foi pago com relativa tranquilidade. Porém, como a extração do ouro entrou em declínio, porque as lavras foram ficando exauridas, ano após ano os mineiros passaram a ter mais dificuldades para honrar aquele compromisso assumido em 1750. A partir de 1763, as cem arrobas de ouro jamais foram alcançadas e a dívida começou a se acumular.

Em 1769, a derrama foi anunciada, enchendo de temores a população empobrecida. Porém, temendo que o povo se revoltasse, o Conde de Valadares decidiu suspender a ordem de Portugal. Três anos depois, o Marquês de Pombal exigiu novamente que se aplicasse a derrama; porém, outra vez a ordem foi suspensa. Em 1788, a situação havia chegado a um estado crítico. O quinto tinha rendido apenas 42 arrobas, faltando 58 para se completar a quantia acertada. Além do mais, os impostos acumulados chegavam à ordem de 5760 quilos de ouro, que a Coroa portuguesa não estava disposta a abrir mão.

Para resolver este problema, em julho de 1788, a metrópole anunciou o Visconde de Barbacena como o novo governador da capitania das Minas. Vinha com ordens expressas do ministro Martinho de Melo e Castro, as famosas “instruções”, para lançar imediatamente a derrama. Os homens mais abastados entraram em desespero, pois sabiam que teriam parte de suas fortunas confiscadas. Por sua vez, os pobres também receavam a derrama, pois o imposto incidia sobre toda a população. Ainda sem estar familiarizado com a verdadeira situação de pobreza da capitania que começava a administrar, a 17 de julho de 1788, Barbacena convocou a Junta de Fazenda em Vila Rica, sugerindo que se lançasse a derrama e a cobrança de todos os impostos atrasados. Aliás, uma quantia impossível de ser paga naquelas circunstâncias e só mesmo o obtuso ministro português Martinho de Melo e Castro não via que o ouro estava acabando nas minas.

Ninguém sabia direito como a Coroa iria fazer para cobrar a derrama na prática, de maneira que toda a população, cerca de 350 mil pessoas, estava bastante aflita. Os ricos temiam com razão que a maior parte da mordida coubesse a eles, uma vez que os pobres pouco ou nada tinham para oferecer. O

próprio Vicente Vieira da Mota, guarda-livros de João Rodrigues de Macedo, havia calculado o montante dos impostos atrasados em cerca de quinhentas arrobas, ou seja, mais de sete toneladas de ouro.

Para que o movimento inconfidente alcançasse êxito, os conjurados contavam com o lançamento da derrama, uma vez que tal medida colocaria a população contra o governo. Esperavam-na para o mês de fevereiro de 1789. Como Barbacena agora parecia ter mudado de ideia, Gonzaga chegou a se dirigir à casa de seu amigo intendente, Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, e lhe sugeriu que decretasse logo a derrama.

O mais curioso de tudo é que, neste período de fevereiro ou mesmo março em que se esperava a derrama, pouquíssimos inconfidentes se achavam em Vila Rica, para dar início ao levante, se fosse o caso. O padre José da Silva e Oliveira Rolim retornara para o arraial do Tejuco; o padre Carlos Correia de Toledo voltara para São José Del Rei; Alvarenga Peixoto viajara para Paraopeba; Francisco de Paula Freire de Andrade tirara licença e fora buscar refúgio em sua fazenda dos Caldeirões; e Tiradentes estava de partida para o Rio de Janeiro. Restavam na cidade Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Domingos de Abreu Vieira.

Suspensa a derrama, os inconfidentes perderam o seu pretexto para iniciar o levante, pois ficaram sem o apoio popular. Desconfiando que foram traídos, desejam saber o que de fato aconteceu. A 18 de março, quatro dias após a derrama ter sido suspensa pelo Visconde, Gonzaga dirige-se ao palácio do governador em Cachoeira com a finalidade de descobrir a verdade ou ainda tentar convencer Barbacena a voltar atrás. A princípio, cumprimenta o Visconde pela suspensão da derrama e diz que o povo deveria lhe levantar uma estátua. Depois de algum tempo de conversa, vendo que o homem se achava irreduzível, o poeta tenta uma última cartada e deve ter lhe oferecido o cargo de presidente do novo país. Evidentemente, não há documentos que provem o teor da conversa entre Gonzaga e Barbacena e também não sabemos se este ficou tentado a aceitar o convite. É possível que sim, pois apenas no dia 25 de março, uma semana depois de tal encontro, é que o governador resolveu escrever ao seu tio, o vice-rei do Brasil, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, denunciando o movimento.

Na carta que escreveu ao seu tio, exagera os perigos que a sua cabeça corria e pede reforço militar, uma vez que a sua força policial era insuficiente para combater um possível levante, sobretudo, porque as suas tropas eram formadas, em sua grande maioria, por brasileiros. Contudo, Luís de Vasconcelos e Sousa nada respondeu, deixando o Visconde ainda mais apreensivo; afinal, era a sua cabeça que eles cogitavam decepar.

Tiradentes é preso no Rio de Janeiro

Quando toda gente esperava que a derrama fosse lançada, Joaquim José da Silva Xavier resolveu partir para o Rio de Janeiro. Muitos estranharam tal atitude do alferes e, segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, o próprio Cláudio Manuel da Costa teria perguntado: “por que cargas d’água Tiradentes encasquetara de ir ao Rio, pedindo licença a Barbacena”, justamente naquele momento crítico?

Como pretexto para tal viagem, o alferes espalhou que seguiria para a corte a fim de ver como andavam as solicitações de seus requerimentos a respeito da canalização dos rios Andaraí e Maracanã e outros despachos que ele aguardava. Na verdade, isto agora pouco lhe interessava. O verdadeiro motivo para Tiradentes ter partido ao Rio de Janeiro foi uma atitude desesperada, talvez a última esperança de conseguir armas e mais adeptos para o movimento inconfidente. Seria também uma boa oportunidade para sondar o ânimo dos cariocas. É possível que o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade tenha lhe dito que só colocaria seus homens à disposição dos conjurados, se o motim se iniciasse antes no Rio de Janeiro. Esperava não só pelas tropas daquela cidade, como também a ajuda

internacional, pois Tiradentes havia lhe prometido socorro da própria França.

O historiador Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que foi quem primeiro fez um estudo completo da história da inconfidência, levantou a hipótese de que talvez o alferes tenha fugido para o Rio de Janeiro, justamente porque tinha medo de ser preso. Em outras palavras, estaria chamando Tiradentes de covarde. Não me parece uma hipótese correta. Sabe-se que Joaquim Norberto escreveu seu livro na segunda metade do século XIX e ele era monarquista convicto. Apesar de seu estudo conter inúmeras informações importantes sobre o período, Norberto passa boa parte de sua obra procurando denegrir a figura do alferes.

Em março de 1789, Joaquim José iniciou sua derradeira viagem para a corte e nunca mais tornaria a colocar os pés no território mineiro. Deve ter partido antes do dia quinze, data em que Joaquim Silvério dos Reis fez a sua denúncia, pois, caso contrário, o Visconde de Barbacena não teria lhe dado uma licença de um mês. O alferes vai até a fazenda de seu compadre, Domingos de Abreu Vieira, e consegue emprestada a quantia de 100\$000 (cem mil réis) para custear suas despesas no Rio de Janeiro. Acompanhado por dois escravos, Tiradentes seguiu montado em seu “machinho rosilho” pelo Caminho Novo, em uma viagem que levava em média doze dias.

Antes de partir para a corte, Francisco de Paula aconselhou-o a não sair falando sobre a conjura para mais ninguém, pois a derrama poderia não ser lançada, mas o conselho entrou por um ouvido e saiu por outro. No caminho, encontrou-se com Joaquim Silvério dos Reis, que se dirigia à vila de São José e ainda procurava se passar por conjurado, reclamando da metrópole. O alferes o informou a respeito de sua viagem, dizendo-lhe que, se fosse levar dinheiro para os cofres da Real Fazenda, que não o fizesse, pois ele estava indo para a corte trabalhar por todos. Ao longo do caminho, foi tentando convencer as pessoas com quem se deparava. No Sítio das Bananeiras, tentou cooptar o capitão João Dias da Mota, que não quis saber daquela conversa e foi contá-la a Inácio Correia Pamplona. Próximo a uma localidade chamada Rocinha do Fagundes, Tiradentes falou sobre a ideia do levante a uns tropeiros que conduziam sal e que zombaram dele. No Sítio das Cebolas, procurou convencer o furriel Manuel Luís Pereira, sem sucesso. Ao contrário, o furriel seguiu o alferes e foi delatá-lo ao vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa. Adiante, Joaquim José alcançou o Sítio do Ribeiro, onde permanecia o seu amigo Mathias Sanches Brandão, que era surdo. Embora não tenha gostado de saber a respeito daquela novidade, seguiram caminho juntos para o Rio de Janeiro, hospedando-se na mesma casa, que eles alugaram na rua de São Pedro.

Barbacena ordenou que Joaquim Silvério dos Reis se dirigisse ao Rio de Janeiro a fim de espionar os passos de Tiradentes. Continuava a passar por conjurado e procurava se mostrar amigo do alferes que, sem desconfiar de nada, ia lhe confiando os detalhes de todos os seus planos. Tão logo pôs os pés na corte, no dia primeiro de maio de 1789, Silvério encaminhou-se ao palácio do vice-rei e se apresentou a Dom Luís de Vasconcelos e Sousa como sendo um espião, enviado por seu sobrinho, o Visconde de Barbacena, para vigiar o alferes, cabeça do movimento inconfidente. Como não podia deixar de ser, o delator carregou nas tintas, pintando Tiradentes como um sonhador fanático, disposto a matar o próprio vice-rei, para conseguir a independência da pátria. Assustado, Dom Luís de Vasconcelos pede a Silvério que continue vigiando o sujeito e, para lhe facilitar a tarefa, aluga-lhe uma residência diante da casa em que Joaquim José da Silva Xavier estava morando. Em nenhum momento, o alferes suspeitou daquela curiosa coincidência.

Chegando à corte no dia quinze de abril, Tiradentes começou a procurar pessoas de prestígio e influência, que pudessem lhe ajudar em sua causa. Contudo, como quase não possuía amigos no Rio de Janeiro, acabou restringindo-se ao contato com indivíduos sem importância, que encontrava pelo comércio ou em tabernas. Da mesma forma que na capitania de Minas, o alferes falava a qualquer um, sem tomar os cuidados necessários. Certa feita, descendo a Rua do Ouvidor, pôs-se a discursar sobre o levante na joalheria de certo Valentim Lopes da Cunha, mas ninguém ali parecia disposto a escutar suas

ideias malucas. Na verdade, os cariocas não se interessavam pelo motim, porque não sofriam diretamente o tormento de impostos como o quinto, que recaía apenas sobre os mineiros. Em poucos dias, Joaquim José começou a passar necessidades, pois o dinheiro que emprestara de Domingos de Abreu Vieira achava-se no final. Quando calhava, conseguia um troco arrancando um dente ou receitando emplastos. Para sobreviver, precisou vender um de seus escravos, conhecido por “Camundongo”, ao sargento-mor Manuel Caetano, ficando combinado receber o pagamento quatro dias após o acordo.

Para piorar a sua situação, o vice-rei mandou que dois espias seguissem discretamente o alferes por toda parte, pois desejava saber quem eram as pessoas com quem Joaquim José mantinha contato. Talvez existissem outros conspiradores escondidos no Rio de Janeiro e Tiradentes poderia levá-los até eles. Quando o sargento-mor Simão Pires Sardinha soube que dois granadeiros estavam vigiando os passos de Tiradentes, pediu para o porta-estandarte Francisco Xavier Machado avisar o amigo a respeito disso. O alferes já havia percebido e respondeu que estava pensando em arrastá-los para algum lugar deserto a fim de lhes matar pela espada. Imediatamente, Francisco Xavier Machado o aconselha a não tomar uma atitude tão radical, pois a sua situação somente iria se agravar. Diz que o melhor a fazer é procurar o vice-rei para lhe explicar o seu caso.

A ideia pareceu boa a Tiradentes. Afinal, o vice-rei poderia lhe dar um salvo-conduto para retornar a Vila Rica e, de lá, iniciar o levante, uma vez que ninguém podia transitar pelas estradas sem portar este passaporte. Além do mais, a sua licença de um mês, concedida pelo Visconde de Barbacena, já havia se extinguido há muito. Joaquim José marca uma audiência no palácio e consegue ser atendido pelo próprio Dom Luís de Vasconcelos e Sousa. Explica-lhe que andaram espalhando falsos boatos a seu respeito, de que ele estaria conspirando contra a Coroa. Por causa disso, achava-se agora sendo perseguido por dois granadeiros à paisana, inclusive, com os bigodes rapados. Confessa ao vice-rei que o prazo de sua licença já expirara e, por isso, desejava um salvo-conduto para regressar à capitania das Minas. Dom Luís ouviu pacientemente aquele homem e lhe disse, fingindo solidariedade, para não se preocupar, pois tudo se arranjará. Bastava uma palavra sua para prolongarem a licença pelo tempo que desejasse. Não era necessário regressar para Minas. Que ficasse tranquilo no Rio de Janeiro, pois ele próprio cuidaria de tudo. Ao sair do palácio, Tiradentes compreendeu que o vice-rei já sabia de toda a verdade e que a sua situação era difícilíssima. Só restava se esconder e fugir para Minas na calada da noite.

Após esta reunião, o alferes encontrou-se com Joaquim Silvério dos Reis e a primeira coisa que fez foi lhe pedir algum dinheiro emprestado, pois estava passando necessidade. Silvério não dá, mas lhe afirma que o vice-rei já havia sido informado com relação ao levante e que a causa dos conjurados se achava irremediavelmente perdida. Para atormentá-lo ainda mais um pouco, disse-lhe que talvez o prendessem a qualquer momento. Desesperado, Tiradentes despede-se do “amigo” e vai procurar o porta-estandarte Francisco Xavier Machado, a quem pede emprestado um bacamarte. Este lhe entrega a arma e o aconselha a permanecer escondido por alguns dias, até poder fugir durante a madrugada pelo meio dos matos. O alferes concorda. Achando-se em Minas, poderia dar início ao levante.

Mas onde poderia se esconder? Após pensar em algumas possibilidades, lembrou-se de um conhecido colega de farda, o capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, e se dirigiu à sua residência. O sujeito não concordou em esconder o alferes na sua casa, por ser muito perigoso, mas se prontificou a ajudar, confessando-lhe que tinha um amigo, o mestre-de-campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, que possuía uma fazenda em Marapicu, onde talvez ele pudesse se ocultar por uns dias. Tiradentes pede-lhe uma carta de apresentação, mas Pinto Fortes não dá, preferindo lhe apresentar diretamente ao próprio administrador da fazenda, um indivíduo chamado Manuel José de Miranda. O alferes contara-lhe que estava envolvido num crime de morte e precisava fugir para Minas. O administrador disse que iria lhe arranjar um guia para levá-lo até o Sítio do Pianha, de onde Joaquim José poderia fugir de canoa. Porém, o vice-rei mandou apertar o cerco e logo o próprio Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes foi preso, enquanto que Manuel José de Miranda desapareceu. Aflito e ciente

de que precisava se esconder em outro lugar, uma vez que o momento da fuga não chegava, Tiradentes decidiu procurar ajuda em outra parte.

Lembrara-se que, algum tempo atrás, havia curado uma ferida na perna da filha de dona Inácia Gertrudes de Almeida, uma boa senhora que morava na travessa da Alfândega e lhe ficara muito agradecida. Decide, então, bater na porta de sua casa para lhe pedir socorro como última esperança, pois já não se lembrava de mais ninguém que pudesse lhe acudir ali no Rio de Janeiro. A mulher ficou feliz em reencontrar Joaquim José, que havia cuidado com tanto carinho da filha, curando-lhe de uma ferida perniciosa, que nenhum médico conseguia resolver. Ele explicou-lhe que o vice-rei desejava prendê-lo por causa de um crime ocorrido em Minas, embora fosse inocente. A mulher comoveu-se com a história; porém, como era solteira e vivia sozinha com a filha, recusou-se a esconder o alferes em sua casa, temendo pela reputação das duas. Contudo, estava disposta a ajudar e disse que ela possuía um compadre, o ourives Domingos Fernandes da Cruz, também solteiro, e que poderia hospedá-lo por alguns dias. Em seguida, a viúva pediu para o seu sobrinho, o padre Inácio Nogueira, falar imediatamente com o ourives.

Domingos Fernandes da Cruz morava na Rua dos Latoeiros e foi convencido pelo padre Inácio Nogueira a dar abrigo por uns dias para Tiradentes. Lá pelas dez horas da noite do dia 7 de maio de 1789, o alferes dirigiu-se com muita discrição e cautela para o endereço indicado, onde o ourives já havia lhe preparado uma cama no sótão. Uma vez instalado, Joaquim José não precisava temer indiscrições, pois na casa moravam apenas Domingos Fernandes da Cruz e mais dois escravos. No dia seguinte, soldados do vice-rei foram até a residência onde Tiradentes estivera hospedado, na Rua de São Pedro, e indagaram a respeito dele para o seu escravo. O negro nada disse sobre o seu paradeiro, mesmo porque nada sabia. Limitou-se apenas a comunicar que o seu senhor não dormira em casa e estava desaparecido. Evidentemente, os soldados não acreditaram naquela história, deram uma boa vasculhada naquela moradia e levaram o escravo preso, certamente para ser torturado. Tão logo soube que Tiradentes havia desaparecido, o vice-rei sobressaltou-se, mandou fechar todas as saídas da cidade e despachou inúmeras patrulhas de soldados atrás do alferes.

Tiradentes não era homem de ficar parado. Preso naquele sótão, começou a sentir-se sufocado, desejando saber notícias de como andava o levante em Minas. Teria Francisco de Paula dado a senha para os demais e ordenado que seus homens tomassem o palácio de Cachoeira para prender o Visconde de Barbacena? Ninguém lhe dava a menor notícia de Minas. No dia seguinte à prisão de seu escravo, dona Inácia Gertrudes pediu a seu sobrinho padre que levasse para o alferes algumas roupas, pois ele não trazia nenhuma além da que usava no corpo, uma vez que a sua mala fora esquecida na casa de Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes e levada pelos soldados, quando este foi preso. O bom Inácio Nogueira acatou o pedido de sua tia e, de maneira bastante discreta, dirigiu-se à Rua dos Latoeiros. Ao ver o padre, Tiradentes pediu-lhe que procurasse Joaquim Silvério dos Reis, que estava morando na Rua de São Pedro e lhe perguntasse como andavam as coisas em Minas. Acrescentou que ele nada precisava temer, uma vez que se tratava de um amigo. Segundo consta, por duas vezes, o sacerdote dirigiu-se à residência de Silvério, mas não o encontrou em casa. Somente na terceira vez que foi lá bater, achou o sujeito. Evidentemente, Silvério ficou muito feliz em ter notícias de Tiradentes e fez de tudo para arrancar do padre o local do seu esconderijo. Contudo, este era ladino e percebeu que seu interlocutor se achava interessado demais nisso, de maneira que nada lhe revelou, desconversando. Estava presente na casa, ou chegara dali a pouco, outro padre, José de Bessa, que participou de boa parte da conversa. Quando Inácio Nogueira retirou-se, aquele afirmou a Silvério que apenas Nogueira sabia o endereço de Tiradentes. Que fez Silvério? Exatamente aquilo que sabia fazer de melhor, ou seja, alcaguetar. Tão logo se viu sozinho, correu ao palácio do vice-rei e delatou o padre Inácio Nogueira.

No dia 10 de maio, o padre Inácio foi preso em sua casa, arrastado ao palácio do vice-rei e interrogado. A princípio, negou tudo, inclusive, que conhecia Silvério. Mas como sofreu tortura e até

mesmo ameaçaram lançá-lo por uma janela, ele acabou confessando o local onde Tiradentes permanecia escondido. Imediatamente, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa ordenou a alguns homens, sob o comando de Francisco Pereira Vidigal, que trouxessem o alferes de qualquer maneira, vivo ou morto.

A patrulha enviada pelo vice-rei bateu na porta da casa do ourives, que não se encontrava. Um dos escravos abriu e informou que não havia ninguém na residência. Porém, os soldados invadiram o pequeno sobrado e puseram-se a vasculhá-lo. Aterrorizado no sótão, Tiradentes apanhou seu bacamarte e escondeu-se atrás da cama. Por alguns segundos, uma dúvida pairou em seu cérebro. Deveria lutar até a morte ou se entregar? Subitamente, a porta se abriu e os soldados entraram com armas em punho. Eram colegas de farda e estavam ali por ordens de seus superiores. Se resistisse, certamente acabaria matando alguns deles, que não tinham culpa nenhuma em tudo aquilo. Resolveu se render. Nada mais poderia ser feito.

Preso no dia 10 de maio de 1789, foi enviado a um dos cárceres que existia nos porões do palácio do vice-rei e, posteriormente, transferido para um dos infectos calabouços na Fortaleza de São José, Ilha das Cobras. Aí, a atmosfera era abafada, quase irrespirável, e a cela apresentava-se extremamente úmida. Praticamente não havia iluminação e sobre umas tábuas no solo de pedra, deram-lhe um miserável colchão de palha fedorento. Por ironia, teve como vizinho na prisão Joaquim Silvério dos Reis, que Dom Luís de Vasconcelos mandou prender apenas por precaução.

No dia seguinte, todos os bens de Domingos Fernandes da Cruz foram sequestrados, bem como os seguintes objetos pessoais que Tiradentes carregava consigo: duas navalhas de barbear, um par de fivelas, um par de esporas de prata, uma bolsa com uns ferrinhos de tirar dentes, um espelho, uma agulha de marear, uma caixinha de chifre, um canivete de aparar penas e um relógio da marca S. Elliot.

O embuçado

A notícia oficial da prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro apenas chegaria a Vila Rica no dia 20 de maio de 1789, trazida para Barbacena por um soldado do vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa. Contudo, muito antes disso, os inconfidentes já haviam sido avisados de tudo o que ocorrera na corte. No dia 17 de maio, por volta das oito ou nove horas da noite, um misterioso embuçado, tendo o corpo encoberto por um grosso capote e a cabeça escondida por um largo chapéu, percorreu discretamente as ruas da cidade, envolto pelas sombras da escuridão, a fim de avisar os principais conjurados que o alferes Joaquim José havia sido encarcerado no Rio de Janeiro. Mais do que isso: todos corriam sério risco de serem presos nas próximas horas. Portanto, que queimassem os papéis comprometedores e fugissem o mais rápido possível.

Quem seria este enigmático personagem é um dos maiores mistérios das páginas da inconfidência mineira, que os historiadores não conseguiram decifrar até hoje. Alguns dizem que talvez nem se tratasse de um homem, pois ele possuía voz fina, embora a pudesse estar dissimulando, para não ser reconhecido. De qualquer forma, não deve ser nenhum dos conjurados, pois não haveria necessidade de se disfarçar diante dos companheiros.

Naquele tempo, não existia iluminação nas ruas. Quando havia lua cheia, as pessoas que caminhavam durante a noite ainda podiam ser reconhecidas sem muita dificuldade. Porém, se o céu estivesse encoberto e o andarilho não portasse uma lanterna de óleo de baleia para lhe iluminar os passos, era quase impossível ser identificado.

O que mais chama a atenção foi a demora com que Barbacena deu a ordem das prisões, após saber que Tiradentes já se encontrava preso no Rio de Janeiro. O embuçado percorreu as ruas de Vila Rica no dia 17, o Visconde foi avisado oficialmente no dia 20, mas apenas a 23 de maio mandou que se

iniciassem as prisões. Teve, pelo menos, três dias para refletir que atitude deveria tomar e isto dá margens a especulações. Alguns historiadores chegaram a afirmar que Barbacena, sabendo de tudo desde o dia 17 e desejando salvar alguns de seus amigos, pediu para que o embaçado os avisasse na calada da noite. Quem defende esta tese, afirma que o embaçado teria sido o padre José Policarpo de Azevedo, mais conhecido como irmão Lourenço de Nossa Senhora, que passara a tarde daquele fatídico dia com o governador. Contudo, não existe qualquer prova documental a este respeito.

Seja como for, os inconfidentes não fugiram após terem recebido o aviso, talvez porque tivessem a promessa do Visconde de que não seriam presos. Mas nenhum papel comprometedor a respeito do levante foi encontrado. É possível que Cláudio, Gonzaga, Francisco de Paula, José Álvares Maciel e outros líderes conjurados tivessem se reunido no dia 18 para destruírem os documentos e discutirem como deveriam proceder a partir de então. A impressão que temos é que nenhum deles levou a sério as palavras do embaçado e nada fizeram para se salvar.

O primeiro a ser avisado pelo embaçado foi Cláudio Manuel da Costa. Segundo o historiador Lúcio José dos Santos, aquele estaria vestindo trajes de mulher. Cláudio acabara de receber algumas pessoas em seu escritório e saía para acompanhá-los até a porta, quando o embaçado chegou às imediações de sua casa e se escondeu atrás de um muro, aguardando que o velho advogado se despedisse de seus clientes. Quando viu o poeta a sós, dirigiu-se até ele e, disfarçando a voz, comunicou-lhe que Tiradentes havia sido preso, que ele deveria destruir todos os documentos e fugir imediatamente, caso desejasse permanecer em liberdade. Em seu depoimento para a devassa, Cláudio Manuel da Costa afirmou mais ou menos isso. Disse que saíra de seu escritório a fim de acompanhar uma visita até a rua, quando uma mulher, ou um homem disfarçado desta maneira, pediu-lhe uma palavra em particular, mas não o quis acompanhar até o escritório. Em seguida, comunicou-lhe que deveria queimar os papéis e desaparecer.

Dizem que Cláudio guardava em sua casa grande parte do ouro que iria financiar a revolução. Toda esta imensa riqueza teria sido doada por ricos comerciantes, fazendeiros e grandes magnatas endividados com a Coroa, favoráveis à causa inconfidente e que esperavam dar um calote nos portugueses com o sucesso do movimento. Alguns historiadores afirmam que, tão logo avisaram o poeta, a sua primeira providência foi colocar tal tesouro em segurança. Se existiu de fato, ninguém sabe qual teria sido o seu destino.

Outro que o embaçado tentou avisar foi Tomás Antônio Gonzaga, porém não o encontrou em casa, mas resolveu deixar o recado com sua velha escrava Antônia. Subiu a Rua do Ouvidor, atravessou toda a praça, hoje denominada Tiradentes e desceu a Rua das Flores, passando na frente da casa de João Rodrigues de Macedo, onde preferiu não bater. Na verdade, desejava avisar Domingos de Abreu Vieira, que morava ali perto, numa casa vizinha a do doutor Diogo Pereira de Vasconcelos. Porém, enganando-se de endereço, bateu na porta deste último, que ceava com seu tio, o advogado José Pereira Ribeiro, além do padre José de Oliveira. Quando o embaçado viu que a esposa do doutor Diogo saíra para atender a porta, desesperou-se e fugiu assustado. É possível que ele também tenha avisado o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e alguns outros conjurados de menor importância.

Os outros inconfidentes começam a ser presos

A partir do dia 20 de maio de 1789, quando o Visconde de Barbacena foi comunicado pelo ajudante de ordens Antônio Xavier de Resende que o alferes Joaquim José da Silva Xavier já se encontrava preso no Rio de Janeiro e tal notícia tornara-se pública em Vila Rica, a cidade entrou em pânico. Ninguém sabia qual seria a atitude da metrópole para punir os culpados e grande parte da

população temia ser arrastada nas malhas da devassa, uma vez que bastava saber qualquer notícia a respeito do movimento inconfidente e não o ter delatado, para que se configurasse o crime de lesa-majestade. O vice-rei havia mandado as suas tropas invadirem as Minas, de maneira que Barbacena precisava agir rápido para encobrir os amigos que desejava salvar e outros magnatas que certamente compraram a sua liberdade, como João Rodrigues de Macedo. Ele manipulou os fatos como pôde, para que o nome de alguns homens importantes da capitania não aparecesse nos *Autos da Devassa*. Aguardou três dias antes de tomar qualquer atitude mais drástica até que, finalmente, sem mais poder esperar, deu a ordem para se iniciarem as prisões.

O primeiro a ser preso foi Tomás Antônio Gonzaga. O poeta achava-se hospedado na casa de seu amigo Manuel Costa Mourão, localizada perto da residência de Cláudio Manuel da Costa. Após ter deixado o cargo de ouvidor, teve que se mudar do sobrado onde morava, pois este pertencia ao governo e era cedido para a moradia do ouvidor de Vila Rica. Na madrugada do dia 22 para 23 de maio, por volta das quatro horas da manhã, diversos soldados montados em seus cavalos cercaram a casa de Costa Mourão, chefiados pelo coronel Francisco Antônio Rabelo. Evidentemente, o poeta achava-se dormindo. Despertado pelo rumor dos cascos dos animais estrepitando sobre as pedras da rua e por gritos que chamavam seu nome, Gonzaga levantou-se da cama e abriu a janela para descobrir o motivo de tamanha balbúrdia. Imediatamente, alguns soldados invadiram a residência e prenderam o ex-ouvidor, que não ofereceu qualquer resistência. Deram-lhe ordens para que apanhasse algumas roupas, pois partiriam em seguida para o Rio de Janeiro. Indagou por que motivo estava sendo preso, mas não lhe disseram. O poeta tomou uma refeição ligeira, despediu-se de seu hospedeiro e acompanhou os soldados. Quando estava sendo acorrentado, pediu apenas para se despedir de sua noiva, mas nem isto consentiram. Pouco depois das dez horas, o comboio passou diante da residência do governador e Gonzaga solicitou falar com ele, pois todos sabiam que o Visconde era seu amigo. Foi atendido e o que conversaram ninguém ficou sabendo. É possível que Barbacena tenha lhe prometido ajuda, dizendo para ele ficar tranquilo, pois nada lhe aconteceria. Parece que o poeta saiu deste encontro satisfeito com o teor da conversa, uma vez que, na primeira noite da longa viagem, parando para descansar, escreveu um poema laudatório em homenagem ao governador. Os bens de Tomás Antônio Gonzaga foram confiscados e reuniram todos os seus papéis em dois grandes sacos de estopa, costurados nas pontas para que nada se perdesse. Contudo, não existia ali o menor documento que incriminasse o poeta, mas apenas rascunhos, pensamentos e poemas inéditos, que se perderam para sempre.

Neste mesmo dia, também foi preso Domingos de Abreu Vieira, então com 65 anos, obeso e doente de reumatismo, de maneira que precisou ser carregado para a prisão pela escolta chefiada por Antônio Xavier de Resende. O inconfidente foi levado para a cadeia pública de Vila Rica, embora esta ainda não tivesse sido terminada. Acompanhou-o no infortúnio o seu leal escravo Nicolau, que não quis se separar do seu senhor naquele momento tão difícil para ele. Enquanto esteve preso, resolveu delatar o movimento inconfidente e escreveu uma carta-denúncia para o governador, na esperança de que pudesse ser perdoado.

Ao ser avisado por Francisco Antônio de Oliveira Lopes de que tudo estava irremediavelmente perdido, o padre Carlos Correia de Toledo ficou bastante aflito e resolveu fugir. Apanhou às pressas em sua casa apenas o necessário para a viagem e destruiu os papéis comprometedores, deixando a casa de pernas para o ar. À meia-noite do dia 23 para 24 de maio, montou em seu cavalo e partiu em sigilo para São Paulo, onde pretendia se esconder. Quando raiou a manhã, porém, próximo a uma localidade chamada Capoeirinha, acabou sendo reconhecido e preso pelo tenente José Dias Coelho, que se dirigia para aquela região com ordens de prender Alvarenga Peixoto, o que também foi feito. Os dois foram conduzidos algemados para o Rio de Janeiro.

Tão logo soube que o irmão fora preso, Luiz Vaz de Toledo Piza entrou em desespero. Que fazer? Deveria fugir ou se entregar? A princípio, optou pela fuga e imaginou se refugiar na América espanhola,

seguindo rio abaixo durante a madrugada em uma canoa. Porém, refletindo melhor e convencido de que tal empreitada seria mesmo uma loucura, resolveu se entregar. No íntimo, acreditava que por isso a sua pena poderia ser abrandada. Abraçou-se a sua esposa, deu um beijo em cada um dos sete filhos e entregou-se, sendo conduzido para a cadeia pública de Vila Rica.

Como Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa também foi arrancado de sua cama durante a madrugada para ser preso. A escolta foi chefiada pelo sargento-mor José de Vasconcelos Parada e Sousa, o Pardela das *Cartas Chilenas*. Era este inimigo declarado do poeta, certamente por achar que Cláudio seria o autor daqueles poemas satíricos, onde ele era ridicularizado. A sua crueldade foi tamanha, que mandou emissários para o sítio da Vargem, com ordens de matar toda a família de Cláudio Manuel da Costa, sua filha, seu genro e seus escravos. Corre a lenda de que eles teriam se apossado das barras de ouro, que ali estariam escondidas e que serviriam para financiar o movimento inconfiante.

Ao saber que estava sendo procurado, o padre Rolim decidiu fugir. Por toda a região diamantina, afixaram-se cartazes, incentivando a população a delatar o sacerdote e com ameaças de punição para quem o ocultasse. Descoberto pelos soldados no meio de uns matos onde permanecia escondido, não se rendeu e se pôs a trocar tiros com as tropas governistas. Seu escravo Alexandre foi ferido durante o tiroteio e capturado, mas o padre Rolim conseguiu fugir. Refugiado na Fazenda das Almas, ele acabou sendo preso dois dias depois, denunciado por alguns pedestres. Amarrado, foi conduzido até Vila Rica.

O Visconde de Barbacena ainda deixou alguns inconfiantes em liberdade durante certo tempo, pois sabia que não teriam como fugir, como era o caso de José Álvares Maciel e Francisco de Paula Freire de Andrade, que foram presos apenas a 9 de setembro de 1789. Ao contrário do que mostra o famoso quadro do pintor Antônio Parreras, *A Jornada dos Mártires*, que apresenta todos os conjurados seguindo juntos para a corte num grande comboio, belo do ponto de vista artístico, mas errôneo historicamente, os conjurados seguiram para o Rio de Janeiro em pequenas levadas.

Grande foi o número de pessoas envolvidas na conjuração, entre sabedores e consentidores, mas apenas algumas foram escolhidas para serem punidas e darem o exemplo. A partir da segunda quinzena de outubro, todos os principais conjurados já se encontravam nas prisões do Rio de Janeiro, como o padre Rolim, o padre Manuel Rodrigues da Costa, o padre José Lopes de Oliveira, o cônego Luís Vieira da Silva e o pobre sapateiro Manuel da Costa Capanema. As celas da ordem terceira de São Francisco foram transformadas em cárceres e aí, posteriormente, aprisionaram o alferes Joaquim José da Silva Xavier, Francisco de Paula Freire de Andrade, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, José Aires Gomes, Luiz Vaz de Toledo Piza, José de Resende Costa, pai, Vicente Vieira da Mota e Faustino Soares de Araújo. Na Fortaleza do Morro da Conceição, ficaram José Álvares Maciel e Domingos Vidal de Barbosa. Nos cárceres da Relação, permaneceram presos Domingos de Abreu Vieira, José de Resende Costa, filho, e Antônio de Oliveira Lopes, o “Pouca Roupas”.

A morte de Cláudio Manuel da Costa

Outro ponto bastante controverso na história da Inconfidência Mineira diz respeito à morte de Cláudio Manuel da Costa. Quanto a isso, os historiadores e seus biógrafos apresentam posições muito divergentes, sendo que uns defendem a tese do suicídio, enquanto que outros são favoráveis à hipótese do assassinato.

Particularmente, acredito que Cláudio foi assassinado a mando de Barbacena. Uma vez preso, é possível que o poeta tenha ameaçado delatar para a devassa carioca a participação do Visconde no levante, de maneira que este acabou chegando àquela atitude extrema, para se ver livre da punição. Com toda certeza, o governador tinha bem clara em sua mente a maneira cruel como a Coroa tratara a nobreza

de Portugal pelo crime de lesa-majestade no Processo dos Távoras, trinta anos atrás.

Sendo um católico fervoroso, não é verossímil que Cláudio tenha escolhido suicidar-se. Nos arquivos da igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, há o registro de que foram celebradas trinta missas em intenção de sua alma, um privilégio que a igreja não admitia ser dado aos suicidas. Mesmo naquele tempo, poucas pessoas acreditaram na versão oficial que o governo tentou transmitir à sociedade, de que o poeta teria se matado. Ele era um velhinho bondoso, muito querido por todos, e a sua morte causou grande comoção popular. Tendo secretariado governos e prestado inúmeros serviços à Coroa, a sua prisão, seguida por sua morte, deixou muitos moradores de Vila Rica tremendamente assustados. Se um homem como ele acabara daquela maneira nas mãos das autoridades, que segurança teriam as pessoas comuns do povo que fossem acusadas de estarem metidas com o levante?

O historiador Kenneth Maxwell afirmou que a morte de Cláudio foi bastante conveniente para Barbacena, alguns dias antes da chegada dos agentes da devassa carioca, aberta pelo vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa. É provável que ele citasse nomes de pessoas importantes ligadas à conjura, como o próprio governador, João Rodrigues de Macedo, etc. O autor também levanta a hipótese de que o poeta poderia ter sido assassinado, porque iria denunciar os autores dos assassinatos de sua filha e seu genro no sítio da Vargem. A nota curiosa é que, um dia após a morte de Cláudio, Inácio Correia Pamplona deixou misteriosa e apressadamente Vila Rica, como se estivesse fugindo de algo que o poderia comprometer.

Ainda no final do século XVIII e início do XIX, corria a seguinte história a respeito deste homicídio. A mando de seus superiores, dois soldados invadiram de madrugada a cela do poeta e o sufocaram. Em seguida, perfuraram-lhe uma veia do braço e, com o sangue, escreveram um dístico na parede, que nunca se tornou público. Conta-se que, poucos dias antes, Cláudio Manuel da Costa fora levado à presença do Visconde e os dois discutiram bastante. Inflamado, com os olhos a lhe saltar das órbitas, Barbacena acusava o poeta de traidor do rei. Fitando-o com desprezo, Cláudio bradou:

- Traidor foi seu avô, que vendeu a pátria!

Talvez esta história não passe de lenda, mas seria outro bom motivo para o governador mandar assassiná-lo. Alguns historiadores afirmam que, de sua cela, o poeta bradava que iria entregar muita gente. O seu próprio depoimento, tomado a 2 de julho de 1789, de maneira irregular, uma vez que não esteve presente um tabelião, parece que foi adulterado em muitos pontos. Francisco Ribeiro de Andrade, um dos soldados que fazia parte do Regimento de Cavalaria de Minas responsável pela guarda da prisão, e que morreu em proventa idade, afirmou que, no dia três de julho, um dia antes da morte de Cláudio, a guarda foi dispensada sem qualquer motivo aparente lá pelas seis horas da tarde, sendo substituída por soldados da polícia, talvez para facilitar o assassinato.

Não se sabe ao certo a data em que ele foi preso, mas se acredita que deve ter sido por volta do dia 25 de maio. Aprisionado de madrugada em seu leito, sofrendo de fortes crises reumáticas, foi levado para a Real Casa dos Contratos^[36], onde permaneceu encarcerado num cubículo debaixo de uma escada. Não foi conduzido para a prisão pública, porque possuía privilégios, como o Hábito da Ordem de Cristo.

Interrogado de maneira ilegal no dia dois de julho pelo juiz da devassa mineira Pedro José Araújo de Saldanha e pelo escrivão José Caetano César Manitti, é possível que o seu depoimento tenha sido adulterado. Através dele, nem de longe podemos perceber a inteligência grandiosa de Cláudio Manuel da Costa. Antes, parece que estamos diante de um sujeito covarde, que entregou todos os seus companheiros, com receio de ser punido. Duvida-se, inclusive, da assinatura do poeta, colocada ao final destas perguntas.

Neste depoimento, o poeta afirma que ficou aterrorizado, quando soube que haviam se iniciado as prisões em Vila Rica. Por ser “consentidor e aprovador” da ideia de uma pátria livre, imaginou que também poderia ser punido e, por isso, pôs-se a suplicar aos santos de sua devoção para que o livrassem de tal sofrimento. Cláudio alegou ser contra a conjura, sobre o qual já havia ouvido falar algumas vezes

pela boca do padre Toledo e Alvarenga Peixoto. Quando foi indagado quais seriam os demais membros do grupo, citou o nome de Domingos de Abreu Vieira, padre Rolim, Francisco de Paula, José Álvares Maciel e Tiradentes. Com relação a este último, alegou que não possuía qualquer relação de amizade e apenas o encontrara duas ou três vezes, julgando-o um indivíduo de “fraco talento”, que não prestaria para liderar coisa alguma. O próprio Gonzaga tinha-o na conta de seus inimigos, dizendo que ele era um “fanático”, cujo gênio ruim poderia fazer muito mal às pessoas. Durante todo o seu interrogatório, o poeta mostrou-se bastante nervoso e apavorado. Dois dias depois, apareceu misteriosamente morto em sua minúscula cela.

É bastante provável que Cláudio Manuel da Costa tenha citado em seu depoimento o nome de pessoas que Barbacena desejava proteger, quer por laços de amizade ou favores, quer porque alguns deles compraram a sua liberdade. Para evitar que ele repetisse isto na devassa carioca, aberta pelo vice-governador, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, cujos agentes chegariam em breve a Vila Rica a fim de iniciarem os seus interrogatórios, o governador teria incitado alguns de seus asseclas para calar definitivamente o poeta.

Na manhã do dia 4 de julho de 1789, o desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, acompanhado do doutor José Caetano César Manitti, do tabelião Antônio Joaquim de Macedo e do escrivão José Veríssimo da Fonseca, dirigiram-se à Casa dos Reais Contratos, onde Cláudio permanecia preso, para tomarem-lhe mais um depoimento. Quando abriram a porta do pequeno quartinho que lhe servia de prisão, localizado embaixo de uma escada, encontraram o poeta pendurado pelo pescoço por meio de um laço atado a um armário. Neste mesmo dia, foi realizado um exame de corpo de delito pelos cirurgiões Caetano José Cardoso e Manuel Fernandes de São Tiago. De acordo com o documento assinado por eles, o corpo estava de pé,

“encostado a uma prateleira, com um joelho firme de uma tábua dela, com o braço direito fazendo força em outra tábua, na qual se achava passada em torno uma liga de cadarço encarnado, atado à dita tábua e a outra ponta com uma laçada, e no corrediço deitado o pescoço do dito cadáver, que o tinha esganado e sufocado, por lhe haver inteiramente impedido a respiração, por efeito do grande aperto que ele fez com a força e gravidade do corpo na parte superior da laringe, onde se divisava do lado direito uma pequena contusão, que mostrava ser feita com o mesmo laço quando correu; e examinado mais todo o corpo pelos referidos cirurgiões, em todo ele não se achou ferida, nódoa ou contusão alguma, assentando uniformemente que a morte do referido doutor Cláudio Manuel da Costa só fora procedida daquele mesmo laço e sufocação, enforcando-se voluntariamente por suas mãos, como denotava a figura e posição em que o dito cadáver se achava.”

Certamente, os legistas já haviam sido industriados por Barbacena para que seu parecer fosse pelo suicídio. Segundo uma lenda, um dos cirurgiões a lavrar o auto do corpo de delito do cadáver de Cláudio Manuel da Costa, apelidado de Paracatu, teria concluído, num primeiro momento, que ele não se matara. No dia seguinte, porém, o ajudante de ordens do governador chamou este cirurgião ao gabinete e lhe apresentou outro laudo para ele assinar, afirmando que uma criança deixara cair tinta sobre o primeiro. Ao ler o texto, percebeu que haviam mudado o seu parecer, que agora defendia a tese do suicídio, mas acabou assinando assim mesmo.

As devassas

O vice-rei, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, sabia que estava para deixar o cargo em breve e não desejava entregar o seu posto sem ter tomado as providências necessárias para iniciar o processo contra os inconfidentes. Portanto, mal teve conhecimento do caso e antes mesmo de Tiradentes ter sido preso no Rio de Janeiro, ordenou que se abrisse uma devassa no dia 7 de maio de 1789. Para presidi-la, nomeou o desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, designando o ouvidor e corregedor da comarca do Rio de Janeiro, Marcelino Pereira Cleto, para ocupar a função de escrivão.

Na cadeia, o alferes Joaquim José não se mostrava disposto a colaborar com a devassa, negando todas as acusações que lhe faziam. Com isso, os trabalhos da devassa carioca pareciam de uma lentidão extrema ao vice-rei, que já se encontrava de partida para Portugal e desejava mostrar serviço à rainha. Em virtude do pouco resultado obtido até então, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa resolveu despachar a sua devassa para Vila Rica, onde ela poderia conseguir maiores informações sobre a conjura, interrogando os acusados, os quais permaneciam na capitania de Minas Gerais. Ironicamente, os juizes da devassa carioca chegaram a Vila Rica alguns dias após a morte de Cláudio Manuel da Costa. A 18 de julho, enviaram um requerimento ao governador, solicitando licença para iniciarem os seus trabalhos.

Acontece que Barbacena, surpreso por ter recebido a notícia de que o seu tio vice-rei havia tomado a dianteira e aberto uma devassa, resolveu não ficar atrás e expediu uma portaria a 12 de junho de 1789, ordenando a abertura de uma devassa também em Minas. O ouvidor e corregedor da comarca de Vila Rica, Pedro José Araújo de Saldanha, foi designado para o posto de juiz, enquanto que José Caetano César Manitti, ouvidor e corregedor da comarca de Sabará, ocuparia o cargo de escrivão. Com certeza, o Visconde decidiu instaurar a sua própria devassa para proteger seus amigos e tal atitude deve ter irritado profundamente Dom Luís de Vasconcelos. Ora, fica claro que duas devassas correndo paralelas iriam trazer graves problemas, pois um depoimento, uma carta ou um documento anexado em uma delas, não poderia constar da outra, sem dizer que os acusados e as testemunhas teriam de prestar inquéritos em ambas.

Desde o início, ficou claro que Barbacena tentou manipular os inquéritos da devassa mineira, procurando encobrir o nome de seus amigos e de pessoas que compraram a sua proteção. O caso mais vergonhoso foi o de João Rodrigues de Macedo, amigo de muitos inconfidentes, que não saíam de sua casa, onde iam jantar ou jogar gamão. Há notícias de que os conjurados chegaram a fazer reuniões secretas na sua casa. O próprio José Caetano César Manitti, homem sem escrúpulos e que adulterou depoimentos, chegou a oferecer proteção a Francisco Antônio de Oliveira Lopes, caso este não tocasse no nome do antigo contratador em seu depoimento. Além do mais, o governador fez o que esteve ao seu alcance para dificultar os trabalhos da devassa carioca, tanto que o vice-rei chegou a se queixar do Visconde ao ministro Martinho de Melo e Castro.

A devassa carioca permaneceu por dois meses interrogando os réus inconfidentes em Vila Rica, partido depois para outras cidades mineiras, onde o movimento poderia ter se ramificado. Após terem percorrido o interior das Minas sem conseguir praticamente nenhuma informação nova, mesmo porque só interrogavam pessoas que já haviam prestado depoimento na devassa mineira, José Pedro Machado Coelho Torres e Marcelino Pereira Cleto resolveram retornar para o Rio de Janeiro sem dar qualquer satisfação a Barbacena. Este ainda pediu que lhe entregassem uma cópia dos resultados obtidos, a fim de comparar com aqueles que ele já possuía, mas a solicitação foi negada. Pelo seu lado, o governador procurava retardar a sua devassa o máximo que podia, pois ficara estabelecido que ela seria unida à outra.

A devassa carioca decidiu que os presos remanescentes em Vila Rica deveriam ser despachados para o Rio de Janeiro, partindo a 7 de setembro de 1789, numa escolta comandada pelo tenente Miguel Nunes Vidigal. Dentre eles, achavam-se o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza e coronel de auxiliares Domingos de Abreu Vieira. Ao todo, a devassa carioca durou aproximadamente seis meses e interrogou 68 pessoas. Já a devassa mineira estendeu-se até o dia 9 de abril de 1791. No palácio de Cachoeira,

Barbacena recebeu os documentos das mãos do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha e a despachou para Portugal o mais rápido que pôde, através do coronel Francisco Antônio Rabelo. Contudo, seu tio havia sido mais rápido, enviando os documentos da devassa carioca para o ministro Martinho de Melo e Castro cerca de um mês antes.

Os réus inconfidentes e os depoimentos do alferes

Em uma das reuniões secretas, ficou acertado que, se o movimento inconfidente fosse descoberto e os conjurados presos, nenhum deles deveria dar qualquer informação sobre o levante, negando sempre a sua participação, pois imaginavam que não apareceriam provas concretas contra eles. Aliás, equivocaram-se quanto a isso, pois foram apreendidos alguns documentos, embora não muito relevantes. Levados para as prisões na cidade do Rio de Janeiro, todos começaram respondendo os seus interrogatórios norteados por aquela instrução de negar tudo, mas logo alguns deles passaram a confessar a verdade. Não se sabe se, para conseguir as confissões, os réus conjurados sofreram tortura.

Após inúmeros inquéritos e acareações, onde os réus se acusavam mutuamente, muitos deles caindo em franca contradição, todos os trabalhos relativos aos interrogatórios e às investigações foram encerrados no dia 25 de outubro de 1791, um ano bastante difícil para os prisioneiros que, a todo instante, eram trazidos diante do juiz para prestar seus depoimentos. Depois, voltavam a ser atirados em suas celas úmidas e escuras, quando não eram transferidos para outras prisões, arrastados pelas ruas cheias de lama, os corpos imundos atados a grossas correntes, debaixo do olhar atento dos soldados e da população curiosa, que não entendia bem por que motivo homens respeitáveis como o poeta Tomás Antônio Gonzaga estavam sendo tratados como criminosos.

O tribunal da Alçada nomeou o advogado José de Oliveira Fagundes para defender os réus inconfidentes. Indicado para o cargo a 31 de outubro de 1791, o nobre advogado teve um prazo curtíssimo para ler os autos, que recebeu no dia dois de novembro, fazendo a defesa de todos os conjurados num prazo recorde. Em pouco mais de vinte dias, não só leu o processo inteiro, como escreveu uma defesa com cerca de setenta páginas.

Ao todo, 34 pessoas foram indiciadas, sendo que 8 acabaram sendo consideradas inocentes. A lista com os 26 condenados é a seguinte:

- 1) Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)
- 2) José Álvares Maciel
- 3) Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade
- 4) Padre Carlos Correia de Toledo
- 5) Padre José da Silva e Oliveira Rolim
- 6) Coronel Inácio José de Alvarenga
- 7) Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes
- 8) Sargento-Mor Luís Vaz de Toledo Piza
- 9) Tenente-Coronel Domingos de Abreu Vieira
- 10) Cláudio Manuel da Costa
- 11) Tomás Antônio Gonzaga
- 12) Cônego Luiz Vieira da Silva
- 13) Domingos Vidal de Barbosa
- 14) Padre Manoel Rodrigues da Costa
- 15) Capitão José de Resende Costa

- 16) José de Resende Costa (Filho)
- 17) Salvador Carvalho do Amaral Gurgel
- 18) Padre José de Oliveira Lopes
- 19) Coronel José Aires Gomes
- 20) Antônio de Oliveira Lopes
- 21) Capitão João Dias da Mota
- 22) Vicente Vieira da Mota
- 23) João da Costa Rodrigues
- 24) Alferes Vitoriano Gonçalves Veloso
- 25) Fernando José Ribeiro
- 26) José Martins Borges

Como cabeça do movimento, Tiradentes foi submetido a onze interrogatórios. Em seu primeiro inquérito, ocorrido a 22 de maio de 1789, quando ele já se encontrava preso na Fortaleza de São José, na Ilha das Cobras, negou qualquer participação no movimento, conforme haviam combinado. Afirmou apenas que se refugiara no sótão da casa de Domingos Fernandes da Cruz, porque estava sendo seguido por dois homens e aquele foi o esconderijo que encontrou para despistá-los. Interrogado novamente cinco dias depois pelos mesmos homens, o juiz José Pedro Machado Coelho Torres e o escrivão Marcelino Pereira Cleto, outra vez o alferes permaneceu na negativa. Joaquim José ignorava que o levante havia sido descoberto e mal podia imaginar que outros inconfidentes já tinham sido presos em Vila Rica. No dia 30 de maio, tornou a ser interrogado, persistindo em não confessar o que sabia. Dessa vez, porém, o juiz da devassa mandou entrar na sala Joaquim Silvério dos Reis. Diante de um Tiradentes atônito, que só agora tomava consciência de que aquele companheiro traíra a causa de todos, Silvério relatou detalhadamente tudo o que sabia. Depois disso, o alferes foi trancado em seu cubículo úmido e escuro, onde permaneceu esquecido e incomunicável por quase oito meses.

Somente a 18 de janeiro de 1790, Joaquim José da Silva Xavier foi convocado novamente a depor. Achava-se emagrecido, imundo, com os cabelos e a barba emaranhados. Desta vez, os juízes da devassa já possuíam muito mais informações a respeito do levante, em virtude dos outros inconfidentes terem dado com a língua nos dentes. Por isso, souberam espremer melhor Tiradentes, que não teve como persistir na negativa. Enfim, em seu quarto interrogatório, Joaquim José confessou que era o líder do movimento, que idealizara tudo e que agira desta forma, porque se achava descontente com o governo, o qual nunca o promovia em sua carreira militar, embora outros, seus subalternos, já ocupavam postos de comando. Tiradentes foi grande. Enquanto os demais inconfidentes acusaram-se uns aos outros e lançaram toda a culpa sobre o alferes, este não acusou ninguém e afirmou ser o único responsável por todo o movimento inconfidente.

A 14 de abril de 1791, Tiradentes foi convocado novamente a depor, dessa vez perante o tribunal da Alçada, presidido pelo desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho. Confirmou tudo o que já havia dito, insistindo em afirmar que idealizara toda a sedição e era o único responsável por incutir no povo a ideia de um Brasil livre de Portugal. Aliás, como já ficou dito, os seus companheiros continuavam acusando o alferes desta culpa. Descrevem-no nos *Autos* como “um homem sem nenhum conceito”, um sujeito “rústico e atroado”, “louco”, um indivíduo de “gênio ardentíssimo”. O próprio advogado incumbido de defendê-lo, o doutor José de Oliveira Fagundes, chamou-o em sua defesa de “insano”. Ainda seria acareado com Alvarenga Peixoto e Domingos de Abreu Vieira. Após o depoimento de 14 de abril, Tiradentes voltaria a ser interrogado pelo presidente da Alçada por mais sete vezes, sendo seu último inquérito a 15 de julho de 1791. Ao todo, permaneceria três anos trancado na prisão, de onde só sairia para o cadafalso.

A Alçada

O vice-rei do Brasil, Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, foi substituído pelo Conde de Resende a 6 de junho de 1790. Por essa época, as duas devassas já haviam chegado a Lisboa e a Coroa estudava quais medidas tomaria para punir crime tão grave, punição que deveria servir como exemplo aos demais súditos, para que nunca mais ninguém ousasse pensar em independência. A 17 de julho de 1790, a rainha dona Maria I escreveu uma carta-régia destinada ao novo vice-rei:

“Carta Régia ao Conde de Resende, Vice-Rei do Estado do Brasil, sobre a Alçada para julgamento dos inconfidentes de Minas Gerais.

Conde de Resende, Dom José de Castro, do Meu Conselho, Vice-Rei e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brasil.

Eu, a Rainha, vos envio muito saudar. Com o motivo das devassas e contas que dirigiram à minha Real Presença o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, vosso predecessor, e o governador e capitão-general da capitania das Minas Gerais, Visconde de Barbacena, da conjuração maquinada da dita capitania de Minas, fui servida ordenar ao doutor Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, que nomeei chanceler dessa Relação, para que, passando logo a essa capital, conheça nela privatamente de tudo que pertencer à dita conjuração e de todos os seus incidentes e dependências, sendo ele o relator e fazendo sumários os Autos das ditas devassas, sentenciando-as com os adjuntos que daqui lhe vão nomeados (...)”

Através desta carta, dona Maria I nomeou o tribunal que deveria julgar os réus inconfidentes, a Alçada. Para presidi-la, determinou que o desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho ocuparia o posto de chanceler da Relação, com plenos poderes para sentenciar os réus como bem entendesse. Além dele, também foram nomeados para compor o tribunal da Alçada o jurista e poeta Antônio Diniz da Cruz e Silva para ocupar o posto de agravante e Antônio Gomes Ribeiro, para o cargo de agravista. Luís Alves da Rocha, desembargador dos agravos do Rio de Janeiro, foi indicado como escrivão principal e José Caetano César Manitti, o mesmo sujeito que já fora escrivão da devassa mineira e tentara manipulá-la, procurando ocultar nomes como o de João Rodrigues de Macedo, foi designado também como escrivão. Deveria auxiliar Luís Alves da Rocha, pois Marcelino Pereira Cleto, que ocuparia naturalmente o cargo, havia partido para a Bahia, a fim de substituir Tomás Antônio Gonzaga no posto de desembargador daquela Relação.

Os membros que vieram de Portugal para compor o tribunal da Alçada desembarcaram no Rio de Janeiro na véspera de Natal, a 24 de dezembro de 1790. Dentre as suas primeiras medidas, a Alçada mandou prender alguns inconfidentes, os quais ela não entendia por que continuavam livres em Vila Rica. Dentre eles, foram trazidos presos para a corte José de Resende Costa e seu filho, o padre Manuel Rodrigues da Costa, José Aires Gomes e o guarda-livros de João Rodrigues de Macedo, Vicente Vieira da Mota, que nem era a favor da independência do Brasil. Em meados de setembro de 1791, decidiu que os principais réus inconfidentes deveriam ser transferidos para as celas da Relação e da Ordem Terceira da Penitência. Neste ano, a Alçada realizou inúmeros inquéritos, os quais se tornaram mais insidiosos e agressivos. O juiz Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho não se contentava apenas em inquirir, mas discutia com os réus, torcia as suas intenções, sofismava e, em alguns casos, chegou mesmo a ofender os acusados. Ordenou que o jurista José de Oliveira Fagundes, advogado da Santa Casa de Misericórdia, fizesse a defesa dos réus, mas lhe deu um prazo exíguo para ler os *Autos*, a fim de realizar aquela tarefa

monumental e ingrata.

Com a sequência dos interrogatórios, os juizes da Alçada acabaram se deparando com um problema que não esperavam. O número de pessoas envolvidas, entre sabedores e consentidores, era imenso. A todo momento, mais e mais indivíduos eram citados nos *Autos*, de maneira que começou a ficar impossível ouvir tanta gente. Sem outra alternativa, o juiz da Alçada, Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, escreveu uma carta para Lisboa, sugerindo que se levassem em conta uma anistia geral para o caso, uma vez que existiam muitos indivíduos envolvidos. A corte ponderou e decidiu punir apenas um réu de cada região ou posição social para dar o exemplo. Dessa forma, muita gente culpada, que teve grande participação no levante, acabou escapando da condenação; por outro lado, algumas pessoas, cujo envolvimento no motim fora ínfimo, foram punidas.

Este critério levou a Alçada a proteger muitos homens abastados, que simpatizavam com o movimento, mas não o delataram. A corte portuguesa queria apenas punir os principais cabeças da rebelião a fim de mostrar a todos o que acontecia com os criminosos de lesa-majestade. Alguns historiadores criticam a Alçada, alegando que a sua formalização e atuação não passou de um grande teatro armado pela monarquia portuguesa, com direito a advogado de defesa e tudo, pois todas as decisões já haviam sido tomadas antecipadamente pelos ministros, encabeçados por Dom Martinho de Melo e Castro. O próprio alvará de indulto da rainha, lido aos réus apenas no derradeiro instante, quando já sofriam as amarguras da pena de morte ou degredo, dá bem exemplo deste grande circo. Os juizes da Alçada sabiam de antemão o que a rainha havia decidido, mas permitiram que os réus fossem torturados mentalmente, aterrorizados pelo medo da morte.

A sentença

Após muitos dos inconfidentes terem permanecido em prisões imundas por quase três anos, sofrendo todos os tipos de privações e padecimentos, finalmente, os trabalhos da Alçada foram concluídos. Na noite de 17 de abril de 1792, uma terça-feira, a população do Rio de Janeiro percebeu que um movimento diferente passou a tomar conta da cidade. Cerca de cem soldados do regimento de Estremoz, vindos do quartel do Campo de Sant'Anna, cercaram o prédio da cadeia pública para garantir a total segurança do ato que ali iria se verificar. Aos poucos, os réus conjurados foram sendo trazidos para aquele local, provenientes de quatro prisões diferentes, onde estavam sendo mantidos encarcerados: Palácio, Ordem Terceira de São Francisco, Relação e Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Do convento de Santo Antônio, onze franciscanos desceram o morro para dar o último conforto aos prisioneiros. O seu próprio guardião, o padre-mestre José de Jesus Maria do Desterro, seguia à frente do grupo, que ainda contava com frei Raimundo de Penaforte, o qual legaria à posteridade importantes informações de tudo aquilo que presenciou naqueles dias fatídicos.

Onze franciscanos foram convocados para participar da leitura da sentença, pois dizia a lei que ninguém poderia ser condenado à morte sem assistência religiosa. Logo, de antemão a população adivinhara que onze réus seriam sentenciados à pena capital. Os onze inconfidentes apanhados em suas celas e conduzidos para a cadeia pública foram os seguintes: Joaquim José da Silva Xavier, Francisco de Paula Freire de Andrade, José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Luís Vaz de Toledo Piza, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José de Resende Costa, pai e seu filho homônimo, Domingos de Abreu Vieira, Domingos Vidal de Barbosa e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. Dentre os principais conjurados, ficaram de fora desta lista Tomás Antônio Gonzaga e os réus eclesiásticos, que teriam um julgamento à parte, e permaneceram na Fortaleza da Ilha das Cobras.

A sala do oratório da cadeia pública do Rio de Janeiro, para onde os réus inconfidentes foram

levados a fim de ouvir a sentença, fora preparada com requintes de crueldade. O juiz da Alçada, Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, mandara-a revestir com panos pretos de cima abaixo, colocando na parede várias tochas funerárias e cruces, a simbolizar o luto da nação e, ao mesmo tempo, impressionar o espírito dos conjurados, aumentando-lhes ainda mais a tortura. Ninguém na cidade sabia o que de fato estava para acontecer ali e muitos comentavam que matariam todos os prisioneiros de uma só vez, expondo os seus cadáveres na sala do oratório. Por volta da meia-noite, os frades franciscanos entraram na sala e encontraram os inconfidentes sujos, magros, com os cabelos desgrehados e aparência doentia. Uns traziam gargalheiras ao pescoço, enquanto que outros chegaram à cadeia pública apenas algemados. Foram presos a uma das paredes por grossas correntes e ali permaneceram a noite inteira, cansados e enfraquecidos, procurando dormir um pouco em algumas camas improvisadas. Quando raiou o dia, um dos frades rezou uma missa, a que os réus assistiram ainda dominados pelo sono.

Às oito horas da manhã da quarta-feira, dia 18 de abril de 1792, os juizes da Alçada se reuniram numa sala à parte da cadeia pública para dar início ao julgamento dos presos. Incrivelmente, esta reunião durou dezoito horas e só foi encerrada às duas horas da manhã do dia 19 de abril, quinta-feira, com a redação final do Acórdão e a sentença condenatória dos réus, embora esta já estivesse decidida há muito. Durante todo este tempo, os membros da Alçada haviam parado apenas para se alimentar e realizar as necessidades mais prementes.

Por volta das três horas da manhã do dia 19 de abril, quinta-feira, o escrivão da Alçada, desembargador Luís Alves da Rocha, abriu a porta da sala do oratório e entrou resolute, seguido por mais alguns companheiros juristas. Apoiando-se uns nos outros, ainda dominados pela sonolência, os réus ergueram-se com dificuldade, tomados por um súbito terror. Joaquim José da Silva Xavier foi libertado das correntes que o prendiam à parede e metido em gargalheiras e calcetas por alguns dos soldados que se encontravam no recinto para dar proteção a todo aquele teatro armado. O escrivão ordenou que o alferes fosse posto à frente dos demais para ouvir a sentença. A fim de aumentar o suplício de todos, a leitura do julgamento levou mais de duas horas. Era como se a Alçada se deliciassem em torturar aquelas pobres criaturas e, à medida que as penas iam sendo lidas, os prisioneiros se desesperavam, choravam e ofendiam-se mutuamente. Apenas Joaquim José não deu uma palavra, limitando-se a ouvir serenamente a sua sentença:

“Mostra-se que entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as ideias de república, foi o réu Joaquim José da Silva Xavier, por Alcumha o Tiradentes, alferes que foi da Cavalaria paga da Capitania de Minas, o qual há muito tempo que tinha concebido o abominável intento de conduzir os povos daquela Capitania a uma rebelião pela qual se subtraíssem da justa obediência devida à dita Senhora, formando para este fim publicamente discursos sediciosos que foram denunciados ao governador de Minas (...)

Portanto, condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcumha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que, com baração e pregão, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde no lugar mais público será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Cebolas, onde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma, declaram o réu infame, e seus filhos e netos tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu (...)”

Pela leitura deste trecho, observa-se que a justiça portuguesa não se dava por satisfeita apenas com a morte de Tiradentes, o principal cabeça do movimento. Como bem disse Charles Ribeyrolles, a Coroa desejava infâmias póstumas, membros pendurados em postes, filhos sem teto e sem pão, casas destruídas e terrenos salgados. E o notável panfletista do século XIX concluía seu pensamento com as seguintes indagações: “De que justiça humana foram extraídas estas sentenças que feriam os filhos e os netos pelo crime dos pais? A que código do oriente ou da Roma imperial pertence esta justiça de carniceiros que esquarteja os corpos? Não se fazia mais no tempo de Tibério”.

Francisco de Paula Freire de Andrade, José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes e Luís Vaz de Toledo Piza também receberam a pena de morte pelo enforcamento e suas cabeças deveriam ser decepadas e fincadas em paus diante de suas respectivas casas para alguns deles e em lugares públicos para outros. Os demais inconfidentes que se encontravam na sala do oratório foram “apenas” condenados a morrerem na forca.

Tudo isto não passou de pura encenação, protagonizada por um tribunal de mentira, pois os juízes já estavam industriados para condenar os réus. Antes do julgamento, já se sabia quais seriam os inconfidentes punidos e quais as suas penas. Segundo o historiador Kenneth Maxwell, a 15 de outubro de 1790, a rainha dona Maria I assinou uma carta-régia, onde concedia clemência aos conjurados. Os principais inconfidentes seriam degredados para Angola e Benguela, enquanto que os secundários iriam para Moçambique. O perdão real se estenderia a todos os prisioneiros, exceto aqueles que tivessem participado das reuniões secretas e, “com discursos, práticas e declamações sediciosas, assim em público como em particular, procurassem em diferentes partes[37]” disseminar o movimento. Curiosamente, o único réu que se encaixava nesta exceção era Tiradentes, escolhido para ser o bode expiatório, porque “não é pessoa que tenha figura, nem valimento, nem riqueza”. Tendo as sentenças vindo prontas de Lisboa, não era necessário julgamento algum, mas foi preciso se encenar tal farsa, para justificar a punição de todos.

Após a leitura da sentença, o escrivão Luís Alves da Rocha retirou-se da sala. Imediatamente, todos os conjurados, que haviam ouvido em relativo silêncio o desembargador falar por mais de duas horas, começaram a chorar, gritar e se acusar mutuamente. Consta que permaneceram discutindo por quase quatro horas, um lançando a culpa de seu infortúnio sobre o outro. Alvarenga Peixoto chorava descontrolado e chegou a acusar a sua própria esposa, como responsável pelo seu destino. José de Resende Costa, filho, abraçou-se a seu pai e os dois permaneceram em prantos por algum tempo. Francisco de Paula Freire de Andrade maldizia o maldito momento em que tinha dado ouvidos ao alferes. Só Domingos Vidal de Barbosa parecia sereno e ria deveras, dizendo confiante que não iria morrer enforcado. Todos imaginavam que o companheiro havia enlouquecido. Embora nenhum deles tenha acreditado, Domingos contou-lhes o seguinte. Enquanto esteve preso na Fortaleza da Ilha das Cobras, ouviu por umas fendas a conversa dos juízes, dizendo que pequeno seria o derramamento de sangue e apenas um ou dois dos principais inconfidentes seriam mortos para dar o exemplo. Como ele não se incluía entre os cabeças, estava certo de que não receberia a pena capital. E Domingos exclamava: “Viva a Rainha!”.

Durante todo o dia 19, os condenados sofreram as mais terríveis angústias. A todo momento, as portas abriam e fechavam na sala do oratório, entrando e saindo gente, e eles imaginavam que, a qualquer instante, viriam apanhá-los para o enforcamento. Longa foi a madrugada passada do dia 19 para 20 de abril, sexta-feira, em que quase nenhum deles conseguiu pregar os olhos. Naquela manhã, os réus assistiram a missa e receberam a extrema-unção, que foi uma tremenda crueldade da Alçada, pois se trata de um sacramento administrado pela igreja para os muito enfermos e que estão para morrer. Se algum deles, além de Domingos Vidal de Barbosa, ainda nutria alguma esperança de salvação, certamente a perdeu naquele momento. Ao cabo da missa, as portas da sala do oratório foram abertas de maneira

estrondosa e o escrivão Luís Alves da Rocha entrou triunfante. Todos permaneceram no mais absoluto silêncio, imaginando que ele daria a ordem para levá-los ao cadafalso. O desembargador afirmou que, a partir daquele momento, não seriam mais admitidos nenhum embargo por parte do advogado José de Oliveira Fagundes. O sangue dos inconfidentes gelou dentro das artérias, pois não havia mais nada a ser feito e a morte seria questão de horas. Então, Luís Alves da Rocha abriu o livro dos *Autos* e leu o seguinte trecho:

“Acórdão em Relação os da Alçada etc. Em observância da Carta da dita Senhora novamente junta, mandam que se execute inteiramente a pena da sentença no infame réu Joaquim José da Silva Xavier por ser o único que na forma da dita Carta se fez indigno da Real Piedade da mesma Senhora; quanto aos mais réus, a quem deve aproveitar a Clemência Real, hão por comutada a pena de morte para degredo perpétuo.”

Houve um instante de silêncio, como se naqueles breves segundos os réus estivessem ainda tentando entender o que havia acontecido. Em seguida, ocorreu uma explosão de alegria, todos gritando ao mesmo tempo e dando vivas à rainha. Diziam, transbordando de felicidade: “Que clemência! Que piedade! Só vós, Senhora, nascestes para governar! Que felicidade a nossa, sermos vassallos de uma Rainha tão cheia de comiseração do seu povo! Governai-nos, Senhora, vós nos cativastes!”. Nenhum deles se lembrou que Tiradentes fora o único condenado à morte. Ali ele permanecia em silêncio, sem demonstrar em seu rosto a menor sombra de inveja pelo destino dos companheiros. Aos poucos, todos foram levados de volta para as suas prisões, onde aguardariam os navios que os levariam ao degredo.

Toda aquela encenação havia sido armada pelos juizes não só para apavorar os réus, mas também para engrandecer as qualidades de uma rainha tão piedosa, que nunca se vira outra igual. Cerca de um ano e meio antes da sentença ser proferida, a carta-régia que comutava a pena de morte em degredo já estava escrita, mas o tribunal da Alçada manteve o segredo para torturar os inconfidentes. Segundo o historiador Lúcio José dos Santos, tal atitude foi “absolutamente inédita ainda nos anais do despotismo e da maldade humana”.

O povo, que via com certa simpatia os inconfidentes e ficara angustiado quando recebera a notícia de que os onze réus seriam enforcados, sentiu-se aliviado com a comutação das penas e todos davam vivas à clemente rainha. Em pouco tempo, a notícia já havia corrido as ruas da cidade e a população comemorou a decisão da Alçada. Imediatamente, mandaram limpar o Campo de São Domingos e convocaram às pressas diversos marceneiros, a fim de erguer um alto cadafalso, para a execução do réu infame.

O enforcamento

Naquele sábado, 21 de abril de 1792, o amanhecer raiou fresco e sem nuvens no céu. Aos poucos, as pessoas começaram a circular pela cidade, indo se postar diante do enorme cadafalso que os marceneiros haviam construído no Campo de São Domingos para servir como palco do último ato daquele drama funesto, a página mais terrível de nossa história. Nos dias em que os réus haviam permanecido na sala do oratório da cadeia pública, aguardando sair a sentença da Alçada, muitas pessoas, consternadas com tal situação, deixaram a cidade e se retiraram para o campo. Era como se não quisessem compactuar com aquele circo armado pela Coroa portuguesa para punir os homens que, um dia, tinham sonhado tornar a sua pátria livre. Os que permaneceram no Rio de Janeiro quase não saíam às ruas e o próprio movimento no comércio diminuía sensivelmente. Embora nenhum carioca tenha

participado do levante, o povo sentia-se oprimido, pois muitos simpatizavam com a ideia de liberdade e soberania nacional. Quando, porém, espalhou-se a notícia de que os réus inconfidentes haviam sido perdoados e apenas um deles seria punido, a cidade experimentou um grande alívio. As pessoas rezavam diante dos oratórios, agradecendo aquele derradeiro gesto de humanidade, que a piedosa rainha dona Maria I concedera aos abomináveis e desleais súditos, os quais tinham se reunido em conventículos com tão hediondos propósitos. Toda a corte encheu-se novamente de vida e muitos não puderam conter as lágrimas. O vice-rei, Conde de Resende, dera ordens para que todos enfeitassem as fachadas de suas casas com colchas e toalhas coloridas nas janelas, pois aquele seria um dia de festa para a colônia.

Ainda de madrugada, após ter sido despertado, Tiradentes confessou-se com frei Raimundo de Penaforte, que deixou por escrito o principal relato que temos do dia do enforcamento, sendo ele uma testemunha ocular dos fatos. Segundo o frade, quando o cortejo saiu, “as janelas das casas estavam vindo abaixo por causa de tanto mulherio”. Pouco depois, o barbeiro chegou e lhe raparam todos os pelos da cabeça à luz de um candeeiro de azeite. O alferes não usava barba, mas ela crescera durante o tempo em que esteve preso. Para ser enforcado, porém, fazia-se mister estar sem barba e careca, como era o costume do tempo. Pediram para ele tirar a sua roupa imunda e lhe entregaram a alva, uma espécie de camisolão branco, a qual descia até os pés. Logo após frei Raimundo de Penaforte ter lhe confessado, entrou na cela o carrasco chamado Capitânia, acompanhado por dois meirinhos. O negro pediu desculpas a Joaquim José, uma vez que não o queria mal, mas apenas estava cumprindo ordens. Dizem que Tiradentes lhe perdoou, beijando-lhe as mãos. Em seguida, o carrasco amarrou-lhe os pulsos com uma corda resistente, chamada baraço, e saíram da cela.

A Coroa portuguesa quis transformar a execução de Tiradentes num evento grandioso, para que a sua notícia repercutisse por todo o país e deixasse bem claro o que acontecia com aqueles que cometessem crime de lesa-majestade. Os soldados de todos os regimentos da corte foram colocados nas ruas para garantir a segurança da população. Trajavam fardas de gala e seus cavalos ostentavam laços cor-de-rosa nas crinas. Os oficiais haviam mandado preparar seus animais com arreios, estribos e ferraduras de prata, além de mantas de veludo encarnado, franjadas com fios de ouro. Às nove horas da manhã, com um céu todo azul e um sol forte, as cornetas de um esquadrão de cavalaria do governador soaram e o séquito de Tiradentes começou a percorrer as ruas da cidade do Rio de Janeiro, abrindo caminho por entre a multidão. Na frente da comitiva, três meirinhos balançavam sinetas e proferiam de tempo em tempo: “Justiça que faz Sua Majestade, a Rainha, no infame réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes”. Em seguida, iam os irmãos da Misericórdia com sua célebre bandeira. Caso a corda arrebetasse ou falhasse, obra interpretada como vontade do Criador, eles atiravam a bandeira sobre o condenado e este estaria livre. Atrás deles, o carrasco Capitânia trazia Tiradentes amarrado pelo baraço. O alferes caminhava descalço, com a cabeça coberta por um capuz e, como seguia com os punhos amarrados, mal conseguia segurar direito um crucifixo. Depois dele, acompanhavam o préstito alguns frades franciscanos e soldados. Ao final da fila, vinha uma carreta pesada de madeira, onde se deveriam colocar o corpo de Joaquim José. O vice-rei não quis ou não pôde comparecer pessoalmente.

O comboio seguiu pela Rua da Cadeia, Largo da Carioca, Rua do Piolho, Barreira de Santo Antônio, passou defronte à igreja de Lampadosa e chegou ao local onde a força fora armada, no Campo de São Domingos. Ali, a presença do povo era gigantesca. Por volta das onze horas, Tiradentes alcançou o patíbulo e subiu os 25 degraus, ajudado por frei Raimundo de Penaforte. A segurança da praça era feita por inúmeros soldados que, de costas para o tablado, formavam um triângulo em volta dele. O povo aglomerava-se daí para trás, enquanto que havia um lugar reservado para as autoridades poderem assistir ao espetáculo com toda a comodidade. Já sobre o patíbulo, Joaquim José pediu água e, dirigindo-se ao seu algoz, suplicou-lhe que cumprisse o seu trabalho da maneira mais rápida possível. Tiraram-lhe o capuz e lhe colocaram sobre os olhos um pano preto. Nesse momento, frei José de Jesus Maria do Desterro, guardião do convento de Santo Antônio, resolveu aproveitar seus dotes de orador e passou a

fazer um inoportuno discurso, para maior tortura do alferes. Enquanto isso, o carrasco Capitânia amarrava a corda na trave. Quando, finalmente, a interminável prédica chegou ao fim, o bom frade começou a rezar o Credo, que foi acompanhado por toda a população, inclusive Tiradentes. Ao cabo, os tambores começaram a rufar e todos fizeram silêncio, angustiados. Num gesto brusco, o carrasco acionou uma alavanca e, no mesmo instante, o prisioneiro balançou no ar, estrebuchando, pendurado pelo pescoço. Foram alguns segundos de terrível agonia, pois o alferes não morreu imediatamente. Para abreviar o seu sofrimento, o carrasco Capitânia subiu-lhe nas costas a fim de aumentar o peso na forca. Eram onze horas e vinte minutos, quando Tiradentes expirou. Soaram clarins e rufaram os tambores. Deram muitos vivas à rainha e ao vice-rei, que souberam fazer justiça. Frei Raimundo de Penaforte tomou a palavra e também fez um sermão, cujo tema central era que os súditos não deveriam trair seu rei nem em pensamento. Aos poucos, a população foi deixando a praça, pois o espetáculo chegara ao fim. Joaquim José da Silva Xavier ali permaneceu pendurado até as duas horas da tarde, quando seu cadáver foi posto na carreta e levado ao quartel do Campo de Santana, onde o deceparam e esquartejaram seu corpo ainda quente em quatro pedaços, conforme a sua sentença.

Todas as partes do corpo de Tiradentes foram enfiadas dentro de sacos com sal e levados para a capitania das Minas Gerais pelo regimento de Estremoz. Cada um dos quartos seria amarrado próximo a uma localidade onde o alferes teria feito as suas “infames práticas”. O regimento só chegou a Vila Rica um mês após o enforcamento e a cabeça de Joaquim José fora presa a um poste na praça central da cidade, atada por uma corrente, mas acabou sendo roubada misteriosamente alguns dias depois. A 24 de maio, a Câmara municipal ordenou que se colocassem luminárias nas casas para festejar o acontecimento. Quem assim não procedesse, seria castigado. Também no Rio de Janeiro, após aquele fatídico dia 21 de abril, o vice-rei decretou que fossem colocadas luminárias e as festividades pelo martírio de Tiradentes duraram seis dias. A 26 de abril, foi celebrada uma missa na Igreja da Ordem Terceira do Carmo em agradecimento ao fracasso do levante. Na mesma igreja, ainda naquela noite, o Conde de Resende esteve presente a um solene *Te Deum*. Apesar de toda esta tentativa para demonstrar um clima de festa, as pessoas da corte mostravam-se tristes pela morte do alferes, com exceção dos reinóis, que comemoravam o fracasso do movimento.

A luta e o sacrifício dos inconfidentes não foram em vão. Três anos após a morte de Tiradentes, seguia-o para a tumba o poderoso ministro Martinho de Melo e Casto, sendo substituído no cargo dos Domínios Ultramarinos por Dom Luís Pinto Coutinho. Uma das suas primeiras atitudes foi retirar Barbacena do cargo de governador das Minas. Com ele, iniciou-se uma nova forma de política com relação à colônia, pois Dom Luís fora governador de Mato Grosso e conhecia bem os problemas brasileiros. Passou a incentivar não só a mineração, mas também a produção de ferro, pólvora e a indústria de manufaturas. Aliás, todas estas conquistas eram propostas dos inconfidentes. Trinta anos após a morte do alferes, o seu sonho se transformaria em realidade e o Brasil se tornaria uma nova pátria, definitivamente livre dos laços que nos uniam a Portugal.

PARTE DOIS

A VIDA COTIDIANA NAS MINAS DO SÉCULO XVIII

Alimentação

Considerada como a nona arte pelos franceses, não é necessário dizer que a gastronomia apresenta características típicas em todas as sociedades. A grosso modo, pode-se afirmar que os habitantes das Minas no século XVIII comiam mal. Os ricos “enchiam o bandulho”, como se dizia no tempo, com alimentos gordurosos, repletos de calorias, que deixariam qualquer pessoa de hoje com os cabelos em pé. Pobres sempre se alimentaram miseravelmente em qualquer tempo e lugar, de maneira que não seriam uma exceção na capitania mineira. Além do mais, a comida não era preparada de uma maneira muito higiênica, o que acarretava inúmeras doenças, sem dizer que diversos alimentos chegavam às Minas já deteriorados. Em virtude da dificuldade de transporte e armazenamento, a comida estragava facilmente, sobretudo aquelas importadas de Portugal.

Os desbravadores das bandeiras paulistas trouxeram para a região o gosto de comer feijão, farinha, toicinho e animais de caça, como patos bravos, mutuns, perdizes, pacas e capivaras gordas, pois as magras diziam que davam diarreia. Quando não encontravam caça melhor, os bandeirantes saciavam-se com carne de macaco, muito saudável para os doentes, segundo o padre Anchieta, ou mesmo formigas torradas. Estabelecidos os primeiros arraiais, o colono acrescentou à sua dieta o principal prato da culinária indígena, a mandioca, que comia como bolo, beiju, sopa, angu ou misturada ao feijão na forma de farinha. Na época do Conde de Assumar, os mineiros comiam cereais e vegetais que plantavam em pequenos roçados, como feijão, milho e mandioca, além de alguma carne bovina, cuja importação neste período aumentou, trazida em geral de São Paulo, Paraná, Bahia e Pernambuco.

Como praticamente toda a população era formada por católicos, raras pessoas comiam carne de carneiro, uma vez que era associada ao cordeiro de Deus. Por outro lado, consumia-se carne de porco com frequência, até mesmo para se mostrar que não era judeu. Inclusive, empregava-se muito toicinho, para dar um tempero especial em quase todos os pratos. Havia também outros tipos de caça, que faziam os mineiros lambar os beiços, como tatu e jacu. Dentre os pratos típicos, preparavam perdizes guarnecidas com lombo de porco, coelhos assados com paio, perus recheados, pombos guarnecidos com linguiça. Por sua vez, a carne bovina não era tão apreciada, embora fosse muito barata. Peixes comiam-se assados no espeto ou preparados para se comer em conserva dias depois. Na verdade, o povo de Minas não se alimentava muito com peixe, pois diziam que provocava lepra. Já as galinhas eram consideradas alimentos dos mais abastados e custavam caro. Para não estragarem, a única maneira de conservar as carnes e os peixes em salgando-os.

Dentre os alimentos da roça, o mais cultivado nas Minas do século XVIII foi o milho, que era baratíssimo, servindo, inclusive, para alimentar os porcos. Também se plantou bastante a cana para fazer cachaça. Feijão e couve estavam presentes em quase todas as mesas, ao contrário do arroz, que pouco se cultivou no tempo. Também comiam palmito cru, às vezes esmagado em uma papa de mingau. Frutas não eram muito apreciadas pela população, mas se encontravam com facilidade em Vila Rica pitangas, bananas, jabuticabas, cajus, mangabas, limões, abacaxis, melancias, laranjas e jenipapos. Pão quase não existia na antiga cozinha mineira e derivados de leite, como queijo e manteiga, não apresentavam boa qualidade. O sal era escasso e vinha das barrancas do rio São Francisco, utilizado não só para temperar alimentos dos homens, como também era dado aos animais. No tempo, acreditava-se que a sua falta causava bócio. Açúcar havia em excesso, mas não era refinado. A cozinha mineira foi pródiga em doces, como bolos de milho, mandioca, paçocas e canjica. Punham muito açúcar em tudo, de maneira que a culinária de Minas chegou a ser censurada pelos estrangeiros que aqui estiveram, pois o excesso de açúcar acabava mascarando o sabor da fruta. Faziam muito pudins, compotas e geleias.

Para beber, o mineiro do tempo matava a sua sede com laranjadas, limonadas e uma bebida

chamada aluá, refresco adoçado com mel, que fazia às delícias das crianças da época. Os mais pobres bebiam um chá feito com uma planta denominada Congonha e o leite não era muito apreciado. Café quase não tomavam. Evidentemente, a bebida alcoólica mais consumida nas Minas do século XVIII foi a aguardente. A mais desejada pelas pessoas era aquela que importavam de Portugal em grandes tonéis de madeira, sendo, inclusive, considerada de uso medicinal. Porém, muito mais cara do que a nacional, feita de cana, e que era vendida por um preço irrisório. Era costume, logo cedo, dar cachaça aos escravos antes deles iniciarem a jornada de trabalho, para melhor suportarem a friagem da manhã. Vinhos também eram bastante consumidos pelos moradores das Minas, sobretudo por aqueles que podiam pagar boas safras importadas. Faziam licores em casa, empregando frutas da região.

Em geral, o mineiro era sóbrio ao comer. Acordando às seis horas da manhã com os sinos da igreja, já tomava uma tigela de um caldo preparado no fogão à lenha, como primeiro almoço, pois não tinham o hábito de tomar café. Ao longo do dia, a sua principal refeição seria feijão com tocinho mais carne seca e farinha de milho ou mandioca, substituindo o pão. A parcela mais pobre da população, composta por mazombos, mamelucos e mulatos, alimentava-se como seus ancestrais indígenas: mandioca, peixes, frutas e carne de caça miúda, quando calhava. As mulheres preparavam a “farinha de pau”, ralando mandioca, com a qual faziam sopas ou misturavam ao feijão.

Já os portugueses comiam muito e, nas mesas dos que podiam, havia grande variedade e fartura. Serviam em travessas porcos inteiros, enormes nacos de javalis, perus recheados e codornas trufadas. Um dos pratos mais apreciados era leitão ao forno, enfeitado com azeitonas no lugar dos olhos e fatias de limão ao longo do corpo. Claro que os ricos portugueses não dispensavam uma boa bacalhoadada ou tripas à moda do Porto, tudo excessivamente carregado de tempero. Além deles, também o clero, a alta oficialidade, os nobres e os homens que ocupavam elevados cargos no governo alimentavam-se como autênticas dragas.

Quase sempre, comia-se com a mão, segurando um gordo pedaço de pernil pelos dedos lambuzados e trinchando-o com os dentes. Talheres existiam, mas nem mesmo os ricos costumavam empregá-los durante as refeições, pois afirmavam que eles tiravam o sabor da comida. Quando muito, utilizavam uma faca para cortar carne, a mesma que servia para limpar as unhas ou arrancar calos dos pés. Na casa dos mais abonados, colocavam uma faca maior no centro da mesa para porcos, bois e aves. Toda gente tinha grande habilidade para comer “de capitão” ou “de arremesso”, como se dizia. Juntava-se o feijão num canto do prato com os dedos, misturando-o com farinha de mandioca para fazer uma pasta grudenta e, em seguida, atiravam a massa dentro da boca. Em algumas casas, colocava-se uma travessa no centro da mesa, repleta de farinha, que as pessoas apanhavam com as mãos e lançavam goela abaixo, sem derramar nada. Também era comum os comensais enfiarem as mãos dentro da mesma panela, para cada um apanhar o seu tanto.

Para os desdentados, cozinhava-se um angu de fubá, cuja consistência era bastante molenga, a fim de lhes facilitar a alimentação. Outro costume era palitar os dentes à mesa, mas não ficava bem guardar o palito para outras refeições ou mesmo enfiá-lo no cabelo ou atrás das orelhas. Sobre o fogão à lenha, penduravam-se as panelas de ferro. Os mais apatacados possuíam baixelas de prata importadas da Inglaterra por uma fortuna, mas serviam quase sempre para ostentação e ficavam guardadas nas arcas sem uso. Nas mesas, as pessoas sentavam-se em bancos compridos, os homens de um lado e as mulheres do outro, como mandava a etiqueta, e o dono da casa na cabeceira.

Se uma pessoa tivesse a ventura de ser convidado para um jantar, deveria ir trajando cores alegres, como o verde ou o amarelo, para demonstrar que estava muito agradecido. De praxe, fazia-se uma prece antes de comer, a fim de agradecer os alimentos recebidos. Ao cabo do repasto, outro costume bastante estranho para os nossos dias. Se a refeição fora apetitosa, os comensais viravam-se um pouco de lado e “suspiravam”, como se dizia eufemisticamente. Um “suspirava” em uma ponta da mesa, outro lhe respondia, com um “suspiro” pouco agradável ao olfato...

O almoço era a primeira refeição do dia, servido logo após o sujeito ter acordado, quase sempre entre seis ou sete horas da manhã. Jantava-se por volta do meio-dia ou uma hora e, antes de anoitecer, tomava-se uma ceia, entre cinco e seis horas da tarde. O mais das vezes, comia-se com pressa e sem falar muito, enquanto que algum escravo, com um grande abanador, ficava próximo à mesa para espantar as moscas, sempre presentes nas refeições dos homens que habitavam a região das Minas. Pode-se dizer sem medo de errar que a refeição era um índice de status dentro daquela sociedade, de maneira que um indivíduo poderia aumentar o seu prestígio ou ser marginalizado, apenas por aquilo que comia. Quando se tinham hóspedes em casa, era comum haver muita comida na mesa, para impressionar o viajante, que, certamente, falaria bem ou mal a respeito da maneira como fora alimentado. Em geral, as mesas das casas ricas eram grandes e feitas com madeira grossa, para caber muita comida.

Quanto aos escravos, não é necessário dizer que se alimentavam mal. Muitas vezes, além de frutas que apanhavam nas fazendas, comiam apenas feijão bichado ou um angu pouco cozido. Este último prato estava tão ligado aos escravos, que os negros eram denominados “papa-angu”. Para se diferenciar deles, muitos homens não toleravam comer papas de fubá, preferindo alimentar-se apenas com farinha de mandioca, caso não tivessem nada mais. De resto, os negros comiam o que lhes davam, quase sempre em pequena quantidade e de pouca qualidade. Em alguns casos, eram alimentados também com milho e farinha de mandioca.

Em algumas casas dos mais pobres, as mesas possuíam gavetas, e era costume comer nelas, não por avareza ou temer repartir o alimento. Comiam “de gaveta” para esconder o alimento, quando chegava uma visita inesperada e, dessa forma, podiam evitar que se tornasse pública a sua pobreza. Um comerciante humilde costumava jantar feijão preto esmagado com farinha de mandioca, até formar uma pasta, onde acrescentava alguns pedaços de carne seca.

Também se podia comer em casas de pasto, quase sempre imundas, funcionando no primeiro andar de velhos prédios. A clientela das casas de pasto era formada por viajantes, ciganos, militares, mazombos, mulatos e até mesmo mendigos. Para chamar a atenção da clientela, às vezes, um cego tocava sanfona na porta, ao lado de galinhas mortas penduradas por ganchos. Tais repastos iniciavam-se com uma sopa gorda, as famosas “olhas”, bastante gordurosa e muito condimentada. Em seguida, passava-se às carnes, temperadas para todos os paladares: noz-moscada, gengibre, canela, cravo, louro, açafão, cominho, manjerona, aipo, tomilho, salsa, pimenta, alecrim, hortelã e alcaparra. Serviam para disfarçar os alimentos já um tanto passados ou em vias de estragar.

Em Minas, tudo custava caro, sobretudo comida. Só para dar um exemplo, uma galinha que custava 160 réis em São Paulo, não saía por menos de 4000 réis na capitania das Minas.

Bajulação como forma de ascensão social

Verdade seja dita, bajular autoridades nas Minas do século XVIII era uma boa maneira para se conseguir favores dos poderosos. Parece que a adulação correspondia à norma nesta sociedade um tanto quanto hipócrita neste sentido e muitos inconfidentes, como Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga foram grandes puxa-sacos.

Cláudio Manuel da Costa empregou o seu extraordinário talento poético para escrever inúmeros poemas laudatórios às pessoas influentes do tempo e qualquer motivo, como um aniversário, uma viagem, o nascimento de um filho ou bodas de casamento, servia para ele exercitar esta faceta pouco nobre de sua personalidade. Obviamente, assim procedia para receber futuros favores. Pode-se dizer que, deste ponto de vista, Cláudio soube como ninguém aproveitar-se da vaidade humana. Em outras palavras, foi um dos maiores adutores de sua época. Em 1768, o seu livro *Obras Poéticas de Glauceste Satúrnio* já estava

sendo impresso em Coimbra, nas oficinas de Luís Secco Ferreira, quando o poeta ficou sabendo que um novo governador seria empossado na capitania de Minas. Para lhe granjear a amizade, Cláudio não teve dúvidas em trocar de última hora a folha de rosto do seu livro, estampando uma dedicatória louvaminheira a Dom José Luís de Meneses, o Conde de Valadares. Não contente com isto, o poeta escreveu um drama lírico que intitulou *Parnaso Obsequioso*, onde aproveita para bajular de novo o capitão-general. Tal peça foi representada a cinco de dezembro de 1768 como parte das comemorações da posse do Conde de Valadares. Este seu comportamento rendeu-lhe frutos, pois conseguiu obter o cargo de segundo secretário do governador.

Alvarenga Peixoto também soube empregar a mesma estratégia para conquistar posições de destaque. Ainda em Portugal, escreveu diversos poemas adulando o futuro Marquês de Pombal, o que lhe facilitou abocanhar o cargo de juiz em Sintra. Depois, conseguiu obter não só uma polpuda ajuda de custo para a sua viagem de retorno ao Brasil, nada menos do que 200\$000 (duzentos mil réis), como foi nomeado ouvidor na comarca do Rio das Mortes. Em 1782, escreveu o famoso *Canto Genetliaco*, em homenagem ao filho de Dom Rodrigo José de Meneses, que já havia lhe dado razão no problema da demarcação de terras na fronteira de uma de suas fazendas em Boa Vista.

Outro que gostava de cultivar a benevolência de pessoas influentes através de seus versos foi Tomás Antônio Gonzaga. Não importava quem estivesse no poder ou a situação política vigente. Pouco tempo após ter se formado, Gonzaga desejou se candidatar a uma vaga de professor que fora aberta na Universidade de Coimbra. Escrevera um livro, *Tratado do Direito Natural*, que apresentara à banca examinadora, defendendo a tese do direito divino dos monarcas em pleno século das luzes. Como não podia deixar de ser, dedicou tal obra ao todo-poderoso ministro Sebastião José, futuro Marquês de Pombal, puxando-lhe devidamente o saco. Veio a *Viradeira*, designação do período da história portuguesa em que a rainha dona Maria I nomeou novos secretários de estado, colocando Pombal no ostracismo. Tratava-se de uma situação política completamente diversa. Gonzaga, porém, não teve dúvidas. Mudou radicalmente de lado e passou a louvar a rainha em diversos poemas.

Casa colonial e mobiliário

Basicamente, existiam dois grupos principais de casas: aquelas que possuíam apenas um pavimento, onde habitavam os mais pobres, e os sobrados, quase sempre pertencentes a pessoas de mais posses. A partir da segunda metade do século XVIII, já se viam estas últimas com mais frequência e muitas pessoas abonadas chegaram a construir suas residências com até três andares, incluindo balcões que davam para a rua e águas-furtadas. Normalmente, o piso térreo era ocupado por uma loja de venda, depósito ou mesmo cocheiras, sendo que as portas que davam para a rua eram sempre bastante largas.

A casa colonial não é muito alta, são pouco simétricas e mal-aprumadas. Os pedreiros, em geral, mostram-se poucos hábeis, de maneira que os edifícios parecem que vão desmoronar a qualquer momento. Nota curiosa é que a porta principal abre para fora e, por isso, não é muito bom caminhar junto às paredes. O interior de uma residência típica não varia muito. Na frente, localiza-se uma sala de visitas, com uma porta do outro lado da entrada, que dá acesso a um corredor. Este conduz aos quartos e, no fundo da casa, fica a cozinha, com saída para o quintal. Como norma, são casas pequenas, embora, a maioria das vezes, muitas pessoas morem juntas.

Um cheiro de mofo e bolor empesta o interior das residências, cujas paredes se apresentam cobertas por umidade. Trata-se de moradias escuras, mal-arejadas e a impressão que se dá é de que todos os móveis da casa acham-se constantemente embolorados. Os próprios muros externos vivem cobertos de limo. Não existem banheiros e as pessoas acumulam seus dejetos em enormes barris no fundo

dos quintais. Em algumas residências, há um cômodo fedorento reservado para se guardar o barril das fezes, que recebe o simpático nome de “privado sujo”. O problema é que ele dá para a sala, lançando no ar odores que não são muito do agrado das visitas.

Via de regra, as ruas de Vila Rica apresentam-se estreitas, sinuosas e as casas vão sendo construídas como se fossem amontoadas umas sobre as outras. Não existem jardins na frente e as residências são edificadas junto ao alinhamento da rua, de acordo com as determinações da Coroa. Praticamente, todas geminadas, favorecendo a bisbilhotice. Como as moradias são mal construídas, não era difícil ouvir o que os vizinhos estavam fazendo, chegando mesmo a testemunhar suas intimidades.

Entremos numa destas casas pouco salubres do século XVIII na capitania das Minas Gerais. O proprietário nos convida para ingressar em sua residência, abrindo a porta da frente para fora. O contraste da luminosidade externa e interna fere nossos olhos e levamos alguns instantes para nos acostumar ao ambiente envolto em sombras. O ar é pesado e respira-se um aroma de coisa velha, parada no tempo. Damos uma olhada geral na sala e constatamos a quase inexistência de móveis. As vigas encontram-se aparentes e exibem-se no teto, toscas, sem simetria. Como se trata de uma residência de pessoa com alguma posse, as paredes são caiadas de branco e o assoalho é de tábuas largas, grosseiras, apresentando fendas nas junções da madeira, por onde os bichos entram e saem como querem. Há um corredor escuro e sombrio, que dá acesso aos quartos e alcovas. Estas, pequenas, abafadas, não possuem janelas e, por isso mesmo, trata-se de um excelente aposento para entocar as mulheres, que quase não saem de casa. Além do mais, diziam que os ventos traziam doenças, de maneira que as pessoas do século XVIII em Minas preferiam dormir em lugares fechados.

Atravessando o corredor, chegamos à área da casa reservada aos serviços, como a cozinha, o depósito de alimentos e a saída para o quintal. Aqui, o chão é de terra batida e as telhas são aparentes. A cozinha é ampla, com um forno à lenha colado a uma das paredes, já bastante lustrosa em função da gordura, além de se encontrar escurecida em diversas partes por causa da fumaça. Uma grande mesa de tábuas grossas e compridas é utilizada para preparar o alimento e matar animais, por isso há marcas de sangue e resíduos de comida impregnados por entre as frinchas da madeira. Por sobre o fogão, tralhas usadas para cozinhar, como conchas e panelas de ferro gretadas pela fuligem. Neste aposento, o mais amplo da casa, os filhos do proprietário brincam com os filhos das escravas, enquanto que cachorros, gatos e até porcos vêm do quintal e penetram o seu interior sem o menor problema, atraídos pelo aroma da comida. Evidentemente, as moscas acham-se por toda a parte.

Como se pode imaginar, as residências não possuem água encanada, de maneira que poços, rios, cisternas e chafarizes abastecem as cidades com a água necessária. Eram os escravos quem se incumbiam de ir buscá-la em grandes tachos, reunindo-se entre si em fontes e bicas, onde faziam mexericos a respeito da vida de seus patrões.

As casas dos pobres raramente possuíam mais do que dois cômodos, onde se cozinava e dormia. São tão baixas que, muitas vezes, os pedestres de elevada estatura chegavam a bater a cabeça no beiral dos telhados. Mesmo na sala, o piso era de terra batida e, na cozinha, chegava a se formar barro. Como não havia chaminé para o fogão, a fumaça espalhava-se pelo interior da casa, enchendo tudo de fuligem. Segundo Laura de Mello e Sousa, as moradias dos mineiros do século XVIII eram “cafuás miseráveis espalhados pelas encostas dos morros ou dependuradas sobre despenhadeiros, cobertas com capim e com folhas de palmeiras, e tendo por piso o solo da terra esburacada”.

Já os mais abastados não queriam morar em casa térrea de maneira alguma, pois isto era coisa de pobre, e possuíam sobrados com muitos cômodos. A partir de 1750, estas residências começam a ganhar suntuosidade. Os assoalhos são de madeira e os palacetes mobiliados com móveis importados, tapeçarias do oriente e porcelanas da China. Da mesma maneira que a casa dos mais humildes, a residência dos ricos também podia ser construída de pau-a-pique, mas as paredes eram revestidas e bem caiadas. Às vezes, forravam-nas com chitão ou damasco. Azulejos eram raros e só os magnatas podiam se dar a este

luxo, quase sempre encontrados apenas em painéis de igrejas. Os telhados destas residências luxuosas eram construídos com telhas de barro.

Nas casas humildes, a fachada apresentava apenas uma ou duas janelas, bem diferente das residências suntuosas. Quanto mais rico o indivíduo, mais janelas possuía o seu palacete. Quase não utilizavam vidros, mas uma espécie de treliça. Estas rótulas de urupema ou gelosias de madeira deixavam os sobrados um pouco arejados e permitiam o morador ver a rua, sem ser visto. Ótimo para as mulheres, que podiam observar o movimento, sem correr o risco de ter as suas formas devassadas por olhares indiscretos.

Para iluminação, empregavam-se castiçais de latão, prata ou bronze, onde queimavam velas, embora estas não tenham sido muito comuns ao longo de todo o século XVIII. Entre 1730 e 1740, apareceram por aqui velas feitas com cera de abelha europeia. O mais usado era queimar óleo de baleia, ou de mamona, em candeeiros de latão, com dois ou três bicos, postos sobre algum móvel; também se utilizava candeias penduradas por um prego nas paredes.

As pessoas gostavam de murar os seus terrenos ao fundo das casas com um muro baixo; por vezes, espinheiros espalhavam-se por cima deles, produzindo flores vermelhas e brancas. Nos quintais, cultivavam as chamadas “árvores de espinhos”, que era como denominavam as plantas cítricas, como laranjeiras e limoeiros. Consta que Cláudio Manuel da Costa possuía em seu quintal muitas árvores de espinhos. Também plantavam a malva cheirosa, o alecrim, o manjerição, além da cânfora, bálsamo e Artemísia, que utilizavam para o tratamento de várias doenças. Quem se dispunha a fazer uma horta, não deixava de plantar couve, verdura que era bastante apreciada com feijão. Muitos cuidavam de seus jardins com esmero, plantando rosas, orquídeas e margaridas, sempre no fundo do quintal, pois jardins na frente das casas só começaram a se tornar comuns a partir do século XIX.

Pode-se dizer que o interior da casa colonial nas Minas do século XVIII, no que diz respeito à mobília, foi bastante despojado. Mesmo nas residências mais ricas, havia poucos móveis. Na sala principal, de onde as visitas raramente passavam, existiam esteiras sobre o assoalho e cadeiras com assento de palhinha. Num dos cantos, um aparador de chapéu de madeira, ao lado de um espelho na parede, ricamente emoldurado com entalhes. Arcas e baús de vinhático ou jacarandá também eram comuns e serviam para guardar baixelas, lençóis, botinas e roupas. Utilizavam uma mesa comprida e de madeira pesada para jantar e jogar víspera. Os mais ricos, que desejavam exibir certa ostentação, adquiriam bancos com pés torneados em forma de patas de leão e mandavam confeccionar oratórios de cedro pelos melhores mestres marceneiros do tempo. Dentre os objetos pequenos de uso cotidiano, destacam-se candeeiros, canecas de estanho, moringas, relógios, lamparinas, castiçais, tinteiros, bengalas, cachimbos, penicos de ferro estanhado.

Muitos dormiam em redes, à maneira dos indígenas, ou em esteiras estendidas no chão. Camas correspondiam a uma peça de mobília geralmente encontradas nas casas mais abastadas. Nestas, eram protegidas pelo dossel, tecidos de filó suspensos sobre a cama, a fim de lhes proteger dos mosquitos. Quem não tinha isto, precisava queimar ervas no interior da residência, se quisesse ter algumas boas horas de sono, a fim de espantar os insetos. Nos quartos dos ricos, também podiam ser encontradas cadeiras de veludos, almofadas de musselina, colchas franjadas, cortinas de damasco e até mesmo mesas tipo secretárias. Estes possuíam colchões de algodão, ao passo que os mais humildes, quando tinham cama, dormiam sobre colchões de palha ou capim seco. Outro móvel comum era a chamada “cama-de-vento”, dobrável e que servia para ser levada nas viagens. Consta que o próprio Tiradentes possuía uma.

Como já ficou dito, independente da classe social, as pessoas tinham o costume de comer com as mãos e, por isso, talheres eram raros na casa colonial mineira, cujo uso só se tornará generalizado a partir do século XIX. Aqueles que possuíam baixelas de prata mantinham-nas guardadas nas arcas e tal fato explica-se mais pela necessidade de investir o dinheiro em um bem que poderia ser convertido facilmente em moeda numa situação menos favorável, uma vez que não existiam bancos para se guardar

seus recursos. Somente eram utilizados em grandes festas, como para comemorar o casamento de uma filha, quando a família desejava demonstrar opulência. No inventário de Domingos de Abreu Vieira, foi descrito que ele possuía um belo faqueiro com colheres e garfos, guardados numa caixa forrada de veludo. Já Cláudio Manuel da Costa tinha apenas cinco garfos em sua casa.

Dentre os bens dos outros inconfidentes, foram confiscadas louças finas da Índia e Macau e até mesmo da Inglaterra. No dia 23 de maio de 1789, Tomás Antônio Gonzaga teve seus bens sequestrados. Havia muita coisa de prata, como bules, cafeteira, leiteira, castiçais, açucareiro, bacias, jarros, garfos, colheres e facas. Também foi apreendido um dedal de ouro, bem como um relógio de ouro com corrente, dois espadins de prata, uma bengala com castão de ouro lavrado, caldeirão grande de cobre e uma imagem de Cristo crucificado em marfim. Na casa de Cláudio, foram encontrados muitos mapas na parede. O teto da residência do padre Carlos Correia de Toledo era pintado com frutas tropicais. Ele possuía rica mobília de cabiúna, como canapé e cadeiras de braço e espaldar. Já Francisco de Paula Freire de Andrade tinha mais de 40 quadros.

Casamento, amor e sexo

Como teria sido o namoro na época da inconfidência mineira? Ora, mulheres honestas não saíam às ruas, a não ser para ir às missas. Portanto, as igrejas eram os melhores locais onde os homens podiam vê-las e paquerá-las. Logo cedo, pois as primeiras missas ocorriam de madrugada, os rapazes namoradores já se dirigiam para a matriz, cheios de esperança de encontrar alguma menina que lhe lançasse um olhar mais indiscreto. Iam bem barbeados, pintados, com sinais de tafetás postos sobre um dos lados do rosto, índice de elegância, além das indefectíveis perucas, cobertas de perfume para disfarçar o mau cheiro de suor entranhado entre os cabelos. Estes galanteios eram conhecidos por “namoro de água benta”, onde os galantes mancebos procuravam descobrir alguma jovem bonita, debaixo dos biocos e mantilhas.

Este par romântico do tempo de nossos ancestrais ficou conhecido como “a pomba e o gavião”. No início do namoro, cabia sempre à pomba escolher o gavião e jamais o contrário. O moço sabia que havia sido escolhido por alguma garota, apenas através da troca de olhares. No encontro seguinte, ele deveria tomar uma atitude, visto que, ao longo de todo o século XVIII, os rapazes não se mostravam muito afeitos ao amor platônico, como seria moda, anos depois, com o advento do Romantismo. Se quisessem ter sucesso em suas conquistas amorosas, os moços do tempo precisavam agir rápido, para que a pomba não fosse cantar noutra freguesia. Evidentemente, o melhor local para se dar este segundo encontro seria a porta da igreja, pois eram lugares de grande movimentação do público. Se desse sorte, poderia encontrá-la em meio à multidão e tentar lhe dirigir algumas palavras breves, como “sou desgraçado por ti, amor de minha vida”. Se ela risse e ninguém estivesse observando, o gavião podia aplicar-lhe o maior regalo herdado dos costumes portugueses, dando-lhe um beliscão leve nas coxas, braços ou nádegas.

Estabelecido o namoro entre os dois jovens, o passo seguinte seria dar sequência a este relacionamento, quase sempre às ocultas da família da moça. Neste caso, o jovem passaria a vigiar a casa da amada, a fim de tentar encontrá-la através da janela, quando seu pai não estivesse em casa. Era o famoso “namoro de estafermo” ou “de estaca”. Parado na rua diante da residência da moça, muitas vezes apenas adivinhando a presença da menina lá dentro, o rapaz permanecia defronte à moradia, aguardando uma oportunidade para os dois estabelecerem o diálogo amoroso. Combinavam sinais. O namorado dava uma fungada próximo à janela da jovem e aguardava. Se ela assobiasse feito uma cigarra, era porque o seu pai se achava em casa. O mais prudente seria o mancebo retirar-se, pois corria o risco de ser

apanhado em flagrante e podia terminar a brincadeira levando uma sova de pau. Caso não houvesse perigo, a garota saía à janela e namoravam de longe, “de chapéu e leque”, como se dizia. Havia todo um repertório de palavras e frases que podiam se fazer com eles. As “sécias”, como se chamavam as jovens namoradeiras do tempo, dominavam uma série de sinais de leque, conhecidos na época da Viradeira por “marotinhos”, para se responder às perguntas do amado. Por sua vez, este se utilizava de gestos com o chapéu para conversar com sua namorada.

De Portugal, vinham as denominações pelas quais os jovens passaram a ser conhecidos no tempo. Por volta de 1770, o rapaz elegante e namorador era o “casquilho”. Pouco depois, na época da Viradeira, ele seria chamado de “peralta”. Este usava brincos, espartilho e pintava-se, chegando a ser um pouco efeminado em suas maneiras.

Se houvesse consentimento da família, o local preferido para o namoro era o quintal, em meio às árvores, longe dos olhares curiosos e indiscretos. O casal não trocava cartas de amor, uma vez que as amadas raramente sabiam ler. Já as moças pobres, que desejavam conquistar um rapaz de família abastada, procurariam fazer uma simpatia ou “bruxedos de amor”.

Um dia, porém, o namoro terminava, pois o pai da moça decidira casá-la e era ele quem haveria de escolher o futuro esposo de sua filha. Durante o século XVIII, casamento no Brasil pode ser considerado uma instituição das elites. De acordo com as leis da igreja, os meninos podiam casar a partir dos quatorze anos, enquanto que as meninas já se achavam aptas para contrair núpcias aos doze anos de idade. Casamento por amor era raro. Na verdade, tratava-se de um negócio ajustado entre as partes interessadas, no caso, os pais dos noivos, sem que estes pudessem opinar. Para tal escolha não pesava a idade dos cônjuges, nem suas vontades. Tudo era questão de dinheiro, nobreza de sangue e posição social. Em função disso, não eram incomuns os casamentos entre uma jovem adolescente com um velho caquético.

Este “negócio” era feito entre as famílias de posses, para que as fortunas não fossem dispersas. O dote é ajustado entre ambas as partes sem qualquer cerimônia. Dar uma parcela substancial de sua fortuna pessoal para quem não possui nada é a última coisa que um pai de família do século XVIII deseja fazer. Por isso, não ocorrem casamentos por amor. Casamento bom é casar a filha numa família rica, de prestígio e influente. Era comum, ainda, uma menina se casar com os próprios primos, bem como tios com sobrinhas. A igreja compactuava com tais privilégios e permitia o matrimônio nestes casos, com a licença do bispo. Muitas vezes, as mulheres só iriam conhecer os futuros maridos poucos dias antes do casamento. Elas precisavam de autorização paterna para se casar, ou perderiam qualquer direito à herança. Também houve casos de pais que entregavam suas filhas em casamento para credores, a fim de saldarem suas dívidas.

Quem não tinha dinheiro, não precisava se preocupar com a sorte das filhas com relação ao matrimônio. Na maioria das vezes, os mais pobres simplesmente se juntavam, vivendo em concubinato. Existiam várias razões para isso, como os elevados custos cobrados pela igreja, o preconceito dos portugueses em se casarem com caboclas e a vida por demais reclusa das mulheres. Porém, no Brasil do século XVIII, não se deve confundir concubinato com libertinagem. Antes, tratava-se do modo de viver dos mais pobres, unidos sem ter sido realizada uma cerimônia oficial. Como muitos viviam em extrema pobreza, não tinham como pagar as exorbitantes taxas exigidas pelos padres.

Para a igreja católica, o casamento na época correspondia a uma instituição indissolúvel e deveria durar para toda a vida. Acertado este, o pároco declarava por três missas seguidas a futura união, para que toda a coletividade soubesse de antemão e pudesse evitar, assim, que um dos noivos se casasse escondido com outra pessoa. Os casamentos ocorriam ao longo de todo o ano, com exceção das sextas-feiras, dia da morte de Cristo, e em épocas de penitência da cristandade, como o Advento (três semanas antes do Natal) e Quaresma (quarenta dias antes da Páscoa). Como ocorre até hoje, após a cerimônia nupcial, todos que podiam davam grandes festas. Era costume saudar os noivos com pétalas de rosas,

gardênias e folhas de manjeriço. Uma vez casadas, as pessoas adquiriam consanguinidade com a família do seu cônjuge até o quarto grau. Em outras palavras, aos olhos da igreja, considerava-se incesto ter relações com primos distantes e a punição era severa, inclusive, passível do indivíduo ser desterrado.

Os casos de concubinato eram bastante comuns. A partir da descoberta do ouro, imaginando que enriqueceriam facilmente, milhares de pessoas acorreram para as minas de todas as partes do país e também de Portugal, que ia se esvaziando. Muitas vezes, estes homens deixavam para trás mulheres e filhos e se amancebavam com as caboclas e as índias que lhes interessavam. Por se tratar de um procedimento habitual, o concubinato era tolerado pela sociedade, embora existissem leis que o proibissem. De acordo com estas leis, o concubinato somente ficaria provado, se o casal morasse na mesma residência. Ora, isto incentivava muitas mulheres a viverem sozinhas com seus filhos, uma vez que não estavam cometendo crime algum do ponto de vista do direito civil. Comprovado o concubinato, a punição variava de acordo com a classe social da pessoa, podendo ir desde açoitamento público, prisão e desterro a somente pena pecuniária, se fosse um indivíduo abastado. Outra pena bastante comum era o recrutamento para serviços militares, punição muito temida pelos homens. Como não era fácil obter voluntários para seguir às fronteiras a fim de defender o território, além dos vagabundos, os homens que cometiam concubinato eram sempre os primeiros das listas a serem convocados.

Os filhos nascidos desta união eram reconhecidos pelos pais, inclusive para efeito de testamentos e heranças. Cláudio Manuel da Costa teve uma companheira com quem viveu em concubinato e lhe deu vários filhos. Francisco de Paula Freire de Andrade tinha uma filha fora do casamento, Constança, que residia na casa de um padre seu amigo em Mariana. O próprio cônego Luís Vieira da Silva tinha uma filha com uma concubina, sem falar no padre Rolim, que possuía diversos filhos pequenos na época da inconfidência. As mulheres desse tempo pariam muito, algumas chegando a ter mais de 25 filhos. E muitas crianças que ficavam expostas acabavam sendo devoradas pelos cães. Outra curiosidade do tempo: se uma escrava aparecesse grávida na casa de seu senhor, e este fosse casado, não se considerava um caso de concubinato.

Foi uma época em que se amou muito e de maneira bastante livre. A decorrência imediata é que existiam muitos maridos cucos, traídos por suas esposas. Corria até um ditado popular, dizendo para se rezear os três pêns, primos, padres e pombos, pois são eles que sempre borram a casa. Não há muitos registros sobre a atividade sexual na colônia, a não ser aqueles deixados pela inquisição, tratando quase que especificamente de homossexualismo e padres libertinos. Sabe-se que as mulheres eram sequestradas e violentadas com frequência.

Como as casas eram ambientes pouco propícios à privacidade, as relações sexuais ocorriam nos matos e descampados. Aí, praticavam-se todo tipo de atividade, inclusive, sodomitas. Abaixavam-se um pouco as roupas e tudo era feito de maneira bastante rápida, pois poderiam ser devassados por olhares indiscretos. Como no Brasil colonial não existiam motéis, alguns encontros amorosos podiam ocorrer no fundo de tabernas ou mesmo em casas particulares, cujas mulheres se prestavam a isso. Os homens que viajavam muito também se aproveitavam da ingenuidade de algumas moças pobres. Conheciam-nas numa tarde, prometiam-lhes casamento e faziam sexo com elas para depois desaparecer.

Toda atividade sexual que não tivesse como fim a procriação era considerada pela igreja como pecaminosa. Caso a mulher se recusasse ao seu marido, se a finalidade fosse a geração dos filhos, ela também estava cometendo pecado grave e apenas não incorria neste, se estivesse doente. Isto se a doença fosse de tal forma debilitante, que a impedisse de praticar o ato. Se se tratasse apenas de uma dor de dente ou dor de cabeça, pecava a mulher que não quisesse fazer sexo para procriação. E aí daquela que se lavasse ao final da cópula! Isto era considerado pecado gravíssimo, pois poderia eliminar a geração do filho.

Em seu curioso livro *Segredos da Natureza*, Jerônimo Cortez explica como descobrir, num casal sem filhos, qual dos dois cônjuges era estéril.

“Para saber de dois casados, que não têm filhos, em qual dos dois está o defeito natural, tomem a urina de ambos, marido e mulher cada um em sua vasilha, e em cada qual delas lançarão um pouco de farelos de trigo, e naquela urina em que se criarem bichos, está o defeito natural de não poder procriar, ou conceber”.

Este livro também ensinava a maneira como descobrir o sexo da criança. Por se tratar de uma explicação bastante curiosa, vale a pena ser transcrita:

“Notem: quando a mulher prenhe sair de casa, qual pé levanta primeiro, e se põe sobre o rebate do portal, ou quando sobe alguma escada, porque se levanta primeiro o pé direito, é sinal que traz fêmea; e se levantar primeiro o pé esquerdo traz varão. A causa, segundo a boa filosofia, é porque o varão se gera à parte direita, e sempre carrega mais para ali, que para a parte esquerda; e assim levanta primeiro o pé esquerdo como mais leve para ajudar ao mais carregado, e daí se colige, que traz varão; e porque a fêmea se gera à parte esquerda ali carrega mais, que à direita, por isso naturalmente levanta primeiro o pé direito”.

A prostituição também era uma atividade corriqueira nas Minas Gerais do século XVIII. Os navios que aqui aportavam de Portugal traziam centenas de prostitutas para o Brasil. Muitas eram tão ousadas, que chegavam a frequentar missas e ir a festas. As mais ajeitadas e apeteceíveis possuíam clientes fixos e abonados, usavam vestidos de luxo e andavam pela cidade em cadeirinhas, levadas por dois escravos. Também era comum um indivíduo comprar uma escrava com a finalidade de prostituí-la, para conseguir uma renda através de seus ganhos.

Enorme foi a transgressão sexual neste período e as leis portuguesas procuravam punir com severidade tais delitos. Os sodomitas não só eram queimados vivos pelas fogueiras da inquisição, como também tinham os seus bens confiscados e a sua descendência, caso a possuísse, seria considerada infame.

Com relação ao adultério, o grande problema não estava na reputação da mulher, mas na honra ultrajada do marido. Só a morte poderia lavá-la e fazer com que o corno pudesse andar com a cabeça erguida novamente pelas ruas. A lei do tempo era rígida quanto a isso. Os punidos para tais crimes seriam apenas a mulher adúltera e seu parceiro, nunca o marido traído. Caso o marido flagrasse a sua mulher em adultério, a lei lhe permitia matar a esposa e também seu amante, desde que este não fosse de uma categoria social superior a sua.

Cidades coloniais

Durante os primeiros tempos de povoamento da região das Minas, os núcleos populacionais foram se organizando ao redor das capelas, onde crescia naturalmente o comércio. Aos poucos, as pessoas que vinham morar nos arraiais deixaram de ser apenas gente que lidava diretamente com a mineração. Sapateiros, alfaiates, carpinteiros, oleiros e muitos outros profissionais passaram a habitar estes pequenos agrupamentos urbanos, fornecendo a sua mão-de-obra para as necessidades das pequenas aldeias que iam se formando. Gente de toda parte para lá se dirigiu, como paulistas, baianos e portugueses, que aportavam no Rio de Janeiro e subiam para a capitania mineira, tendo deixado no reino suas famílias.

Os primeiros agrupamentos populacionais eram chamados de arraiais. À medida que estes pequenos núcleos urbanos iam crescendo, o governador da capitania, mediante autorização real, elevava o povoamento à condição de Vila. Estas possuíam uma estrutura urbana mais complexa, com câmara de vereadores, cadeia e um pelourinho defronte à praça principal, o qual servia para a leitura de editais e normas da Coroa, além de servir também para castigar escravos fujões.

Diferente dos espanhóis, que fundaram suas cidades na América norteados pelos princípios urbanísticos romanos, os portugueses construíam suas cidades seguindo a tradição medieval. Escolhiam os lugares mais elevados e de complicado acesso, pois acreditavam que, dessa forma, as cidades não seriam invadidas e pilhadas com facilidade. Por causa disso, muitas cidades mineiras foram erguidas por cima de colinas íngremes, como é o caso de Vila Rica. Quase sempre as ruas iam aparecendo tortuosas, seguindo os passos das mulas que transportavam as cargas.

Durante o período colonial, as pessoas não compravam terrenos como nos dias de hoje. Tanto para moradia, quanto para a extração de minérios, quem desejava explorar alguma terra deveria pagar à Coroa um imposto para o seu uso, que se denominava “foro”. As terras continuavam pertencendo ao rei, que concedia apenas o direito de sua exploração por um determinado período. Cabia às câmaras municipais zelar pelos aforamentos. Todo indivíduo que desejasse aforar um terreno deveria comparecer à câmara e fazer um pedido por escrito. Após tornar pública a intenção do aforamento, a câmara fazia uma espécie de leilão e vencia aquele que pagasse mais. O aforamento não era perpétuo e tinha validade por três gerações, ou seja, até a morte do neto do primeiro foreiro. Em geral, as taxas de aforamento eram baixas e cobradas anualmente. Por causa disso, era de responsabilidade do respectivo foreiro fazer benefícios na terra, como construções.

As ruas nas vilas mineiras eram bastante irregulares e tortas, inclinadas e sem iluminação pública. Durante as noites, se não houvesse lua cheia, só seria possível caminhar com uma lanterna. Normalmente, as cidades eram monótonas e apenas pareciam demonstrar certa vida e alegria nos dias de festa. Logo pela manhã, já se viam diversos animais passeando por toda parte, como vacas, galinhas, perus, cavalos, porcos e cabras. O leito carroçável das ruas era inclinado para o meio, a fim de correr a água da chuva. Na prática, transformavam-se em verdadeiros atoleiros. Em uma palavra, a cidade colonial era suja. Como as ruas não eram varridas, os excrementos permaneciam cozinhando ao sol, diante dos olhos e olfato de todos. A água parada apodrecia nas poças imundas, atraindo diversos tipos de inseto, baratas e ratazanas. Muitos animais morriam pelas ruas e ali mesmo ficavam, sem que ninguém se importasse. Nas vias públicas também se lançavam os dejetos de casa, como restos de comida, fezes e outras imundícies, acumulando-se em águas paradas. Ai daquele que pisasse numa dessas poças descalço, pois corria o risco de apanhar uma doença grave. Somente a partir de 1795, foi que a câmara de Vila Rica determinou que os moradores deveriam limpar as suas testadas e não atirar “coisas imundas nas ruas ou becos públicos”.

Quase não existem calçadas e tampouco as casas apresentam um piso rente às paredes do lado externo. A imensa maioria das ruas é de terra e cascalho, excetuando-se algumas vias principais, pavimentadas com pedras irregulares, conhecidas no tempo como “pé-de-moleque”. Nas estações de chuva, as pessoas são obrigadas a conviver com a lama; nas estações secas, com a poeira. Isto sem falar nos buracos, às vezes, verdadeiras crateras. Era preciso tomar muito cuidado com os cavalos, para que eles não se acidentassem em terrenos tão irregulares. À noite, alguns oratórios nas esquinas forneciam uma luz minguada e fantasmagórica, proveniente de uma lanterna de azeite. Tais oratórios são construídos por particulares e dedicados aos santos de sua devoção.

Vila Rica dá bem o exemplo de uma típica cidade colonial mineira. Ruas estreitas e escorregadias, a maior parte delas em aclive. Por estas vias, senhoras abastadas trafegavam em cadeirinhas, tendo as cortinas abaixadas para não serem vistas. As pessoas de maiores posses moravam na parte de cima da cidade, enquanto que os pobres viviam nos arredores da parte baixa. Às nove horas

da noite, os sinos tocavam e, a partir deste momento, só se ouvia a marcha de um guarda percorrendo as ruas escuras. Caminhar à noite pela cidade soturna deveria provocar calafrios até mesmo nos mais corajosos. Crimes não eram incomuns e as pessoas estavam acostumadas com as notícias de cadáveres encontrados em terrenos baldios ao amanhecer...

Não era costume nomear ruas e, muito menos, colocar números nas casas. Os logradouros identificavam-se por algum estabelecimento que ganhou fama no lugar ou por uma pessoa bastante conhecida. Assim, surgiram a rua dos ferreiros, o canto do João carpinteiro, a rua do ouvidor, a ladeira que desce para casa de Pedro alfaiate, etc. Inclusive, eram denominadas dessa forma em documentos oficiais.

Uma característica que chama a atenção nas pequenas cidades coloniais é a magnificência das igrejas e também de prédios públicos, comparados à pobreza do lugar. Templos riquíssimos foram construídos por pessoas muito pobres, como é o caso de inúmeras igrejas mineiras.

Comércio

A igreja nunca viu com bons olhos os comerciantes e a atividade comercial era julgada como algo indigno, tanto que, durante os primeiros tempos da colonização, tal prática permaneceu nas mãos dos cristãos-novos, mestiços, ciganos e negros. Para defender esta posição, a igreja alegava que, como o mercador nada acrescenta ao valor da mercadoria, se vende o produto por mais do que pagou, necessariamente o seu lucro estará implicando em prejuízo de terceiro. Apesar disso, muitos enriqueceram com o comércio, alcançando prestígio e status social.

Como na região das Minas tudo era escasso, os comerciantes cobravam quanto queriam por seus produtos e, em pouco tempo, tornavam-se pessoas bastante prósperas. Ao longo de todo o século XVIII, o comércio na capitania mineira permaneceu nas mãos dos portugueses, sobretudo, aqueles vindos para o Brasil da região do Minho. Normalmente, tratava-se de uma atividade que passava de pai para filho e nunca admitiam naturais do Brasil para trabalhar como caixeiros em seus estabelecimentos comerciais. Existiam dois tipos de comerciantes: aqueles que trabalhavam no varejo, como boticários, quitandeiros, taberneiros, etc, conhecidos como “retalhistas” ou comerciantes de “pequeno trato” e os comerciantes de “grosso trato”, que se dedicavam mais à importação e exportação. Neste tempo, o Brasil só podia comercializar com a metrópole e era proibido por lei fazer qualquer negócio com países estrangeiros. Inclusive, não era permitido que navios comerciais atracassem em portos brasileiros, mesmo em se tratando de nações ditas “amigas”, como a Inglaterra. A Coroa protegia os seus produtos e punia todos aqueles que pudessem competir com eles, como foi o caso da cachaça, que rivalizava com o vinho de Portugal.

Diversos são os tipos de lojas existentes nas Minas do século XVIII. Dentre as principais, destacam-se as barbearias, tabernas, boticas e armazéns, que vendiam de tudo. Sobre a fachada, encontra-se pendurada uma tabuleta de madeira e, em alguns casos, de ferro, indicando qual a espécie de gênero é vendida naquele estabelecimento. Alguns possuem um velho toldo de pano grosseiro estendido sobre a porta, para proteger um pouco o interior da chuva. Dentro das lojas, a iluminação não é das melhores, o chão é de terra batida e as paredes exibem marcas de umidade. Os caixeiros e proprietários são portugueses e passam grande parte do tempo à porta do estabelecimento, observando o movimento da rua e conversando com os transeuntes. Costumam usar camisas encardidas abertas no peito, calções à moda do tempo e tamancos ou alpercatas. Os clientes estão acostumados a comprar tudo fiado, às vezes, para pagar daqui a um ano ou ainda mais, pois tudo custa muito caro, devido ao grande número de atravessadores. É comum um produto passar antes por quatro ou cinco mãos, antes de chegar ao

consumidor final. Muitos comerciantes são desonestos e costumam não só roubar nos pesos e medidas, como também adulteram os seus produtos, como acrescentar água nos vinhos. Também não se importam de vender aos clientes produtos que se encontram deteriorados, como certos alimentos que eles não tinham como conservar por muito tempo.

Em Vila Rica, existem inúmeras tabernas. Não vendem apenas comida e bebida, mas elas correspondem a um espaço de sociabilidade do povo pobre em geral. Aí se come, bebe, conversa-se e se fica sabendo das novidades, uma vez que não existem jornais na colônia. Quase sempre, há um pano esfarrapado sobre a porta de entrada, que serve para encobrir os fregueses, o negro escravo que aí se encontra com uma escrava, os mazombos e mulatos que desejam beber, cantar e jogar dados. O governador Dom Lourenço de Almeida havia baixado um bando, decretando que apenas homens podiam servir os clientes nas tabernas e nunca negras ou mulatas, pois os fregueses acabavam criando confusão por causa delas. Nestes estabelecimentos, há um cheiro de fumo, misturado a bodum e cachaça que empesta o ar. O taverneiro vive cuspiendo no chão, berrando com os empregados e a clientela. Aí, servem-se boas refeições, como bacalhoadas, toca-se viola e dança-se o lundu e o sarambeque, uma espécie de dança lasciva, muito do agrado dos escravos. Tiradentes costumava frequentá-las amiúde e nelas aproveitava para espalhar as suas ideias sobre a inconfidência, pois era onde os boatos corriam mais velozes. Muitas delas acham-se em estradas, de maneira que o viajante pode pernoitar em algum quartinho nos fundos. Como os demais estabelecimentos comerciais, o chão também é de terra batida, onde os clientes derramam um pouco de cachaça toda vez que vão beber, dividindo-a com o santo de sua predileção. Nas tabernas, os homens cantam, riem, negociam ouro e divertem-se com mulheres da vida. Às vezes, ocorrem brigas, pois um valentão mais embriagado ofende outro, que não leva desaforo para casa e os dois decidem resolver a pendenga ali mesmo, no braço ou na faca. É um lugar perigoso, que os ricos não frequentam.

Costumes diversos

Naquela sociedade mineira do século XVIII, existiam inúmeros costumes que não chegaram ao nosso tempo. Muitos deles eram bastante curiosos e outros nem tanto. A seguir, relato alguns destes hábitos que me pareceram mais interessantes.

Os indivíduos que sabiam escrever utilizavam uma pena de pato ou de ganso.

A forma tradicional que as pessoas se saudavam ao se encontrar era a seguinte: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo, que lhe dê um bom dia!”. Ao que o outro respondia: “Para sempre seja louvado!”. Quando alguém ia visitar um amigo, ele sempre dizia, ao recebê-lo na porta: “Entrem Vossa Mercê e o seu anjo da guarda!”.

Quando uma criança nascia, os pais queimavam solas de sapatos velhos, para que a fumaça espantasse os maus espíritos e as bruxas.

Os mortos eram enterrados envoltos em panos ou mortalhas e nunca em caixões. Como não existiam cemitérios, sepultavam-se os cadáveres sob os assoalhos das igrejas.

Um dos costumes mais curiosos e terríveis da época colonial é que as pessoas tinham a obrigação de delatar seus amigos, vizinhos e mesmo desconhecidos para as autoridades, se soubessem de qualquer coisa que o pudesse comprometer perante a igreja ou o Estado. Era a famosa legislação do mexerico, premiando-se os delatores e se punindo os infratores, sabedores e consentidores. Não foi outra coisa que ocorreu com a inconfidência mineira. O problema é que qualquer um podia acusar seu desafeto daquilo que ele não fez. Segundo as Ordenações, “quem fizer certo que alguém é culpado, haja a metade de sua fazenda, ficando à sua escolha dizer em público ou em segredo”. E ainda: “Se alguma pessoa

souber que alguém é culpado e não o disser, em público ou em segredo, perca toda a sua fazenda e seja degredada para sempre”. Lei abominável! Muitos fizeram verdadeiras fortunas com a língua.

As noites eram períodos críticos nas vilas coloniais. Os malandros aproveitavam para fazer arruaças e aconteciam muitas brigas. Os ladrões invadiam as casas e criminosos produziam diversos incêndios deliberados. Quase sempre, tais crimes ocorriam em residências onde só habitavam mulheres.

Um personagem bastante curioso do século XVIII era o mumbava. Embora não fosse parente, este sujeito vivia hospedado em casas de ricos senhores por muito tempo. Através de sua experiência, ali dava conselhos, ensinava as crianças, fazia alguns serviços pequenos da casa. Comia e bebia em virtude da prodigalidade do seu senhor. Todos que possuíam um mumbava em casa eram considerados pessoas bastante generosas e bem vistos aos olhos da sociedade.

Após a refeição do meio-dia, as pessoas que podiam faziam a sesta.

Grande costume do tempo era ingerir tabaco, aspirado pelas narinas na forma de rapé. Depois, assoava-se tudo num lenço. Os ricos preferiam o rapé aos charutos e cigarros, este último fumado apenas por soldados e marinheiros. Era prova de grande amizade oferecer a sua tabaqueira para que alguém pudesse aspirar o rapé, embora não fosse um hábito nada higiênico. Diziam que ele não só estimulava a inteligência, como se tratava de um excelente afrodisíaco.

Dinheiro

Com a crise do açúcar, o Brasil passou a sofrer uma escassez de moedas, pois a metrópole parou de mandá-las para cá. A fim de tentar diminuir este problema, elas começaram a ser remarcadas em Minas, alterando-lhes o valor nominal. Eram tão escassas, que o governo se viu obrigado a remarcar até mesmo moedas espanholas, nacionalizando-as.

A moeda vigente em Portugal era o Real (plural: réis), adotada também no Brasil. Contudo, devido a sua escassez, as pessoas se acostumaram a fazer seus pagamentos através de outros meios, como o ouro em pó. Com a criação das Casas de Fundição, este foi proibido de circular e, quem o levasse para fora da capitania seria punido exemplarmente. Além do ouro, era habitual utilizar como moeda de troca certos produtos de valor, como o algodão, fiado ou tecido, o cravo, o cacau, o açúcar, o tabaco, cera e couro. Até mesmo os funcionais públicos chegavam a receber seus salários com tais mercadorias.

A falta de moeda acaba gerando outro problema no comércio: tudo passa a ser vendido fiado. Quem não “pendura”, não vende. Por isso, os preços são caros, para compensar o tempo de espera até receber o valor combinado. Muitas negociações são realizadas apenas em confiança, sem nenhum documento que garanta a transação, os quais são chamados de “clareza”, “conhecimento” ou “assinado”. Nos documentos do tempo, é comum aparecer a frase “dívida sem clareza”, que significa que foi feita apenas na confiança, no fio da barba, como se dizia, “por ele confiar na minha palavra e eu na dele”.

Para realizar um pagamento em ouro, necessitava-se fazer um cálculo matemático, transformando o seu peso em onça, ou melhor, em sua subdivisão, a oitava. Uma onça pesava aproximadamente 28,7 gramas e uma oitava, como o próprio nome diz, correspondia a sua oitava parte, ou seja, aproximadamente 3,58 gramas. Embora pudesse sofrer variações, em média, uma oitava de ouro valia 1\$500 (mil e quinhentos réis). Exemplificando: se uma galinha custava três oitavas, o seu preço em ouro equivaleria a 10,78 gramas. Em dinheiro, esta mesma galinha saía por 4\$500 (quatro mil e quinhentos réis).

Consta que o Aleijadinho trabalhava por meia oitava de ouro ao dia, o que era um salário miserável. Só para se ter uma ideia, um escravo apenas mediano custava mais ou menos 300 oitavas, de maneira que ele precisaria trabalhar 600 dias para comprar um. Necessitaria trabalhar quase uma semana

para comprar aquela galinha e, se desejasse adquirir um cavalo *sendeiro*, um animal ruim que só serve para levar carga, vendido nas Minas por cem oitavas, teria de trabalhar mais de meio ano. E levaria quase quatro anos para ser o feliz proprietário de uma *mulata de partes*, cujo preço subia à ordem de 600 oitavas.

Enquanto ocupou o cargo de alferes, Tiradentes recebia um salário mensal equivalente a 24\$000 (vinte e quatro mil réis). Uma sela nova saía por 10\$000 (dez mil réis) e um boi por 120\$000 (cento e vinte mil réis). Outros preços do tempo em oitavas de ouro:

Um alqueire de milho custava 20 oitavas;

Um alqueire de farinha custava 32 oitavas;

Um alqueire de feijão custava 32 oitavas;

Um prato pequeno de estanho cheio de sal custava oito oitavas.

Como não existiam bancos, as pessoas guardavam seu dinheiro e ouro em casa, dentro de cofres ou mesmo malas de couro. Cláudio Manuel da Costa costumava fundir seu ouro com areia, a fim de disfarçá-lo.

Diversões, jogos, bailes

Nas Minas do século XVIII, a vida social compreendia não só visitas domésticas, como também reuniões festivas e bailes, além das festas religiosas, que serão estudadas em tópico separado. As pessoas divertiam-se também com diversos jogos de baralho, tentos ou prendas.

Ao longo dos primeiros anos após a descoberta do ouro, a vida social dos mineiros foi bastante modesta e as pessoas quase não se frequentavam e pouco saíam de suas casas para visitas ou festas. Durante o apogeu do período aurífero, porém, as casas começaram a se sofisticar, os gostos tornaram-se mais requintados e as famílias mais abastadas passaram a ter uma maior convivência com os seus pares. A partir de então, tornaram-se comuns as assembleias, reuniões de membros da alta sociedade para comer, beber, jogar, cantar e dançar. Nelas, tocavam-se ao piano ou cravo as mais novas árias que chegavam da Itália, dançava-se o lundu, recitavam-se poemas.

Tomemos a liberdade para entrar em uma destas assembleias a fim de constatar como os mineiros do século XVIII se divertiam. Logo ao chegarmos à residência de nosso anfitrião, dirigimo-nos a ele e o cumprimentamos fazendo a tradicional saudação “de mergulho”, segurando o tricórnio em uma das mãos junto ao peito e curvando o torso para frente numa reverência. Ao entrarmos na casa pelo salão principal, encontramos um poeta recitando seus versos para duas damas, que parecem bastante interessadas naquela declamação. Ao lado, algumas mocinhas divertem-se sentadas na companhia de quatro cavalheiros em cadeiras de espaldar, rindo bastante em virtude do jogo de prendas que os entretêm. As cadeiras são de jacarandá e foram encostadas às paredes e o resto da mobília é modesta. Não existem cortinas, tapetes, vasos ou quadros. Apenas uma imagem de Nossa Senhora encontra-se encaixilhada numa moldura, pendurada em uma das paredes. No teto, pende um lustre com 36 velas, que ilumina razoavelmente o recinto, lançando fumaça no ar abafado. Nestas assembleias, as mulheres aproveitam para se exhibir, pois quase não saem de casa. Trajam vestidos de seda e algumas usam cabeleiras tão grandes, que dá a impressão de que vão espanar o teto. De acordo com a moda do tempo, todas pintam-se muito, cheiram a água-de-córdoba e trazem colados no rosto os inevitáveis sinais de tafetá. Algumas chegam a exhibir decotes tão exagerados, que escandalizaria até mesmo as jovens mais avançadas de nossos dias. Ao sorrir, mostram dentes miseráveis, que procuram disfarçar com o uso do leque. Os homens também usam perucas e bastante polvilhadas, pois assim exige as normas de elegância. Sacerdotes frequentam as assembleias. Um frade, vestindo roupa marrom, conversa ao fundo do salão com um padre trajando preto.

Estão comendo pedaços de bolo de mandioca, que as escravas da casa prepararam durante a tarde.

Nas assembleias, joga-se bastante e há jogos para todos os gostos. Dentre os mais conhecidos e divertidos, acham-se o “jogo do papagaio”, o “jogo da cascavel”, a “galinha cega” e o hilariante “belisco sem me rir”. Alguns aproveitam para jogar cartas nas assembleias. O “Faraó” é de longe o preferido de todos, pois as mulheres também participavam e, daí, provavelmente, vem o seu sucesso. Era a oportunidade das pernas se roçarem por debaixo da mesa. Consta que o próprio rei Dom José costumava jogar o “Faraó” toda noite. Além dos jogos de prendas e de baralho, existiam também os jogos de tento, sendo que os dois mais apreciados eram o “Trunfo” e a “Renegada”. Também se jogavam muito xadrez e gamão.

Tão logo terminavam os jogos, anuncia-se que darão início às danças. Quem não gostava de dançar, ou não podia, como os velhos reumáticos, sentavam nas cadeiras encostadas às paredes e ali permaneciam observando os dançarinos. Homem que tirava uma dama e permanecia de luvas durante a dança estava cometendo uma grande descortesia. Os músicos tocavam cravo e rabeça e as músicas preferidas para dançar eram os minuets no estilo francês, uma espécie de bailado simples e gracioso, mais nobre do que a sua adaptação portuguesa, um tanto violenta, com saltos, requebros e sapateados. Finalizada a canção, os casais separavam-se sem dizer mais nenhuma palavra, indo o homem para um lado e a mulher para o outro. Próximo das duas da manhã, os escravos, vestindo fardões de veludo, servem mais bolos e bebidas, como cajuadas e aluás, pois o calor sufoca. Aos poucos, as pessoas retiram-se da assembleia, agradecendo ao anfitrião pela extraordinária noitada.

Também ocorriam grandes festas dadas por pessoas ilustres, como o governador. Nestas, os salões eram iluminados por mais de 300 velas, colocadas em lustres e candelabros de prata. Algumas destas festas grandiosas aconteceram no palácio governamental. Sabe-se que uma delas ocorreu em 1768, para comemorar o aniversário de 25 anos do Conde de Valadares.

Outro divertimento da sociedade em Vila Rica era ir ao teatro. Em 1769, ali foi construída uma casa de ópera na Rua de Santa Quitéria pelo coronel João de Sousa Lisboa. Inaugurado a 6 de junho de 1770 para comemorar o aniversário do rei Dom José, dizem que é o mais antigo teatro da América do Sul. Curiosamente, as próprias mulheres contracenavam em papéis femininos, o que era bastante incomum, pois em geral, só os homens atuavam em espetáculos teatrais.

Escravos

Quando os primeiros bandeirantes chegaram à região das Minas, levavam consigo como escravos não só os indígenas que aprisionavam pelo caminho, mas também negros africanos chamados “nação”, por serem em sua maioria originários da “nação africana”, sobretudo do Congo, Cabinda e Angola. Estes escravos eram empregados, principalmente, para a mineração e trabalhavam desde o nascimento do sol até escurecer. Como passavam horas faiscando ouro em bateias, com os pés metidos dentro dos rios, a vida útil deles era bastante curta, podendo variar entre dez e quinze anos. Roberto Simonsen apresenta dados ainda mais impressionantes, afirmando que, em média, um escravo trabalhava nas lavras por apenas sete anos.

A produção nas minas e rios dependia, exclusivamente, da boa vontade do escravo. Se fizesse corpo mole, o trabalho não renderia. Decorre daí que alguns senhores escravagistas menos obtusos incentivavam a produção com prêmios. Em alguns casos, davam-lhes fumo e cachaça. Se um negro conseguisse minerar tantas gramas de ouro por dia, poderia trabalhar para si próprio ao final da jornada. No caso da extração de diamantes, quem encontrasse uma pedra muito valiosa, recebia imediatamente a liberdade. Não que os proprietários de escravos fossem homens bondosos e preocupados com a vida que

eles levavam. Longe disso. Apesar de tudo, os senhores tentavam passar aos negros a imagem de que ele era um sujeito bom e amigo, diferente dos outros. As tarefas de repreensão e castigo ficavam sempre nas mãos do feitor, com quem os escravos lidavam diretamente. Como se tratava de um elemento imprescindível na extração aurífera, equiparados às melhores montarias ou animais de rebanho, os grandes mineradores investiam boa soma de dinheiro na aquisição de novas peças, importando-as da África, para substituir os que iam morrendo. Aliás, o tráfico consistia numa atividade bastante lucrativa.

Apesar destas premiações, alguns negros preferiam roubar as pepitas de ouro e os diamantes que encontrassem. Mesmo trabalhando apenas de tanga para não ter muitos lugares onde escondê-los e sempre sendo revistados cada vez que saíam dos rios e das minas, costumavam enfiá-los no meio dos cabelos crespos ou mesmo engoli-los. Se fossem apanhados, o castigo seria severo. Às vezes, os negros davam o troco e denunciavam os seus patrões às autoridades, alegando que eles estariam sonegando impostos. Mesmo sabendo que a delação poderia ser falsa, não era bom entrar numa contenda com os fiscais da Coroa. Os escravos empregavam tal tática como moeda de troca, a fim de evitar os maus tratos.

A imensa maioria das pessoas que habitava a capitania das Minas Gerais no século XVIII era composta por negros. Em 1735, foi realizada uma estimativa populacional em Vila Rica para efeito da cobrança do imposto de capitação e chegou-se à conclusão de que existiam quase cem mil escravos, entre homens e mulheres, morando na cidade. Mais para o final do século, estima-se que a população mineira de negros e pardos correspondia a 80% do total dos habitantes, sendo que 35% destes negros eram forros. Mesmo se contarmos apenas os homens livres, os pardos, mulatos e negros libertos perfaziam a maioria.

Quando uma pessoa conseguia juntar um dinheirinho, a primeira coisa que ela comprava era um escravo. Trata-se do principal “objeto de desejo” do tempo e talvez o maior índice de riqueza. Possuir uma grande escravaria significava ter status na sociedade e até os mais pobres desejavam ter alguns, que pudessem trabalhar para eles a fim de lhes proporcionar uma renda. O melhor exemplo disso é da negra Quitéria, que foi forrada e tornou-se mendiga. Ela foi economizando as suas esmolas para adquirir uma escrava, conseguindo depois de certo tempo. Este era um ciclo comum que se repetia. Após muito trabalhar, um escravo podia obter outro que o sustentasse, até que este também conseguisse comprar a sua alforria. Não possuir negros era prova de baixo nível social. O ideal era tê-los aos montes, pois assim se poderia viver na ociosidade.

Nas cidades como Vila Rica, grande parte destes escravos trabalhava como “negros de ganho”. As mulheres podiam servir como amas-de-leite ou vender quitutes pelas ruas, conhecidas por “negras de tabuleiro”, enquanto que os homens empregavam sua força braçal para buscar água ou lenha, transportar pessoas em cadeirinhas ou vender alguns produtos, como refrescos, velas, amendoim torrado, milho assado, capim seco para estofados, angu, coco, carvão, cestos, aves, bolos, doces, pastéis, frutas, leite. Normalmente, o escravo tirava uma pequena parcela para si, entregando todo o restante ao seu proprietário. Eles davam um movimento especial à cidade, que desde cedo se agitava com as suas idas e vindas.

Evidentemente, nem sempre a relação entre brancos e negros era cordial. Em 1719, os escravos de Vila Rica se rebelaram e houve uma tentativa não só de massacrar os brancos, chamados de “caiadós” por eles, mas de assumir o poder da capitania. Contudo, o golpe fracassou em virtude de dissensões entre os dois grupos rivais, os bantos e os minas (iorubás), uma vez que ambos desejavam indicar o futuro rei. O Conde de Assumar, homem *profundamente piedoso e humano*, registrou a tentativa de levante junto à corte e sugeriu que se cortassem os tendões de Aquiles de todos os negros, pois assim poderiam continuar trabalhando e evitavam-se as fugas. Ao escravo fujão, punha-se uma marca “F” com ferro em brasa. Caso ele fosse reincidente, cortavam-lhe as orelhas.

Muitos escravos conseguiram a sua liberdade não porque a tivessem comprado, mas porque o seu custo/benefício não era vantajoso para seus proprietários. Com o tempo, as minas não produziam mais

como antigamente, de maneira que diversos senhores escravagistas libertaram seus escravos, não por humanidade, mas porque ele tinha um custo elevado de manutenção. Os alimentos eram muito caros em Minas; libertos, esses negros que fossem comer por sua própria conta. O mesmo acontecia, quando eles já se encontravam imprestáveis para trabalhar. Os seus donos atiravam-nos na rua sem o menor peso na consciência e eles que fossem viver de esmolas ou morrer longe. Aqueles que ainda possuíam forças para o trabalho, tornavam-se tropeiros, entravam para o comércio ou aprendiam um ofício.

Negros e mulatos não podiam seguir carreira eclesiástica e o clero, quase sempre, era formado pelos filhos de famílias abonadas. Não podiam portar armas de fogo, sempre toleradas nas mãos dos brancos. De acordo com a Pragmática de 1749, não podiam nem mesmo usar roupas de lã, algodão ou seda. Na maioria das vezes, os negros não se casam na igreja, vivendo amancebados em pequenos cubículos nas senzalas.

Preconceito racial sempre houve no Brasil e, nas Minas do século XVIII, era ainda mais evidente. As irmandades religiosas não queriam que os seus “irmãos” se misturassem e existiam aquelas onde só entravam brancos ou pardos ou negros. As próprias forças militares possuíam regimentos específicos para cada um destes grupos. À medida que os mulatos iam clareando em virtude do caldeamento racial, procuravam se identificar sempre com os brancos e não admitiam ser confundidos com os escravos negros. Houve, inclusive, muitos casos de mulatos mais claros que conseguiram se destacar na sociedade e que oprimiam os mais escuros. Ao tentarem se identificar com o branco, acabam também sofrendo preconceitos das pessoas de sua própria raça. De modo geral, pode-se dizer que o indivíduo forro sofreu muito, pois, embora livre, o preconceito social contra ele era enorme.

Muitos inconfindentes possuíam grande escravaria, de modo que não viam com bons olhos a emancipação dos negros. Porém, como eles compreendiam a maior parcela da população, temia-se que pudessem ficar do lado da metrópole, o que seria um grande problema para a revolução. O governo poderia conceder-lhes a liberdade em troca de lutarem contra os rebeldes. Em uma das reuniões secretas, cogitou-se libertá-los, mas a proposta não foi adiante, pois José Álvares Maciel alegou que a economia entraria em colapso. Na verdade, eram favoráveis à abolição da escravatura apenas por ideologia, mas não do ponto de vista da praticidade.

Festas públicas e religiosas

Para comemorar nascimentos de príncipes, casamentos reais ou outros eventos importantes, a colônia organizava festas grandiosas e extraordinárias, a fim de que a notícia de sua exuberância chegasse aos ouvidos do rei. De acordo com as Ordenações, todas as pessoas que morassem a menos de uma légua do local do evento seriam obrigadas a participar das procissões ou pagariam uma multa, cabendo metade aos cofres reais e metade ao delator. Em vista disso, todos se preparavam para participar das grandes festas na colônia, enfeitando suas casas com panos coloridos e luminárias, quando um Bando anunciava as próximas festividades.

Montados em seus cavalos enfeitados com fitas coloridas, acompanhados pelos sons de clarins, tambores e fogos, os almotacés saíam anunciando os aguardados festejos. Eles dirigiam-se às esquinas onde houvesse um agrupamento de pessoas e liam o Bando, para que todos se encarregassem de transmitir a novidade adiante. Tomadas pela curiosidade, as mulheres vinham espiar pelas rótulas o que estava causando tamanho alvoroço nas ruas e, ao saber da novidade, já aproveitavam para tirar das canastras as melhores roupas que usariam na festa. Poucos se davam ao luxo de comprar novas, uma vez que os comerciantes aumentavam os preços de tudo nestas ocasiões. Era uma oportunidade para as jovens saírem de casa e mostrarem-se aos moços namoradores do tempo.

Em maio de 1786, ocorreu o casamento entre o futuro Dom João VI com Carlota Joaquina, verificando-se nas cidades e vilas mineiras grandes festividades para comemorar aquelas bodas. As ruas de Vila Rica foram varridas e procuraram tirar as pedras do caminho, para que ninguém tropeçasse nelas. Normalmente, a programação das festividades constava de embandeiramento, *Te Deum*, procissão com carros alegóricos e dançarinos, cavalcadas e luminárias por seis dias. Estas eram lanternas a vela ou azeite de baleia ou mamona que se acendiam nas portas das casas. Naquele tempo de pouca iluminação nas ruas, certamente as luminárias deveriam causar uma forte impressão nas pessoas acostumadas com as noites escuras.

Um dos espetáculos prediletos do povo eram as cavalcadas, que consistiam de vários jogos entre os cavaleiros. Normalmente, dividiam-nos em duas equipes, uma trajando verde e a outra, rosa, a fim de ver qual grupo sairia vencedor. Na verdade, não passavam de reminiscências das justas medievais. Existiam diversas modalidades de competições, como o jogo de cana, em que os cavaleiros divertiam-se jogando feixes de cana-de-açúcar sobre o adversário, que deveria se defender, cortando os feixes com sua espada. Outra competição muito aguardada era a da “argolinha” ou “correr manilhas”, como se dizia. Com a ponta de sua lança, os cavaleiros deveriam fisgar uma pequena argola presa a um barbante, que ficava balançando no ar. O povo delirava com tais espetáculos, que só terminavam ao anoitecer.

Também as festas do calendário religioso eram muito aguardadas. Naquele tempo, existiam mais de trinta dias santos, passíveis de serem comemorados com festas, onde toda a população participava, inclusive, os escravos. Era a ocasião em que as moças se arrumavam para serem vistas pelos homens. Se calhasse, poderiam até mesmo entabular uma conversa rápida com alguns deles. Como as festas duravam quase uma semana, os pares amorosos ajustavam encontros para os dias seguintes. Nas igrejas, as missas eram então cantadas e todos participavam das novenas.

Não há a menor dúvida de que a festa mais extraordinária de que se teve notícia na colônia foi o Triunfo Eucarístico. Tais festejos aconteceram em Vila Rica no ano de 1733, em pleno auge da extração aurífera, para comemorar a mudança do Santíssimo Sacramento, que se achava em caráter provisório na igreja de Nossa Senhora do Rosário, para a nova matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Com mais de um mês de antecedência, o governador Dom André de Melo e Castro, o Conde de Galveas, mandou anunciar os festejos por arautos mascarados que percorriam as ruas da cidade. As festividades estavam programadas para ter início no dia 23 de maio, um sábado, mas a manhã raiou com chuvas intensas, de modo que a procissão foi adiada para o dia seguinte. Precederam-na seis dias de festividades e luminárias. Todos foram convocados a colocar colchas coloridas em suas janelas e as ruas enfeitadas com arcos e flores. Simão Ferreira Machado escreveu um livro sobre o episódio, hoje raridade bibliográfica, onde ele descreve toda a suntuosidade do evento. Publicado em 1734, o livro do Triunfo Eucarístico foi patrocinado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Negros. Houve danças, cavalcadas e diversas alegorias, como mouros lutando contra os cristãos, deuses pagãos, ninfas, planetas, etc. E muitos carros enfeitados com pedras preciosas, ouro e prata, além de rendas e plumas. De fato, exagerou-se no luxo, tudo pago pela câmara municipal, como costumava ocorrer. Muitas vezes, estas casas ficavam sem dinheiro para realizar as suas obrigações, apenas por financiar tais eventos. A festa do Triunfo Eucarístico retrata bem a euforia da população de Vila Rica no auge do seu poderio econômico. Mais do que uma festa religiosa, todos estão comemorando os grandes êxitos da extração aurífera.

Higiene

Os mineiros e as mineiras do século XVIII não eram muito limpinhos. O mau cheiro exalava-se

por toda parte, das pessoas, do vestuário, das casase foi uma das características do tempo. Ninguém tinha o costume de lavar as residências; quando muito, passavam uma vassoura no chão. As próprias roupas não eram lavadas com frequência e os mais pobres usavam a mesma camisa por um bom tempo. Quando resolviam lavá-las, punham-lhes bastante anil, de maneira que até ficavam azuladas. Os mais ricos, que possuíam mais vestimentas, cuidavam delas com um pouco mais de atenção. Também não havia muito asseio com o corpo. Nas famílias abastadas, um escravo passava diante da mesa carregando bacia, jarra com água e toalha para lavar as mãos de seus patrões e dos convidados.

Logo após despertar, os ricos miram-se em seus espelhos venezianos, cujas molduras são entalhadas no estilo rococó, e passam no rosto um pano úmido, embebido com água de cheiro. Uma minoria esfrega alguma raiz perfumada nos dentes, para encobrir o mau hálito e, em seguida, fazem um gargarejo com água e açúcar. Se for dia de tomar banho, irão fazê-lo apenas antes de se deitar, em gamelas grandes ou bacias “de arame”, como chamam no tempo o ferro estanhado ou folhas-de-flandres. Em algumas casas, há um miserável cubículo sem janela que serve para os banhos, além de se guardar os vasos de serviço íntimo. São os famosos “banhos de sopapos”, em geral, não muito frequentes. Para se ter uma ideia, os frades costumavam se banhar apenas duas vezes por ano, banhos bianuais, pela época da Páscoa e na véspera do Natal. Esta falta de higiene explica-se. Tomar banho frequentemente era visto pela igreja quase como um pecado e, segundo São Benedito, “permitir-se-iam banhos aos doentes, todas as vezes que se julgar necessário, mas, para aqueles que estão de boa saúde, sobretudo se eles são jovens, tais banhos não lhes devem ser concedidos senão muito raramente”. Mas era costume dos mineiros lavar os pés todas as noites, antes de ir para a cama. Segundo John Lucock, um dos viajantes que esteve na região, os rostos, mãos, braços, peitos e pernas, partes que as pessoas deixavam mais expostas, eram pouco lavadas.

Como não havia água encanada, esta precisava ser trazida dos chafarizes existentes nas cidades por um escravo. As mulheres banhavam-se em suas alcovas com uma esponja. Todas as outras necessidades faziam-se eu urinóis. Pela manhã, os negros jogavam os excrementos num barril de imundícies, localizado ao fundo da residência, conhecido pelo tempo como “tigres”. Quando eles se enchiam, os escravos atiravam-nos longe da casa, em matos ou mesmo ruas, esperando que as águas da chuva dessem conta do problema.

Em compensação, todos se pintavam, inclusive os sacerdotes. Em qualquer festa ou assembleia, homens e mulheres não deixavam de colocar em seus rostos os célebres sinais de tafetás, verdadeira febre do tempo, que também serviam para encobrir marcas de herpes, bastante comum em todo o século, e disfarçar manchas da idade. Eram estes pedacinhos de tafetá preto, que se colavam sobre o rosto. Existia uma técnica para colocá-los, bem como a sua posição não era aleatória e indicava a imagem que as pessoas desejavam transmitir. *Majestoso* era como se chamavam aqueles colocados na testa; o das fontes, *discreto*; postos, no pescoço, recebiam o provocante nome de *tentador*; em uma das faces, tínhamos o *galante*; junto ao cantinho da boca, denominava-se *beijocador*; debaixo dos olhos era o *desatinado*; junto ao nariz, o *atrevido*; se tapava uma covinha na face, *folgazão* e, do lado dos olhos, *apaixonado*.

Todos usavam perucas, enormes e empoadas, muitas delas devendo exalar um cheiro forte de seborreia. Ao contrário do que se imagina, não se usavam muito perfume nas Minas do século XVIII. Os mais abastados compravam-nos em pequenos frascos, com essências de âmbar, flores de laranjeira, bergamota, amaranto e lavanda. As duas águas de cheiro mais famosas eram as da “Rainha de Hungria” e as “Águas de Córdoba”.

Antes de mais nada, a justiça portuguesa do tempo era injusta e tratava as pessoas de maneira desigual, quer fossem fidalgos, cavaleiros, doutores, clérigos ou se os indivíduos possuíam distinções, como o Hábito de Cristo. Dizia a lei que um marido traído, se apanhasse sua mulher em flagrante delito com outro, teria o direito de matar os dois. Contudo, precisaria, antes, verificar quem se tratava o amante de sua esposa. Caso fosse um indivíduo que se enquadrasse na lista acima, teria privilégios e, se viesse a ser morto pelo esposo da mulher com quem adulterara, este também seria punido rigorosamente, pois tirara a vida de uma pessoa distinta. Deveria ter visto antes de agir precipitadamente.

Agora, se o homem adúltero fosse casado, a sua punição não seria tão grave e a maior pena que poderia pegar era ser degredado por três anos para a África. No caso dos padres e frades, as suas amantes eram punidas, mas não eles. Muitas vezes, chegaram a ser banidas para fora da capitania ou do próprio país. Em casos muito graves, os sacerdotes não iam para prisão comum, mas para um cárcere especial, denominado aljube. Mesmo assim, os crimes destes homens de Deus foram tantos ao longo do século XVIII, que os aljubes viviam lotados.

Outro exemplo claro de que a justiça era praticada de maneira desigual, de acordo com a categoria social do indivíduo. Quem negasse a fé em Deus deveria ser punido. Se se tratasse de um fidalgo ou pessoa com alguma distinção, a sua pena seria apenas uma multa. Caso o sujeito fosse pobre, deveria levar trinta chicotadas no pelourinho. Era este uma coluna de pedra, localizada quase sempre na principal praça de uma cidade ou vila, diante das municipalidades, onde os criminosos eram açoitados. Quase sempre, tais ocorrências transformavam-se em espetáculos e divertimento para o público. Diante da população curiosa, amarravam o infeliz no pelourinho e, antes de se iniciar a punição, lia-se a sua sentença. Em seguida, rufavam os tambores para abafar os gritos do desgraçado e, enquanto isso, um carrasco sentava o chicote nas costas do criminoso. As pessoas adoravam e se espremiavam para assistir a esta visão pavorosa. Na época do Conde da Cunha, até os comerciantes que roubavam no peso, vendiam produtos deteriorados ou acrescentavam água no leite ou vinho, iam para o pelourinho. Somente pessoas com distinções não poderiam ser chicoteadas, como os fidalgos, o clero, vereadores, altos funcionários do governo, etc. Às vezes, a punição poderia ir além. O teatrólogo brasileiro, Antônio José da Silva, o Judeu, em virtude de suas peças satíricas que descortinavam todas as hipocrisias da sociedade portuguesa do tempo, acabou sendo denunciado ao Tribunal da Santa Inquisição por uma negra escrava e foi condenado a ser garroteado em praça pública, além de ter o seu corpo queimado.

Livros, educação, vida cultural

Como a grande maioria das pessoas na capitania das Minas Gerais no século XVIII não era alfabetizada, a consequência natural é que se escrevia muito pouco. Para tanto, utilizava-se uma pena de pato, que metiam num potinho de tinta. Tratava-se de objetos raros, mesmo na casa dos mais abastados. Quem tinha boa caligrafia, podia prestar serviços para escrever documentos e cartas. Era o famoso “secretário”, muito procurado em toda parte.

O interesse do estado e o da igreja era manter a população na ignorância. Muitos livros consideravam-se “defesos”, ou seja, proibidos e possuí-los consistia em crime passível de punição. Para que um livro pudesse ser publicado, ele precisava passar antes pelo crivo de três instâncias censórias: primeiro, o bispo dava o seu parecer; depois, a obra era submetida à inquisição para, finalmente, ser entregue ao rei. Se o livro fosse censurado em qualquer uma destas etapas, estava proibido de circular. Na época do Marquês de Pombal, resolveram simplificar o processo, de maneira que toda a produção intelectual, antes de ser impressa, deveria ser aprovada pela Real Mesa Censória, composta por

eclesiásticos, inquisidores e funcionários reais. A pena mais grave era condenar o livro à fogueira.

Na verdade, o comércio de livro na colônia não era proibido, tanto que alguns homens possuíam bibliotecas em suas casas, inclusive, parte dos inconfidentes. O que não se permitiam eram os livros “defesos”. A maioria das obras seria de temas devocionais; porém, sabe-se da existência de muita literatura ligada ao iluminismo, inclusive, a existência de livros “defesos” nas bibliotecas dos intelectuais mineiros. Normalmente, estes livros proibidos eram comprados na Europa e trazidos para o Brasil escondidos nos navios. Segundo a metrópole, tais obras poderiam insuflar no povo ideias de emancipação política. Sabe-se que os inconfidentes liam muito o abade Raynal, que defendia o direito de se derrubar um governo, quando este fosse injusto e, segundo o padre Toledo, o abade chegava até mesmo a ensinar técnicas de como se fazer uma rebelião em seus escritos.

Como já ficou dito, o cônego Luís Vieira da Silva era o inconfidente que mais possuía livros. A título de curiosidade, citemos algumas obras que foram encontradas em sua biblioteca. Havia muitos dicionários, sobretudo, de francês, latim, italiano e alemão. Existiam obras de ciência, física, geometria, astronomia, história natural, arte militar, etc. Numerosas eram as obras de teologia, direito canônico. Havia oradores como Cícero, Demóstenes e Bossuet e obras completas dos doutores da igreja: Santo Agostinho, São Tomás, São Bernardo e São Gregório Magno. Muitas obras de filosofia, metafísica e lógica. Também havia obras de medicina e dois volumes da *L'Encyclopédie de Diderot e d'Alembert*. O cônego tinha várias obras de Voltaire e muitos clássicos antigos, como Virgílio, Horácio, Suetônio, Júlio César, Ovídio, Terêncio, Catulo, Tibulo, Propércio, Sêneca, etc. Dentre os clássicos portugueses quinhentistas, havia Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes. Dos setecentistas, Luís Antônio Verney. Dos escritores franceses, além de Voltaire, foram encontradas obras de Corneille, Racine, Fénelon, Montesquieu, Marmontel. Dos italianos, Torquato Tasso, Metastásio (poeta muito imitado pelos árcades), que foi o ídolo do século. O cônego Luís Vieira da Silva gostava de obras históricas, como as que foram encontradas em suas estantes: *Nouveau Dictionnaire Historique*, em seis volumes. *Histoire Universelle*, em quatro volumes, de Turpin. De Bossuet tinha *Histoire des variations des églises protestantes*. Sobre história da igreja, destacava-se pela sua extensão, em treze volumes, a obra de Bonaventure Racine, *Abrégé de l'histoire Ecclésiastique*. Também tinha a melhor história da igreja já escrita, segundo Voltaire, que era a do Padre Fleury, *Discours sur L'histoire Ecclésiastique*.

Os intelectuais mineiros que desejavam manter-se informado do que acontecia na Europa liam os jornais *O Mercúrio* (francês) e o *Correio de Londres*. Dos periódicos portugueses, a *Gazeta de Lisboa* era a mais estimada. No Brasil, a primeira tipografia só seria montada em 1747 pelo português Antônio Isidoro da Fonseca. Ele sabia que isto era proibido e que estava cometendo uma infração; mesmo assim, vendeu tudo o que tinha em Lisboa para comprar o maquinário e o trouxe para a colônia, onde começou a imprimir pequenos livros e alguns panfletos. Em torno de seis meses de funcionamento, a Coroa fechou seu estabelecimento, sequestrando papéis, tintas, tipos e o prelo.

A metrópole pouco se importava com a educação na colônia e era proibida a abertura de universidades no país. Até 1759, esta permaneceu quase que exclusivamente nas mãos dos jesuítas; porém, após a expulsão deles do Brasil, as escolas que eles mantinham foram fechadas. A partir de então, o estado assumiu a educação dos jovens e passou a contratar professores régios. Para lecionar, estes mestres precisavam conseguir uma “carta de professor”, mediante a realização de um exame que os habilitaria a dar aulas particulares e deveria ser registrado na Câmara. A Coroa exercia certa fiscalização sobre o processo de ensino, obrigando os professores a adotar o mesmo método e os livros que indicavam. Durante o século XVIII em Minas, o único estabelecimento de ensino de fato foi o Seminário de Mariana que, a partir de 1750, também passou a funcionar como colégio para meninos. As mulheres praticamente não tinham acesso à educação.

Apesar de tudo, é notável como as novas ideias que brotavam na Europa alcançaram rapidamente o território mineiro, sobretudo no que diz respeito às artes. Não cai em erro quem afirma que, na

capitania de Minas, durante parte do século XVIII, produziu-se uma arte refinada, o que de melhor o engenho humano criou nas Américas naquele período. A música alcançou um nível muito elevado e eram tantos os músicos de talento e tão atualizados, que conheciam técnicas recém-introduzidas no velho mundo. Uma plêiade de poetas notáveis floresceu em Vila Rica ao mesmo tempo, deixando de lado a sintaxe complexa dos portugueses para adotarem uma linguagem com frases curtas, de modo a deixar o pensamento mais claro. Também a pintura e a escultura produziram alguns grandes nomes, com artistas reconhecidos posteriormente no mundo inteiro, como o Aleijadinho.

Mendigos e vagabundos

Ao longo do século XVIII nas Minas Gerais, muitos foram os indivíduos marginalizados socialmente, dentre eles os mendigos, vagabundos, prostitutas, indígenas, feiticeiras, pobres e loucos. Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza em seu excelente livro *Desclassificados do Ouro*, o indivíduo marginal deve ser compreendido como um elemento mal integrado na sociedade ou, antes disso, mal classificado.

Desde os tempos medievais, o pobre era considerado como um elo de ligação entre Deus e os indivíduos mais abonados, de maneira que, dando-se esmolas aos mendigos, seus benfeitores estariam salvando suas almas ao comprar um pedacinho do céu. Por isso, todos que podiam praticavam esta espécie de caridade. Com o correr dos séculos, porém, a sociedade começou a fazer uma distinção entre mendigo e vagabundo. Aqueles, de fato, necessitavam pedir dinheiro para sobreviver e eram aceitos por todos, enquanto que estes passaram a ser odiados pela população. Em consequência, o povo compreendeu que só deveria dar esmolas para aqueles que não tivessem condições de trabalhar.

A distinção tornou-se mais clara aos olhos da sociedade e o termo vagabundo passou a ser entendido como “todas as pessoas que não tiver fazendas suas, que não tiver ofício em que trabalhe, ou amo a que sirva”. Em outras palavras: mendigo seria o sujeito impossibilitado para o trabalho, como velhos escravos inutilizados ou aleijados. Já o vadio era aquele indivíduo que, podendo trabalhar, não o fazia.

Para pedir esmolas no Brasil, em determinado período da época colonial, o mendigo deveria obter uma licença junto às autoridades. Aquele que não a possuísse estava proibido de realizar tal prática, podendo ser punido severamente. Com o tempo, coube à igreja emitir tais autorizações, pois os clérigos conheciam melhor quem de fato teria necessidade ou não para receber ajuda.

Outros grupos também costumavam esmolar pelas ruas, como os soldados pobres, que pediam dinheiro para comprar fumo e beber, ou os irmãos da opa, que pediam em nome dos santos ou para o auxílio de alguma irmandade. Nem sempre, porém, agiam honestamente. Grande parte do que arrecadavam para as obras de caridade, eles guardavam para si.

Mais costumes curiosos da sociedade

No século XVIII, foi bastante comum o hábito de se dar apelidos às pessoas. Todos tinham o seu, gostassem ou não. Muitas vezes, possuíam mais de um, como no caso do alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por toda gente como Tiradentes, mas que também tinha outras alcunhas, como “o República” e “Gramaticão”, porque andava de um lado para o outro com um livro debaixo do braço. Na verdade, poucos eram conhecidos por seu nome completo e estes apelidos quase sempre diziam respeito

a alguma característica do indivíduo ou o ofício profissional a que ele se dedicava, como João Sapateiro ou Pedro Pernetá.

Não foi um tempo de grande intimidade entre as famílias e as relações sociais limitavam-se a visitas aos domingos, dias santos, bodas e festas. Os homens, sim, reuniam-se mais amiúde nas ruas e no comércio, conversando a respeito de tudo, desde a corrupção no governo até os últimos escândalos que ocorriam na vida alheia. Em linhas gerais, excetuando-se as datas festivas e assembleias, a vida cidadina era bastante monótona, embora todos se vigiassem mutuamente e a fofoca corria de boca em boca. Ninguém escapava de ser alvo de mexericos. Muitos indivíduos procuravam exibir socialmente uma imagem que não possuíam na realidade. Foi uma época em que se valorizaram as aparências. Como bem disse Philippe Áries: *“O indivíduo não era como era, e sim como parecia, ou melhor, como conseguia parecer. Tudo visava a esse objetivo: a despesa excessiva, a prodigalidade (...), a insolência, a ostentação”*.

Vida noturna não existia e, após anoitecer, as pessoas trancavam-se em casa e apenas os corajosos ousavam pôr os pés nas ruas, além dos desqualificados. Durante o século XVIII, era comum os homens carregarem facas consigo e até mesmo espadas, punhais e garruchas, desde que fossem indivíduos qualificados. Depois das oito horas, só permaneciam nas ruas a malta de mariolas, vadios e prostitutas. Muitas vezes, cadáveres eram encontrados pela manhã, cobertos de sangue.

Os sinos anunciavam as horas principais na cidade, tocando muito e funcionando como uma espécie de gazeta, num tempo em que não existiam jornais. Logo de madrugada, anunciavam as matinas. Ao meio-dia, os sinos badalavam, indicando a hora do jantar. À tarde, ouviam-se as badaladas da Ave-Maria, indicando que terminara a jornada de trabalho dos escravos. Após isto, as torres silenciavam, a não ser quando era necessário anunciar algum acontecimento extraordinário, pois os sinos badalavam por tudo. Convocavam os fiéis para as missas, *Te Deums*, lausperenes, novenas, a chegada de um bispo, mortes e nascimentos. Se nascesse um menino na cidade, os sinos davam nove badaladas; se fosse menina, apenas sete. Às vezes, tocavam de maneira incessante após anoitecer e todos já sabiam que se tratava de incêndio. Logo, acudiam homens de todas as partes, carregando baldes de água nas mãos ou em carroças. Os sinos podiam dobrar, anunciando uma notícia triste, ou repicar, informando um evento alegre.

Muitos viajantes que circularam pela região das Minas no século XVIII afirmaram que as pessoas eram ociosas. Todos que podiam, passavam o tempo espichados em suas redes sem fazer nada. Na verdade, os mineiros não se achavam preguiçosos, apenas se tratava da maneira como administravam o seu trabalho, que consistia em fiscalizar os seus escravos de ganho. Na visão deles, vadio era quem não trabalhava e não tinha quem trabalhasse por si. Um dos índices de ociosidade era deixar a unha do polegar direito crescer, que servia para melhor tocar viola, violão e separar as folhas de tabaco. Conta John Luccock um caso curioso que serve para ilustrar como os brancos se recusavam a executar serviços braçais. Certa feita, precisando de um chaveiro, dirigiu-se a um mestre de ofício e explicou-lhe o que desejava. O sujeito encontrava-se vestido como se estivesse indo a um baile de gala, com tricórnio e fivelas prateadas nos sapatos. O chaveiro alegou que não poderia fazer o serviço naquele momento, pois não tinha à disposição nenhum negro que lhe carregasse o martelo. John Luccock disse que ele mesmo poderia carregá-lo, mas o chaveiro não aceitou e tiveram de esperar longo tempo até um escravo chegar para que o trabalho pudesse ter início. Este caso bem ilustra o modo de pensar do homem dos tempos coloniais quanto ao trabalho dito manual, considerado coisa exclusiva de escravos. Ele prefere passar fome a ter de se submeter a tarefas como esta. O objetivo de todos é se tornar funcionário público, militar, sacerdote, advogado, médico ou possuir fazendas e muitos escravos para desfrutar do ócio.

Ao longo do século XVIII, a medicina praticada em Portugal achava-se bem mais atrasada do que aquela exercida nos outros países da Europa, como França e Inglaterra. Por acreditar que o corpo humano não podia ser desrespeitado após a morte do indivíduo como, por exemplo, a prática de autópsias, os jesuítas acabaram influenciando negativamente os estudos médicos. Tanto que, em 1739, o rei Dom João V proibiu que se ensinasse anatomia prática nos cursos da faculdade, de maneira que os estudantes não podiam examinar os cadáveres e tudo que aprendiam sobre o corpo humano deveria ser baseado em figuras. No Brasil, os estudos de medicina seguiam ainda mais atrasados do que na metrópole, cujos médicos se formavam, quase sempre, em Coimbra.

Em Vila Rica, como de resto em todo o Brasil, a medicina praticada não passava de beberagens, purgações e pajelanças. A desorganização era tamanha que, em 1782, a rainha dona Maria I foi obrigada a instituir a chamada Junta do Proto-Medicato, com a finalidade de regularizar a atividade médica, impedindo que charlatães oportunistas continuassem enganando as pessoas. O abuso era tal, que as próprias boticas da metrópole e da colônia vendiam medicamentos deteriorados, os quais poderiam causar mais danos do que benefícios.

Frequentemente, as explicações que se davam para uma pessoa ter adoecido é que ela estava sendo punida por Deus em virtude de seus pecados. Daí que precisavam fazer penitência, rezas, etc. Não era raro que um doente, além de tomar os remédios tradicionais, feitos a partir de raízes, cascas de árvores, etc, ou seja, endossado no “saber culto”, também se visse na contingência de participar de rituais mágicos, orações, promessas, o “saber oculto”.

Acreditava-se também que as doenças podiam ser transferidas de um corpo para outro ou ainda para um animal. Luís Gomes Ferreira, em sua obra clássica, *Erário Mineral*, recomendava para mordidas de serpentes, que se devia abrir o corpo de algum grande animal como uma vaca e meter o indivíduo enfermo dentro dele enquanto ainda estivesse quente, ficando apenas a cabeça para fora a fim de respirar. Ao cabo de certo tempo, o suor do doente passaria para o corpo da vaca, levando junto a doença.

Seja como for, as enfermidades eram compreendidas como algo materializado e deveria sair do corpo através do suor, das fezes, do vômito, da urina ou do sangue. Um dos motivos por que se sangravam tantas pessoas era justamente esse. De acordo com o local da dor, ali perto se sangrava o infeliz.

A igreja participava das emergências clínicas com sua equipe de santos médicos, sempre prontos para socorrer qualquer doente que os invocasse. Como bem observou Keith Thomas, no imaginário popular, os santos eram mais vistos como médicos especialistas do que como clínicos gerais. Cada santo tratava um determinado problema: Santa Apolônia curava dores de dentes, Santo Amaro fechava feridas, Santa Brígida, uma espécie de neurologista, era procurada em casos de dores de cabeça, São Brás, o otorrinolaringologista, recuperava as gargantas enfermas, ao passo que Santo Abelardo era o parteiro da turma.

Na maioria dos casos, o tratamento receitado ao paciente era apenas para fazê-lo sangrar ou purgar. Sangrava-se o doente por qualquer motivo e davam-lhes remédios de arrepiar os cabelos. Dentre as verdadeiras pérolas da farmacopéia colonial, descobrimos que se receitavam medicamentos escabrosos, como urina de homem, carne de sapo, esterco de cão, chás de percevejos, suor de sovaco de agonizante. Algumas verdadeiras preciosidades, dignas de figurar em manuais da imbecilidade humana: diziam que unto de homens que acabaram de ser enforcados era excelente para calvície. Tratamento infalível, segundo a medicina do tempo, era raspar a sola dos pés dos doentes agonizantes com brasas. Alguns medicamentos pareciam menos exóticos: banha de animal para reumatismo, limões azedos para fraquezas, cascas de jabuticabas para cursos de sangue, aguardente com sal para mordidas de cobras.

Num território com poucos médicos como as Minas do século XVIII, floresciam os curandeiros e charlatães, que receitavam essa medicação bizarra. Não serviam para nada e, se cura houvesse, tratava-se apenas de um efeito placebo. Para as mulheres grávidas, receitavam tomar caldo de galinha gorda, com pimenta e canela, além de comer muita cebola. Havia também uma teoria bastante curiosa, pregada pelos jesuítas. Se uma planta nascia à beira de lagos ou charcos, isto queria dizer que ela seria um excelente remédio para resfriados. Se uma planta tivesse as folhas em formato de coração, significava que ela era ótima para curar males cardíacos. E assim por diante.

Os próprios médicos de formação acadêmica receitavam medicamentos que hoje julgamos hediondos. O já citado Luís Gomes Ferreira, que viveu em Vila Rica, indicava os seguintes remédios para diversos males no *Erário Mineral*: “sangue de dragão, leite de cachorra preta, leite de mulher que tenha tido menina, defumação com dentes de caveira postos em brasa, calor de cachorro deitado sobre o local inflamado, ovos de coruja mal assados, coração de corvo em pó”, além de cataplasmas de minhocas. Para as pessoas que comiam barro, deveriam fazê-las ingerir terra de covas de defunto com água. Parecia feitiçaria medieval...

Fezes de animais como bois, cavalos, cães e gatos deviam também ser empregadas como remédios, não se sabe se eficazes ou não, para curar doenças. E tal uso medicinal não consistia apenas para se passar na pele, mas também para a ingestão dos excrementos. Acreditava-se que eles possuíam uma energia revitalizadora. Se o esterco tinha a capacidade de revitalizar os campos para o cultivo, por que não tornar outra vez os doentes saudáveis? No célebre *Erário mineral*, o autor Luís Gomes Ferreira afirma que fezes era bom para picadas de cobras.

Ainda mais bizarro que isso era quando se receitavam aos doentes “mezinhas” ou emplastos feitos com defuntos ou partes dos mesmos. Acreditavam que aplicar a um doente partes de um cadáver poderia lhe restituir à saúde. Os próprios doentes terminais em seus estertores tinham, assim, a sua utilidade. Era excelente utilizar o suor desses infelizes para curar outros enfermos, pois a transpiração simbolizava a energia do indivíduo e podia ser reaproveitada.

Algumas receitas médicas tinham requintes de crueldade. Para se curar feridas que não cicatrizavam, o jesuíta Afonso da Costa recomendava: “Tomem um cão todo preto, pendure-se com os pés para cima bem seguro no ramo de alguma árvore, ou cousa semelhante, e estando assim pendurado o açoutem e façam enraivar muito, e então lhe cortem a cabeça de repente. Esta cabeça se meta em uma panela nova... até que a dita... fique bem torrada e se faça reduzir a pó fino e com estes se pulverizem as chagas as vezes que forem necessárias”.

Outro livro clássico, a *Polianteia Medicinal*, escrito pelo doutor João Curvo Semedo, também mistura o saber da medicina tradicional com superstição. Para os asmáticos, ele recomenda pós de gatinhos que acabaram de nascer, cozinhados vivos numa panela nova. Quem quiser se livrar de dor de dente deve trazer pendurado no pescoço a presa de um cachorro, mas é necessário ter sido arrancada do animal vivo, o que não devia ser muito prático e passível de causar inúmeras mordidas em todos que tentassem seguir a receita.

De acordo com a medicina do tempo, acreditava-se que a doença se manifestava no corpo de um indivíduo, quando houvesse desequilíbrio de “humores” na pessoa. Para que a saúde regressasse e o corpo tornasse a se equilibrar, diziam os manuais de medicina que o sangue precisava ser expelido do corpo, para que a enfermidade saísse com ele. Por isso, faziam tantas sangrias nas pessoas, até para simples casos de dor de garganta.

Os médicos do tempo eram chamados de físicos e começaram a chegar ao Brasil desde o início da colonização. Certamente, não vinham para cá os mais aptos e possuidores de grandes clientelas. Na verdade, a enorme maioria que veio de Portugal para o Brasil era composta apenas por cirurgiões-barbeiros, pessoas habilitadas para fazer cirurgias e exercer a medicina nas localidades onde não existissem outros físicos, os quais possuíam diplomas por terem estudado em universidades europeias.

Por sua vez, doutores eram aqueles que haviam defendido uma tese ou “conclusões magnas”. Na prática, a diferença entre físico e cirurgião no Brasil do século XVIII não foi muito clara. Cabia aos cirurgiões apenas a realização de cirurgias simples, extrair balas, fazer sangramentos e aplicar ventosas. Contudo, devido à insuficiência de médicos, eles acabavam amputando pernas e braços, tratavam de fraturas e até mesmo extraíam dentes. Em muitos casos, tentavam curar doenças, campo exclusivo dos físicos, que precisavam ter longa experiência para fazer os diagnósticos de maneira correta. Diversos cirurgiões iniciavam a carreira ajudando um médico e, após terem aprendido o ofício, procuravam adquirir uma carta de cirurgião-barbeiro, que lhes facultava trabalhar. Andavam de vila em vila atrás de sua clientela e, diferente dos físicos, não haviam cursado uma universidade.

Como nas Minas não existiam cirurgiões em número suficiente para atender a população, que dizer dos físicos, as pessoas acabavam procurando ajuda com os boticários, barbeiros, curandeiros e curiosos em geral que se metiam a exercer a medicina. O próprio Tiradentes era um desses curadores práticos, sempre receitando ervas, infusões e unguentos para todos os casos. Na ausência de auxílio adequado, alguns doentes acabavam procurando socorro de feitiçeiros ou curandeiros. Evidentemente, os médicos formados não viam com bons olhos estes indivíduos, que praticavam a medicina apanhando plantas e raízes no fundo do quintal, a fim de fazer com elas as tais “mezinhas”. Como diversos boticários não se importavam em vender remédios estragados, com substâncias que não faziam efeito algum, muitas pessoas acabavam não acreditando na medicina tradicional, recorrendo à feitiçaria como forma alternativa para a cura de seus males.

Além do físico e do cirurgião, também o boticário prestava serviços médicos à população, procurando diagnosticar a doença e aviar os remédios. Normalmente, estes boticários vinham de Portugal, quase sempre cristão-novos de baixa condição social. Para aprender o ofício, empregavam-se como aprendizes em alguma botica, pois não existiam faculdades de farmácia. Após alguns anos de aprendizado, já aptos para o trabalho, submetiam-se a um exame para adquirir uma licença a fim de poderem exercer a profissão. O seu conhecimento de medicina limitava-se ao que iam aprendendo através da prática. Quando conseguiam juntar algum dinheiro, abriam uma botica própria, que logo alcançava grande clientela, pois doente não faltava nas Minas. Estas boticas eram estabelecimentos comerciais que ficavam em pontos de grande circulação pública. Via de regra, eram compostas por dois ambientes. Na frente, o boticário vendia os remédios, guardando-os em prateleiras de madeira. Pequenos potes etiquetados continham unguentos e pomadas. Xaropes e outras soluções eram estocados em frascos de vidro, enquanto que as pílulas se guardavam em caixinhas de madeira. Na parte de trás da loja, ficava o local reservado para o boticário manipular os remédios. Havia os medicamentos de uso interno e externo, mas o que o povo mais gostava mesmo era dos remédios ditos “secretos”, cuja fórmula misteriosa apenas poucas pessoas conheciam. Segundo consta, tais panacéias serviam para curar todos os males.

Durante o período colonial, a odontologia foi exercida por barbeiros e cirurgiões, uma vez que não existiam dentistas propriamente ditos, formados em universidades. Como se pode imaginar, tratar os dentes neste período era uma experiência dolorosa e terrível. Para início de conversa, anestesia ainda não tinha sido inventada, o que significa dizer que os pacientes sofriam um bocado. Quase todo tratamento dentário limitava-se a extrair os dentes podres com um temível boticão, chamado “chave Garangeot”. O alferes Joaquim José da Silva Xavier tinha a sua maleta de “ferrinhos”, que levava para toda parte, pois sempre conseguia arranjar algum trocado extraindo dentes. Segundo uma crença da época, as dores de dentes eram provocadas por um bicho nas gengivas. Se o boticário ou barbeiro arrancasse um dente errado por engano, era norma que o cliente não precisaria pagar pelo serviço.

Alguns “dentistas” mais qualificados, como o próprio alferes parece ter sido, sabiam colocar próteses com perfeição, prendendo-as com um grampo de metal aos dentes naturais. Embora não fossem muito firmes, serviam para disfarçar uma boca banguela, pois inúmeras eram as pessoas a quem faltavam

dentes. Em geral, confeccionavam estas próteses com dentes dos negros e muitas sinhazinhas ricas apresentavam lindos sorrisos graças às suas escravas. Também era uso entre os banguelas esconder a falta de dentes por outros de louça ou de ouro. Tratavam-se as cáries com medicamentos inúteis e muitos tentavam clarear os dentes amarelados com raiz de orégano cozida ao vinho. Aliás, diziam que tal infusão também servia para tirar a dor nas gengivas.

Como já ficou visto, barbeiro não era só aquele sujeito que prestava serviços rapando barbas e cortando cabelos. O rol de suas habilidades era grande. Além de extrair dentes, também lancetavam furúnculos, faziam sangrias e deitavam ventosas e sanguessugas nas pessoas. A sanguessuga consiste num bicho que vive na água e adora chupar sangue. Possuem a cabeça pequena e o corpo achatado, costas negras e gosmentas, lembrando uma enorme lesma. Tendo em torno de quatro centímetros, pode expandir o seu tamanho para até quinze centímetros, quando está sugando o sangue das pessoas. Uma hora antes da aplicação, as sanguessugas são tiradas da água a fim de aumentar o seu apetite. Colocam-nas dentro de um copo de vinho, virando-as sobre as costas do infeliz enfermo. Em pouco mais de quinze minutos, elas já estão repletas de sangue. Se não existiam muitas sanguessugas à disposição do doente, podia-se empregar um ardil, cortando-lhes um pedaço da cauda. Ele passaria a chupar todo o sangue da pessoa, até esta ficar exangue, pois o animal não se saciaria nunca, uma vez que o sangue chupado lhe escorreria pela cauda cortada. De acordo com a mentalidade do tempo, considerava-se a maneira mais suave de se sangrar uma pessoa, procedimento indicado para mulheres e crianças. Em alguns casos, se por engano se cortava algum vaso indevido e o sujeito não parava de sangrar, costumava-se pôr sobre o local esterco de jumento, pois diziam que isto estancava o sangue.

Dentre todos os profissionais que trabalhavam com a medicina, o barbeiro era aquele mais querido pelo povo, talvez porque fosse o mais humilde. Para exercer o ofício, também precisava tirar a famosa “carta de examinação”, quando era submetido a uma banca examinadora para demonstrar as suas habilidades. Na prática, porém, muitos não possuíam a licença e eram multados; em alguns casos, chegavam a ir para a cadeia. A loja do barbeiro possuía não só bancos, armários com remédios, frascos de vidros com água, onde se conservavam as sanguessugas, e também uma cama para o doente se deitar a fim de ser examinado. Dentre os seus instrumentos de trabalho, destacavam-se um conjunto de navalhas, pentes, tesouras, pedra de amolar, bacia de cobre (para receber o sangue das sangrias), boticões, escarificadores e as próprias sanguessugas, que podiam ser vendidas ou alugadas para os clientes. Na verdade, a sua maior fonte de renda, mais do que cortar cabelos, vinha de aplicar sanguessugas e sangrar as pessoas. Na época, este era o procedimento padrão para a maioria das doenças. A medicina de então só procurava fazer o enfermo sangrar, purgar, provocar vômitos e suar.

Além do físico, do cirurgião e dos barbeiros, existia também o licenciado, sujeito que possuía prática clínica e, após ter sido submetido a um exame, estava apto para exercer a medicina. Nas Minas do século XVIII, os licenciados eram a grande maioria. Alguns autores descrevem-no como uma figura quase cômica, com atitudes exageradas em face da importância que a sua função exigia. A fim de demonstrar sabedoria, viviam citando frases latinas, que serviam apenas para esconder o pouco conhecimento que tinham sobre a ciência que se propunham exercer. Chamados nas casas, montavam em suas mulas e iam ver os doentes em domicílio, levando sempre um par de lunetas encavalado sobre o nariz, atado por um cordão de couro atrás das orelhas. Em sua maleta, levam o necessário para os serviços médicos do tempo, como seringas, navalhas e medicamentos mais comuns. Se a enferma é uma mulher, é o marido quem a examina, colocando sua mão sobre as partes que o licenciado indica.

Submeter-se a uma cirurgia era uma experiência abominável e as pessoas só aceitavam ser operadas em último caso, quando não existia mais nada a ser feito e elas já não aguentavam mais de dor. Tratava-se de uma prática mutiladora e, quase sempre, o doente morria em virtude de complicações pós-operatórias, como infecções. As cirurgias eram realizadas na casa do próprio paciente que, pela falta de lugar melhor, submetia-se às operações deitado na mesa da cozinha ou esticado em sua própria cama.

Como os primeiros anestésicos só seriam utilizados pela primeira vez em 1846, os doentes do século XVIII não tinham escolha e operação era sinônimo de muita dor. A vítima era amarrada e segura por outras pessoas. Normalmente, ela acabava desmaiando de dor no início da cirurgia, o que facilitava o trabalho do médico. Este não se preocupava com assepsia. Não utilizava luvas e operava os enfermos com a mesma roupa que andava na rua. Se sua navalha caía no chão, simplesmente limpava-a em sua sobrecasaca já suja de sangue e pus e continuava a cirurgia. Até o advento das ideias de Louis Pasteur, a limpeza do ambiente operatório e dos próprios instrumentos cirúrgicos era considerada uma coisa afetada, quase efeminada. O próprio Lister, um dos médicos mais esclarecidos da Inglaterra, era contra os métodos da assepsia.

Para se amputar uma perna, empregavam-se serras especiais; porém, na falta, serviam facas de cozinha ou mesmo serras de jardineiro. Nestas cirurgias, procuravam atenuar as dores dos pacientes, dando-lhes grandes quantidades de aguardente e ópio. Antes do uso do éter e outros processos anestésicos, os médicos mais procurados e de grande reputação eram aqueles que operavam com maior rapidez, pois, em teoria, o paciente sofreria menos. Sobre isto, conta-se um curioso caso ocorrido na Europa. O doutor Robert Liston era escocês e considerado o cirurgião mais veloz do seu tempo. Utilizando sua serra, fazia uma perna cair num balde com serragem em poucos minutos. Mas nem sempre a pressa é amiga da perfeição. Certa feita, chamado para realizar uma amputação, o doutor Robert estava disposto a quebrar o seu próprio recorde e reuniu seus alunos para cronometrarem e assistirem ao feito. Tudo pronto, com o infeliz do doente amarrado e bem seguro por três ou quatro homens fortes, o doutor Robert Liston começou a serrar a perna do paciente com uma fúria alucinada. Dois minutos e meio! Em apenas dois minutos e meio havia amputado a perna do homem, batendo o seu próprio recorde. O único problema foi que, na pressa, acabou também serrando os testículos da pobre criatura por acidente...

Morte

No século XVIII, a morte era vista como um ritual de passagem para a vida prometida por Cristo, de maneira que os bons gozariam as venturas do céu, ao passo que os maus seriam punidos com o fogo do inferno. Por tudo que ela simbolizava, os rituais funerários tinham grande importância. Ninguém desejava ter a fatalidade de morrer sem a assistência espiritual dada pelos sacerdotes ou deixar de fazer a derradeira comunhão. A possibilidade de morrer de repente e ficar sem estes sacramentos aterrorizava a todos. Quem podia pagar, tinha o privilégio de receber o viático, uma espécie de procissão organizada pela igreja, onde um vigário se dirigia à casa de um moribundo, debaixo de um pálio, com direito a sinos e tudo, para encomendar a alma do doente ao outro mundo.

Sabendo que estão para morrer e temendo a punição que os aguarda, as pessoas se arrependem de suas faltas, chamam os indivíduos a quem feriram por quaisquer motivos e lhes pedem desculpas. Se possuem dívidas, fazem o possível para liquidá-las e distribuem esmolas com o objetivo de arranjar o seu lugarzinho no céu.

Para ficar mais perto de Deus, os brancos são enterrados nos assoalhos das igrejas, ou ainda nas paredes, por trás dos oratórios ou do altar. Cabe à irmandade a que o morto pertencia organizar o sepultamento. Embora fosse tão religioso quanto o branco, os negros não possuíam o privilégio de ser sepultado em templos cristãos. Quando falecem, seu cadáver é enrolado na velha esteira em que dormiu toda a vida e o enterram nos campos à beira de alguma estrada. Muitas vezes, são simplesmente abandonados em sítios desertos para que apodreçam com o tempo, servindo de alimento aos urubus, que os devoram rapidamente, deixando apenas os ossos e os cabelos.

Tão logo um ente querido falecia, os seus parentes faziam tudo para tentar apagar os seus

vestígios na residência em que ele morou, pois isto ajudava a diminuir as saudades. Todas as suas roupas eram incineradas numa fogueira no fundo do quintal, bem como o seu colchão e a sua cama vendida. Se o falecido possuía algum objeto pessoal que o lembrava, como um violão, por exemplo, também faziam questão de se livrar dele, doando ou vendendo. Mesmo assim, os mortos continuavam bastante presentes nas vidas das pessoas e suas sombras permaneciam onde quer que seus familiares fossem. Acreditava-se que eles poderiam influenciar o dia-a-dia, como provocar chuvas, fazer a plantação crescer ou encruar, curar doenças e até mesmo ajudar a conseguir um bom marido.

Inúmeras pessoas procuravam ajudar os doentes, dando-lhes algum tipo de auxílio, mas não o faziam tanto por caridade. Antes, advogavam em causa própria quanto a isso. Sabendo que o enfermo estava para ultrapassar em breve a derradeira porta da vida e se achava prestes a se encontrar com seu Criador, imaginavam que o moribundo pudesse servir de intermediário entre ele próprio e Deus. Diante deste, poderia lhe assegurar que tal pessoa teria sido muito caridosa em vida, fazendo-o crescer aos olhos divinos.

Mulheres

Como se tratava de uma sociedade patriarcal, onde imperava a vontade do homem, não existem muitos documentos que atestem como as mulheres viviam nas Minas Gerais do século XVIII. A pouca documentação que chegou até nós, muitas vezes através de registros inquisitoriais, ressalta quase sempre apenas o lado negativo das mulheres, com amplo destaque para prostitutas, adúlteras e feiticeiras. Além destes documentos, há também informações registradas em cartórios, como testamentos, onde fica provado que elas herdavam terras e escravos.

De acordo como já ficou dito, sabe-se que a mulher de família pouco saiu às ruas durante a época colonial, excetuando-se para ir às missas. Normalmente, elas frequentavam a igreja quase de madrugada, para serem menos vistas. Mesmo assim, não punham os pés fora de casa sem a mantilha sobre a cabeça, a fim de encobrir o rosto. Sozinhas, sem a presença de um irmão menor ou de um escravo, elas não saíam de maneira alguma. A casa funcionava praticamente como uma verdadeira prisão, onde a mulher nascia, crescia, casava, procriava, envelhecia e morria. Passavam a vida rezando em oratórios de jacarandá ou deitadas na rede, não fazendo nada. Quando muito, dirigiam-se ao fuso e a roca e iam fiar algodão. Como não se exercitavam em qualquer atividade e sequer ajudavam nos afazeres da casa, pois estes trabalhos cabiam aos escravos, as mulheres engordavam facilmente e, aos vinte anos, a moça já apresentava um ar quase matronal. Passando muito tempo em casa sem nada para fazer, a vida das mulheres do tempo deveria ser muito entediante, embora seus pais e maridos não aprovassem outra forma de viver para elas. Na época, corria até um provérbio machista, dizendo que a mulher virtuosa só deveria sair de casa três vezes na vida: para batizar, casar e ser enterrada. Exagero, é certo, mas muitos homens acreditavam que este seria o ideal de pureza e honestidade para as mulheres.

Também eram analfabetas, aliás, como diversos homens. Pouquíssimas sabiam ler e escrever, embora uma ou outra deve ter sido educada em Portugal. Sabe-se que algumas famílias abastadas contratavam mestres particulares para as suas filhas e algumas aprendiam a tocar harpa ou cravo. A imensa maioria, porém, permanecia na ignorância. Em seu livro *Carta de Guia de Casados*, Francisco Manuel de Melo afirmava que as mulheres não necessitam mais do que as primeiras letras, pois seu “melhor livro é a almofada e o bastidor”.

Em casa, as mulheres soltavam os cabelos; nas ruas, porém, procuravam ocultá-los, embora por volta do final do século já se encontre moças que não usam mantilhas, sobretudo, se são oriundas de famílias abonadas. Preferiam prendê-los com pentes de tartarugas. Quando se dirigiam a festas e

assembleias, as mais ricas faziam questão de exibir as suas joias, ostentando brincos de ouro, colares e braceletes. Nota curiosa é que, em bailes familiares, as mulheres se decotavam o mais que podiam, apesar de se envergonharem de mostrar os tornozelos. Um caso que bem ilustra isso foi o que se deu com Isabel de Nemours, uma mulher avançada para o seu tempo e que introduziu nas cortes portuguesas a nova moda vinda de Paris. Certa feita, ao subir numa carruagem, ela acabou descuidando-se e mostrou um pedaço do sapato e da canela. Tal exibição foi um verdadeiro escândalo e toda a sociedade reclamou deste ato de exibicionismo.

Para as famílias bem postas na sociedade, o padrão ideal de mulher é aquela submissa, obediente e casta. Esta regra não valia tanto para as mulheres do povo, pois algumas tinham certa independência, como as que trabalhavam no comércio, cuidando de tabernas, padarias ou vendas. Muitas moças costumavam fazer simpatias. Para aquelas que os maridos não fossem fiel, existia uma infalível. Primeiro, cortava-se um pedaço da camisa do esposo, onde caíram algumas gotas de sêmen e pregava-se no tecido uma conta de rosário, deixando-o no chão, junto ao local onde o homem costumava urinar. Depois, a mulher deveria raspar as unhas dos dedos maiores dos pés e das mãos, juntar tudo com água que serviu para lavar o sovaco e desse a beberagem para o consorte beber. Finalmente, deveria introduzir um ovo entre suas pernas e lhe dar para comer em seguida. Feito isso, o marido nunca mais haveria de trair sua esposa.

Diz um ditado veneziano que é mais fácil guardar um saco de pulgas do que uma mulher. Aquelas que não se comportavam como a decência exigia eram chamadas de “cadelas” e a própria família se incumbia da punição, fosse o vergalho, o punhal ou o convento. Perdoar é que não se cogitava, pois a honra da casa havia sido maculada indelevelmente. Nestes casos, muitas vezes, elas acabavam indo para o convento por imposição dos pais, sem a menor vocação religiosa. Também era comum as meninas serem enviadas para conventos pelo seguinte. Quando as moças não conseguiam se casar com homens de sua estatura social, os pais preferiam mandá-las viver em reclusão a lhes dar para pessoas de condição inferior. Também podiam ser enclausuradas por causa da instituição do morgadio. Sendo filha mais velha e ainda solteira, ela era enviada a um convento a fim de que o segundo filho pudesse herdar os bens da família.

Profissões

Qualquer pessoa que desejasse seguir um ofício teria que passar pelas três categorias básicas na formação de um profissional. A primeira delas denominava-se “aprendiz”. O indivíduo era acolhido por um mestre em determinado ofício e começa a aprender os segredos deste trabalho. Ele ficava incumbido de ajudar na oficina em troca apenas de um prato de comida e de seu aprendizado, sem receber salário. Tendo aprendido todos os macetes da profissão, o sujeito tornava-se um “jornaleiro”, isto é passava a receber um ordenado pelo que produzia em sua jornada de trabalho. Finalmente, depois de anos de labuta ganhando experiência, ele poderia entrar com um pedido na Câmara municipal a fim de requerer a habilitação de “mestre de ofício”. Após passar em um exame realizado por uma banca composta por peritos, ele adquiria a licença de mestre. Normalmente, estas carreiras profissionais que exigiam certo trabalho manual eram dominadas por mulatos que, dessa forma, conseguiam abrandar um pouco o preconceito social de parte da sociedade.

Evidentemente, os trabalhos pesados cabiam apenas aos escravos, uma vez que os brancos consideravam o serviço manual desonroso. Em linhas gerais, os negros trabalhavam utilizando a sua força muscular, carregando mercadorias, transportando pessoas, minerando ouro e pedras preciosas, cultivando a terra. Os mulatos habilidosos entregavam-se a serviços manuais mais leves, dedicando-se a

marcenaria, serralheria, sapataria, artesanatos em geral, etc, ao passo que o branco não fazia nada. Curioso notar que muitos destes mulatos eram responsáveis por grandes obras, que requeriam enorme habilidade, e quase sempre eles mal sabiam ler. Também se dedicaram à música e inúmeros compuseram peças excelentes, que chegaram ao nosso tempo.

Dentre as principais atividades profissionais da época nas Minas do século XVIII, podemos destacar as seguintes:

- a) Setor primário: lavradores, lenheiros, roceiros, hortelões.
- b) Setor secundário: carpinteiros, costureiras, armeiros, alfaiates, caldeireiros, canteiros, coronheiros, doceiras, encanadores, fogueteiros, funileiros, fiandeiras, entalhadores, madeireiros, marceneiros, latoeiros, ferreiros, ferradores, faiscadores, fundidores, sapateiros, rendeiras, relojoeiros, padeiros, pintores, pedreiros, oleiros, mineiros, tecelões, tintureiros, torneiros, serradores, serralheiros, seleiros.
- c) Setor terciário:
 - 1) Profissionais liberais: tabeliões, parteiras, músicos, escultores, enfermeiros, físicos, cirurgiões, boticários, guarda-livros, advogados.
 - 2) Administração civil: professores, porteiros, meirinhos, militares, funcionários públicos em geral, escriturários, escreventes, escritvães, carcereiros, alcaides.
 - 3) Comércio: quitandeiros, negociantes de fazenda seca e molhada, mascates, estalajadeiros, botequineiros, taverneiros, caixeiros, açougueiros.
 - 4) Transporte: tropeiros, carregadores, carreteiros, boleiros.
 - 5) Religião: sacerdotes, sacristães.
 - 6) Outros serviços: cobradores, barbeiros, lavadeiras, feitores, cozinheiras, criadas.

Religião

Ao contrario do que ocorreu em outras partes do Brasil, como no Rio de Janeiro, por exemplo, onde a iniciativa da construção das igrejas ficou incumbida pelas grandes ordens europeias, como os carmelitas e os beneditinos, as primeiras ermidas erguidas na região das Minas foram empreendimentos organizados, quase sempre, pelas irmandades religiosas, com a contribuição do povo. Como a Coroa só pensava em arrecadar ouro, não se importou em levantar grandes templos, cuja tarefa coube à população, organizada em irmandades. Pode-se dizer que a origem das igrejas tem um núcleo comum. Inicialmente, o devoto de um santo ergue uma pequena ermida de pau-a-pique e barro, com um altar simples de madeira, instalando na praça da frente um cruzeiro e um cofre, para que os fiéis pudessem fazer as suas doações a fim de se realizar a construção de um futuro templo maior. Com o tempo, uma irmandade mais endinheirada constrói a matriz, normalmente dedicada ao Santíssimo Sacramento, ajudada pelas irmandades menores, que erguerão os altares particulares de seus santos nas laterais deste novo templo. Quando uma irmandade cresce muito, ela começa então a cogitar na possibilidade de se construir a sua própria igreja em um bairro mais afastado. A rivalidade entre estas irmandades fez surgir verdadeiras obras-primas da arquitetura colonial a partir da segunda metade do século XVIII.

Coube aos portugueses fazer a decoração das primeiras igrejas erguidas em Minas; a partir da segunda metade do século, esta tarefa seria incumbida a artistas brasileiros geniais, como o mestre Manuel da Costa Ataíde e o Aleijadinho. Capelas e igrejas construídas no período áureo da mineração apresentam características típicas da arte produzida no Brasil daquele tempo, diferentes das que existiam em Portugal ou mesmo no litoral brasileiro. Uma destas características arquiteturais é o encurvamento das coberturas, lembrando um pouco alguns templos orientais. Já o interior das igrejas são repletos de ouro, exibindo belíssimos púlpitos, altares, balaustradas, imagens de santos, além de objetos de prata,

como candelabros, relicários, patenas, cálices, salvas, etc.

A primeira missa celebrada em Vila Rica ocorreria na Capela de São João no ano de 1698, oficiada pelo célebre padre Faria. Dentre as principais igrejas da cidade, destacamos:

a) Igreja de Santa Ifigênia, construída por Chico Rei com o ouro que ele retirou da mina da Encardideira, levantada entre 1742 e 1749.

b) Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída pelas irmandades de negros. Aí existe uma fonte datada de 1735. Não se trata de um templo muito luxuoso e, segundo diz uma antiga lenda, esta igreja era assombrada por uma misteriosa voz que cantava no coro.

c) Matriz de Nossa Senhora do Pilar, que começou a ser construída em 1711 e talvez seja o templo mais suntuoso da cidade. O seu interior é decorado num intenso estilo barroco que deslumbra os fieis e todos que a visitam.

d) Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída entre 1766 e 1772. Foi projetada pelo pai de Aleijadinho, tendo sido decorada também pelo mestre Ataíde. Era a igreja frequentada pela elite de Vila Rica.

e) Igreja de São Francisco de Assis, iniciada em 1766, trata-se do templo, onde o Aleijadinho mais trabalhou em Vila Rica. Em seu teto, encontra-se uma bela pintura de Manuel da Costa Ataíde, retratando a figura de Nossa Senhora da Porciúncula, que apresenta traços mestiços.

f) Matriz de Antônio Dias, cuja primitiva capelinha data de 1699, sendo a atual igreja iniciada em 1727. Aí foram enterrados o Aleijadinho e Maria Doroteia Joaquina de Seixas, antes dos ossos desta última serem transferidos para o mausoléu dos inconfidentes.

Pode-se dizer que a igreja era o centro da vida social mineira no século XVIII. Obrigava-se o fiel a frequentar as missas todo domingo e dia santo. Quem não o fizesse, se fosse delatado, teria de se explicar ao Tribunal da Santa Inquisição, a não ser que conseguisse um “pedido de desobriga”, uma licença especial dada às pessoas impossibilitadas de frequentar as igrejas, normalmente porque não conseguiam se locomover ou não possuíam meios para se vestir adequadamente.

Foi um período de enorme superstição e as pessoas costumavam fazer preces públicas para que os santos intercedessem junto a Deus, a fim de que este livrasse os homens da tormenta de pragas, epidemias, doenças, falta de chuva e muito mais. Tudo era motivo para se pedir às divindades, normalmente prometendo algo em troca da graça recebida. Uma autêntica relação comercial, “toma lá, dá cá”. Para resolver seus problemas, muitos prometiam acender velas, dar esmolas, fazer novenas e até a construção de capelas.

Trata-se de uma época onde as pessoas fazem bastante jejum e muitos confessam-se diariamente. As igrejas não fecham as suas portas durante o dia e, nos altares, há sempre velas queimando e flores frescas, como magnólias, jasmims, manacás e dracenas defronte a imagem dos santos. Diferente do nosso tempo, não existem bancos nas igrejas e as pessoas participam da missa de pé. Os mais ricos ficam próximos do altar principal, enquanto que a ralé deve se contentar com o fundo da igreja, junto da porta. Quase sempre, o interior das igrejas é formado por uma grande nave, com diversos altares localizados nas laterais, ali construídos pelas irmandades. Eram nestes pequenos altares que as pessoas oravam fora dos horários de missa, dirigindo-se diretamente ao santo de sua devoção.

Em virtude dos cadáveres que eram ali enterrados, as igrejas cheiravam mal. Era de praxe um cavalheiro entrar a casa de Deus com sua capa no braço, em sinal de respeito, e nunca a vestindo. As famílias dirigiam-se para as missas muito cedo, às vezes quase de madrugada, portando uma lanterna. O pai seguia na frente, embrulhado em seu capotão de saragoça, levando numa das mãos um terço e, na outra, para qualquer eventualidade, uma espada. Atrás dele, seguiam os filhos e as filhas. Um pouco mais atrás, vinha sua mulher. Fechando o comboio, acompanhavam-nos suas mucamas, pajens e escravos de estimação.

No interior das igrejas, as pessoas prestavam mais atenção nos outros do que propriamente nas

celebrações. Falava-se alto, comiam-se frutas e jogavam as cascas ali mesmo no chão. As beatas achavam-se sempre bem informadas a respeito de todos e aproveitavam aquela oportunidade para colocarem as fofocas em dia com suas comadres. Não havia escândalo que estas “moças-velhas”, como se referiam a elas, não estivessem sabendo.

Com já ficou dito, as pessoas agrupavam-se em irmandades, quase sempre dentro da mesma categoria profissional ou grupo social. Elas cuidavam dos interesses de seus membros. Caso um deles adoecesse, por exemplo, a irmandade incumbia-se de seu tratamento e zelava pela família do enfermo. Se viesse a falecer, custeavam as despesas do óbito e respondiam pelas missas em intenção à alma do falecido. Já as ordens terceiras eram grupos formados por leigos que não seguiam a carreira religiosa. Toda irmandade aspirava se tornar uma ordem terceira, sendo necessário se abrir um processo junto à igreja católica para que tal elevação se concretizasse. As ordens terceiras dedicavam-se a um santo e correspondiam ao grau mais elevado das confrarias. As duas ordens terceiras mais célebres nas Minas, São Francisco e Carmo, reuniam pessoas abonadas e, a partir de 1760, rivalizaram entre si para erguer os mais belos templos do barroco mineiro. Negros e mestiços não eram admitidos em nenhuma delas. Quase todas as pessoas participavam de uma irmandade ou ordem terceira, caso contrário, ela acabava sendo marginalizada pela sociedade. As duas funcionavam também como instituições beneméritas, prestando inúmeros serviços a seus membros, como a manutenção de asilos e hospitais.

Quanto aos sacerdotes, eles não podiam ser considerados modelos de virtudes para ninguém. Viviam metidos em bandalheiras, falcatruas, atrás de rabos de saia. Muitos deles tinham inúmeros filhos e tal fato pouco escandalizava as pessoas, uma vez que a moral daquele tempo era bastante tolerante quanto a isso. Era comum saírem das missas para irem se enfiar nas camas de suas amantes. Alguns, acreditando que incorriam em pecado menor, compravam escravas belas e jovens para lhes servir, evitando ter que sair atrás de mulheres em outras partes. Os padres viviam em constante concubinato, amancebando-se com suas mulheres às claras ou às ocultas, dependendo do temperamento de cada um. Quando um clérigo tornava-se padrinho seguidas vezes dos filhos de alguma mulher solteira, já se sabia que ele era o pai das crianças. Também aproveitavam sua posição privilegiada nos confessionários ao ouvir os pecados de mocinhas tenras e carentes para fazer a “solicitação”, como se dizia na época, uma tentativa de seduzir as meninas ingênuas que com eles iam se confessar.

Onde quer que houvesse dinheiro, havia sempre um sacerdote metido no meio. Em teoria, como deveriam ser pessoas respeitáveis, os padres não eram revistados pelos fiscais nos postos de controle e aproveitavam para contrabandear quanto ouro e diamante conseguissem. Desde os primeiros anos da mineração, a Coroa sempre os viu com certa desconfiança. Ainda tolerava os sacerdotes seculares, aqueles que participavam da vida civil, mas tinha um pé atrás quando se tratava dos clérigos regulares, ligados a ordens religiosas estrangeiras e que, devido as suas ligações internacionais, poderiam contrabandear as riquezas facilmente. Após as primeiras descobertas do ouro, estes últimos foram proibidos de entrar na capitania de Minas Gerais.

Ser padre dava prestígio, embora, como se viu, muitos fossem bêbados, jogadores, pederastas, contrabandistas, irascíveis, vadios e sodomitas. Alguns andavam até armados com garruchas, embora a lei não permitisse que sacerdotes usassem armas de fogo. Para escapar da justiça, muitos condenados ordenavam-se às pressas, pois um acordo entre o estado e a igreja impedia que os eclesiásticos fossem condenados à morte pela justiça comum. Foi exatamente o que aconteceu com o padre Rolim.

Transportes e viagens

Com a descoberta das minas, o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, resolveu

abrir uma nova estrada que ligasse a corte ao território mineiro, tornando-se logo conhecida como “Caminho Novo”. Consta que ele teria sido a primeira autoridade que se dirigiu à região, regressando milionário. A partir de então, todas as viagens entre estas duas cidades realizavam-se pelo Caminho Novo, pois o Caminho Velho era mais perigoso e necessitava-se de homens acostumados a caminhar por entre florestas. Embora fosse uma estrada mais comprida, seu percurso era realizado mais rapidamente. A distância entre Vila Rica e o Rio de Janeiro ficava em torno de 80 léguas, aproximadamente quinze dias de viagem em caravana de mulas, sem transportar cargas e em dias sem chuva. Os mais experientes, como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, chegavam a realizar a viagem em apenas dez dias. Consta que em 1822, pouco antes de ser proclamada a independência do Brasil, Dom Pedro I percorreu esta distância em quatro dias e quatro noites, um recorde para os padrões do tempo.

Para viajar até as Minas, era preciso obter uma licença com o governador, sem a qual ninguém tinha permissão de entrar naquela capitania. As estradas eram muito perigosas e viviam infestadas de bandidos, de maneira que pessoa alguma viajava sozinha e desarmada. Normalmente, os viajantes levavam apenas a roupa que tinham no corpo e o resto de sua bagagem era composta pela rede de dormir e um cobertor. Não costumavam transportar objetos sem utilidade prática, além da carga dos tropeiros.

Após andar quase o dia inteiro, os viajantes precisavam parar para descansar. Nestes locais de parada, conhecidos como “pousos”, vendiam-se comida e bebida alcoólica. Inúmeros deram origem a arraiais, que se transformaram em vilas e depois em cidades. Como não existissem muitos pousos ao longo dos caminhos, as pessoas costumavam hospedar os viajantes em suas casas ou fazendas. Não se negava hospitalidade a eles, embora, quase sempre, ficavam da porta para fora, principalmente se existissem mulheres na casa. Nestas ocasiões, o hospedeiro costumava não cobrar a comida servida aos viajantes em sua residência, mas cobrava o alimento que seus animais devorassem nos pastos, e cobrava bem caro por isso, tanto que eram habituais as reclamações por parte dos tropeiros.

Nas vilas e cidades, os meios de transporte mais comuns eram as liteiras, serpentinas e cadeirinhas. Até meados do século XVIII, prevaleceu a rede, também conhecida por serpentina ou palanquim. Eram carregadas por dois negros parrudos, que suspendiam a rede através de uma longa vara. Normalmente, há uma espécie de cortinado que fica por cima da pessoa, impedindo que ela seja vista pelos demais transeuntes. Caso seja de sua vontade, ela pode erguer a cortina e ir acenando para os conhecidos. Neste período, as mulheres de certa categorial social não saem às ruas de outra maneira.

Com o correr dos anos, as serpentinas foram se aprimorando, dando lugar às cadeirinhas. Também eram levadas nos ombros por dois escravos, conhecidos como “andas”. Em geral, o patrão as escolhia dentre os mais belos e fortes que possuía. Estão sempre muito bem vestidos, trajando casacas de seda e usando luvas brancas, mas descalços. Através da maneira como se vestem, as pessoas concluem se a família continua próspera ou se está decadente. As cadeirinhas já eram consideradas um meio de transporte mais sofisticado, possuindo uma poltrona com encosto alto e repouso para os pés, além de cortinas de seda ou lã, muitas vezes estampadas, que serviam para ocultar o seu ocupante.

Por sua vez, as liteiras eram puxadas por animais ou liteireiros e empregavam-nas para transportar as famílias entre as propriedades rurais e a cidade. Banguê é como se chamava a antecessora da liteira, com telhado de couro em forma de baú e cortinado de pano. Quase sempre, era utilizado para as viagens mais longas, amarrando-se um cavalo na frente e outro atrás.

Vestuário

Durante o século XVIII, as pessoas mais apatacadas gastavam muito dinheiro com roupas, embora costumassem comprar tudo fiado e, às vezes, levavam anos para pagar. Vestir-se bem era um

índice de diferenciação social. Imaginavam que, quanto mais exagerassem no vestir, iriam parecer mais prósperos e abastados. Na intimidade do lar, vestiam-se bem à vontade. Alguns homens costumavam ficar apenas de gibão ou com uma jaqueta fina, ao passo que outros preferiam usar somente ceroulas. Por sua vez, as mulheres permaneciam em casa apenas vestindo uma camisa leve, com ampla gola; dependendo da posição ou do movimento que fizessem, era possível até lhes observar os seios. E sempre de saias. Roupas mais fina são produtos caros nas Minas e, em geral, tratam-se de heranças que se deixam aos filhos. Dentre os bons tecidos que se empregavam para confeccionar as melhores roupas, destacavam-se as sedas, como as de Damasco, tafetás, cetins, veludos e cambraias com rendas, muitas vezes entremeadas com fios de ouro ou prata. Além de tecidos finos, as roupas elegantes podiam ser adornadas com inúmeros adereços, tais como passamanes, espiguilhas, debruns, galões de ouro, botões de prata, colchetes sobredourados, etc.

Mulher que não se vestisse de acordo com a última moda de Paris, ou “de redingote”, como se dizia, era tachada de “vestir redondo”, termo pejorativo que significava que ela estaria se vestindo praticamente como uma mendiga. Nas Minas, pouquíssimas mulheres podiam se vestir “de redingote”, somente aquelas muito abastadas. As demais trajavam-se “redondo”. Veio a nova moda da França e os vestidos subiram alguns dedos. Houve escândalo.

Nas ruas, as mulheres honestas usavam roupas largas para esconder o corpo. Muitas só saíam de casa embrulhadas em grossas baetas negras que lhes envolvia da cabeça aos pés. Tratava-se de um expediente astuto, pois servia também para neutralizar as diferenças sociais, uma vez que não era possível saber qual a real condição econômica da mulher. Quase todas usavam sobre a cabeça mantilhas, capuz ou biocos. Na sociedade de então, mulher de família que andasse com a cabeça descoberta passava a ideia de indecência.

Até por causa da gigantesca extração aurífera do período, todas as mulheres abonadas possuíam diversas joias. Como há uma escassez de moeda na região, é uma forma de captação e também de fazer dinheiro rápido em uma emergência. Os ourives confeccionavam esmerados trabalhos artísticos como anéis, braceletes, brincos e gargantilhas.

Já a indumentária masculina burguesa era composta por casaca, véstia, calção e meias de seda, sapatos de duraque com fivelas de prata. As camisas mais finas apresentavam punhos rendados e era moda usar uma espécie de gravata que os homens chamavam de “pescocinhos”. Nos bens sequestrados de Tiradentes, encontraram-se em uma arca as seguintes roupas: uma farda azul, forrada de encarnado, com fios de prata, vários calções azuis, casaquinhas castanhas, calções de cambraia, calções de seda rosa, abotoaduras de palheta e lantejoulas de prata, jalecos de cetim cor de pérola, fivelas e correias de prata. Tinha gosto ao trajar e parece que só foi ultrapassado na indumentária por Tomás Antônio Gonzaga. No sequestro de bens feito na casa deste, no dia 23 de maio de 1789, constavam as seguintes vestes: oito pares de ceroulas da Bretanha, sete camisas finas com punhos bordados, doze camisas com babados, fivelas de prata para sapatos, vestia e calção de seda amarelo-tostado, casaca e calção de seda cor de bicho de couve e mais uma infinidade de roupa, o que demonstra que o ouvidor era bastante vaidoso.

Os homens elegantes também procuravam copiar a moda francesa, sobre tudo à Luís XV. Era chique usar um redingote, espécie de sobrecasaca de seda, muitas vezes ornada com fios de ouro ou prata, que costumava ser apertado no peito e ombros, mas folgado na parte de baixo. Os calções desciam até a altura dos joelhos e eram apertados nas coxas e cintura, de maneira que deixavam evidente a forma dos órgãos sexuais masculinos. Por causa disso, o papa condenou o uso destes calções, os quais ainda possuíam uma abertura na frente, conhecida como “portinhola à bávara”. Na opinião da igreja, não passavam de uma obra lasciva do diabo. Seja como for, todas as roupas masculinas eram bastante coloridas, como verde, amarelo ou vermelho sangue de boi.

Talvez o elemento da indumentária masculina mais característico do tempo seja o tricórnio. Tratava-se de um chapéu de três bicos, utilizado por todos os homens elegantes e de posses. Embora

fosse considerado chique carregá-lo na mão, a maioria dos homens não o tirava da cabeça, mesmo em jantares cerimoniosos. A maneira correta de usá-lo era com um dos bicos para frente, por onde o sujeito o apanhava a fim de erguê-lo e cumprimentar um conhecido. No Brasil, também chamavam o tricórnio de “candeeiro”, em alusão aos castiçais de três luzes, “três ventos”, “Anastácio” e “tribico”. Já o homem do povo usava um chapéu mais simples e leve, melhor adaptado ao clima nacional, conhecido como “feltro”.

Em virtude das ruas acidentadas de Vila Rica, no dia-a-dia os homens que aí moravam usavam botas. Nas ocasiões solenes, colocavam sapatos com fivelas de prata. Pela época da descoberta do ouro, os sapatos tinham um tamanho exagerado e a ponta era quadrada. Com o correr dos anos, o tamanho foi diminuindo e a ponta se arredondando. A altura do próprio salto encolheu. Usavam meias brancas e vermelhas, deixando as pretas apenas para os dias de luto.

Outro costume generalizado era o uso de grossos capotes de Saragoça, excelente para esconder pessoas e até mesmo casais que estivessem se divertindo à noite pelos descampados. Era praticamente impossível se reconhecer alguém debaixo destes amplos capotões, ficando difícil até mesmo saber se se tratava de um homem ou uma mulher. Os melhores vinham forrados com seda branca. Por baixo deles, os homens costumavam esconder as suas espadas, embora diversos alvarás haviam restringido o uso delas. Apesar das restrições, muita gente não dispensava a sua espada. Já não eram tão grandes como no século anterior, embora fossem maiores que o quitó do tempo de Dom João V. Os homens tinham o costume de guardá-las do lado esquerdo do corpo, pois assim rezavam as boas normas de cavalaria. Além destas, possuíam bengalas e bastões. Luvas não foram muito usadas no século XVIII. Dizia-se, inclusive, que não era educado cumprimentar alguém na rua com a mão enluvada. Até mesmo para retirar o tricórnio da cabeça, a fim de saudar alguém, era polido que as descalçasse antes.

Este foi o tempo das grandes cabeleiras. Por quase duzentos anos, a moda vigorou na Europa, tendo o seu auge na época do Marquês de Pombal. Não importava a idade ou se o indivíduo ainda possuísse cabelos. Jovens, velhos e até crianças usavam-nas. Tratava-se de uma peça caras e, muitas vezes, transmitidas do avô para o neto. A maioria era confeccionada com cabelos humanos, presos com seda e arame. As femininas eram ainda mais pesadas e volumosas, algumas chegando a pesar oito quilos. Uma pelica rígida compunha a parte interior, impedindo que o couro cabeludo respirasse. Não se tratava de uma peça muito higiênica e a maioria vivia ensebada e fedorenta. Para encaixá-las na cabeça, existia todo um ritual. Eram fixadas com presilhas ou com uma fétida cola feita de peixe. Para disfarçar um pouco o odor nauseabundo, encharcavam-nas com água-de-córdoba. No Brasil, o uso foi mais restrito, devido às condições climáticas e ao preço. As pessoas ricas costumavam usá-las em festas, bailes e assembleias. Muitas eram empoadas, pois parecia chique trazê-las assim. Para tanto, preferiam que o serviço fosse feito num cabeleireiro. O cliente era levado a uma pequena saleta e vestia uma espécie de robe de chambre, cobrindo o corpo desde o pescoço até os sapatos. O cabeleireiro pede então para o sujeito segurar uma espécie de canudo sobre o rosto e passa a fazer o polvilhamento, a fim de que a peruca fique branca. Uma nuvem sufocante de pó ergue-se no ambiente, que vai aderindo ao óleo untado na peruca. Após este procedimento, o cavalheiro é penteado, segundo a moda de Paris.

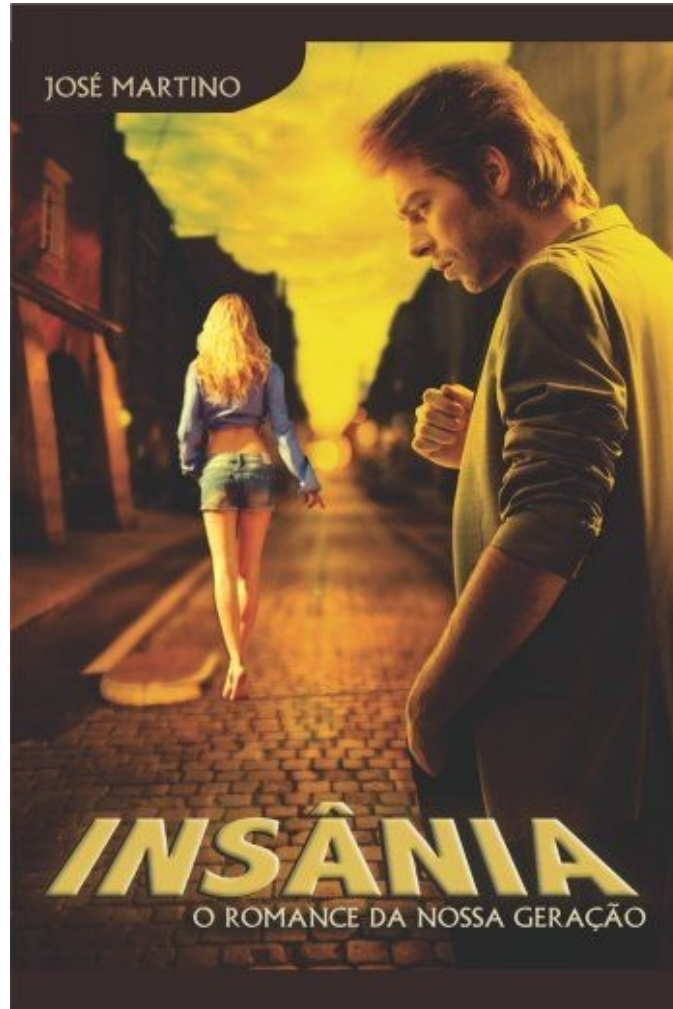
O povo vestia-se como podia, usando a mesma roupa até ela transformar-se em trapos. As crianças viviam peladas e ninguém se importava com isso. De acordo com a Pragmática de 1749, os brancos mazombos e mulatos estariam proibidos de usar roupas luxuosas, para não serem confundido com pessoas de categoria. Já os escravos vestiam-se miseravelmente. Nas lavras, trabalhavam apenas de tanga, pois assim não teriam muitos lugares onde esconder o ouro ou as pedras preciosas. Por sua vez, para se diferenciarem socialmente dos negros, os feitores trajavam-se com camisas e usavam chapéus feitos com palha.

Em linhas gerais, era assim que viviam as pessoas nas Minas do século XVIII.

LIVROS INDICADOS
(Todos à venda no Amazon)

INSÂNIA: O ROMANCE DA NOSSA GERAÇÃO

Autor: José Martino



Existe um limite entre amor e loucura? Até onde uma paixão avassaladora pode ser considerada “normal”, sem ultrapassar as fronteiras da insanidade?

Igor é um rapaz íntegro e bom do interior paulista, que se mudou para a cidade de São Paulo após ter conseguido passar no vestibular da Fuvest. Logo nos primeiros dias de aula na USP, conhece Natália, uma garota linda e leviana, que o ignora quase completamente. A convivência no curso faz com que ele se apaixone pela menina; porém, ao longo do tempo, a sua paixão torna-se doentia, com consequências sinistras...

Em meio aos sonhos e angústias do jovem estudante, o autor traça um imenso painel da história, da política e da cultura nos últimos trinta anos do país. Na verdade, todo o romance não passa de um pretexto para deliciosas divagações sobre os inúmeros acontecimentos que marcaram este período da vida brasileira a partir dos anos oitenta, como o movimento pelas *Diretas Já*, a eleição de Fernando Collor, o advento do rock nacional e muito mais. Quem viveu intensamente a chamada “década perdida” e os derradeiros anos do último milênio, não deixa de se identificar com todo aquele mundo em que ainda não tínhamos - ou mal conhecíamos - DVDs, telefones celulares e internet. Curiosamente, a partir desta identificação, o próprio leitor acaba se transformando num personagem do romance, pois ali se encontra,

com pequenas variações, as suas dúvidas, esperanças e ideais da juventude. Em outras palavras, ali se encontra a sua própria vida.

As Muito Fabulosas Aventuras do Barriga

Autor: José Antonio Martino

(Contos de Humor)



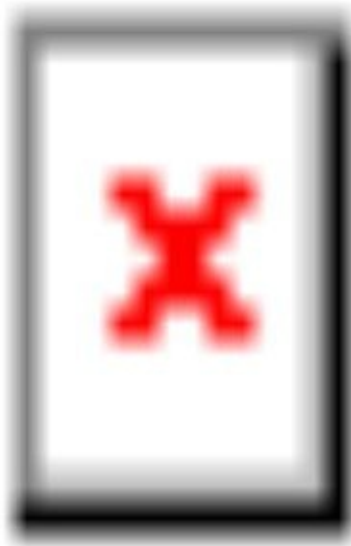
Neste livro, o autor reuniu sete contos engraçadíssimos, todos protagonizados por dois personagens bastante malucos, o Barriga e seu inseparável amigo Jacaré, que se envolvem em diversas confusões. Os contos do livro são os seguintes:

- 1) Quase Macumba!
- 2) É Meu, sua Bruxa!
- 3) Cala a Boca, Joãozinho!
- 4) Os Porcos, a Cachaça, o Cabrito e a Velha Muito Pelada
- 5) O Defunto Queria Vingança
- 6) A Casa Meio Assombrada do Zé Trevoso
- 7) O Incrível Caso do Colar de Diamantes.

O que pode acontecer numa maluca viagem de caminhão, numa inocente partida de bilhar, numa

estranha visita ao dentista? Divirta-se com estas e outras hilariantes aventuras do Barriga e Jacaré, dois personagens lunáticos, que vivem se metendo nas mais diversas enrascadas e confusões, como uma malsucedida macumba feita sexta-feira à noite na encruzilhada atrás do cemitério ou a tentativa de invadir uma casa “meio assombrada”. E o que dizer daquela extraordinária trama de tirar o fôlego em que os dois se metem, quando resolvem dar uma de detetives e acabam descobrindo mais do que deviam...

Histórias do Fim do Mundo
Autor: José Antonio Martino
(Romance Humorístico)



A história narra as aventuras de Gildavás Pintor, estranho personagem que, estando bebendo com seus dois amigos, Pedro Pexera e o próprio narrador do livro, acredita ter recebido uma mensagem divina e por isso sai pelos descaminhos do mundo em busca da mulher que ele julga ser a mãe do Messias. Em suas andanças, os três personagens (todos são meio malucos e pouco têm de normal) encontram diversas pessoas, também estranhas, que vão se unindo a eles, engrossando a comitiva que haveria de formar o "povo eleito por Deus", para povoar uma Nova Era de paz e prosperidade. É digno de se notar que essas pessoas ditas "escolhidas por Deus para gozar mil anos de felicidade sobre a terra" são em sua essência os párias da sociedade, mendigos, prostitutas, ladrões, etc.

O livro apresenta um delicioso tom humorístico que agrada todas as idades e prende a atenção do leitor do início ao fim, cujo final surpreendente e inesperado é um verdadeiro achado do autor. Histórias do Fim do Mundo tem tudo para agradar os paladares mais exigentes.

A NOITE NEGRA

Autor: José Antonio Martino
(Romance Histórico)



A Noite Negra é um extraordinário romance que se passa no Rio de Janeiro colonial, durante o período das invasões francesas de 1710 e 1711.

Misturando realidade e ficção, o autor nos descortina um fabuloso panorama da vida cotidiana setecentista, em que se misturam padres, prostitutas, piratas, escravos, velhas beatas, sinhazinhas apaixonadas, bêbados renitentes, enfim, toda uma galeria de personagens eternos, contracenando ao lado de personalidades reais, mas hoje praticamente esquecidas das páginas da história oficial e sobre as quais paira uma nuvem de mistério, como Frei Francisco de Meneses, o padre guerrilheiro, e o lendário Bento do Amaral Coutinho, tão famoso em seu tempo quanto os ídolos da televisão em nossos dias.

Conheça, reviva, apaixone-se por este drama inesquecível. Em lances verdadeiramente cinematográficos, vemos como nossos antepassados se mobilizaram para defender a terra em que viviam,

contra as investidas de corsários franceses, aportados aqui para pilhar as opulentas riquezas que eles imaginavam existir na cidade do Rio de Janeiro. Quando Duclerc desembarcou seus homens nas praias cariocas, não poderia imaginar que encontraria toda uma população unida pela mesma causa. Lado a lado, senhores e escravos lutaram bravamente, dispostos a dar a própria vida para defender o ideal da liberdade. Pela primeira vez na história da colônia, tomávamos conhecimento de um sentimento que enche de orgulho os brasileiros: o sentimento de BRASILIDADE.

CONTOS MAUS
Autor: José Antonio Martino



Neste livro, o escritor José Antonio Martino apresenta treze contos premiados em diversos concursos literários de todo o Brasil. Como o próprio título sugere, a maldade é a nota predominante destes textos perturbadores. Não só o ser humano é dissecado em toda sua perversidade e hipocrisia, como o próprio destino é visto como uma força malévola e cruel, contra a qual os homens não podem lutar. Trata-se de uma coleção de contos doloridos e, embora alguns estejam disfarçados por um leve tom humorístico e sarcástico, enquanto outros são marcados por uma veia poética bastante requintada, todos eles exalam um perfume triste e amargo. O leitor deixará estas páginas angustiado, com a alma ferida e os olhos repletos de lágrimas. Contudo, sairá desta leitura fortalecido, tendo a certeza de que ainda há esperança para a humanidade.

Contos desta coleção:

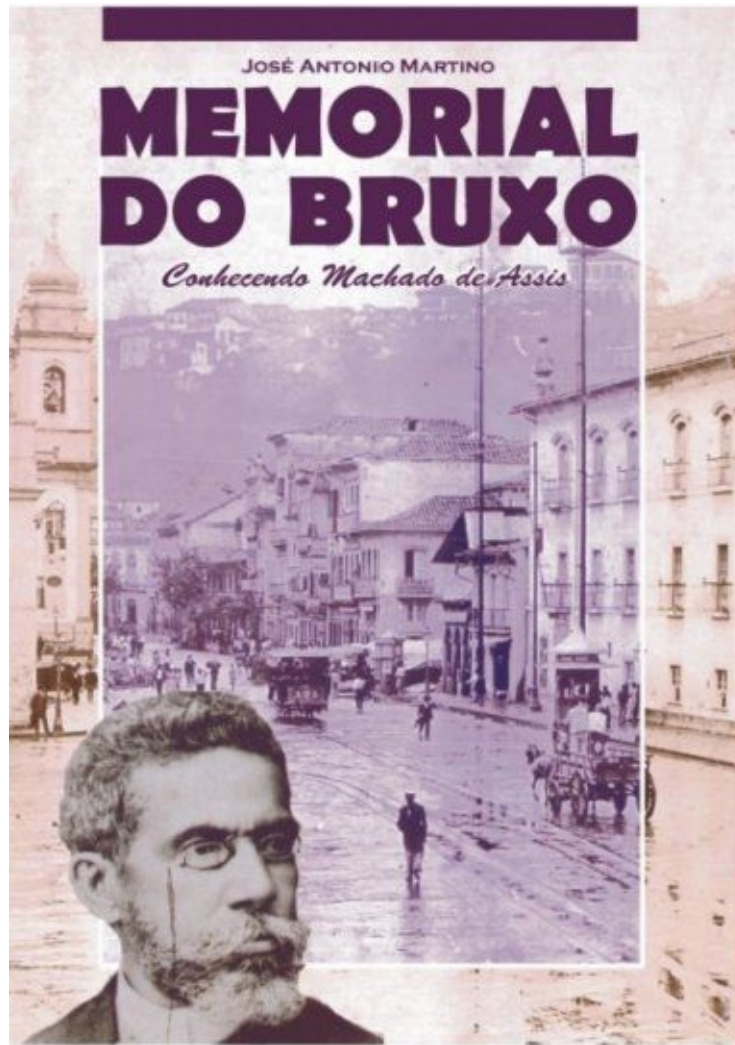
1) Além das Montanhas

- 2) Doce como as Ondas da Praia
- 3) Em Silêncio Envelhecem as Flores
- 4) Marina
- 5) O Mais Infeliz dos Homens
- 6) Angústia
- 7) Por Trás Daquele Olhar
- 8) O Dia em que Charles Dickens Apanhou de Papai-Noel
- 9) Brincadeira de Carnaval
- 10) Como o Vento que Farfalha as Ramas do Cedro
- 11) As Pereiras da China
- 12) A Sopa
- 13) Nos Trilhos do Tempo

Memorial do Bruxo

Conhecendo Machado de Assis

Autor: José Antonio Martino
(Biografia)



Ao longo do tempo, Machado de Assis tem sido o escritor mais estudado da literatura brasileira. Embora ele tenha falecido há mais de cem anos, a sua obra continua fascinando as novas gerações, que lêem seus livros como se eles tivessem sido publicados na véspera. Dono de um estilo inconfundível e admirável, Joaquim Maria chega ao século XXI mais atual do que nunca. Odiado por uns e amado por muitos, o autor de *Dom Casmurro* permanece quase como um “acidente” em nossa literatura. De origem muito humilde, “obscuro, artista anônimo, tipógrafo, depois revisor de provas, depois noticiarista, depois cronista, folhetinista e poeta, depois chefe incontestado da literatura brasileira. Apenas isto: uma reputação nacional, feita a pouco e pouco, passo a passo, dia a dia, na modéstia, na perseverança e no trabalho para o pão de cada dia, e no estudo e no esforço nobre para conquista do saber e da glória”. Assim Lúcio de Mendonça descreve o amigo, defendendo-o contra acusações de Diocleciano Mártir, que denunciou Machado como um dos inimigos da República! São casos como este e muitas outras anedotas e

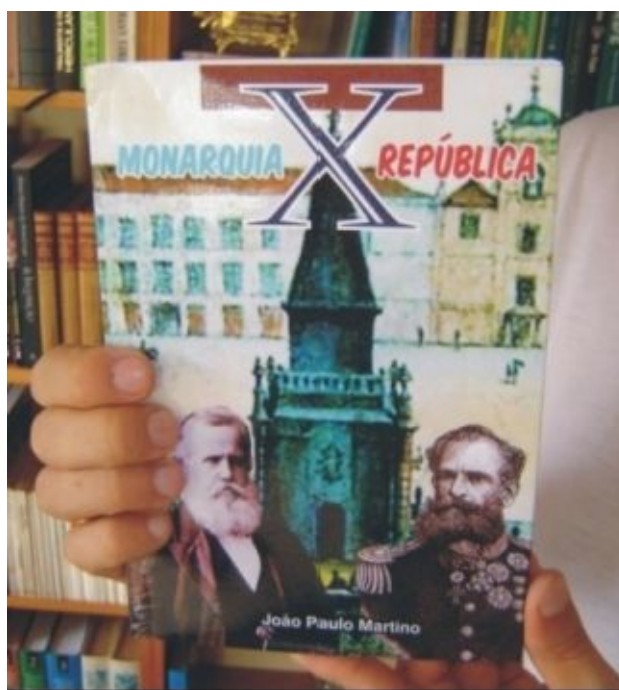
curiosidades ligadas ao “bruxo do Cosme Velho” que o autor nos revela neste livro delicioso, escrito numa linguagem simples e agradável, indispensável não só a estudantes de Letras, mas a todos interessados na obra do grande mestre. Enfim, acabamos descobrindo uma nova face do escritor que diziam viver escondido como um caramujo: um homem apaixonado pela vida, pelos seus semelhantes e pelo seu tempo. Em *Memorial do Bruxo*, José Antonio Martino nos apresenta um Machado de Assis bem mais humano do que aquele legado por muitos de seus biógrafos. O mito do escritor indiferente à dor humana e alheio às questões sociais de seu tempo não serve mais para rotular o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Aqui, vemos Machado como um homem de seu tempo, amigo dos amigos, funcionário público exemplar, completamente dedicado ao mundo das letras.

Tendo nascido numa família muito pobre, no Morro do Livramento, cedo o pequeno Joaquim Maria percebeu que somente através de muito estudo poderia conseguir ascender socialmente. Logo vem para a cidade, atrás de trabalho, e é acolhido por Paula Brito, que ficara entusiasmado com a inteligência do menino. Em pouco tempo, o jovem entra para o jornalismo, onde escreverá contos e crônicas por quase toda a vida. Adora freqüentar teatros e vive deslumbrado com as atrizes. Aos trinta anos, casa-se com Carolina, irmão do poeta Faustino Xavier de Novais. Neste livro, o autor lança novas luzes a respeito da misteriosa vinda de Carolina para o Brasil, um dos pontos mais obscuros ligados à biografia de Machado de Assis. Entrando para o funcionalismo público, num emprego estável e seguro, Joaquim Maria pôde dedicar-se ainda mais à literatura, tendo sido reconhecido pelos seus próprios contemporâneos como o homem de letras mais completo de seu tempo.

Monarquia X República

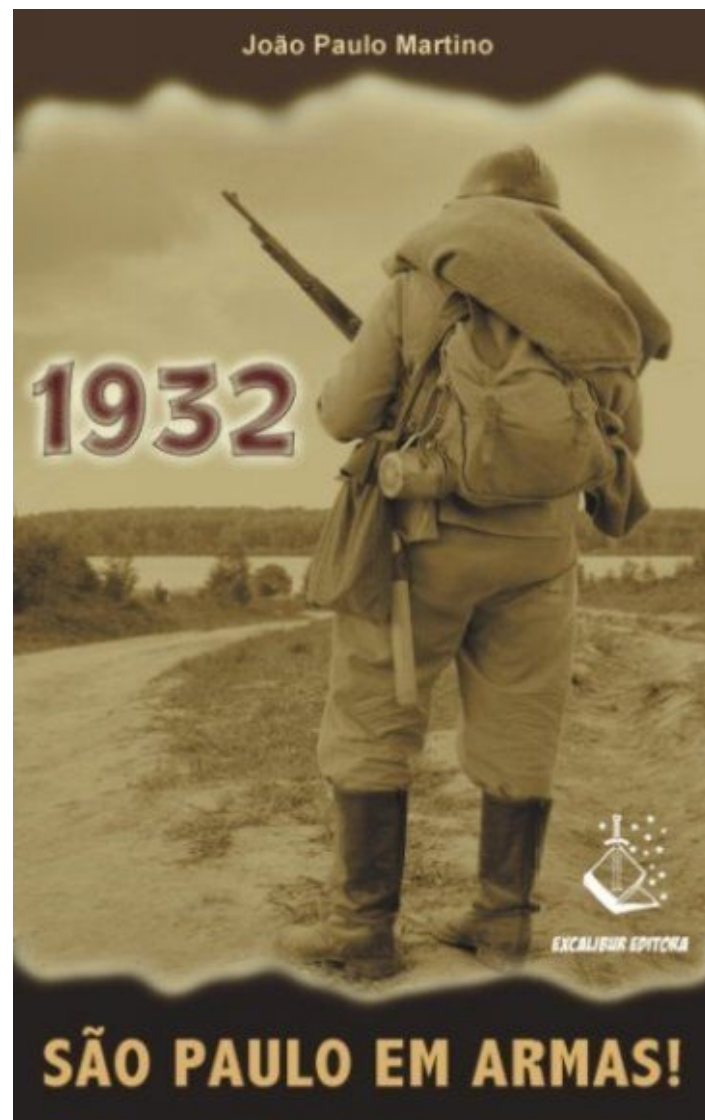
Autor: João Paulo Martino



O autor procura mostrar as diferenças entre o sistema republicano e o sistema monárquico.

1932 – São Paulo em Armas

Autor: João Paulo Martino



Após 81 anos da chamada Revolução Constitucionalista, hoje quase ninguém sabe o que aconteceu em São Paulo naquele inverno de 1932. A população paulista vê em suas cidades ruas e avenidas que remetem aos episódios de 1932. Que cidade paulista não possui uma rua 23 de maio ou uma avenida 9 de julho? Há alguns anos o dia 9 de julho voltou a ser feriado em São Paulo, que teria acontecido de tão importante em nosso Estado naquele período?

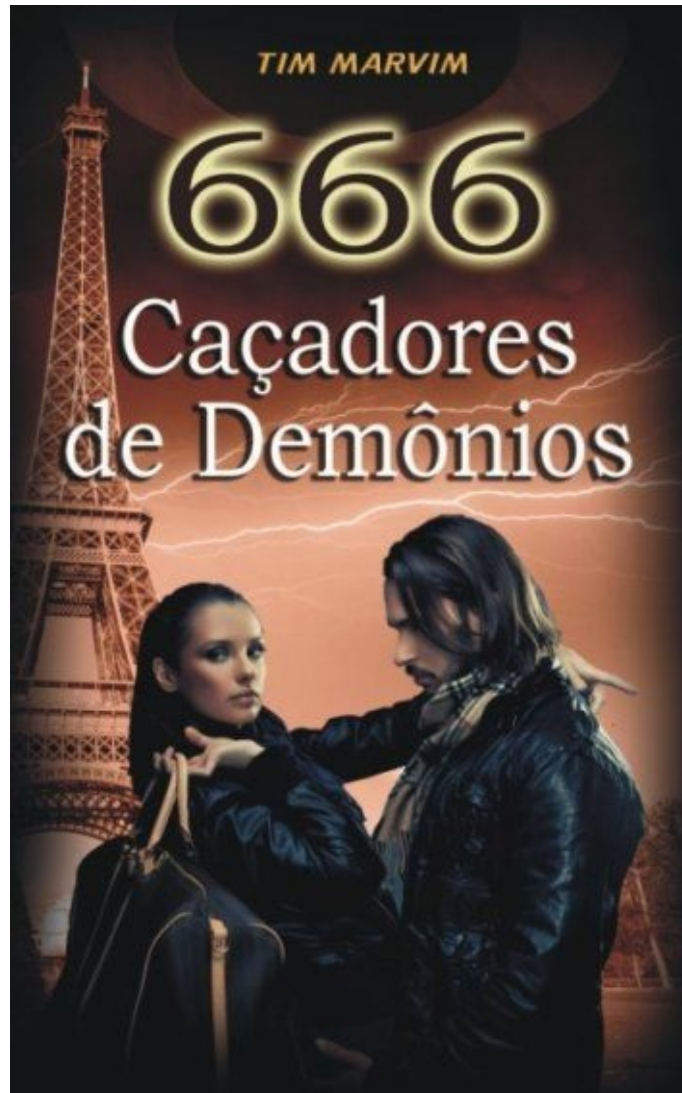
Pretendemos aqui neste livro apresentar a Revolução Constitucionalista, evidenciando suas causas, bem como o desdobrar dos seus acontecimentos. As diferentes visões sobre o movimento também serão abordadas.

Espero que com a leitura deste livro o leitor tenha mais elementos para analisar por que comemoramos o 9 de julho em São Paulo.

666 – Caçadores de Demônios

666 – The Devil Stalkers

Autor: Tim Marvim



Agora à disposição em inglês e português!

(Romance de aventuras, mistérios e enigmas)

Um misterioso assassinato no convento de Santa Maria delle Grazie, em Milão, é o ponto de partida desta trama eletrizante e envolvente. Acusado pela morte de frei Abelardo, o jovem Michael vê-se obrigado a fugir do convento para não ser preso e acaba sendo envolvido numa perseguição cinematográfica a fim de escapar não só da polícia, mas de fanáticos religiosos, os quais imaginam que o rapaz descobriu o local onde se encontra o fabuloso tesouro templário. Após ter achado três livros preciosíssimos nos subsolos do convento, Michael começa a investigar o que há de verdade naqueles velhos manuscritos. Para provar a sua inocência, ele precisará desvendar o maior segredo de todos os tempos, um segredo tão terrível, que vem sendo guardado a sete chaves pela igreja há quase mil anos.

Após decifrar diversas pistas escondidas pelos cavaleiros templários nas “sete torres do demônio”, Michael descobre aterrorizado que não é apenas a sua vida que corre perigo, mas o destino da própria humanidade.

Livro moderno e dinâmico, repleto de mistérios, lugares exóticos, lances formidáveis e imprevisíveis, este novo romance de Tim Marvim deita um olhar original sobre o eternamente decantado “número da besta”, misturando previsões apocalípticas e profecias de Nostradamus à Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo, cartões de créditos, numerologia e códigos de barras. Um livro excitante, que certamente encantará todos os leitores que amam aventuras e enigmas.

CONTOS MACABROS À LUZ DE VELAS

TIM MARVIM

(Contos de Terror)

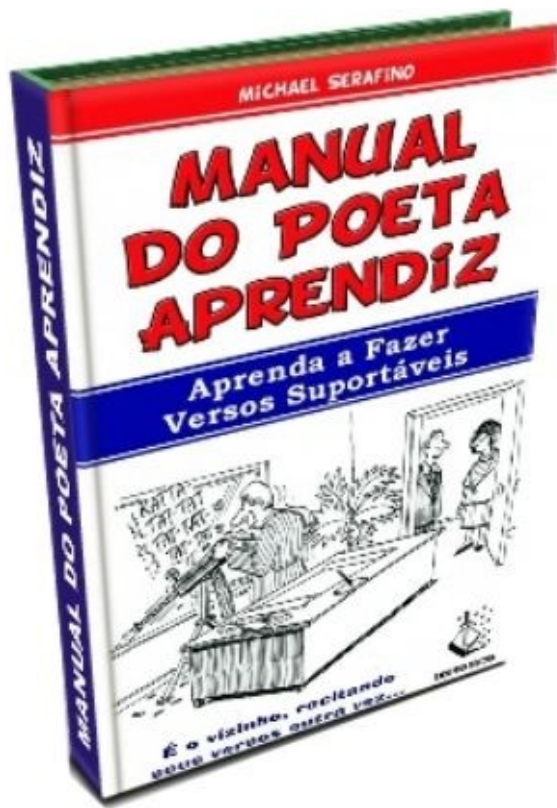


Após o sucesso do empolgante *thriller* “666 – Caçadores de Demônios” (versão em inglês: “666 – The Devil Stalkers”), o escritor Tim Marvim está de volta com este arrepiante volume de narrativas curtas, onde ele apresenta ao público 8 contos de tirar o fôlego, dentre eles, a célebre peça “A estranha noite de Johnny Peterson”, que bem poderia ter sido um dos episódios da série “Além da Imaginação”.

Se você gosta de histórias de terror bem contadas, se você gosta de sentir seu sangue congelar, se você gosta de sentir seus cabelos arrepiados,

este é o seu livro!

MANUAL DO POETA APRENDIZ (Aprenda a Fazer Versos Suportáveis)



Autor: Michael Serafino

Este Manual do Poeta *Aprendiz* é um livro indispensável para quem deseja aprender a fazer versos ou se aperfeiçoar nesta arte. De maneira simples, clara e didática, o autor nos conduz ao fascinante mundo da poesia e nos apresenta os conceitos básicos da estrutura lírica tradicional. Muitas vezes, o poeta iniciante desconhece as ferramentas elementares que a Teoria Poética oferece a todos aqueles que desejam penetrar no misterioso e mágico domínio das musas. Como diz o próprio título da obra, este manual é destinado ao poeta aprendiz, para aqueles que descobriram a poesia e estão começando a rabiscar os primeiros versos, para aqueles que já escrevem poemas há algum tempo, mas sentem necessidade de buscar informações teóricas que possam lhes auxiliar na elaboração de seus textos, para aqueles que desejam aprimorar seus conhecimentos poéticos, enfim, para todos que gostam de poesia.

[1] Não confundir este com o notável monarca brasileiro, neto de Dom João VI.

[2] ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*.

[3] Daí o nome Ouro Preto.

[4] Menino de pedra.

[5] Imposto cobrado sobre qualquer produto que entrasse na região das minas.

[6] Posto fiscal, normalmente localizado junto aos rios. Cobrava pedágio para atravessar o rio.

[7] Sobre este assunto, recomendo a leitura de meu romance “A Noite Negra”, à venda no site da Amazon.

[8] Uma carta, onde o governador Francisco de Castro Morais dizia a Duguay-Trouin que estava disposto a defender a cidade até a sua última gota de sangue.

[9] Este frade viria a ter um importante papel na organização da defesa carioca em 1710 e 1711, quando a cidade do Rio de Janeiro sofreu as duas invasões por parte de corsários franceses.

[10] Outro grande líder que teria importantíssimo papel na defesa da cidade do Rio de Janeiro nas invasões de 1710 e 1711.

[11] Alguns historiadores chegaram a afirmar que ele possuía mais de 2000 escravos minerando ouro, o que me parece um tremendo exagero.

[12] Futura cidade de Mariana.

[13] Futura cidade de Barbacena.

[14] Alguns historiadores afirmam que houve um governador ainda pior do que Dom Luís da Cunha Meneses, ou seja, o capitão-general Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Era arrogante e prepotente, tendo administrado a capitania por apenas dois anos (1773- 1775). Dizem que, quando ele passava, exigia que os brancos tirassem o chapéu e que os negros e pardos se ajoelhassem.

[15] A partir do final da década de 1780, o novo prédio já funcionava parcialmente, sendo que alguns inconfidentes aí foram mantidos presos.

[16] De acordo com ele, originariamente, os versos foram escritos em espanhol.

[17] Alguns historiadores grafam a forma “Vendeck”.

[18] *História da Conjuração Mineira*

[19] Equivalente a 50 quilômetros quadrados.

[20] Padre Francisco Ferreira da Cunha.

[21] Pessoas que nasceram no Brasil, mas que possuíam pais portugueses.

[22] *A Inconfidência Mineira- Uma Síntese Factual*

[23] Sem a discrepância de nenhum dos professores, que o aprovaram por unanimidade.

[24] Cerca de seis quilômetros e seiscentos metros.

[25] Ou seja, filho ilegítimo, tido fora do casamento.

[26] Soldados de um antigo regimento de cavalaria.

[27] Atual cidade de Mariana.

[28] Em suas terras, Cláudio criava uma grande quantidade de porcos.

[29] Este tenente Vidigal é o mesmo que, no século XIX, seria imortalizado na literatura brasileira por Manuel Antônio de Almeida em seu romance *Memórias de um Sargento de Milícias*.

[30] Atual cidade dos Prados.

[31] Contador.

[32] Instrumento musical, espécie de cítara, apresentando uma caixa de madeira triangular com duas aberturas e treze cordas, que vibram mediante o toque das unhas ou de uma pena de pato.

[33] Após ter deixado o cargo de ouvidor em 1786, Gonzaga passou a morar na casa de seu amigo, Manuel da Costa Mourão, no bairro de Antônio Dias, próximo da Ponte de Marília.

[34] Futura cidade de Diamantina.

[35] Depois, Queluz e, atualmente, cidade de Conselheiro Lafaiete.

[36] A Casa dos Contos ou Casa dos Reais Contratos começou a ser construída em meados da década de 1780 pelo contratador João Rodrigues de Macedo.

[37] Por diferentes partes, leia-se Minas Gerais e Rio de Janeiro.